

Organizadoras: Ivana de Oliveira Eugênio de Souza Moura, Juliana
Márcia Santos Silva, Luana de Paula Santos e Mithaly Salgado Corrêa

POR ONDE ANDAMOS?

Experiências e Perspectivas das Múltiplas Maternidades nas Universidades



POR ONDE ANDAMOS?

**Organizadoras: Ivana de Oliveira Eugênio de Souza
Moura, Juliana Márcia Santos Silva, Luana de Paula Santos
e Mithaly Salgado Corrêa**

POR ONDE ANDAMOS?

**Experiências e Perspectivas das
Múltiplas Maternidades nas
Universidades**



O trabalho Por onde andamos? Experiências e Perspectivas das múltiplas maternidades nas universidades de Ivana de Oliveira Eugênio de Souza Moura; Luana de Paula Santos; Juliana Marcia Santos Silva; Mithaly Salgado Corrêa está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Baseado no trabalho disponível em <https://projetosmaterna.wixsite.com/nucleomaterna/e-book-por-onde-andamos>. Termos da licença em: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0>

Capa: Mithaly Salgado Corrêa.

Revisão: Luana de Paula Santos, Mithaly Salgado Corrêa, Juliana Marcia Santos Silva.

Imagens: Freepik, Image Source, SDI Produções, FatCamera, JenD, Jacob Lund, Lolo Gòngora.

Edição de imagem/Ilustrações: Luana Fontel Souza e Mithaly Salgado Corrêa.

Projeto gráfico e diagramação: Ivana de Oliveira Eugênio de Souza Moura.

Organização: Ivana de Oliveira Eugênio de Souza Moura, Luana de Paula Santos. Mithaly Corrêa. Juliana Marcia Santos Silva.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Por onde andamos? [livro eletrônico] :
experiências e perspectivas das múltiplas
maternidades nas universidades / organização
Ivana de Oliveira Eugênio de Souza
Moura...[et al.]. -- Rio de Janeiro, RJ :
Ed. das Autoras, 2023.
PDF.

Outros autores: Juliana Marcia Santos Silva,
Luana de Paula Santos, Mithaly Salgado Corrêa.
ISBN 978-65-00-61954-6

1. Maternidade - Aspectos sociais 2. MÃes -
Experiências de vida 3. MÃes negras 4. Mulheres -
Depoimentos 5. Mulheres - Aspectos sociológicos
I. Moura, Ivana de Oliveira Eugênio de Souza.
II. Silva, Juliana Marcia Santos. III. Santos,
Luana de Paula. IV. Corrêa, Mithaly Salgado.

23-144379

CDD-306.8743

Índices para catálogo sistemático:

1. Maternidade : Experiências : Sociologia 306.8743

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253-0

DOI: 10.29327/5176861

Sumário

Apresentação_____07
Luana de Paula Santos

Prefácio_____09
Mithaly Corrêa / Vanessa dos Santos Tavares / Marilene dos Queiroz

Capítulo I

Coletivo Estudantes: construções, caminhos e conquistas_____11
Vanessa Suany da Silva

Estudantes mães (R)existem: um projeto feito por mães dentro a UFSJ_____21
Anna Luiza Fernandes de Souza / Lislane Feitosa Coelho / Rita de Cássia Sousa Moreira

Mulher-mãe no espaço universitário da UFRRJ: INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR:
reflexões sobre espaço, gênero, trabalho e
maternidade_____45
Vitória de Oliveira Tavares

Grupo de pesquisa “MÃES F3P-EFICE” da escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança
da UFRGS: Histórico, experiências e ações_____59
*Tatiana Martins Terragno / Simone Santos Kunh / Gabriela Nobre Bins
Lisandra Oliveira e Silva*

Capítulo II

Mãestranda – mulher negra-universitária-mãe atípica na pós_____69
Gisele Camilo da Mata

De AMA-DE-LEITE à doutoranda: A experiência de pesquisa de uma mae preta na pós-
graduação_____77
Lucilene Athaide

Entre a pandemia, a pós-graduação e um bebê: cartas ao nascimento
de uma *pesquisavida*_____87
Marilene dos Santos Queiroz / Zuleide Paiva da Silva

Capítulo III

“A Sociologia como criança”: a maternidade e a carreira científica	101
<i>Iolanda Pinto de Faria / Fábio Henrique de Alencar Freitas / Ângela Maria Freire de Lima e Souza</i>	
Corpos divergentes na pós-graduação: Relatos de experiências de estudantes mães	115
<i>Débora dos Reis Silva Backes / Dinamara Garcia Feldens / Juliana Farias Santos</i>	
Pesos e sobrecargas	135
<i>Gabriela Carvalho</i>	
PSIUUU! A mamãe está estudando!” .	
Maternidade e paternidade em questão.	145
<i>Vanessa dos Santos Tavares</i>	
Maternidade na UNIOESTE: perspectivas e projeções	155
<i>Agnes Paola Baldo Zimovski / Daniele Prates Pereira / Miguel Venâncio Dias Cogo</i>	
<i>Natalia Cristina Coelho</i>	
Experiências de mães universitárias da classe trabalhadora e não-brancas em uma universidade estadual de Minas Gerais no curso de Educação Física	171
<i>Carla Chagas Ramalho / Fernanda de Souza Cardoso / Lorrane Martins Lopes</i>	
Discentes-mães no ICZEZ/UFAM: dilemas e desafios para a permanência no espaço acadêmico em Parintins-AM	183
<i>Valmiene Florindo Farias Sousa / Yanne Lima Reis</i>	
O auxílio-creche na Universidade Federal do Maranhão e o atendimento das demandas das alunas-mães: uma análise crítica.	199
<i>Brenda Vanessa Pereira Soares</i>	
Ocupar e resistir: a perspectiva de uma criança na luta por uma universidade inclusiva	211
<i>Priscila Fazio Rabelo</i>	
Nós. mulheres-mães, também estudamos	229
<i>Lisianne Lima de Santana</i>	

Capítulo IV

A Invisibilização da maternidade solo na universidade: Quem somos onde estamos? _____ 241
Taís Ferreira

O atravessamento da ideologia da Alienação Parental contra Mulheres/Mães docentes universitárias como ferramenta de tortura _____ 255
Alessandra Pereira de Andrade/ Sibele Lima Lemos

As mães das atividades meio nas universidades: Impactos da maternidade na carreira das técnicas-administrativas em educação _____ 267
Elaine Muniz Pires

Mãe-professora na pandemia: Os desafios sociais, familiares e no trabalho docente de professoras ICSEZ/UFAM _____ 283
Denilce Santos de Souza/ Valmiene Florindo Farias Sousa

A prática da maternidade entre cientistas: Reflexões a partir do feminismo matricêntrico. _____ 297
Vivian Prado Pereira

Posfácio _____ 309
Ana Carolina Coelho Eiras



Apresentação

O presente livro foi idealizado a partir dos gritos de desalento de uma mulher-mãe que se encontrou com outras mulheres-mães nesta caminhada. Alguns anos após me formar no curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), campus de Rondonópolis, retomei contato e conhecimento sobre as lutas de outras mães que agora vinculadas à recém emancipada Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), travam lutas talvez maiores do que as que travei quando me tornei mãe ainda graduanda da instituição.

Relatos de proibições de divisão dos pratos com seus filhos no restaurante universitário, falta de auxílio creche e demais políticas de parentalidade, evasão de estudantes mães, de maneira indigesta me fizeram reviver momentos que eu imaginava que com o passar dos anos e com os avanços das discussões acerca da parentalidade e universidade, estariam superados. Infelizmente, não passou de imaginação e percebi que talvez não apenas as mães vinculadas à UFR, mas também de outras instituições brasileiras ainda estivessem em um labirinto de lutas que parece por vezes não ter saída.

Assim, neste contexto de gritos de desalento, que versavam sobre as angústias e as aflições de mães dentro dos espaços universitários, que foram abafadas e ignoradas pelas instituições de ensino superior, é que surge a ideia de visibilizar vozes dos mais diversos cotidianos materno-acadêmicos, nasce “Por onde andamos? Experiências e Perspectivas nas Múltiplas Maternidades nas Universidades”, como mecanismo para denunciar os inúmeros entraves enfrentados por mulheres-mães de diversas regiões do país e universidades, assim como, para narrar projetos, experiências pessoais e coletivas que através da luta, conquistaram direitos e espaços que podem servir como inspiração e combustível para movimentos que ainda não nasceram.

Gestado e amparado em seu nascimento pelas mãos de diversas mulheres, o livro foi organizado pelas companheiras Ivana Moura, Juliana Márcia, Mithaly Corrêa e por mim, cuidando com muito carinho dos dezenas textos submetidos à chamada para composição de capítulos.

É numa perspectiva de maternidades diversas, mas no cerne da luta coletiva, que a obra se organiza em quatro blocos de capítulos, inicialmente evidenciando a luta organizada e coletiva com os textos: “Coletivo Estudantes: construções, caminhos e conquistas”; “Estudantes Mães (R)Existem: um projeto feito por mães e para mães dentro da UFSJ”;

POR ONDE ANDAMOS?

“Mulheres-Mães no Espaço Universitário da UFRRJ - Instituto Multidisciplinar: reflexões sobre espaço, gênero, trabalho e maternidade”; e Grupo de Pesquisa “MÃES F3P-EFICE” da escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da UFRGS: histórico, experiências e ações”. O segundo bloco de capítulos refere-se aos textos que trazem relatos acerca das negritudes dentro dos movimentos e experiências materno-universitárias, sendo eles: “Mãestranda - Mulher negra-universitária-mãe atípica na pós” e “De Ama-de-Leite à Doutoranda: a experiência de pesquisa de uma mãe preta na pós-graduação”; e “Entre a pandemia, a pós-graduação e um bebê: cartas ao nascimento de uma pesquisavida”. No terceiro, estão estruturados os textos referentes às perspectivas discentes trazendo em sua composição: “A sociologia como criança: a maternidade e a carreira científica”; “Corpos Divergentes na Pós-Graduação: relatos de experiências de estudantes mães”, “Pesos e Sobrecargas”; “ - Psiuuu! A mamãe está estudando! Maternidade e paternidade em questão”; “Maternidade na Unioeste: perspectivas e projeções”; “Experiências de mães universitárias da classe trabalhadora e não-brancas em uma universidade estadual de Minas Gerais no curso de Educação Física”; “Discentes-Mães no ICSEZ/UFAM: dilemas e desafios para a permanência no espaço acadêmico em Parintins-AM”; “O Auxílio Creche na Universidade Federal do Maranhão e o Atendimento das Demandas das Alunas-Mães: uma análise crítica”; “Ocupar e resistir: a perspectiva de uma criança na luta por uma universidade inclusiva”; e “Nós, mulheres-mães também estudamos”. No último bloco, por fim estão os textos relacionados às perspectivas docentes: “A Invisibilização da Maternidade Solo na Universidade: quem somos e onde estamos?”; “O atravessamento da ideologia da alienação parental contra mulheres/mães docentes universitárias como ferramenta de tortura”; “As mães das atividades meio nas universidades: impactos da maternidadde na carreira das técnicas-administrativas em educação”; Mãe-professora na pandemia: os desafios sociais, familiares e no trabalho docente de professoras ICSEZ/UFAM”; e “Prática da Maternidade entre Cientistas: reflexões a partir do feminismo matricêntrico”.

Esta obra é um convite para que todas e todos, compreendam as diversas faces das lutas materno-universitárias e reflitam sobre as práticas de maternofobia cotidianas que ocorrem de maneiras institucionalizadas nos ambientes acadêmicos e profissionais, para que de maneira coletiva, possamos construir um novo cenário social cada vez mais acolhedor para mães, afinal, parafraseando um provérbio africano: “ - É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança!”.

Prefácio

Núcleo Materna

Mithaly Corrêa (Núcleo Materna/UFRJ)

Vanessa dos Santos Tavares (Núcleo Materna/IFPR/UNICID)

Marilene dos Santos Queiroz (Núcleo Materna/MPED-UNEB)

“Por onde andamos?” O título deste e-book, no qual temos o imenso prazer em integrar através desse prefácio, nos instiga a refletir sobre os caminhos que nós, mulheres-mães, temos atravessado no percorrer das nossas vidas pessoais, acadêmicas e profissionais.

Nossos atravessamentos são subjetivos, portanto, para a ciência convencional, não teriam validade. Questionamos, no entanto, de onde vem essa “validade”. Questionamos quem historicamente diz o que é válido. Absorvemos o pessoal como político e o político como científico! As epistemologias feministas corroboram com nossas reivindicações e nos permitem questionar o que de fato seria objetivo, neutro, universal e científico. Mas ainda assim estamos circunscritas à nossa realidade material. Enquanto escrevemos nas nossas cozinhas, preparando o alimento de nossas crias; enquanto escrevemos no banheiro, aproveitando o sagrado momento de solitude desse espaço; enquanto escrevemos na mesa do computador, com nossos filhos escalando nossas pernas; enquanto escrevemos nas notas do celular, pulando brinquedos e ao som de músicas infantis; enquanto escrevemos no ônibus, a caminho da faculdade, do trabalho ou de casa; enquanto escrevemos ao levar nossos filhos à escola, sem de fato escrever, mas ouvindo nossos pensamentos e tentando organizá-los em tópicos para, posteriormente, transcrevê-los em uma folha de papel.

Enquanto escrevemos, inscrevemos o nosso lugar no mundo e na história. Analisamos o mundo por métodos não convencionais, mas não menos válidos e científicos. Ao escrever, teorizamos o ato de atravessar, analisamos o lugar no qual atravessamos e agimos rumo à uma mudança de paradigma, validando a nossa subjetividade. Ao escrever, também rejeitamos a uma pretensa neutralidade científica que, para existir, nos descorporifica, nos exclui e nos transforma em objeto. Reivindicamos, portanto, a nossa posição como sujeitos sociais e históricos e, com isso, reivindicamos o nosso lugar nos espaços de produção do conhecimento e na sociedade.

A obra, tecida por várias mãos, convida o leitor a mergulhar na sobrevivência e na resistência de mulheres-mães que, a partir do registro em forma de relatos e histórias que

POR ONDE ANDAMOS?

versam sobre a realidade cotidiana e concreta que circunscreve violentamente seus corpos no espaço universitário, reivindicam seus direitos, ao passo que ocupam espaços historicamente negados, como os espaços de produção do conhecimento. O convite para a leitura não se restringe ao público materno, nem tão pouco ao público feminino, ele é essencialmente uma voz a ser ouvida também por professoras e professores de diversos níveis de ensino, por gestores de instituições educativas e pela diversidade de famílias que compõem a sociedade como um todo. Um convite para a escuta, para o diálogo.

Anzaldúa (2000) discorre sobre o ato de escrever para nós, mulheres de cor e do terceiro mundo. Para a autora, o ato de escrever salva-nos da complacência que impõe medo e mantém vivo o nosso espírito da revolta. O ato de escrever ordena o mundo sob a nossa perspectiva e nos dá o poder de registrar o que tentaram apagar, além de reescrever o que foi mal contado sobre nós. Escrever nos proporciona autonomia e confiança e nos possibilita registrar o que ainda não foi dito. Para Anzaldúa, no ato de escrever reside a nossa sobrevivência e, por todas essas coisas, escrever é perigoso, porque a escrita pode revelar a força de uma mulher sob uma opressão “tripla ou quadrupla”. Tomamos a escrita como um lugar de possibilidades e em diálogo com Conceição Evaristo (2020), questionamos: “é preciso comprometer a vida com a escrita ou é o inverso? Comprometer a escrita com a vida?” Escrever do lugar que assuntamos a vida é um ato de resistência, uma maneira de existir e inserir-se no mundo, com nossos corpos, com nossas experiências. Escrever para nós mulheres-mães é um ato de reparação histórica.

Por isso, o conjunto desta obra nos leva a questionar, através do poder de mulheres-mães que ousam escrever sobre suas vivências e experiências, os papéis historicamente impostos a nós e também os lugares que nos reservaram ao tentarem usurpar, ao longo de toda a história, a nossa existência, a nossa própria história e a nossa voz.

Através da leitura dos textos que seguem, poderemos responder com confiança à provocação do título desta obra: por onde andamos, afinal?

Referências:

ANZALDÚA, G. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. Revista Estudos Feministas, v. 8, n. 1, p. 229–229, 1 jan. 2000.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

Capítulo I

Coletivos Maternos Estudantis
Organização, Resistência e Política materna universitária.

Coletivo Estudantes: construções, caminhos e conquistas

Vanessa Suany da Silva

Graduanda em Antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Construções

Em uma sexta-feira que antecedeu o dia das mães, no dia 12 de maio, outono de 2017 em Florianópolis, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foi quebrada a dormência da semente do que viria a se tornar o Coletivo MāEstudantes/UFSC. De lá para cá a semente germinou, lançou suas raízes, ramos, folhas e está florescendo. Isso indica que logo chegarão os frutos.

Na sexta-feira que antecedeu o dia das mães no ano de 2017, um grupo de mães discentes, que se identificava com o Movimento de Māes e Pais da UFSC, decidiu fazer um ato na Reitoria. O grupo achou interessante realizar a manifestação na instituição, naquela data específica, para chamar atenção da comunidade acadêmica (discentes, docentes, servidores técnicos e terceirizados) para a existência de mães estudantes e crianças na universidade. Entretanto, as coisas não saíram bem como o planejado. Quando chegaram à Reitoria, cerca de 1 hora antes do horário previsto para início do ato - para organização do espaço e instalação dos equipamentos - tudo parecia normal. Inicialmente as tomadas para alimentação da caixa de som, e alguns equipamentos eletrônicos, estavam funcionando, estavam carregando alguns dos equipamentos enquanto as mulheres organizavam o espaço. Porém, quando chegou o momento de colocar a caixa de som para a rua e ligar, todas as tomadas do piso térreo da Reitoria (magicamente) deixaram de funcionar, embora as luzes do *hall* se mantivessem acesas. Ou seja, naquele momento, as mulheres que ali estavam, entenderam que a manifestação havia sido sabotada.

Antes do ato, no dia 12 de maio, esse grupo de mulheres já vinha se reunindo com certa frequência, agindo de maneira espontânea em relação às demandas que chegavam. Demandas

como a falta de acesso às políticas de permanência, falta de acesso das crianças ao Restaurante Universitário (RU) acompanhadas de suas mães estudantes, Biblioteca Universitária (BU), salas de informática entre outros espaços. Isso sem contar as violências com as mães que amamentavam em sala, as que, por alguma razão, precisavam levar seu(s) filho(s) para aula, ou então aquelas que tinham seu exercício domiciliar desrespeitado pelo professor. Em todas as situações o grupo se comunicava entre si e com a mãe estudante em questão que buscava ajuda. Uma ou duas integrantes do Coletivo iam ao seu encontro para auxiliá-la na demanda que se apresentava. Mais adiante abordarei melhor as demandas levantadas pelo grupo, por enquanto, seguimos na construção.

No dia seguinte após o ato, 13 de maio, cinco mulheres do grupo (me incluo entre as cinco) se reuniram para conversar sobre o ato, as demandas que estavam chegando, os relatos de violências contra as mães estudantes e a permanência materna que sempre foi um problema na instituição. Nesse dia, uma das participantes trouxe para o grupo a fala que ouviu do movimento estudantil, quando em uma reunião sobre moradia estudantil, questionou porque o Diretório Central do Estudantes (DCE) não pensava em moradia familiar também, uma vez que mães não podem permanecer na moradia estudantil quando estão com a guarda de sua(s) criança(s). Após o questionamento ela relatou que ouviu a seguinte frase: “a pauta das mães estudantes é muito específica, e nesse caso sugerimos que vocês se organizem melhor para lutar por ela”. Ao trazer essa fala para o grupo de mulheres que estava reunido na casa de uma delas, somado às demandas que chegavam e a sabotagem do dia anterior, não houve dúvidas de que seria necessário a criação de uma organização coletiva para que suas demandas fossem (ao menos) ouvidas. Nesse dia então, nasce o Coletivo MāEstudantes.

Inicialmente houve uma organização em comissões, onde cada uma das presentes assumiria a coordenação de uma comissão, isso não invalidaria a participação dela em outra comissão. Até porque todas haveriam de trabalhar em diferentes frentes para que as coisas acontecessem, e assim fizemos.

Os primeiros movimentos foram, criar uma página no *Facebook* e chamar as mulheres para as primeiras reuniões do Coletivo MāEstudantes. Depois de algumas reuniões, já no final do segundo semestre letivo, observamos que havia um projeto de extensão que consistia em um espaço para receber as crianças, filhas e filhos de estudantes do curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da UFSC¹. Estudantes do curso de licenciatura indígena, sobretudo as mulheres, tinham a tendência de virem com suas crianças para a

¹ Curso de licenciatura voltado aos povos Guarani, Kaingang e Laklānō/Xokleng, onde o regime de aulas acontece de forma alternada, 15 dias corridos de permanência na universidade e 45 dias na Terra Indígena de origem de cada estudante.

POR ONDE ANDAMOS?

universidade no período em que as mães estavam em aulas e as crianças de férias. Por esse motivo a presença das crianças indígenas no projeto foi observada no período de férias, que era quando a presença dos estudantes indígenas era mais frequente na instituição.

Partindo da observação do espaço, fomos atrás de saber como funcionava. Foi então que chegamos na servidora técnico administrativa responsável pelo projeto. Em uma conversa ela nos contou que se ateve ao fato das crianças estarem sempre pelos corredores do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), acompanhadas de uma pessoa adulta que vinha da Terra Indígena (TI) exclusivamente para se ocupar das crianças e bebês, enquanto seus/suas progenitores(as) estavam em aula. Ao conhecer mais de perto o projeto percebemos que se tratava de uma espécie de contraturno, onde as crianças realizavam atividades, se alimentavam e tinham um lugar preparado para recebê-las. O que era muito melhor do que ficar correndo risco pelos corredores, em espaços planejados para adultos.

Após as informações acessadas, concluiu-se que seria muito interessante haver um espaço para as crianças, filhas e filhos de estudantes regulares da UFSC, conviver e permanecer enquanto suas mães estavam em aula. Foi aí que houve a necessidade de outros movimentos por parte do Coletivo.

Começamos por nos aproximar da direção do CFH, centro ao qual pertenciam três das cinco mães estudantes que co-fundaram o Coletivo. Iniciamos a aproximação com a ideia de construir um grande projeto guarda chuva, que abrigaria uma série de projetos de extensão, com objetivo de criar um espaço para as crianças das mães estudantes da UFSC. Nesse processo contamos com a presença da direção do CFH, Coletivo MāEstudantes e algumas professoras e professores do centro que se mostraram dispostos em colaborar com a ideia. No decorrer das reuniões o grupo se deu conta de que um projeto de extensão não seria o melhor caminho, uma vez que, se o professor ou técnico se aposentar, morrer ou se afastar por qualquer outro motivo, muito provavelmente, o projeto deixaria de existir. Foi aí que demos um passo atrás, nos voltamos ao Coletivo e surgiu a melhor ideia que poderíamos ter tido para resolver de vez o problema das mães estudantes na UFSC, lutar pela construção de uma Política para Permanência Materna na Instituição. E lá se inicia uma segunda etapa na construção do Coletivo, as articulações.

Caminhos

Para que tivéssemos êxito em nossa empreitada, se fez necessário uma divulgação massiva de quem era o Coletivo, as violências sofridas, desafios, demandas e sugestões. Foi então que, em agosto de 2017, o Coletivo lança a campanha [*#SerMãeNoCampusÉ*](#), na página do *Facebook*. Nessa campanha, a página recebeu muitos relatos acerca das violências

POR ONDE ANDAMOS?

vivenciadas por mães estudantes ao longo de suas trajetórias acadêmicas. Alguns relatos deixam explícito e reproduzem toda violência e o discurso de ódio que existe contra mulheres. O dia 08 de agosto de 2017 foi quando a página recebeu mais publicações com a hashtag ``*Ser Mãe no Campus É*``. Seguem algumas das publicações encontradas na página: *"#SerMãeNoCampusÉ ouvir de uma professora, na fila da lanchonete: "Eu vou por no meu latte que não aceito mães e nem mulheres que pensam em engravidar. (risos da rodinha de amigos). Essa gente não sabe que não dá tempo para isso?"*; ou então, *"#SerMãeNoCampusÉ ouvir durante a seleção da pós-graduação que se você for mãe provavelmente não será aceita no programa porque filhos atrapalham o processo de pesquisa"*. Violências na graduação? Também temos: *"#SerMãeNoCampusÉ fazer medicina e quando ficar grávida ouvir comentários maldosos e depreciativos de professor de ginecologia e obstetrícia, dizendo "mas parece que essa gente não tem aula sobre anticoncepcional não?"*.

Enquanto a campanha acontecia, alguns Centros Acadêmicos (CA's) imprimiram as frases e as colaram nas paredes e murais dos corredores da universidade. Foi um período onde muitos convites para participar de espaços e eventos começaram a surgir. Marcamos presença no *13 Mundo de Mulheres e Fazendo Gênero 11*, que aconteceu entre 30/07/2017 e 04/08/2017 na UFSC, onde participamos de uma roda de conversa na tenda Mundo de Mulheres. Também participamos de uma entrevista na rádio da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), falando sobre a importância de políticas voltadas à permanência materna, com qualidade, nas universidades. Já no início de 2018 o coletivo foi chamado para compor uma roda de conversa no *campus* da UFSC em Araranguá, localizado a 218 km ao sul de Florianópolis, para falar sobre nossa organização e atuação no *campus* de Florianópolis - na época, em Araranguá, estava havendo muita evasão das mulheres que engravidavam no decorrer da graduação. As articulações e presença em espaços diversos promoveu maior visibilidade para o Coletivo, dentro e fora da universidade. Desde muito cedo, no Coletivo, houve o entendimento de que, para alcançar nossos objetivos, o melhor a fazer (inicialmente) seria ``aparecer''. Afinal, quem não é visto não é lembrado.

Paralelamente à campanha e ações, começamos a articular as conversas e aproximações com outros centros de ensino da instituição. Após o CFH conversamos com o Centro de Ciências de Educação (CED), Colégio de Aplicação da UFSC (CAU), Centro Tecnológico (CTC), Centro de Ciências da Saúde (CCS), Centro de Comunicação e Expressão (CCE) e Centro Sócio Econômico (CSE). Nos centros, solicitamos espaço nas reuniões de colegiado de alguns cursos e nos Conselhos de Unidade. Em alguns departamentos, aqueles com menor abertura, apresentamos a ideia do projeto diretamente para professores(as) que poderiam, de alguma maneira, relacionar-se com a ideia do contraturno que propúnhamos. Após alguns

POR ONDE ANDAMOS?

meses de articulações, ao longo de 2017, onde o nome do Coletivo já estava sendo bastante ventilado na instituição, por toda sua atuação dentro e fora das redes. Em maio de 2018, a Reitoria nomeou a comissão responsável por elaborar a Política para Permanência Materna na UFSC. A comissão teve 180 dias para construção da minuta, com início das atividades em junho de 2018 e finalização em novembro do mesmo ano. Entre dezembro de 2018 e início de 2019 o Coletivo se mostrou bastante otimista em relação a finalização da minuta e as ações que viriam na esteira da política. Afinal, houve participação do coletivo do início ao fim do processo. Porém, mais uma vez, nem tudo saiu como o esperado.

Ao longo de 2019 muitas mulheres, que vinham construindo o Coletivo, foram se desvinculando da UFSC, seja por concluir seus cursos de graduação e/ou pós-graduação, seja por abandono ou trancamento de matrícula. Havia também aquelas que estavam imersas no processo de conclusão de curso, o que tomava um tempo considerável de suas militâncias. Todos os movimentos internos, relativos à trajetória pessoal de cada uma, fez com que, durante o referido ano, o Coletivo tenha diminuído o ritmo de sua atuação em função da transição em que se encontrava. O resultado disso foi a minuta ficar parada na "gaveta" do reitor, aguardando liberação para seguir tramitando até chegar no Conselho Universitário (CUn) para aprovação.

Então chega o início de 2020, e o Coletivo se prepara para receber as mães estudantes, e assim fortalecer o grupo para seguir na luta, pautar suas demandas e garantir a apreciação da minuta ao CUn. Porém, mais uma vez, nos deparamos com um desafio. Só que dessa vez o desafio não estava restrito apenas às mães estudantes na UFSC, e a falta de mãos para dar continuidade às lutas, se tratava de um desafio mundial, a pandemia da COVID-19. E no dia 16 de março de 2020, a UFSC entra em *lockdown*.

Contrariando todas as expectativas, e apesar do desgaste físico, emocional e mental que a pandemia trouxe, o Coletivo, enquanto movimento social, avançou em termos de coesão do grupo, articulação e participação em eventos *online*. Nesse sentido a pandemia foi positiva. Explico. Embora as mulheres, sobretudo as que têm filhos, tenham sido ainda mais sobrecarregadas pelos efeitos do *lockdown* em suas rotinas de trabalho, estudo e familiar, mesmo assim, as mulheres do Coletivo conseguiram abrir alguns caminhos e consolidar algumas ações. Dentre elas manter uma regularidade nas reuniões do próprio Coletivo, pois durante esse período as reuniões eram realizadas de modo virtual, o que aumentou o *quorum* nas reuniões; realização *online* do I Seminário MÃes Estudantes: Perspectivas e Políticas Públicas na UFSC²; elaboração e divulgação do Formulário Sócio Demográfico MÃes

² Esse evento aconteceu no início de 2022, no período em que a universidade ainda se encontrava no regime de ensino remoto.

POR ONDE ANDAMOS?

Estudantes da UFSC³ com objetivo de traçar o perfil das mães estudantes na UFSC, uma vez que a instituição não tem essas informações; articulação com a câmara de vereadores da cidade de Florianópolis, dando início a um diálogo, com a Comissão da Mulher na Câmara de Vereadores de Florianópolis, para fomentar a elaboração de uma política para permanência materna na esfera municipal de educação, por entender que uma política de permanência materna tem mais chances de sucesso se aplicada de maneira integrada entre instituições de ensino nas três esferas: Federal, Estadual e Municipal.

Parte da atuação do Coletivo, no período da pandemia, se deu pelo fato da UFSC criar e disponibilizar para matrícula o código de disciplina chamado ZZD2020. Esse código permitia suspender as atividades acadêmicas sem que os estudantes perdessem o vínculo com a universidade. Dessa maneira os estudantes não teriam prejuízos com relação ao acesso e manutenção dos auxílios recebidos da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAE). Muitas mães estudantes, após o primeiro semestre de ensino remoto, matricularam-se na disciplina ZZD2020. As demandas e desafios que chegaram com a pandemia (ensino remoto, filhos em *homeschooling*, trabalho *home office*), como dito anteriormente, sobrecregou as mulheres e muitas optaram em se manter na disciplina ZZD2020 até o retorno das atividades em 2022.

O Formulário Sócio Demográfico MÃes Estudantes da UFSC nos trouxe informações interessantes acerca do perfil das mães estudantes. Um dos dados que chamam atenção é a porcentagem de mães estudantes negras, 32,2%. Se considerarmos a porcentagem total (homens e mulheres) autodeclarados negros no estado de Santa Catarina, chegamos em 19,5%, segundo o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Isso nos ajuda a refletir sobre 2 questões: 1) as políticas afirmativas estão funcionando, uma vez que a porcentagem referente (apenas) às mães estudantes negras na UFSC é de 1,65 vezes maior que a porcentagem geral do estado catarinense - considerando 100% das respostas, pouco mais de 43% da mães estudantes acessou a universidade por meio de alguma política afirmativa; 2) existe uma migração interna de mulheres, o que pode refletir na existência de um número considerável de mães estudantes que chegam em Florianópolis sem rede de apoio. Outra informação interessante foi em relação ao vínculo institucional, onde 86,7% das mães estudantes da UFSC estão na graduação. Essa informação ajuda a pensar acerca da precarização do trabalho provocada pela não obtenção do título no ensino superior. O que acaba por empurrá-las para uma vulnerabilidade socioeconômica quando associamos o elevado custo de vida na cidade aos baixos salários ofertados na capital catarinense para pessoas sem nível superior completo.

³ Trata-se de uma pesquisa inédita, ainda não publicada, realizada pelo Coletivo MÃEstudantes durante o ano de 2021.

A partir dos dados extraídos do formulário, o Coletivo retomou o diálogo com a Reitoria e buscou articular com a Comissão da Mulher, na Câmara de Vereadores de Florianópolis. A fim de construir uma política de permanência materna integrada. Contribuindo, dessa maneira, para construção e consolidação de uma política pública que coloque para dialogar as três esferas de ensino: Federal, Estadual e Municipal, na capital catarinense. Tudo isso aconteceu em plena pandemia, no decorrer dos anos de 2020, 2021 e início de 2022.

Conquistas

As conquistas do Coletivo iniciaram-se já em 2017 com sua fundação, com os convites que foram surgindo para eventos, dentro e fora da UFSC. Em 2018 com o aumento da visibilidade e reconhecimento junto a comunidade acadêmica e representações estudantis como CA's e DCE, a nomeação da comissão para elaborar a minuta da política materna e alguns avanços como: fraldários em banheiros do CED, CFH e CSE, construção de uma sala de apoio ao aleitamento materno, além de melhor estruturar sua atuação em torno das demandas existentes.

Apenas em 2022, foi que as coisas voltaram a se desenrolar com maior fluidez para o Coletivo. Como supracitado anteriormente, o ano iniciou com o Coletivo sendo responsável pela organização do seu primeiro seminário *online* sobre mães estudantes, esse evento fortaleceu o debate interno e abriu espaço para novas discussões. Em abril de 2022 houveram eleições para eleger a nova gestão da Reitoria na UFSC. A chapa vencedora foi a que apresentou maior diversidade na composição, uma mulher negra e um homem branco, sendo que uma das propostas de campanha versava sobre o interesse na pauta do Coletivo, e outros movimentos sociais existentes na instituição. A soma dos acontecimentos, discussões propostas no seminário e a nova gestão da Reitoria, deu uma oxigenada no grupo. Oxigenou no sentido de trazer outras mulheres para a luta, sobretudo aquelas que entraram na universidade durante a pandemia. As reflexões, e movimentações políticas, trouxeram elementos que, aos poucos, foram apropriados pelas mulheres, resultando em maior segurança das integrantes para seguir na luta. Com o advento do retorno das aulas presenciais na universidade, e a suspensão da disciplina ZZD2020 no segundo semestre de 2022, a atuação do Coletivo retornou com força.

Assim que iniciou o segundo semestre, em 18 de agosto de 2022, o Coletivo solicitou reunião com a Reitoria, e os demais membros que participaram da comissão de elaboração da minuta para política de permanência materna. Paralelamente a isso, a nova gestão liberou o cartão de acesso das crianças, filhas e filhos com idade até 12 anos de estudantes da UFSC, ao

POR ONDE ANDAMOS?

RU. Anteriormente o acesso das crianças não institucionalizadas⁴ ao Restaurante Universitário (RU) dependia da liberação da direção do restaurante, agora é um direito garantido pela universidade às crianças que acompanham suas mães e pais na universidade.

Ainda na esteira das conquistas, houveram avanços nas discussões acerca da minuta. Atualmente uma nova comissão foi nomeada com paridade entre as partes, o que não ocorreu na comissão anterior. Outro avanço nas discussões para reestruturação da nova minuta é a presença das mães estudantes da pós-graduação na comissão e também como beneficiárias da política.

As conversas e reuniões com a Comissão da Mulher na Câmara de Vereadores de Florianópolis também avançaram em 2022. Onde o Coletivo apresentou algumas das informações que aparecem no formulário, bem como as ações pertinentes à política de permanência materna pensada na UFSC. As informações irão auxiliar a Comissão da Mulher para iniciar as discussões no município, pois as vereadoras corroboram com a ideia de que as políticas precisam ser integradas para que sejam efetivas.

Outra conquista importante foi a articulação do Coletivo que se estabeleceu ao longo dos anos com mulheres de outros *campi* da UFSC, para o fortalecimento do Coletivo MÃEstudantes nas outras unidades, além de articular com outros Coletivos maternos em IFES brasileiras.

Ao falar das conquistas não posso deixar de mencionar a atuação de todas as mulheres que passaram e permanecem no Coletivo. Todas foram/são, peças fundamentais na construção, avanços e conquistas do grupo. A troca de experiências e vivências entre as mulheres foi o que viabilizou a luta e atuação até aqui. A potência de movimentos construídos por mulheres, com mulheres e para mulheres, se mostra cada vez mais evidente para as mães estudantes, e não só para elas como para toda comunidade acadêmica. Segundo Michel Foucault (1984) “a experiência que é a racionalização de um processo, ele próprio provisório, que termina num sujeito ou em vários sujeitos”, se entrelaçam e provocam a construção de algo novo para o indivíduo, e para o grupo. O que acaba por compor uma das molas propulsoras na luta pelos direitos das mães estudantes, dentro e fora das universidades.

⁴ Na UFSC existe o Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI), que atende crianças de 04 meses a 6 anos incompletos, e o Colégio de Aplicação da UFSC (CAU), que oferece turmas do primeiro ano do ensino fundamental ao terceiro ano do ensino médio. As crianças matriculadas nas duas unidades de ensino estão institucionalizadas, já as filhas e filhos dos estudantes, não.

Considerações finais

Se mulheres são a maioria dentro das universidades desde 1996 (ANDIFES, 2018), a pergunta que fica é: porque, até hoje, ninguém pensou em uma política para permanência das mães estudantes na educação superior?

Considerando que movimentos sociais surgem das demandas reprimidas de grupos historicamente oprimidos e subalternizados, inferimos que, o surgimento do Coletivo MāEstudantes na UFSC, há 5 anos, veio para consolidar a necessidade de olharmos com mais atenção ao grupo populacional fundamental para a manutenção da sociedade, as mães.

No que tange a formulação, aplicação e consolidação de políticas públicas, se faz urgente o entendimento da necessidade de integração das políticas. Quando falamos de política para permanência materna, na UFSC, não faz sentido que ela seja pensada apenas na instituição, pois existem aspectos da vida da estudante que são atravessados pela esfera municipal. Por exemplo, se a mãe trabalha o dia inteiro, estuda a noite e é mãe solo, ela vai precisar que o município ofereça creche, ou contraturno, para que a(s) criança(s) permaneça(m) durante o período que a mãe está na universidade, ou então ela está fadada a aguardar que os filhos cresçam para, somente nesse momento, ir em busca dos seus sonhos. Outro ponto a se pensar é sobre mulheres que se tornam mães e não conseguem concluir o ensino médio e/ou seguir estudando. Não por falta de interesse, mas geralmente por falta de tempo e oportunidade. Uma vez que muitas precisam sustentar suas famílias e deixam os estudos, a realização pessoal e profissional em segundo plano. Se existe uma política para permanência materna integrada, independente do nível educacional que a mulher se encontra, o acesso dela ao ensino superior torna-se uma realidade. Quando a mulher avança, toda família avança junto, e por esse motivo é que as políticas para permanência materna são fundamentais, pois a educação provoca a mobilidade social da mulher e, consequentemente, de sua família.

No dia em que as mulheres mães se derem conta de que são as únicas capazes de iniciar uma revolução, por serem elas as responsáveis em “parir” a sociedade, nesse dia então alcançaremos a tão desejada transformação social que tanto aguardamos.

A revolução só vai acontecer se ela for materna!

Referências:

ANDIFES, 2018. *V Pesquisa Nacional de Perfil Sócioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das Instituições Federais de Ensino Superior*. Brasília, DF: ANDIFES, 2019. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/upload/s/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioecon%C3%84mico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2022.

FOUCAULT, M. O retorno da moral. In: ESCOBAR, Carlos Henrique de (Org.). Michel Foucault (1926- 1984) - O Dossier: últimas entrevistas. Rio de Janeiro, Livraria Taurus Editora, 1984.

13º CONGRESSO MUNDOS DE MULHERES (MM) E SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 (FG). Disponível em: <https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/>. Acesso em: 18 nov. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) . *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

Estudantes mães (R)existem: um projeto feito por mães dentro a UFSJ

Anna Luiza Fernandes de Souza

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

Lislane Feitosa Coelho

Graduada em Teatro pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

Rita de Cássia Sousa Moreira

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

Mudança: Exige paciência e persistência. É um esforço diário. É quando a alma decide morar em um novo coração que é totalmente dependente de você. (Estudantes MÃes (R)Existem, Dicionário de Verbetes, p. 7, 2021).

Um pouco da história do Projeto

O Coletivo Estudantes MÃes (R)Existem é um projeto de criação artística composto por mães, que por meio da arte, promovem visibilidade para essas mulheres dentro da universidade. Discutimos sobre questões como a solidão e invisibilização materna dentro do espaço acadêmico, bem como a ausência de políticas públicas que nos incluam nesses ambientes.



“Em 2017 estava no meu terceiro ano da graduação de Teatro na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), Minas Gerais, e me tornei mãe. Mas não tinha apoio nesta cidade, e voltei para o Maranhão, minha cidade natal, para morar com meus pais. Entre trancamentos e algumas disciplinas que aceitavam me orientar a distância, voltei para Minas no segundo semestre de 2019, sem meu filho. Meus colegas nunca acreditaram que eu voltaria, e quando voltei, mesmo sem meu filho presente, fui excluída por aqueles que conhecia. Quem me acolheu? MÃes.

Passei por um semestre muito tenso, triste, depressivo e extremamente desafiador. Lembro de ter passado uma semana inteira dentro do quarto chorando, sem sair para nada. Mas nessa mesma semana, no fim de semana do dia das crianças, uma amiga me chamou para um

evento na comunidade, e resolvi participar. Foi lá que encontrei o aluno de jornalismo Rafael Nascimento. Eu precisava me salvar de alguma maneira, e precisava gritar minha dor de alguma forma: falei com ele sobre fazer fotos de mães universitárias. Sem pensar duas vezes ele topou. Rafael falou com Marcius Barcelos, técnico do laboratório de processos fotográficos, que prontamente se disponibilizou a nos ajudar. Eu fiquei na função de marcar os horários com as mães e Marcius de reservar a sala para fazer as fotos. Marcius e Rafael ficaram responsáveis pela autoria das fotos. Essa foi nossa primeira ação voltada às mães estudantes da UFSJ.

Com algumas fotos prontas, fui atrás de uma gráfica e de informações sobre lambe-lambe, contando com orientações de amigos artistas. A ideia original era expressar através dos lambes que estamos dentro da universidade e não somos invisíveis. Um grito de socorro para a necessidade de políticas públicas voltadas para as mães universitárias. Encontrei a gráfica, que me deu desconto, e arquei sozinha financeiramente com os primeiros lambes.

O primeiro lambe foi escolhido a dedo. Em 2015 acompanhei a história da Isis Ferreira, do curso de Teatro, com sua filha recém nascida, que com poucos meses era levada para sala de aula. Ela não recebeu apoio e nem havia estrutura para receber um bebê na universidade, situação alarmante que trouxe mais do que sofrimento, nas palavras de Isis *“a sensação era de indignação ao pensar que outras pessoas maternando poderiam estar vivendo a mesma falta de recursos na UFSJ e que nós não tínhamos representatividade alguma em nenhuma instância da academia”*. O Campus Tancredo Neves (CTAN), onde aconteciam nossas aulas, era localizado em uma região extremamente fria da cidade, sendo necessário faltar às aulas várias noites para não expor a criança ao inverno rigoroso de São João Del Rei. Levando a faculdade aos trancos e barrancos, Isis foi jubilada do curso de Teatro em 2022, faltando apenas a apresentação do seu trabalho de conclusão de curso. A intensidade dessa história, a solidão da estudante mãe, e a impotência frente ao descaso da universidade, foram mais do que inspiração para agir, foram um ato de resistência e um pedido de desculpas — pois quando conheci Isis com sua filha recém nascida na sala de aula, não tive a empatia de ajudá-la, segurar a criança para ela assistir a aula tranquila, ou fazer um grupo ou dupla com ela para ajudá-la nos trabalhos. Isis abandonou a disciplina e ninguém percebeu, inclusive eu.

E o impacto do primeiro lambe, que teve 3 metros de altura e dois de largura, fez com que outras mães se identificassem e chegassem até mim. Nesse momento surgiu um grupo no *Whatsapp*. No princípio, a ideia do grupo era um espaço para organizar agendas com tantas mães quantas quisessem participar dos lambes, para a confecção das fotografias. E a partir daí,

várias mulheres foram se movimentando, convidando amigas que compartilhavam de realidades parecidas e se tornando parte do grupo, uma por uma, formando uma rede que, de repente, era bem mais do que tínhamos proposto. Essas mulheres então se apoiaram, não só nas dificuldades de locomoção até o campus onde foram feitas as fotos, mas em discussões do dia-a-dia, relatando suas vivências de maternidade e universidade. E resistimos com o projeto até então com o nome Mães Universitárias (R)Existem.

Em março de 2020, entrei em contato com Fernanda Omelczuk, mãe, e professora adjunta do Departamento de Ciências da Educação. Minha intenção nessa conversa era procurar meios para utilizar o espaço da brinquedoteca da UFSJ como uma possível creche — a ideia era fazer um projeto de extensão no qual os próprios alunos da universidade ganhassem bolsa e trabalhassem com as crianças, filhos de graduandos, técnicos, professores, pensando numa solução para as mães que estudavam à noite e não tinham rede de apoio para deixar os filhos. Apesar de ser extremamente necessária, a ideia não foi para frente.

A universidade fechou devido à pandemia.

Me vi invisível. Passei seis meses trancada numa pequena casinha agora na companhia de meu filho, contando com alguns amigos, uma rede de apoio pequena. A maior parte dos dias éramos só nós dois, foi enlouquecedor. Criei a página do instagram para o Coletivo, postei as fotos que já tínhamos e não fazia ideia de quando faríamos mais lambes. Através do instagram, Olívia Drumond, estudante de filosofia e membro do Hipática - Grupo de Pesquisa e Extensão da UFSJ, entrou em contato querendo saber mais sobre o Coletivo e passou a fazer parte, compartilhando comigo a responsabilidade pelos textos do instagram e pela escrita de documentos. Pudemos contar com a orientação da Fernanda e pensar em próximos passos para o projeto. Nesse momento éramos cinco pessoas isoladas pela quarentena do Covid-19 e tentando mais do que tudo, fazer a arte acontecer mesmo em tempos tão sombrios.

Depois de seis meses de pandemia voltei para o Maranhão.

(R)Existência na Pandemia

Existe hora certa para ser mãe?
(Documentário “Hora Incerta”, 2022)

Durante a Pandemia do vírus Covid-19 a necessidade de presença e sensação de solidão se fizeram presentes na vida da maioria das mães do coletivo. Foi quando fomos aprovadas no edital nº003/2020/UFSJ/PROEX, de Apoio à Criação e Circulação Artística da UFSJ,

tornando-se “Estudantes Mães (R)Existem”. Entrando em contato com mães adolescentes no ensino médio, passamos a abranger também a causa para todas as mães estudantes, e não só as universitárias, motivo da mudança do nome. Fernanda Omelczuck atuou como coordenadora do projeto, Marcius Barcelos como vice-coordenador e Fernanda Corghi como apoio. O projeto contou com duas bolsistas, Flávia Freitas e Lis Coelho, e duas estudantes voluntárias, Anna Fernandes e Franciele Ferreira. E houve a saída da Olívia Drummond e do Rafael Nascimento — que ainda assim colaboraram conosco quando possível.

O grupo se tornou algo essencial, mas ao mesmo tempo cada vez mais difícil de manter. Para nós, que estávamos atuando enquanto projeto, os prazos e as reuniões foram somados à sobrecarga do dia-a-dia enquanto atuamos em triplas jornadas de trabalho para tentar dar conta dos filhos, casa, família, faculdade. Foi nesse contexto que produzimos um documentário.

A sobrecarga de conciliar projeto, filho e faculdade durante a pandemia nos soterrou. Mas muito provavelmente não teríamos nos engajado em nenhum outro projeto que não fosse esse: um projeto de mães. As mães do coletivo compartilharam uma sensação de pertencimento ao Estudantes MÃes (R)Existem, sensação essa que não tínhamos por nenhum outro estágio ou projeto. Parecia fora da nossa realidade participar de pesquisas e de projetos de extensão, visto que nem dos estudos da faculdade estávamos dando conta. E de fato, estávamos superlotadas de trabalhos, mas não fosse a coragem de se inscrever em um projeto de mães, nunca seríamos capazes de descobrir que damos conta sim, de produzir e sermos mães ao mesmo tempo. O Projeto forneceu a fé de que precisávamos para acreditar em nós mesmas enquanto acadêmicas e ter coragem de participar de quaisquer outras propostas não relacionadas à maternidade.

Estando em um coletivo, percebemos também o quanto lidar com as dores de outras mães nos empoderou, enquanto estudantes e enquanto mulheres. As histórias se misturavam. Na pandemia, enquanto fazíamos malabarismos para conciliar tudo, percebemos que muitas mães sofriam com a mesma realidade. Passamos a falar em grupo: da solidão, da exaustão, de não aprender nada nas aulas online, da falta de acolhimento dos professores e colegas, de não ter energia para os filhos, e de não ter ajuda. Tivemos que aprender a lidar com nossas histórias individuais e com as histórias de outras pessoas que eram muito impactantes e, em meio à pandemia, tentar manter a sanidade mental, estando mais ocupadas do que nunca.

Durante todo o ano de 2021 focamos na construção do documentário. Nesse contexto, o documentário surgiu como intervenção artística, produzindo uma forma de conscientização e resistência através da história de diversas mães da UFSJ. Como nos lambes, queríamos

mostrar que existimos, mas mais do que isso: o quanto ser mãe na faculdade é um ato de resistência. Falamos sobre visibilidade, sobre pertencimento, sobre validação das nossas lutas diárias, mas como passar essa mensagem adiante? Essa demanda surgiu no projeto, sob forma de expressar nossa realidade, de externalizar esse sentimento. Foi nesse solo que nasceu o Documentário “Hora *Inculta*”, na tentativa de representar a vivência da estudante mãe dentro da UFSJ. E também como oportunidade de instruir — acerca dos direitos, das políticas de acessibilidade existentes não só dentro dessa universidade, mas dentro da legislação brasileira sob forma de inclusão de mulheres. A produção do documentário afetou inclusive uma mãe fora da universidade, que nos relatou ter voltado a estudar, para concluir o ensino médio, após o contato com nosso projeto.

Realizamos então uma entrevista com Letícia Paiva, embaixadora do *Parent In Science* na UFSJ, grupo formado por cientistas mães e pais para levantar discussões sobre maternidade e paternidade dentro da área da ciência do Brasil. Conversamos sobre dados e números de mães dentro da universidade. Queríamos uma forma de impactar, e a ideia sugerida por Letícia veio sob a forma de rostos. Então, no documentário voltamos para o princípio do nosso projeto, coletando fotos de mães com seus filhos para serem passadas nesse filme que estávamos produzindo. Letícia lembrou do motivo pelo qual o projeto começou: o poder que tem o rosto de uma mãe estampado pela universidade. E a partir daí prosseguimos no documentário com a presença de tantas mães quantas conseguimos contatar, dificultadas pela pandemia e contando suas histórias num mosaico que retrata a realidade da estudante-mãe brasileira.

O documentário contou com coleta de dados, informações e histórias de vida, tendo participado diversas mães do coletivo. Nós, enquanto mães, trabalhamos na atuação, na narração, na construção das cenas, escolhendo os elementos que acreditávamos serem necessários para nos expressar. Não só as bolsistas e voluntárias do projeto, mas também várias mães do coletivo que contribuíram com vídeos caseiros, relatos de vida e fotos, que enriqueceram e deram rostos para este documentário, dos quais tanto precisávamos para nos expressar. Marcius Barcelos e Fernanda Omelczuk trabalharam na direção, filmagem e edição de todas as cenas, orientando e expressando sua arte nos detalhes de como cada parte desse mosaico seria realizada. E, claro, na escolha do nome. Estamos cansadas de ouvir perguntarem por que resolvemos engravidar justo na faculdade, por que não esperamos mais tempo. E existe de fato um momento ideal? Ouvimos em qualquer época da vida que estamos prejudicando nossa carreira, nossos estudos, nossa vida pessoal, ao escolhermos ser mães. O nome escolhido, “Hora *Inculta*”, ironiza a questão de se esperar que as mulheres adaptem suas vidas à

maternidade, ao invés de o ambiente público ser adaptado para sermos livres para maternar no momento em que desejarmos. Afinal, não existe “hora certa” para ser mãe.

Importância da visibilidade

Culpa: Ser mãe significa ser culpada de tudo, sempre. Até o fim da vida.

A culpa é sua.

(Estudantes Mães (R)Existem, Dicionário de Verbetes, p. 5, 2021).

“Ser mãe já é solitário. Na universidade então... a solidão chega a sufocar. É uma sensação de não pertencimento, como se ninguém ao seu redor soubesse pelo que você passa, e como se o que é falado nas salas de aula não fizesse mais sentido na sua realidade.



Como se o mundo todo tivesse girado e só você continuasse ali parada. Eu, quando voltei da licença maternidade, sufocada de filho, de fralda, de roupa pra lavar, de puerpério, de coisas pra fazer, cheguei na faculdade acreditando que finalmente teria tempo pra mim — tempo pra viver, pra ser eu mesma, pra falar de profissão e de todas as coisas que eu amo que não envolvem ser mulher, mãe e dona de casa. Tempo para respirar. A expectativa foi alta e a queda foi grande, porque a sensação de sufocamento quando pisei na faculdade chega a ser indescritível. Eu sentia que não existia. Sentia que não era ninguém, que estava no limbo, que não tinha presença.

E o susto que foi, quando passando em frente ao restaurante universitário, me deparei com o lambe-lambe de uma mãe, de todo o tamanho, com o peito pra fora amamentando seu bebê. Nossa. Me senti abraçada, validada e incrédula, pensando se só eu estava vendo aquilo. Não acreditei: eu não estava sozinha. Olhei para a foto daquela mãe, bem ali na frente de todo mundo, e pela primeira vez em meses eu senti que existia. E corri atrás de conhecer quem tinha feito essa colagem, que grupo seria esse que sabia pelo que eu estava passando, que tinha feito por mim, talvez sem saber, a primeira coisa que realmente validou a minha existência, minha

solidão, que encheu de ar meus pulmões: me deu visibilidade. Eu me vi nos olhos daquela mãe, e através dela conheci tantas outras que relataram uma história parecidíssima com a minha e que sentiram uma força a mais para continuar tentando estudar depois de terem sido notadas.

Penso na forma como é estruturada essa e tantas outras universidades, que levaram tantas mulheres a compartilhar esse sentimento. De solidão e de não pertencimento. De serem invisibilizadas. E de não ter espaço para os filhos ali. Se existe um coletivo é porque ele é necessário. Foi assim que o Estudantes MÃes (R)Existem tomou espaço na minha vida, me amparando e reconhecendo como mulher. Com o fortalecimento de que precisei pra ir longe, e sem o qual talvez não tivesse conseguido produzir nada sozinha.”

Desde a pandemia temos discutido frequentemente com outras estudantes acerca das dificuldades para produzir enquanto se é mãe, principalmente academicamente. MÃes de variados contextos e cursos relatando a mesma preocupação, o mesmo sofrimento: currículo vazio. Com as restrições de horário que temos sendo mÃes, acabamos trabalhando menos, produzindo menos e ganhando menos. E sendo tão limitadas nos espaços, tanto os acadêmicos quanto os de trabalho, nossa construÃo de carreira se torna extremamente prejudicada. Principalmente se comparado ao homem.

Uma pesquisa feita pelo grupo *Parent in Science* (2020 apud SILVA et al., 2020) relata que na produÃo acadêmica de discentes durante a pandemia de Covid-19, estudantes mÃes foram as que menos produziram remotamente. Segundo a coleta de dados, as mulheres com filhos produziram em média 23% a menos que as mulheres sem filhos. A pesquisa aponta que a produÃo acadêmica dos homens com filhos também foi afetada pela pandemia, comparado àqueles que não são pais — mas ainda assim, os pais produziram pelo menos o dobro que as mÃes nesse período. A pesquisa aponta, por fim, que o grupo de discentes menos afetado pela pandemia na produÃo acadêmica foi o de homens brancos sem filhos, enquanto o mais afetado foi o de mÃes negras.

Esse cenário ressalta a necessidade da nossa luta por direitos, por recursos, por igualdade. A visibilidade da nossa causa aqui entra frisando a importância do reconhecimento da nossa realidade. São realmente óbvias nossas necessidades? Se sim, por que ainda temos que lutar por elas? Na luta pelos direitos das mulheres, acabamos não só na função de apoiar as mÃes do coletivo, mas também na de abrir os olhos de quem não vive nossa realidade e não se dá conta dela. Visibilidade, para que se entre em contato com as questões da maternidade não só quem se torna mÃe, mas para que toda uma rede possa discutir isso.

A rede de apoio funciona diretamente na diminuição dessa discrepância entre homens e mulheres no mercado. Não só no apoio no cuidado com os filhos e redução da sobrecarga, mas até mesmo na questão do levante de autoestima, pois assim como algumas de nós só descobriram que seriam capazes de produzir após ingressar num projeto de mães, muitas outras puderam entrar em contato com histórias e oportunidades de criar, mesmo sendo mães: se reconstruir através do coletivo.

Coletivo

Amor: aquilo que dizem que nasce automaticamente com a maternidade, mas na verdade não é bem assim. (Estudantes MÃes (R)Existem, Dicionário de Verbetes, p. 4, 2021).

O Projeto Estudantes MÃes (R)Existem começou então a tomar forma através de um grupo no *Whatsapp*, como coletivo. MÃes de todos os campi da UFSJ apareciam no grupo trazendo suas histórias de violência e resistência, e se identificando umas com as outras, criando uma rede poderosíssima. Por meio dessa rede foi validada nossa necessidade de falar, de sermos vistas, de conquistarmos nosso espaço dentro da universidade. Espaço para os nossos filhos. A partir daí, conforme as demandas iam sendo relatadas no grupo, tantas mulheres quantas era possível, se movimentaram para tentar correr atrás de mais direitos. Ali naquele grupo foram informadas de todos os recursos existentes na faculdade, e discutidos os que ainda era necessário conquistar. Nem todas as conquistas foram possíveis — a maternidade falava mais alto e ocupava quase todo o tempo. Mas o que foi conquistado, a duros passos, se deve à movimentação de mulheres que não quiseram se calar, agindo em prol umas das outras.

Sempre imaginamos o Coletivo como *coletivo*: com várias mães fazendo funcionar e levando nossas vozes através do que já fizemos e conquistamos. Depois de o Estudantes MÃes (R)Existem ter deixado de ser Projeto de Criação Artística, Lis relatava ter se visto sozinha, de longe ainda no Maranhão, sentindo nas costas o peso de tentar engajar o grupo, tentando manter a arte do Coletivo. É fato que o grupo existe e que é forte, mas concordamos que ainda é necessária muita iniciativa. Apesar de a maioria das mães do coletivo não ter participado da produção ativa do documentário, das pesquisas, dos atos do projeto, todas elas estão ali. Em relatos, em fotos, em representação, pois todas vivenciamos realidades muito parecidas. Mesmo assim, ainda se faz necessário chamar a atenção dessas mulheres para seu valor dentro do nosso grupo, reforçar seu potencial para ajudá-las a tomar iniciativa, para que sintam que podem falar sobre suas maternidades. Para nós incomoda a autocobrança de ver tantos eventos, festivais e seminários surgindo e o nosso documentário pronto sem que ninguém inscreva por falta de

tempo. E o grupo se move a compartilhar frequentemente no grupo do *Whatsapp*, tanto eventos quanto pautas a serem cobradas, na tentativa de proporcionar a oportunidade de que alguma mãe participe, afinal, qualquer mãe estudante sabe falar sobre maternidade. Imaginávamos as mães se unindo, compartilhando projetos, falando sobre o maternar de cada uma. Mas essa troca acontece a passos lentos, quando acontece, porque ninguém tem tempo, disposição, ninguém consegue participar dos trabalhos. Porque somos mães. Mas um pequeno passo também é um passo.

Discutimos muito sobre a importância do levante da autoestima no contexto da maternidade. Há o desgaste, a demanda constante, há a sociedade patriarcal, e há as mulheres fazendo malabarismos para coexistir nesse contexto, com criatividade de menos para inovar e responsabilidades demais nas costas. Não foi uma, nem duas, nem três mães que relataram se sentir muito atrás dos colegas de sala em termos de currículo. Nós temos menos tempo disponível para produzir academicamente. Nós somos limitadas na grande maioria dos espaços de trabalho, não só por sermos mulheres, mas mais ainda quando somos mães. E quando olhamos para o lado vemos diversas pessoas à nossa volta com planos de carreira complexos, enquanto nós não sabemos nem se vamos conseguir terminar a graduação. Torna-se corriqueiro se sentir incapaz.

De fato, as estatísticas comprovam que a porcentagem de saída do emprego por parte de mulheres é aumentada potencialmente quando se tornam mães, o que não é percebido quando se trata dos pais. Uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (RIBEIRO & BOAVENTURA JÚNIOR, 2019), comprova que 50% das brasileiras que se tornam mães não retornam ao trabalho após a licença maternidade, e apesar de 65% das mulheres entre 25 e 44 anos no Brasil estarem empregadas, analisando as brasileiras da mesma idade com um filho de até um ano essa taxa cai para 41% . Ao comparar homens que têm filhos nessa mesma faixa etária, a porcentagem de empregados é até maior.

Essa situação se agrava nos casos de maternidade-solo, em que as mães, sem rede de apoio, se vêem no papel de arrimo da família, sendo responsabilizadas além de tudo por sustentar a casa. Silva et al. (2020) expõem que sem ter com quem deixar os filhos e encontrando dificuldades para inseri-los em creches públicas (seja por falta de vagas ou discrepância com o horário das aulas), muitas mulheres se veem na necessidade de realizar uma quádrupla jornada de trabalho ao conciliar o estudo, o emprego, o cuidado com os filhos e a manutenção da casa, fazendo o possível e o impossível para pagar

creches privadas ou contratar cuidadores para tomar conta dos filhos. Oliveira (2020) relata ainda que mesmo para as mães pesquisadoras e cientistas, que têm o privilégio de trabalhar em *home office*, é imensurável a dificuldade de se manter produtiva academicamente sem prejudicar a atenção com os filhos.

E aí, sentimos que não fazemos nada bem o suficiente. MÃes pela metade, funcionárias nada produtivas e uma vergonha de estudantes. Porque quando se é mãe, alguma coisa vai acabar saindo prejudicada se optarmos por tentar construir uma carreira.

Artivismo

Espaço: Preciso esvaziar, onde fica esse lugar? Não, não me faça esperar, tenho filho para amamentar! (Estudantes MÃes (R)Existem, Dicionário de Verbetes, p. 5, 2021).



“A arte sempre foi um meio de comunicação para mim, entre denúncias e revoltas políticas. Falar através do teatro era uma forma explícita de denúncia, como artista mãe senti a necessidade dessa denúncia em silêncio por sermos mulheres diariamente silenciadas, invisibilizadas e violentadas. Como atriz, fiquei cinco anos sem atuar, as diversas artistas mulheres e mães como Tarsila do Amaral e Frida Kahlo só alcançaram reconhecimento no decorrer da história, mas em suas épocas eram apenas esposas de artistas. Minha primeira atuação depois de me tornar mãe, eu só consegui quando uma amiga me inscreveu com um nome masculino. Quando apareci para a apresentação a equipe não se intimidou em dizer que esperavam por um homem.”

A maioria das mulheres mães artistas são sua própria empresa, sendo empreendedoras de si mesmas e, não conseguindo produzir, ficam fora do mercado e, com filho, sem auxílios, sem políticas públicas e sem rede de apoio, a produção cai e essas mulheres não conseguem manter a si mesmas nem a seus filhos. Sissa Aneleh, Doutora e Mestre em Artes, relata sobre a inquietação de representatividade feminina na arte questionando por que nunca houve grandes artistas mulheres — e em movimento de busca por essas artistas ao longo da história provou que grandes artistas mulheres existiram em todas as épocas (BATISTA DE ASSIS, 2018). Esse apontamento diz muito da invisibilização feminina, que já citamos constantemente na maioria das áreas de atuação profissional, mas na arte parece ser ainda mais marcante a necessidade de (r)existência.

A arte feminina e, principalmente, a arte de mães, sempre existiu com invisibilidade, apagamento e silenciamento. Quando nos expressamos através dos lambe-lambes frisamos algo que foi idealizado por uma mulher para levar a imagem de várias mulheres — imagens essas por trás das quais, apesar de vivências diferentes, expressam um problema em comum: a falta de políticas públicas para mães estudantes que acarreta nas nossas dificuldades particulares. O lambe-lambe de mães estudantes nos muros da Universidade Federal de São João del-Rei foi meu grito de socorro na garganta de tantas outras mulheres. O impacto que isso gera nas mães, o impacto que isso gera nas mulheres não mães, tudo isso é simbólico, necessário e precisa ser discutido dentro do meio acadêmico. Não se tornou somente um grito, resultou na união dessas mães. E, é com essa união que aos poucos estamos conseguindo realizar mudanças. Ainda pode faltar muito, mas o primeiro passo foi dado.

Medo no Isolamento: como a pandemia atingiu em cheio mães já sobrecarregadas

Solidão: estar cercado de pessoas e se sentir só (...). (Estudantes Mães (R)Existem, Dicionário de Verbetes, p. 7, 2021).

“A impressão que deu é que, com a pandemia, olhou-se para tudo e para todos, menos para as mães. Eu tive minha licença maternidade negada porque confundiu-se ‘ensino remoto’ com o ‘tratamento especial’, esse último um direito há muito tempo estabelecido para as mães estudantes. O ‘ensino remoto’ deu-se, em função da pandemia, com a instauração de aulas online, em plataformas pela internet, com um calendário e cronograma comum para todos os alunos. O ‘tratamento especial’, flexibiliza os cronogramas de uma forma individual, contemplando a dificuldade específica que aquele aluno está passando no momento.

A licença-maternidade permite que as mães possam entrar em regime especial de estudos, justamente porque o fim da gravidez e o puerpério costumam ser momentos dificílimos em termos de cumprir qualquer tipo de atividade acadêmica. No fim de novembro, sentindo um calor absurdo, com uma barriga de quase 9 meses, com muita dor nas costas, pernas inchadas e cabeça a mil com a proximidade do parto, ainda tentei entregar alguns trabalhos e assistir a algumas aulas. Perdi muitas matérias por conta da confusão que foi feita. Só um ano depois disso, descobri que me haviam negado um direito.

A minha sorte é que eu podia me dar ao ‘luxo’ de perder essas matérias, minha bolsa de pesquisa era desvinculada do rendimento acadêmico. Mas no grupo de mães soubemos de várias delas que estavam prestes a perder suas bolsas de permanência, porque assim como eu, tiveram suas licenças negadas e, de acordo com os editais da UFSJ, tinham que cumprir uma carga horária mínima para continuarem recebendo o auxílio.

Passamos 2 anos inteiros em casa, muitas vezes sozinhas, sem renda esta



Foto: Mariana Barbosa

#EstudantesMães(R)Existem
@estudantesmaesrexistem



vel ou suficiente, tendo que dar conta de estudar, cumprir prazos acadêmicos e cuidar de crianças. Nossa vulnerabilidade se expressou de inúmeras formas durante o isolamento, e o medo de voltar ao espaço físico, quando chegou a hora, cresceu entre todas nós. A partir daí, o Coletivo começou a se movimentar para tentar descobrir o que podia ser feito, de forma institucional, para que pelo menos as mães (e os pais) de crianças menores de 5 anos não precisassem voltar, uma vez que ainda não havia vacina disponível para essa faixa etária.”

Conversando com colegas sem filhos, de vários cursos da UFSJ, sobre a insegurança de tantas mães de se verem obrigadas a frequentar o campus tendo filhos ainda não vacinados, tivemos, inicialmente, a ideia da universidade voltar de forma híbrida, devido à pequena quantidade de disciplinas oferecidas de forma remota depois da volta do regime presencial. A nossa discussão foi recebida com um balde de água fria: ouvimos que faculdade não é lugar para criança e que era egoísmo nosso atrasar todo um curso porque nossos filhos poderiam ser infectados com covid. O interessante é que em nenhum momento estávamos pedindo algo que fosse “atrasar todo um curso”. Estávamos demandando formas institucionais de proteger nossos filhos, que não seriam vacinados a tempo do semestre começar presencialmente. Esse tipo de resposta que ouvimos, escancara o abismo que existe entre estudantes e estudantes-mães: *não somos ouvidas nem quando é para proteger a vida*. Precisamos gritar.

Assim, escrevemos uma carta para a reitoria da universidade, com a demanda das mães pela mudança no plano de retorno presencial das aulas, para que a regra incluísse a possibilidade de continuar em ensino remoto, mães e pais de crianças sem idade mínima para tomar a vacina. Para continuarmos em regime remoto, teríamos que criar um dispositivo em que nos fosse permitido pedir o “tratamento especial”. Com a ajuda do nosso representante discente, conseguimos ser chamadas a participar em várias reuniões dos Conselhos Superiores, para finalmente discutir nossa demanda. As reuniões eram demoradas pela quantidade de pautas e, além de conseguir conciliar mais essa luta nas nossas vidas, tínhamos que encontrar alguém para ficar com nossos filhos por, “sabe-se lá”, quantas horas demorassem as reuniões — e ainda precisávamos nos revezar, durante essas horas, pra ver qual de nós conseguia estar disponível quando abrissem a fala para nossa pauta. Por vários dias nem chegamos a falar, devido ao teto limite de horário das reuniões. Mas, apesar disso tudo, fomos ouvidas. O “tratamento especial” para o nosso caso foi aprovado para o primeiro semestre de 2022 e essa mudança se estendeu não só às mães-estudantes, mas também aos pais estudantes, professores e técnicos que estivessem na mesma situação. Não houve nenhuma política que unificasse para toda a universidade as estratégias de realização das aulas nesse regime — era tudo resolvido no caso a caso, direto com os professores ou com cada coordenadoria — mas ainda assim, graças a ele fomos capazes de continuar estudando, mesmo em tempos tão incertos. O ganho político-institucional dessa vitória foi tão marcante e importante, porque nos mostrou que a nossa organização coletiva tem força suficiente para mexer na estrutura institucional e fazer com que a universidade seja, de uma vez por todas, o lugar certo para as estudantes-mães e suas crianças.

Significados desse trabalho para estudantes mães

Acessibilidade: O design do mundo é excludente. O mundo não é desenhado para o ritmo dos passos das mães. Alguém vê este tempo e estes braços sobrecarregados das mães neste mundo sem acesso? (Estudantes MÃes (R)Existem, Dicionário de Verbetes, p. 3, 2021).

Após o que foi dito chegamos num ponto de validação desse projeto. Qual a importância da Estudantes MÃes (R)Existem para a nossa comunidade? É redundante falar do quão vulnerável é o público pelo/para o qual nosso projeto é voltado. Mas, apesar do óbvio, é necessário dizer isso. Quantas políticas públicas existem que são voltadas para mães? Há infraestrutura dentro das universidades que abrace esse público? E fora desse espaço? Acredito que esse tópico converse diretamente com o sentido de resistência dentro do nosso projeto. É necessário resistir quando o ato de existir não nos é confortável, quando não há recursos suficientes. E o Coletivo vem para tentar tapar essas lacunas, para promover apoio, escuta, recurso para as mães que estão e estiveram sendo invisibilizadas e atropeladas pelo sistema apenas por serem quem são. Para promover espaço de fala também, de expressão, quebrar o silenciamento. O que conversa com a existência desse livro por si só, pois como ser mãe e produzir num espaço como o que vivemos? Como ser mãe e acadêmica, entregar dentro dos prazos e atender pelo menos minimamente às demandas que nos são requisitadas nessa tripla, quádrupla, múltipla jornada de trabalho que é ser mulher nos dias de hoje?

Durante a pandemia, no intuito de colher dados acerca da vivência de mães e pais dentro da Universidade Federal de São João del-Rei, o Estudantes MÃes (R)Existem (2021), realizou uma pesquisa através de formulário online — mais um dado que aponta para a desigualdade entre mães e pais. A coleta englobava dificuldades de se ter um filho dentre os estudantes homens e mulheres de todos os campi da UFSJ, e apontou discrepâncias significativas entre os gêneros de várias classes sociais. Analisando a renda dos alunos, pelo menos 50% dos pais podiam contar com uma renda fixa, mas somente 31% das mães. A questão da renda dificulta substancialmente o ato de inserir os(as) filhos(as) em creches para as mães sem rede de apoio, que segundo a pesquisa são 79,5% das estudantes mães da UFSJ. Falar de maternidade é falar de sobrecarga e a pesquisa mostrou que dentro da UFSJ não é diferente. Apesar de a maioria dos pais universitários ter afirmado não possuir rede de apoio na cidade onde estudam, 100% dos alunos homens alegaram jamais terem chegado a levar o filho para a aula, mas no caso das mães, 41% delas afirmaram já ter sido necessário.

Através do coletivo falamos sobre o lugar que ocupamos dentro da sociedade, e a Arte é a forma que escolhemos para falar. O afeto, a identificação, o significado. Um lambe é muito mais do que um retrato na parede — para uma mãe passando pelo campus um lambe passa uma mensagem: “você não está sozinha”. Você, mulher, para quem viver é diariamente um ato de resistência, para quem pisar num campus é luta, você não está sozinha. Você também pertence e também tem direito, mesmo parecendo que esse ambiente é projetado para te excluir. Um lambe-lambe colado na parede também é pertencimento e pode representar o reforço que uma mulher precisa para continuar ali. E através do documentário expressamos identificação, visibilidade, escuta. No fim nosso objetivo acaba sendo, por meio do nosso trabalho, do artivismo, promover o acolhimento de que essas estudantes precisam.

Estudantes MÃES (R)EXISTEM: Para saber mais detalhes sobre os feitos do coletivo, acesse o QR Code ao lado:



Referências

BATISTA DE ASSIS, S. A. *Vertentes e Vetores da Fotografia Artística Feminina no Pará: 1980-2010*. 2018. 341 p. Tese (Doutorado em Arte) — Faculdade de Arte, Teoria e História da Arte, Universidade de Brasília. Brasília, 2018.

ESTUDANTES MÃES (R)EXISTEM. *Coleta de Dados sobre os Estudantes com Filhos da Universidade Federal de São João Del-Rei*. 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1GnRzPVAAmSc6nR7DsrVNYGFPwQj8jdL7/view>. Acesso em: 10 nov. 2022.

ESTUDANTES MÃES (R)EXISTEM. *Um Pequeno Dicionário de Verbetes*. 2021. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1mFqis4vTX6Kd0v80nV95c1YQI6uqp8_a/view. Acesso em: 20 nov. 2022.

OLIVEIRA, A. L. A espacialidade aberta e relacional do lar: a arte de conciliar maternidade, trabalho doméstico e trabalho remoto na Pandemia de COVID-19. *Revista Tamoios*, v. 16, p. 154-166, 2020.

RIBEIRO, L. G. G.; BOAVENTURA JÚNIOR, M. A. N. O Desafio das Mulheres que são MÃes Diante do Processo de Inserção e Reinserção no Mercado de Trabalho No Brasil. *Revista Jurídica Facesf*, Belém do São Francisco, v.1, n.1, p. 7-20. 2019.

SILVA, J. M. S.; CARDOSO, V. C.; ABREU, K. E.; SILVA, L. S. A feminização do cuidado e a sobrecarga da mulher-mãe na pandemia. *Revista Feminismos*, v.8, n.3. 2021.



Arte de Lolo Góngora In: Museo Del Estallido Social.

Foto por Mithaly Salgado Corrêa

Mulher -mãe no espaço universitário da UFRRJ

INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR: reflexões sobre espaço, gênero, trabalho e maternidade

Vitória de Oliveira Tavares

Graduanda em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

(...) reconhecemos o espaço como estando sempre em construção. Precisamente porque o espaço, nesta interpretação, é um produto de relações entre relações que estão, necessariamente, embutidas em práticas materiais que devem ser efetivadas, ele está sempre no processo de fazer-se. (MASSEY, 2008, p. 29)

O espaço em casa características não-estatística

As reflexões de Massey acerca do que é espaço corroboram a percepção de que o espaço é fruto do que os indivíduos em coletivo fazem dele e, logo, de si próprios: o que se constrói em termos relacionais e reflete na construção e constante transformação do espaço. Os espaços não estão dados, eles são construídos por pessoas que, de forma subversiva ou passiva (ao passo de que é estabelecida uma relação de retroalimentação com a sociedade) mudam sua forma intencionalmente visando transformações sociais ou buscando manter a forma do espaço para manter as estruturas de opressão. Milton Santos entende que o espaço é “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente” (SANTOS, 2006, p.39). As várias maneiras de construção do espaço e o processo histórico revelam as possibilidades que, ao serem tomadas como escolha (no caso do sujeito dominante) ou realidade introjetada (no caso do sujeito dominado), se tornaram fato social, econômico e consequentemente, fato geográfico (SANTOS, 1996). O espaço não é estático! Ele sempre muda.

Logo, se associamos estruturalmente como sociedade o espaço do lar como um espaço paradoxalmente de domínio da mulher e ao mesmo tempo sua “condição” por ter nascido mulher, é porque aprendemos assim ao longo de nossos processos de socialização - não é natural, não é uma verdade, não é uma regra, mas definitivamente fez e faz parte da forma como a realidade é construída e transposta em espaço no ocidente - o que reflete e retroalimenta a patriarcalidade, estritamente conectada aos processos de dominação da modernidade. Feistel Pinto aponta que “quando o exercício do poder se exerce de forma dominante, estamos situados de alguma forma nos três grandes sistemas de dominação social: o colonialismo, o capitalismo

e o patriarcalismo” (op. cit, 2017, p. 5). Feistel entende que o principal modelo de dominação ocidental é o patriarcalismo (posteriormente apoiado pelo capitalismo, dando início a uma realidade em que os dois elementos, patriarcalismo e capitalismo, são indissociáveis) e no caso de países colonizados pela cultura ocidental como o Brasil, é possível afirmar que o primeiro modelo de dominação foi o colonialismo que, como produto do ocidente, está alicerçada no patriarcalismo:

Assim, o processo de colonização na América foi fortemente arraigado pela ideologia patriarcal - a partir da lógica europeia - que regulou as relações conjugais e familiares, atribuindo aos homens grandes poderes sobre as mulheres, o que justificava os atos de violência cometidos. A ideologia patriarcal foi disseminada por todas as classes sociais inspirando no homem uma relação de poder sobre o corpo feminino e para fins de controle sendo autorizado o uso da força física. (op. cit., p. 5-6)

Ao passo de que romper com certas associações de pertencimento a certos espaços pode ser interessante, construir relações de pertencimento no imaginário pode nos guiar na direção contrahegemônica para transformações. Podemos então questionar a “naturalidade” das coisas, das ações, do cotidiano, das noções de tempo e de espaço. Com relação aos conceitos da geografia, existem diferenciações entre as noções de espaço e lugar que valem a pena serem destacadas: o espaço geográfico é resultado do processo histórico, das ações transformadoras da humanidade no espaço natural; complementarmente, a noção de lugar se relaciona com o espaço vivido, com a memória que se constrói no espaço, ou seja, as relações afetivas que se estabelecem no espaço em que vivemos. Da mesma maneira que o conceito de “lugar” é imaterial, ele é material também, pois as relações afetivas estabelecidas guiam a construção física, material, e tão logo o direito e o uso rebelde dos espaços.

Questionar o sentido de “lugar” em que tanto nos permitimos estar como também o que permitimos que o outro esteja, dadas as configurações de uma sociedade capitalista, é questionar a etnocentricidade e a patriarcalidade eurocêntrica que nos foi imposta como povos colonizados: urge questionar a noção de tempo-espacó que carregamos conosco, que é um dos pilares da vivência contemporânea - *onde estamos e sob qual organização? Essas construções são universais?* - “A compreensão do tempo-espacó refere-se ao movimento e à comunicação através do espaço, à extensão geográfica das relações sociais e a nossa experiência de tudo isso” (MASSEY, 2000, p. 178). Neste sentido, é possível questionar: *universidade é lugar de mãe?*

Ao refletirmos sobre os aspectos relacionais dos espaços e a participação de mulheres-mães em seus processos de construção e transformação, muito é pensado em como se adequar ao espaço universitário, mas este, como espaço, não estaria sempre em construção, em transformação? *O que impede e o que fortalece a participação construtiva destas mulheres no espaço universitário?* Refletir que a política e a construção das espacialidades são ações que andam lado a lado é “conceituar o espaço como aberto, múltiplo e relacional, não acabado sempre em devir”, logo “é um pré-requisito para que a história seja aberta e, assim, um pré-requisito, também, para a possibilidade da política” (MASSEY, 2008, p. 95).

Uma mulher-mãe inserida nas dinâmicas acadêmicas precisa lidar e enfrentar os processos de expulsão (FONTEL, 2019, p. 90) que se apresentam contra sua existência no espaço universitário, desta forma, Fontel aponta o “não-lugar” destas mulheres no meio acadêmico: não-lugar pois, frequentemente, como mães universitárias encontramos na academia muitos impeditivos estruturais e relacionais que não dialogam com a vivência materna, a começar pela limitação de nem sempre podermos estar nestes espaços com nossas crianças, simplesmente por elas não serem bem-vindas em determinadas espacialidades em uma sociedade que separa mais do que integra, ou melhor, seleciona quem pode estar integrado institucionalmente e quem *não deveria estar ali*. É uma questão espacial pois, quando a instituição de ensino pública não fornece ao estudante condições para a sua permanência, consequentemente nega sua presença no espaço universitário.

A produção capitalista do espaço, trabalho, gênero e maternidade

Aqui não é pretendido passar a ideia de que a realidade moderna, ocidental e capitalista seja a única forma organizacional encontrada por sociedades no planeta, existem muitas outras - existem muitas possibilidades dentro do mundo. Neste sentido, apesar de não ser esta configuração a ideal, a que contemple a população trabalhadora mundial, que contemple as tantas mulheres que existem, é preciso discutir a organização capitalista para derrubá-la. A base do sistema capitalista é a produção, no entanto, o trabalho produtivo depende diretamente do trabalho reprodutivo, pois sem trabalhadores (pois para sermos adultos hoje, recebemos o cuidado que nos garantiu crescer), sem mão-de-obra, não se produz.

As tarefas do lar, do cuidado com outras pessoas, somadas à jornada de trabalho para garantir o sustento da família e, em alguns casos, a dedicação acadêmica, expressam a quádrupla jornada de trabalho da mulher da classe trabalhadora no Brasil. O Informativo de

POR ONDE ANDAMOS?

Estatísticas de Gênero do IBGE, publicado em 2021, traz a seguinte realidade quanto à tarefa de manutenção do espaço doméstico e dedicação aos cuidados com outras pessoas, evidenciando a sobrecarga que mulheres sofrem:

No Brasil, em 2019, as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos quase o dobro de tempo que os homens (21,4 horas contra 11,0 horas). (...) O recorte por cor ou raça indica que as mulheres pretas ou pardas estavam mais envolvidas com os cuidados de pessoas e os afazeres domésticos, com o registro de 22,0 horas semanais em 2019, ante 20,7 horas para mulheres brancas. Para os homens, contudo, o indicador pouco varia quando se considera a cor ou raça ou região. (IBGE, 2021, p. 3)

Mas por que o trabalho doméstico não é verdadeiramente percebido como trabalho? A produção do espaço capitalista, pretende separar a vida cotidiana do trabalho em duas esferas totalmente distintas (SILVA, 2019) não à toa. O trabalho de reprodução, o trabalho doméstico, não é acumulável: e a acumulação é o que fundamenta o capitalismo. Lançar às mulheres esse fardo (o que não é repartido coletivamente de forma justa) é nos sentenciar a uma vida de observação da vida de outros, a uma vida de submissão e silêncios; não que uma mulher que se dedique unicamente ao trabalho reprodutivo viva necessariamente uma vida infeliz, mas com certeza a mulher que não se reconhece unicamente neste espaço enfrentará inúmeras dificuldades para se desprender destas “obrigações”. É importante entender que a maternidade, assim como a ideia de lugar, é uma concepção cultural, que reflete o espaço-tempo da sociedade em questão e seu entendimento está conectado à territorialidade (*Onde essa mãe pretende criar seus filhos? Favela é cidade? Até que ponto uma mãe favelada tem o direito de criar um filho?*⁵), raça⁶ e sexualidade (LGBTQIA+ e o direito de se formar uma família, frequentemente negado pelo o Estado):

Apesar de a maternidade ser uma condição biológica inerente à maioria das mulheres, compreendemos esse lugar como uma condição social. Embora a gestação, o parto e a amamentação sejam possibilidades restritas a um corpo lido como feminino – ainda que homens transgêneros também tenham essa possibilidade –, é no âmbito da cultura e de uma dada configuração histórica que classificamos e identificamos quem são os seres humanos que se configuram como “aptos” a serem chamados de mãe (TOMAZ, 2015), assim como quais são as cobranças e as funções que a maternidade demanda. (MACHADO e COELHO, 2020, p. 2)

⁵ Em 2019, a agente comunitária de saúde Rosilaine Santiago, moradora da favela de Manguinhos, no Rio de Janeiro, teve o direito à guarda de seu filho ameaçado pelo genitor da criança (este com histórico de violência contra Rosilaine) e pelo Estado pelo simples fato de residir em uma favela. No fim do processo, Rosilaine conseguiu manter a guarda do filho.

⁶ Patrícia Hill Collins aponta que existem estereótipos que as sociedades capitalistas estabeleceram ao longo do processo histórico moderno ocidental que visam enclausurar mulheres negras a imagens de controle. Para saber mais, procurar: COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. 1. ed - São Paulo: Boitempo, 2019.

Entender através dos papéis de gênero a episteme da construção do espaço capitalista nos auxilia a pensar estratégias de como resistir aos processos de expulsão que agem cotidianamente em nosso dia-a-dia universitário, bem como nosso cotidiano como cidadãs: *temos acesso ao direito pleno de sermos mães e universitárias? Basta que o Estado “conceda” o direito ao trabalho e a formação de nível superior às mulheres, sem que sejam considerados os séculos de subordinação ao espaço doméstico e/ou ao cuidado de outras pessoas?*

Os trabalhos produtivos e reprodutivos: papéis de gênero, raça e espaço universitário

Segundo Badinter (1985) a concepção atual da maternidade fora construída ao longo dos séculos a partir de discursos - teológicos, filosóficos e médicos - que colocaram a mulher em uma posição de cuidadora natural, constituindo atributos e papéis sociais que as destinaram à maternidade, ao casamento e, consequentemente, aos espaços privados. Estes mesmos discursos que naturalizam o trabalho de cuidado e os trabalhos reprodutivos à mulher, foram utilizados para fundamentar a exclusão destas do ensino superior (ARAGÃO; KREUTZ, 2010; SCHIEBINGER, 2001). Ainda hoje a maternidade se apresenta como um grande obstáculo ao ensino de mulheres. (CALMON *et al*, 2022, p. 110)

Enquanto à mulher branca de classe trabalhadora fora reservado, em primeiro lugar, o trabalho reprodutivo ao longo do processo histórico ocidental, à mulher negra, no mundo ocidental, escravizada por séculos, não se pode relacionar os mesmos problemas de “enclausuramento” no seu próprio lar, pois uma das mais cruéis estratégias escravizadoras foi retirar completamente o direito ao espaço privado destas mulheres, retirar o direito ao lar e à constituição de uma família. Para mulheres negras, ao longo do processo histórico moderno ocidental, a inserção do trabalho produtivo capitalista em suas vidas não toma forma emancipatória ou de busca pela sobrevivência econômica, muito pelo contrário: a escravidão, motor da modernidade, retirou das mulheres negras sua cultura originária e as lançou ao trabalho forçado, à morte como indivíduo, ao não-lugar como regra.

Contradicoriatamente, a mulher negra não deixa de exercer o trabalho reprodutivo nesses séculos de escravização, só que não para os seus: forçadamente por séculos exerceu a manutenção do lar de famílias brancas (*Qual semelhança encontramos nesta informação com*

*os dias de hoje?*⁷).

Então a ideia de “mulher” e seus direitos, construção de sentido de gênero e papéis sociais jamais será universal, porém aproximados na contemporaneidade capitalista do século XXI. bell hooks discute a importância do lar para a autoafirmação de pessoas negras, através da ideia de que espaço do lar que o feminismo branco entendeu como clausura, subordinação e condicionamento⁸ toma outro contorno sob o ponto de vista racializado, caracterizado por bell como um refúgio a cultura da supremacia branca e berço de possibilidades críticas para pessoas negras.

Como cidadãs críticas e observadoras, nós mães, não precisamos - embora seja extremamente útil, importante e aconselhável - nos debruçar em artigos teóricos e levantamentos estatísticos para perceber as desigualdades raciais e de classe que permeiam o que é “maternidade”: elas são lançadas diariamente em noticiários, páginas de jornal e no nosso cotidiano. No entanto, é sempre bom embasar nossas ideias na ciência e definir nossos argumentos teóricos, corroborando a um entendimento epistemológico das questões que nos permeiam: quem tem direito de ser mãe? *Uma mulher negra tem o mesmo poder de afirmação da sua maternidade que uma mulher branca?*

(...) às mulheres negras é negado o direito à família em vários aspectos, mas destacamos aqui algo inerente aos dados: muitos jovens negros sequer sobrevivem para acompanhar o crescimento dos filhos, de forma que cabe à mulher negra criar os filhos, sem companheiro, com muita sobrecarga de responsabilidades. Por outro lado, as mulheres negras frequentemente perdem seus filhos, assassinados ainda muito jovens: que expectativas de vínculo entre mãe e filho existem diante deste cenário? Quanto tempo, em média, dura a experiência de maternidade e maternagem antes de uma quebra traumática deste vínculo diante da violência a que elas e seus filhos estão expostos? (MACHADO e COELHO, 2020, p. 8)

Lélia Gonzalez afirma que a mulher negra sofre com o duplo fenômeno do racismo e do sexism, consequência da neurose cultural brasileira. Para estas mulheres se tornam muito mais complexas as possibilidades de equilibrar tantas jornadas de trabalho. Lélia, como uma mulher negra, expõe:

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexism. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexism produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. (GONZALEZ, 1984, p. 224)

⁷ A mestra em História Janaína Costa, quilombola de Minas Gerais e trabalhadora doméstica, traz uma interessante discussão acerca de decolonialidade, relações de trabalho, raça e criação de crianças. O perfil de Janaína no Instagram, é [@elaesoababa](https://www.instagram.com/elaesoababa/).

⁸ Vide a obra de Elisabeth Badinter.

POR ONDE ANDAMOS?

O espaço público, por séculos e através da modernidade, foi desenhado e pensado por homens brancos, para homens brancos. A primeira instituição de ensino superior do Brasil foi criada em 1808, por D. João VI, a Escola de Cirurgia da Bahia. No entanto, a universidade no Brasil acompanhou a lógica ocidental quanto à inserção tardia de mulheres no meio acadêmico, acompanhada a tiracolo pelo racismo. Desta forma apenas mulheres brancas foram inseridas no ensino superior em um primeiro momento⁹. Na mesma época, a luta para mulheres negras terem acesso ao ensino básico ainda se dava:

No que diz respeito às mulheres negras, o acesso das mesmas à educação se deu por volta de 1720, período em que se registram os primeiros relatos de instrução da população negra na colônia (QUADRA,2014). O direito ao ensino público para os negros somente foi outorgado no final de 1870 com a reforma do Ensino Primário e Secundário. (SANTOS; MOREIRA, 2017, p. 1124)

E onde se quer chegar com todas essas informações aqui expostas? As mulheres no Brasil, de uma forma geral, sofrem com múltiplas jornadas de trabalho e têm negados seus direitos como indivíduos livres por conta de tantas obrigações e sobrecargas. No entanto, estatisticamente e através da análise do processo histórico, mulheres brancas, mesmo que da classe trabalhadora, contam com o benefício de não sofrerem com o racismo estrutural, o que as confere melhores oportunidades de trabalho e consequentemente condições melhores de vida e, logo, possivelmente maiores condições de se estabelecer com tranquilidade no meio acadêmico. No entanto, contraditoriamente, mulheres negras têm composto o maior quantitativo de ingressantes em instituições públicas de ensino superior nos dias de hoje:

Discriminadas no mercado de trabalho, as mulheres negras tiveram uma série de avanços educacionais e são hoje o grupo mais numeroso das instituições de ensino superior públicas, mostram levantamentos recentes. Análise dos dados da Pnad (...) mostra que elas eram 27% dos estudantes do ensino superior público em 2019, ano da edição da pesquisa com divulgação mais recente. Foram consideradas no cálculo as mulheres autodeclaradas pretas e pardas. Em seguida, em ordem de participação, vinham as mulheres e homens brancos, com 25% cada um, e, por fim, os homens negros, com 23%. (ANDIFES, 2019)

Pessoas que nasceram com o aparelho reprodutivo feminino, mesmo que sem filhos, convivem com sua capacidade reprodutiva: é uma realidade para a maior parte de nós a

⁹ “No Brasil, o início do ensino superior feminino só teve inicio no final do século XIX. A primeira mulher a ingressar na universidade no Brasil, foi no estado da Bahia no ano de 1887, formando-se pela faculdade de medicina. As mulheres no Brasil só foram autorizadas a frequentarem um curso superior no ano de 1879 quando a elas fora concedido o direito de frequentarem o ensino universitário por Dom Pedro II, então Imperador do Brasil. Esse fato é narrado por Blay e Conceição (1991), quando narram a história de Augusta Generosa Estrela que se formou em medicina em Nova York no ano de 1876 e, ao retornar ao Brasil é proibida de exercer sua profissão.” (FECLESC, 2010, p. 4)”

POR ONDE ANDAMOS?

possibilidade de engravidar, seja por um descuido na relação sexual de ambos os parceiros, seja por um imprevisto, seja por desejo de engravidar, seja por uma violência - salvo em casos em que a mulher tem alguma questão em sua saúde que a impeça de engravidar e mesmo assim considero aqui o desejo de tornar-se mãe ou pai, por vias de adoção, por exemplo¹⁰. Ou seja, uma quantidade expressiva de mulheres¹¹ pode se tornar mãe durante o curso de sua graduação ou pós-graduação; nós somos a maioria dentro das instituições públicas e mesmo assim as políticas de inclusão são absolutamente ínfimas.

FIGURA 1: Tabela de graduandxs por maternidade ou paternidade, segundo cor ou raça

Tabela 2-16: Graduandos (as) por maternidade/paternidade, segundo cor ou raça (em %) - 2018

Cor ou raça/Filhos	Tenho filho (a)	Não tenho filho (a)	Total
Amarela	11,1	89,0	100,0*
Branca	8,3	91,8	100,0*
Parda	13,9	86,1	100,0
Preta - quilombola	20,2	79,9	100,0*
Preta - não quilombola	12,9	87,1	100,0
Indígena aldeado	46,2	53,8	100,0
Indígena não aldeado	20,2	79,8	100,0
Sem declaração	10,8	89,3	100,0*
Total	11,4	88,6	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Obs.: Excluídos discentes que não responderam se tem ou não filhos (as).

** Em virtude do arredondamento necessário à padronização das casas decimais, a somatória dos percentuais seria 100,1%.

Fonte: ANDIFES, 2019

A ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, realiza levantamentos importantes para o entendimento do perfil discente das IFES¹² e em 2019, publicou a “V pesquisa nacional de perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES - 2018”, onde temos a oportunidade de entender melhor alguns dados como o da figura 1. Chama a atenção o quantitativo de indígenas com filhos presentes nas IFES, todavia, percebemos também que pelo menos 1 a cada 10 estudantes, independente de raça, nestas instituições têm filhos. Ao prosseguirmos a observação dos dados, muitos homens se declaram responsáveis pelos filhos segundo o relatório, porém, não encontram dificuldades

¹⁰ Pensar o desejo de engravidar e constituir um núcleo familiar é algo importante para revermos nossas noções de parentalidade. Crianças são muitas vezes vistas em nossa sociedade somente como fardo e obrigação. Existe um caminho do meio para encararmos nossas relações afetivas familiares e o início dele é podermos rever a infantofobia e a misoginia que permeia nossas relações.

¹¹ Não desconsidero aqui a realidade de homens trans e as mulheres trans, pelo contrário, peço desculpas por não entrar a fundo nesta temática. No entanto, trata-se de uma questão que exigiria muito mais a ser escrito e pesquisado e como pesquisa urge ser feita. Aconselho aqui a leitura da obra Judith Butler e também de Geni Nuñez.

¹² Instituições Federais de Ensino Superior

de conseguir apoio familiar. Uma realidade diferente para discentes mães, que expressivamente encontram menor apoio familiar e maior apoio institucional (o que custa organização profunda da rotina) ou privado (o que custa também dinheiro):

Considerando os tradicionais papéis de sexo, pode-se supor que estudantes do sexo masculino encontrem mais facilmente familiares dispostos a assumir a responsabilidade do cuidado com seus filhos (incluindo as próprias mães, tias, avós e avôs), enquanto estudantes do sexo feminino seriam cultural e socialmente impelidas a assumir, elas próprias, tal responsabilidade. (ANDIFES, 2019, p. 63)

Portanto:

Esses dados deveriam ocupar a formulação de políticas de assistência estudantil (...) Por fim, a proporção de estudantes que contam com creches ou outros arranjos de apoio nas universidades é ainda diminuta 5,2%. Em suma, a situação é ainda bastante adversa para boa parte desses (as) estudantes. (ANDIFES, 2019, p. 62)

Experiências diversas: Campus Seropédica e Campus Nova Iguaçu

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro é uma instituição pública de ensino superior que conta com três campi, localizados em Seropédica, Nova Iguaçu (Instituto Multidisciplinar - IM) e Três Rios, muito distintos entre si. Ao compararmos a realidade dos campi Seropédica e Nova Iguaçu, percebemos que mesmo que ambos estejam localizados na Baixada Fluminense, as características que constituem esses espaços são ímpares, a começar pelo campus Seropédica¹³ estar localizado em uma área predominantemente rural e também por ser o maior campus universitário da América Latina, com 3.024 hectares; e o IM em área urbana¹⁴.

São muitas as diferenças, mas aqui nos concentramos nas questões de acesso à moradia, alimentação e mobilidade para entender um pouco sobre estes espaços. O campus de Seropédica, sede da UFRRJ, conta com alojamento universitário feminino e masculino e é uma realidade a presença de crianças filhxs de discentes no espaço universitário, estas crianças até os 12 anos têm acesso ao Restaurante Universitário, além de haver a disponibilidade de ônibus interno da instituição, que todos os discentes têm acesso e garante a mobilidade dentro da cidade. Em Nova Iguaçu, não há alojamento, porém há auxílio moradia e também auxílio transporte, não há ônibus interno e no caso do R.U também é permitido que os discentes levem

¹³ Rural Federal University of Rio de Janeiro

¹⁴ Instituto Multidisciplinar - IM/UFRRJ

seus filhos menores de 12 anos para realizar as três refeições - os campi compartilham a ausência de creche universitária, a existência de um auxílio creche apenas para crianças de até 5 anos e nenhuma política institucional pensada para discentes mães e pais com filhos maiores de 12 anos.

COPAMA - Coletivo de Pais e Mães, foi criado em 2014 no campus de Seropédica e luta para garantir direitos para as discentes mães e pais na UFRRJ. No IM o COPAMA está articulado desde 2017 e em Três Rios desde 2019. Recentemente, em julho de 2022 no início do período de 2022.¹⁵, fruto de articulação do COPAMA e do GT - Parentalidade, Trabalho e Cuidado, foram produzidas três placas pela UFRRJ, uma para cada campus e com a mensagem “Aqui crianças são bem-vindas”, a serem afixadas na entrada de cada Restaurante Universitário, visando explicitar visualmente o direito de acesso aos R.U.s da UFRRJ por filhos de discentes, visando diminuir os constrangimentos na hora da permissão ao acesso destas pessoas.

Quanto aos eventos de descerramento das placas, para a realização destes foram feitas mobilizações pelos núcleos do COPAMA e GT - Parentalidade, Trabalho e Cuidados em cada campus. No campus de Nova Iguaçu contamos com o apoio organizacional da Profª. Drª. Anita Loureiro de Oliveira¹⁶, da discente de licenciatura em pedagogia e membro do COPAMA Natacha Barbosa e, comigo, discente de licenciatura em geografia. Intentando a contabilização quantitativa de discentes mães e pais e também a mobilização destes, em um primeiro momento, fizemos a divulgação boca-a-boca pelo campus e divulgamos um link para que os interessados pudessem entrar no grupo de WhatsApp que criamos, “Mães e Pais do IM”, este grupo, no momento em que esteve mais cheio, contou com a presença de cerca de 40 discentes.

O evento realizado em Seropédica contou com a presença de muitas crianças e discentes mães e pais, refletindo a consciência da importância das ações de apoio à parentalidade para estas pessoas, bem como a maior facilidade de articulação destas ações por muitas delas viverem dentro do campus. Desta forma, o espaço da universidade toma outro contorno: podemos pensar que ele toma parcialmente caráter de espaço privado e as discussões que por muito tempo foram reservadas ao lar, se expressam no espaço público - *esse é um exemplo da característica não-estática do espaço: dificilmente os homens que inauguraram a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária em 1910 (hoje o campus da UFRRJ de*

¹⁵ Relembro aqui que na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, devido à pandemia de COVID-19, os períodos letivos foram atrasados e progressivamente ajustados.

¹⁶ Professora do departamento de geografia da UFRRJ, campus Nova Iguaçu.

Seropédica), pensada e projetada para homens brancos da elite agrária, imaginariam que, hoje, mulheres-mães estudantes da classe trabalhadora morassem nos alojamentos com seus filhos!

Já no campus de Nova Iguaçu, na realização do evento, conseguimos reunir 4 discentes e a prof^a dr^a Anita Loureiro, o que pode indicar as difíceis dinâmicas de mobilidade urbana, dificuldade de estar com os filhxs no espaço da universidade, dificuldade de ter com quem deixar o filhx fora do horário de aula, etc.. O evento contou com certificação de atividade de extensão para todas as participantes. Fizemos uma exposição com fotos de discentes mães e suas crianças no espaço do IM, anteriormente enviadas por algumas participantes do grupo do WhatsApp. A exposição foi realizada no hall principal do IM; fizemos uma roda de conversas com lanche coletivo e encerramos com a fixação da placa na entrada do R.U. No entanto, no dia seguinte a placa já não estava mais lá. Procuramos a equipe de manutenção do campus e nos foi dito que a placa caiu devido ao material inadequado usado para prendê-la e que seria necessária a solicitação do material adequado, mas que em breve seria resolvido. Isto aconteceu em julho. Muitas cobranças e insistência depois, tanto do GT quanto do COPAMA, a placa foi fixada definitivamente em novembro de 2022. É possível perceber que, mesmo que haja uma aceitação deste tipo de ação por parte da instituição, definitivamente não é uma das prioridades. Todavia, é uma conquista a ser celebrada pois indica a transformação simbólica do espaço do IM.

FIGURA 2: Placa que foi afixada na frente do R.U do IM - é possível perceber a ponta superior esquerda quebrada por conta da queda.



Fonte: Vitória O. Tavares

Na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, segundo dados da própria instituição¹⁷, 78,2% dos discentes contam com 1,5 salários mínimos como renda mensal, o que deixa explícito que a maior parte dos estudantes são da classe trabalhadora. Quando relacionamos esse dado ao fato de que, segundo a ANDIFES, mulheres estão presentes nas IFES em maior número do que homens, entendemos que o perfil discente da UFRRJ é composto majoritariamente por mulheres da classe trabalhadora. O espaço da universidade precisa ser pensado e adequado à realidade que se apresenta hoje.

Considerações finais

No aplicativo de mensagens também divulgamos um questionário para investigar o perfil deste grupo de discentes - o formulário ainda está aberto e até agora foi respondido por 22 discentes do IM. 100% das pessoas que responderam são mães, 40,9% se declaram pretas, 22,7% pardas e 36,4% brancas. 54,5% destas mães declararam não receber nenhum tipo de auxílio permanência da UFRRJ; 50% não são bolsistas de programas de extensão, não exercem estágio remunerado, nem exercem trabalho remunerado, 27,2% exercem trabalho remunerado e, apenas 18,2% são bolsistas de algum programa de extensão da universidade. 40,9% das mães disseram se sentir sobrecarregadas com as tarefas de cuidado com filhxs, no entanto apenas 27,3% se reconheceu como principal responsável por cuidados com os filhxs. 36,4% nunca levaram os filhxs para a universidade por medo de represálias:

Acabei trancando o período, pois vi que só tem direito ao remoto nos primeiros 90 dias de pós parto, e no caso, meu bebê já tinha passado disso quando o novo período iniciou-se. Por saber de históricos de situações vexatórias, preferi me poupar e poupar meu bebê. (R., 30 anos)

71,8% das mães que responderam o formulário tem filhxs menores de 5 anos, o que traz um enorme contraste quando cruzamos os dados onde 54,5% destas mães declararam não receber nenhum auxílio da UFRRJ, visto que o Auxílio Creche disponibilizado pela instituição é direcionado para discentes mães e pais com filhos menores de 5 anos. As razões podem envolver quantitativo de auxílios oferecidos pela instituição, dificuldade em organizar os documentos exigidos ou renda per-capita incompatível com o exigido pelo edital - identificar estes fatores pode ser um bom caminho para entender melhor o perfil de discentes mães, pais

¹⁷ Fonte: Instituto Multidisciplinar - UFRRJ . Disponível em: < <http://www.ni.ufrrj.br/aula-magna-do-instituto-multidisciplinar-aborda-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-alunos-de-graduacao/>>

e cuidadores do IM. Quando comparamos o auxílio creche disponibilizado pela UERJ¹⁸, que é no valor de 900 reais e contempla cuidadores com filhxs até 7 anos completos; com o auxílio de 250 reais oferecido pela UFRRJ para cuidadores com filhxs de 0 a 5 anos, percebemos que a disparidade de valores indica a insuficiência de ações de apoio institucional da UFRRJ para com discentes responsáveis pelos cuidados com outras pessoas.

Com toda a certeza ainda é necessário que mais pessoas respondam ao formulário, no entanto, os dados obtidos até o presente momento nos permitem visualizar necessidades e pensar ações afirmativas para esta parcela de discentes. O espaço é palco da vida e de transformações, não é fato imutável que sempre sofre transformações de acordo com a necessidade coletiva. Desejo que a ciência que fazemos como pesquisadoras revele a sua potencialidade para a mudança epistemológica da academia e dos espaços universitários, de modo que possamos afirmar sem dúvidas que *universidade é lugar de mãe e de criança*.

Referências

ANDIFES, 2018. *V Pesquisa Nacional de Perfil Sócioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das Instituições Federais de Ensino Superior*. Brasília, DF: ANDIFES, 2019.

CALMON, Lizzie Souza *et al.* Maternidade e Universidade: a Experiência de Um Projeto de Extensão Focado no Acesso, Permanência e Progressão de Mulheres-mães. *Expressa Extensão*, v. 27, n. 1, p. 108-117, jan./abr., 2022.

FECLESC, Nathalia Bezerra. Mulher e Universidade: a longa e difícil luta contra a invisibilidade. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE OS SETE SABERES. 2010, Fortaleza. *Anais da Conferência Internacional sobre os Sete Saberes*. Fortaleza: UECE, 2010.

FONTEL, Luana. *Mães na Universidade: Performances discursivas interseccionais na graduação*. 2019. 102f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

HOOKS, bell. *Anseios: raça, gênero e políticas culturais*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: notas metodológicas*. v. 1. Rio de Janeiro: IBGE; MPOG, 2021.

¹⁸ Universidade Estadual do Rio de Janeiro

POR ONDE ANDAMOS?

MACHADO, Nealla Valentim; COÊLHO, Tamires Ferreira. Maternidades negras na cobertura jornalística digital e possibilidades de fuga das imagens de controle. *Fronteiras-estudos midiáticos*, v. 24, n. 1, p. 52-66, 2022.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. A. *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000.

PINTO, Raquel Cristiane Feistel. A descolonização da sociedade patriarcal: uma análise a partir do fenômeno da violência. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11. WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13. 2017, Florianópolis. *Anais Eletrônicos*. Florianópolis: UFSC, 2017.

SANTOS, Milton. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. *Boletim gaúcho de geografia*, v. 21, n. 1, 1996.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, v. 1, 2006.

SANTOS, João Paulo Lopes dos; MOREIRA, Núbia Regina. Mulher negra e educação superior: impasses históricos e atuais. *Colóquio do Museu Pedagógico*, v. 12, n. 1, p. 1123-1127, 2017.

SILVA, Viviane Zerlotini da. As relações de gênero na produção capitalista do espaço de trabalho. *Cadernos Pagu*, n.55, 2019.

Grupo de pesquisa “MÃES F3P-EFICE” da escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da UFRGS: Histórico, experiências e ações.

Tatiana Martins Terragno

Doutoranda em Ciências do Movimento Humano (UFGRS)

Simone Santos Kunh

Doutoranda em Ciências do Movimento Humano (UFGRS)

Gabriela Nobre Bins

Doutora em Ciências do Movimento Humano (UFGRS)

Lisandra Oliveira e Silva

Doutora em Ciências do Movimento Humano (UFGRS)

Considerações introdutórias

Atualmente somos professoras de Educação Física (da Educação Básica e do Ensino Superior da cidade de Porto Alegre/RS e região metropolitana), pesquisadoras, mulheres e mães, que, desde 2018, vem procurando compreender as relações entre maternidade, docência e Educação Física compondo o Coletivo MÃes F3P-EFICE. Este Coletivo, integra o “Grupo de Estudos Qualitativos Formação de Professores e Prática Pedagógica em Educação Física e Ciências do Esporte” (F3P-EFICE), da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS). O F3P-EFICE é constituído por, aproximadamente, 24 pessoas, 16 mulheres e 08 homens, que são estudantes de Graduação e de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado), docentes, pesquisadoras e pesquisadores da Educação Básica e do Ensino Superior. Desse coletivo, 08 mulheres são mães e 07 delas integram o Coletivo que denominamos “MÃes F3P-EFICE”; que foi se constituindo gradativamente e, inicialmente, por mulheres-mães-docentes -pesquisadoras integrantes do primeiro.

No ano de 2019, por ocasião do trabalho autoetnográfico de doutoramento de uma das mães do Coletivo, realizamos 02 grupos de discussão com 09 mães, que eram docentes de Educação Física na Educação Básica e no Ensino Superior (BINS; SILVA, 2019), e, uma das categorias da Tese de Bins (2020) abordou a maternidade e os modos de viver essa experiência que impactam na docência em Educação Física.

Bins (2020), aborda em seus estudos o quanto a maternidade impacta a vida das mulheres, e que professoras percebem que a maternidade muda o olhar, deixando-as mais

POR ONDE ANDAMOS?

atentas aos diversos aspectos das crianças e adolescentes na escola e por outro lado, passam a concluir que, depois de tornarem-se mães, passaram a dedicar menos tempo às demandas do trabalho, da escola, das aulas e de estudantes. Isso porque a maternidade fez diminuir a intensidade com que se envolviam nas atividades de trabalho após o nascimento dos filhos e filhas (BINS, 2020). Além disso, no caso das professoras mães, a maternidade tem impactos diretos na docência e no modo de pensar sobre ela:

Ser professora, ou ser educadora, passa pelas noções de cuidado, de afeto e de amor, características também da maternidade e da paternidade. Quando pensamos sobre o papel da escola e da educação, não pensamos somente em conteúdos, em técnicas, em planejamentos, em avaliações, onde os processos de ensino e de aprendizagens não sejam perpassados, do mesmo modo, por sentimentos de afeto e de amor, estes últimos compreendidos enquanto ações políticas e éticas (BINS; SILVA; DIEHL; TERRAGNO; TAVARES; SILVA; KUHN, 2020, no prelo).

É possível dizer que o Coletivo MÃES F3P-EFICE teve sua relação constituída a partir de setembro de 2020, quando criamos um grupo de whatsapp, em plena pandemia 1 da COVID-19. A criação do grupo virtual tomou rumos que fortificaram os laços acadêmicos, afetivos e coletivos. De lá pra cá, conversamos, discutimos, trocamos experiências diversas, estudamos e, a partir de março de 2021 começamos a nos reunir quinzenalmente, de modo virtual, para tratarmos de assuntos referentes à temática da maternidade e docência em Educação Física. Desde o retorno das atividades presenciais, o Coletivo se reúne semanalmente de modo sistemático.

Diante da situação limite do isolamento social vivida em 2020, das escolas fechadas e das mudanças dos nossos projetos de pesquisa, de trabalho e pessoais, frente aos desafios provindos da pandemia, fomos construindo caminhos para continuar nossa trajetória dentro da Universidade. Fomos nos aventurando em pesquisas de forma virtual e narrando nossas vivências e experiências como mães e professoras, nos constituindo e investindo em uma forma de seguir construindo um conhecimento científico outro, mas, do mesmo modo, comprometido com a transformação, formação e produção de conhecimento.

E nesse cenário, que começamos nossas pesquisas com o tema da maternidade e docência em Educação Física. Nos desafiamos a uma construção coletiva a partir dos aportes da interseccionalidade por compreendermos que a Educação Física precisa colocar as lentes na diversidade étnica e racial, de gênero e de classe social para melhor compreendermos as professoras-mães. Importa referenciar que as pesquisas têm revelado desproporções entre mães

POR ONDE ANDAMOS?

negras e brancas nos contextos educativos, dentre outras disparidades. Percebemos que as pesquisas, em sua maioria, que tratam do tema da maternidade e docência, tomam como referência a mulher adulta jovem, branca, saudável, heterossexual e de classe média.

O que queremos problematizar neste momento e que tem sido foco de reflexão no Coletivo que integramos, trata de compreender que maternidades podemos conectar com a docência, uma vez que somos seres humanos uns, ou seja, "[...] o sujeito que participa do mundo do trabalho é o mesmo que tem uma vida pessoal" (SILVA, 2012, p. 153). Além disso, no caso de diversas professoras mães, a maternidade teve reflexos diretos na docência e no modo de pensar sobre ela. Compreendemos a docência uma forma peculiar de trabalho sobre o humano, que acontece na interação humana. Nesse sentido, entendemos que essa particularidade de trabalhar sobre e com seres humanos reverbera sobre a forma de docência, as identidades, os conhecimentos e as experiências profissionais (TARDIF; LESSARD, 2007).

Ao analisarmos as produções acadêmicas do Grupo de Pesquisa F3P-EFICE, entre os anos de 1996 e 2020, em 12 teses e 37 dissertações, evidenciamos que apesar da categoria/temática da maternidade e docência estar presente em 26 dos 49 trabalhos analisados, esta não obteve centralidade nas análises e nas discussões das pesquisas. A partir disso, realizamos buscas no Banco de Teses e de Dissertações da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e nos periódicos nacionais da área de conhecimento da Educação Física, com *Web Qualis* A2, B1, B2, e B3 para a área 21 da CAPES, pelos descriptores maternidade e Educação Física, e encontramos somente 01 tese e 01 artigo, publicados entre os anos de 2015 e 2020 sobre a referida temática. Essa constatação nos leva a crer da urgência e da necessidade de pesquisar esse tema em nossa área de trabalho e de formação.

Assim, vemos poucos resultados de estudos relacionados à maternidade e à Educação Física e, ao analisarmos os estudos encontrados, notamos que a maternidade tem sido abordada do ponto de vista de uma maternidade biológica, e, a partir disso, nas consequências que a gestação provoca no corpo e no desempenho (esportivo) das mulheres. Ainda, apesar de algumas pesquisas analisadas sinalizarem para a instituição casamento e para maternidade, esses aspectos não chegam a ser aprofundados, problematizados, o que, supostamente, reforçaria uma dada naturalização destes processos, especialmente no caso das mulheres.

Ações previstas do grupo de pesquisa "MÃES F3P-EFICE" na graduação e pós-graduação da ESEFID/UFRGS

Vale destacar que grande parte da inclusão e da eclosão da temática da maternidade, especialmente no universo acadêmico, nos últimos anos, se deve ao Movimento *Parent In Science*[2], fundado em 2016 pela docente Fernanda Staniscuaski (UFRGS) e formado por cientistas mães e pais, que tem por objetivo propor a discussão sobre maternidade e paternidade no universo da ciência no Brasil, tratando, inicialmente sobre o impacto das e dos filhas e filhos na carreira científica de mulheres e homens.

Além disso, destacamos, ainda, dois outros Movimentos Coletivos iniciados na pandemia que voltam seu olhar para a maternidade no universo acadêmico. Um deles trata do Projeto de Extensão "Mães da Universidade: Acesso, Permanência e Progressão" da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), coordenado por Mithaly Corrêa, que objetiva trabalhar formas de promoção da equidade de gênero, tendo como público-alvo mães pertencentes ao público externo da Universidade e mães discentes da UFRJ. O Projeto tem como eixos de trabalho o acesso, a permanência e a progressão da carreira dessas mães, e desde 2021 vem disponibilizando diversos espaços e tempos para essas discussões. Temas como os desafios da maternidade na Universidade, painéis temáticos, cursos introdutórios aos estudos críticos da maternidade, bem como a construção de um espaço de acolhimento e de escuta qualificada, humanizada, ativa e qualificada para mulheres-mães universitárias, estão na pauta do Projeto.

Com objetivos similares e na esteira dos movimentos e reflexões lideradas pelo *Parent In Science*, no mês de agosto de 2021, foi criado o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Maternidades, Parentalidade e Sociedade (GMATER) do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UNB). O Coletivo é liderado pelas docentes Hayeska Costa Barroso e Mariléia Goin é cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), possuindo três linhas de pesquisa: a) Maternidade, Parentalidade e Gênero; b) Maternidade, Classes Sociais e Mundo do Trabalho; e c) Maternidade e Políticas Sociais. Nesse contexto, o GMATER está pautando a temática da maternidade no universo acadêmico, como campo de pesquisa e de produção de conhecimento, o que no Brasil, trata de temas que ainda estão engatinhando como constituintes de um campo de pesquisa e de produção de conhecimento.

POR ONDE ANDAMOS?

Assim que, nós, do Coletivo "Mães F3P-EFICE", motivadas (I) por essas iniciativas que acompanhamos já há alguns anos, (II) pelo crescente número de Coletivos diversos voltados para essa temática, além (III) das próprias pesquisas que realizamos no interior do F3P-EFICE, e da (IV) experiência docente construída como trabalhadoras da Educação Física na Educação Básica e no Ensino Superior, voltamos nosso olhar investigativo para a temática da "Maternidade, Docência e Educação Física", procurando articular tal tema aos universos de ensino, de pesquisa e de extensão com os quais trabalhamos. Ainda, corroboramos o entendimento de Noleto (2020), de que a: "[...] maternidade para as mulheres que estão nas carreiras científicas é um campo a ser mais bem compreendido e estudado" (p. 13).

Além disso, já há alguns anos, muitas de nós tem vivenciado a experiência da maternidade e seu impacto nas docências e pesquisas que realizamos. Especialmente, desde 2018, estamos voltando nossos olhares de pesquisa e produção de conhecimento para essa temática e seus desdobramentos na área da Educação Física. Somos, em maioria, mulheres, mães, docentes e pesquisadoras desta área de conhecimento, trabalhamos e pesquisamos em todos os níveis da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e do Ensino Superior (atuando em Cursos de Graduação e de Pós-Graduação).

A partir disso, que submetemos no mês de novembro de 2021, um Projeto de Pesquisa à Comissão de Pesquisa (COMPESQ) da ESEFID/UFRGS que objetiva compreender como as experiências da maternidade impactam a docência em Educação Física e a vida de professoras-pesquisadoras-estudantes da Educação Básica e do Ensino Superior. Para tanto, pretendemos entrevistar e realizar grupos de discussão com mulheres, mães, estudantes, docentes e pesquisadoras, ou seja, estudantes dos cursos de Graduação e Pós-Graduação da ESEFID/UFRGS e docentes de Educação Física da Rede Pública do estado do Rio Grande do Sul. Assim, pretendemos ouvir dois grupos:

- Grupo 1: Estudantes de Graduação e de Pós Graduação da ESEFID/UFRGS.
- Grupo 2: Docentes de Educação Física da Educação Básica e do Ensino Superior do Estado do Rio Grande do Sul.

Para tanto, iniciamos uma pesquisa exploratória, em agosto de 2021, que objetivou fazer um mapeamento para identificar quem dessas e desses estudantes de Graduação e de Pós-Graduação da ESEFID/UFRGS são mães, pais, ou responsáveis por crianças e/ou adolescentes, ou seja, conhecer a realidade das e dos discentes da ESEFID/UFRGS em relação a parentalidade, de modo mais generalizado, para conhecermos o contexto desse Campus

POR ONDE ANDAMOS?

Universitário em relação a essa temática. Essa pesquisa exploratória foi realizada a partir de um questionário construído no *google forms*, e enviado pelo Núcleo Acadêmico da Graduação e pela Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da ESEFID/UFRGS para os e-mails institucionais cadastrados de todas e todos estudantes de Graduação e de Pós-Graduação.

Ao analisarmos as respostas iniciais do questionário, foi possível observar que das 101 pessoas que responderam, 70 são estudantes de Graduação e 31 de Pós-Graduação. Além disso, destacamos que 58 pessoas que responderam o questionário foram mulheres e 43 homens, o que, de imediato, nos surpreendeu a quantidade de estudantes homens que responderam o questionário.

Nossa intenção, atualmente, é (i) seguir essa análise de modo mais aprofundado com a aprovação do Projeto de Pesquisa, (ii) traçar um perfil inicial da realidade de estudantes envolvidas e envolvidos com a parentalidade, procurando conhecer quem são essas pessoas, quais principais desafios enfrentam para dar conta das demandas parentais e se manterem no universo acadêmico, de estudo, de pesquisa e de trabalho, e (iii) organizar Rodas de Conversa com as pessoas respondentes do questionário para aprofundar as informações obtidas.

E, a partir disso, procuraremos identificar quem das pessoas respondentes do questionário estão exercendo (no momento de realização da pesquisa) ou já exerceram a docência em Educação Física na Educação Básica, no Ensino Superior ou na Educação não formal, para, a partir disso, constituirmos o grupo 1 de colaboradoras da pesquisa, que serão mães-estudantes-pesquisadoras convidadas a participarem das outras etapas da pesquisa (entrevista, grupo de discussão e escrita de narrativas). Os critérios para participação da pesquisa são:

- a) ser mãe e estudante de Graduação da ESEFID/UFRGS;
- b) ser mãe e estudante de Pós-Graduação da ESEFID/UFRGS;
- c) ser mãe e docente de Educação Física da Educação Básica da Rede Pública do Estado do Rio Grande do Sul;
- d) ser mãe e docente do Ensino Superior na área da Educação Física; e)
disponibilidade de participar da pesquisa;
- f) que tenha filhas/os entre 0 e 21 anos de idade, por esta compreender a idade que adultos são responsáveis legais por suas filhas e seus filhos.

Destacamos que a pesquisa exploratória, realizada com estudantes de Graduação e Pós-Graduação da ESEFID/UFRGS, nos ajudarão a identificar quem, dessas estudantes-mães, estão exercendo a docência, para, a partir disso, serem incluídas no grupo de participantes da pesquisa, de acordo com os critérios acima mencionados.

Considerações transitórias

O tripé da ação educativa da Universidade Pública é formado por ações de Ensino, Pesquisa e Extensão. A partir disso, o estudo que pretendemos realizar terá duração de 5 anos e, a seguir, apresentamos as metas que pretendemos alcançar:

1) Atividades de Pesquisa: as atividades de pesquisa se concretizarão a partir de produções de Dissertações de Mestrado, Teses de Doutorado, Pesquisas de Pós-doutorado, escrita e publicação de artigos científicos trabalhos apresentados em formato de Comunicação Oral e/ou Pôster em Congressos Nacionais e Internacionais que acolham o tema objeto de trabalho dessa Pesquisa e parcerias institucionais com outras Instituições.

2) Atividades de Ensino

As atividades de ensino estão sendo a inclusão da temática da maternidade em disciplinas da Graduação que tenham interface com discussões de gênero, do ser mulher na atualidade, de práticas interculturais, dentre outras. Além disso, foi oferecido para estudantes da Pós-Graduação uma disciplina denominada "Docência, Escola e Decolonialidade em Educação Física", onde a temática da maternidade esteve presente nas discussões.

Do mesmo modo, intencionamos fazer proposição de atividades de formação continuada junto as e aos docentes da Rede Pública de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul sobre temáticas que possam emergir do processo de pesquisa.

3) Atividades de Extensão: No ano de 2022, criamos um Projeto de Extensão de Rodas de Conversas com mães universitárias, que objetiva construir espaços formativos para reflexão e diálogo que tematizem as experiências vividas das maternidades no universo acadêmico, como superação de situações de discriminação, preconceito e outras inúmeras dificuldades enfrentadas pelas quais as mães passam em suas trajetórias de estudos.

A partir dos processos de escuta, diálogo e das demandas trazidas pelas estudantes-mães, busca-se avançar de forma teórica, crítica e prática, na transformação do espaço universitário como local coletivo onde essas estudantes possam ser ouvidas, sintam-se integradas e capazes de gerar transformações coletivas a partir dos seus direitos e necessidades respeitadas. Do mesmo modo, o Projeto busca sensibilizar a comunidade acadêmica sobre a

pauta da maternidade para que se torne uma luta coletiva e não específica, individual e solitária de cada mãe-estudante.

Outro Projeto de Extensão que estamos realizando se chama "ESEFID Acolhe Infâncias", que visa propor ações que sensibilizem a comunidade da ESEFID, e a partir disso, os espaços e os tempos do Campus, em relação às crianças e às diferentes infâncias, para além de construir espaços de reflexão, discussão e prática de acolhimento às crianças e diferentes infâncias na ESEFID/UFRGS promovendo espaços que acolham as crianças filhas das mães estudantes da Graduação e Pós-graduação em um espaço lúdico, recreativo e artístico que possibilitem às crianças viverem suas infâncias e suas potencialidades no ambiente Universitário.

Ambos Projetos procuram contribuir na criação de políticas de apoio para as mães se manterem na universidade e concluírem seus estudos, procurando compreender as necessidades e considerar a realidade vivida pelas mães estudantes.

Para finalizar, destacamos que desde 2007, temos nos dedicado, no interior do Grupo F3P-EFICE, a ir construindo um olhar investigativo voltado para a constituição da identização docente de mulheres professoras (SILVA, 2007). Compreendemos, portanto, que estudar a docência representada por mulheres-mães compreende também o modo como os denominados significados femininos como amor, cuidado e domesticidade, estão representados nessa atividade (VIANNA, 2013; ZANELLO, 2018).

Aliado a isso, e refletindo sobre a maternidade em nossa sociedade atual, corroboramos as ideias de Bezerra (2017) quando destaca que não é a maternidade em si ou a experiência de ter filhas/os que nos martiriza, nos sobrecarrega e, em alguns casos, até nos adoece, mas: “é na verdade o que fazem a nós mulheres, tomando a maternidade e os filhos como ferramentas que se não cerceiam, ao menos pesam em nossas trajetórias” (BEZERRA, 2017, p. 14). Ser mãe não pode e não deve nos impedir de sermos qualquer outra coisa que queiramos ser. “Viver a maternidade não significa abrir mão da liberdade. Não pode significar” (D’ÁVILA, 2019, p. 115).

É preciso um mundo em que mulheres ocupem espaços públicos e onde a ausência das crianças seja tão marcante quanto sua presença. Porque para cada homem poderoso com filhos ausentes existe uma mulher trancada em casa depois do expediente” (D’ÁVILA, 2019, p. 115).

Precisamos compreender as formas de maternidades existentes, para, a partir disso, recriar um mundo onde nossos afetos e a presença das crianças não sejam vistos com “maus” olhos na sociedade que vivemos e construímos.

Referências

BEZERRA, Priscilla. *O filho é da mãe?* Fortaleza: Substância, 2017.

BINS, Gabriela Nobre. 2020. *Tecendo saberes, tramando a vida - a Educação Física e a Pedagogia Griô*: uma experiência autoetnográfica de uma professora de educação física na RME POA. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano), Escola de Educação Física, Universidade de Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10239743. Acesso em: 04 jul. 2022.

BINS, Gabriela Nobre; SILVA, Lisandra Oliveira. Maternidade e docência: tecendo fios da vida. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE MATERNIDADE E CIÊNCIA, 2, 2019, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre. Disponível em: <https://doity.com.br/anais/simposiobrasileiromaternidadeeciencia/trabalho/85597>. Acesso em: 03 jun. 2021

BINS, Gabriela Nobre; SILVA, Lisandra Oliveira e; DIEHL, Vera Regina Oliveira; TERRAGNO, Tatiana Martins; TAVARES, Natacha da Silva; SILVA Caroline Maciel da; KUHN, Simone Santos. Docência em Educação Física e Maternidades: construindo outras inter-relações. Movimento, Porto Alegre, 2022. No Prelo.

D'ÁVILA, Manuela. *Revolução Laura*. Caxias do Sul: Belas Letras, 2019.

NOLETO, Marlova Jovchelovitch. Prefácio. In: SOUTO-MARCHAND, Andreia Silva de; GALVÃO, Elisandra; FERNANDES, Morgana (Orgs.). *Mulheres Cientistas e os desafios pandêmicos da maternidade*: Artigos produzidos durante a Pandemia de Covid19 em 2020 [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

SILVA, Juliana Marcia Santos; SALVADOR, Andréia Clapp. Coletivos de Mães Universitárias Rompendo com a História da Exclusão Feminina nas Universidades. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 31, 2021, Rio de Janeiro. *Anais Eletrônicos*. Rio de Janeiro: ANPUH - Brasil, 2021. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628176107_ARQUIVO_6c5ff0b3c39fb6a13b440aa157afdc9d.pdf. Acesso em: 04 out. 2022.

SILVA, Lisandra Oliveira e. *Um estudo de caso com mulheres professoras sobre o processo de identização docente em educação física na rede municipal de ensino de Porto Alegre*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano), Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SILVA, Lisandra Oliveira e. *Os sentidos da escola na atualidade: narrativas de docentes e de estudantes da Rede Municipal de Porto Alegre*. 2012. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano), Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

POR ONDE ANDAMOS?

SILVA, Sulamita Rosa da; MACHADO, Tânia Mara Rezende; COSTA, Ademarcia Lopes de Oliveira. Interseccionalidade e trabalho docente: desafios vividos por professoras negras da UFAC. *Revista Teias*, v. 22, n. 64. 2020, p. 00-00.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. *O trabalho docente*: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

VIANNA, C. P. A feminização do magistério na Educação Básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. In: YANNOULAS, S. C. (coord.). *Trabalhadoras: Análise da Feminização das Profissões e Ocupações*. Brasília: Editorial Abaré, 2013.p. 159-180.

ZANELLO, Valeska. *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris, 2018.

Capítulo II

Raça, Ancestralidade, Interseccionalidade e universidade.

Mãestranda¹⁹ – mulher negra-universitária-mãe atípica na pós

Gisele Camilo da Mata

Mestra em Educação e Docência pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

“Tão importante quanto saber a minha história, é eu ter o poder contá-la! E falar dela em primeira pessoa porque tenho a propriedade de contar essa história”! Gisele Camilo.

Para situar de que lugar falo como pesquisadora narrarei um pouco da minha história, da trajetória estudantil e acadêmico-científica visando contribuir para a expansão dos estudos acerca da maternidade interconectados à raça e gênero, especialmente no contexto acadêmico-científico.

Em minha educação familiar sempre escutei que é “através dos estudos que se vence na vida!” Essa afirmação carrega história ancestral, mas também os objetivos e desejos contemporâneos de uma mulher negra, mãe solo e periférica que afronta todas as estatísticas e estereótipos socialmente construídos para localizar e manter mulheres negras. Sou fruto dessa vontade inexorável de proporcionar escolhas e oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional para romper com o ciclo de desigualdade social em nossa família.

Como muitas outras narrativas, a minha encontra “confluência” nas similitudes das vivências com outras mulheres negras, sobretudo nas questões de discriminação racial e de gênero, dinâmicas que estruturam nossa sociedade. (BISPO, 2019, p. 31). Sempre estudei em escolas públicas e como grande parte de meninas e mulheres negras enclausuradas no mito da democracia racial, não cresci com letramento racial. Somente pós maternidade tenho contato

¹⁹ Termo cunhado para definir a vivência da maternidade, especialmente a maternidade com um filho com diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista, durante o percurso do mestrado. Essa é uma definição que adoto tanto nos espaços sociais quanto científicos como identificação dessa temporalidade.

com letramento racial e é quando participo do Grupo de Estudos de Ações Afirmativas na Pós- Graduação ofertado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É também nesse momento que pela primeira vez tenho o sentimento de pertencimento. Mas o fato é que esse acontecimento, na verdade, é um lapso temporal de quase 40 anos vividos sem me reconhecer como mulher negra.

Essas questões importam para estabelecer o elo na constituição, primeiro da Mäestranda e depois da Mestre em Educação. Ao mesmo tempo, trazê-las é demonstrar outro dado importante, os atravessamentos geracionais que conectados, à raça, gênero e classe, incidem em nossa estrutura societal. É também uma forma de desconstrução e descolonização da maternidade demarcando um posicionamento não romantizado dessa experiência, ao mesmo tempo informando o legado que me suporta e conduz no meu reconhecimento e afirmação como pesquisadora, cientista e intelectual feminista negra.

Entrando na Universidade

Antes de falar sobre ser mäestranda é preciso trazer meu percurso estudantil e universitário que foram anteriores à maternidade. Primeiro porque apresentar que sempre ouvi que para vencer na vida, o caminho é pelos estudos! Esse é quase um mantra para famílias negras e pobres. É também o caminho da sobrevivência tanto quanto da resistência. Mas esse caminho é árduo desde o ingresso na universidade, e especialmente na permanência e conclusão do curso, seja da graduação ou pós-graduação. Muitos são os fatores que incidem nessa experiência, sendo que raça se impõe.

bell hooks²⁰ (1995) problematiza uma questão importante para mulheres negras, a própria concepção como intelectuais no meio acadêmico a partir de sua experiência:

As intelectuais negras trabalhando em faculdades e universidades enfrentam um mundo que os de fora poderiam imaginar que acolheria nossa presença, mas que na maioria das vezes encara nossa intelectualidade como suspeita. O pessoal pode se sentir à vontade com a presença de acadêmicas negras e talvez até as deseje, mas é menos receptivo a negras que se apresentam como intelectuais engajadas que precisam de apoio, tempo e espaço institucionais para buscar essa dimensão de sua realidade. (hooks, 1995, p. 468)

Essa é uma reflexão que contribui para minha percepção como intelectual. Entendo que autoafirmar-se como intelectual possa ser recepcionado com estranheza é no legado de um

²⁰ Respeitando a grafia da autora foi mantido o nome e sobrenome em letras minúsculas, forma por ela escolhida como enfrentamento à corrente do academicismo capitalista e hegemônico que valoriza nomes frente às ideias.

pensamento situado e posicionado de intelectuais feminista negras como Gonzalez, 1984; hooks, 1995; Carneiro, 2005; Collins, 2019 e outras, que se ancora minha afirmação e reconhecimento. Ao mesmo tempo esse é um compromisso intelectual e político, e um movimento de autodefinição,

Venho de família predominada por chefias femininas e hoje também sou liderança da família que constituí com meus gêmeos. Além disso, após várias gerações sou a primeira mulher a ingressar e concluir o curso superior, assim como também a primeira a ingressar em um programa de pós-graduação em nível de mestrado. O que ocorre quando já estou com 40 anos. Esse é também um dado importante que diz dos atravessamentos geracionais, raça, classe, gênero em nossa estrutura social.

Tenho duas graduações, a primeira foi realizada (2000 - 2004) em uma faculdade particular, a segunda (2011 - 2012) ocorreu em universidade pública. Sendo que nessa universidade pública fiz na sequência uma especialização lato sensu em paralelo ao início de uma terceira graduação – meu primeiro ingresso na UFMG – que precisou ser interrompido para inserção no mercado de trabalho. A segunda graduação de fato ocorreu após a expansão e democratização do acesso ao ensino superior – o que ocorreu nos governos Lula e Dilma entre 2004 a 2016 – e foi também nesse momento que decidi continuar a trajetória acadêmico-científica e tentar seleção em programas de pós-graduação.

Grupo de Estudos de Ações Afirmativas na Pós-graduação - UFMG

Paralelo a essa trajetória acadêmica chegou a maternidade, que mudou tudo. Destaco o despertar de meu posicionamento político frente à maternagem, mas sem romantizar a experiência. Esse destaque é para dizer que a postura de docilidade que adoto durante toda minha vida gira a chave porque o cuidado impõe-se e passei a entender muitas outras questões sociais que antes adotava o não enfrentamento como posicionamento.

Contudo, após a gravidez e as diversas questões que esse estado implica comecei a perceber as variadas "inscrições" neste corpo grávido, tornando mais factíveis certas investiduras a mim atribuídas de um tipo de desajuste, de falha ou "término de vida". Nesse momento, me tornei "consciente dos discursos que circulam o imaginário social e cultural acerca da maternidade". (MATA, 2022, p. 24)

Foi em 2017 que participei do Grupo de Estudos de Ações Afirmativas na Pós-graduação da UFMG como meio para aprender os códigos, a linguagem e as etapas do processo de seleção do mestrado. Ao participar do grupo aconteceu uma importante mudança pessoal, pois aprendi sobre história negra e acessei referências negras para pensar a pesquisa

que pretendia. Foi também nesse ano que o meu filho recebeu o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e não fui aprovada em nenhuma das seleções que tentei.

Pensando que teria muito mais condições de auxiliar meu filho se estivesse cursando o mestrado decidi continuar a seleção no ano seguinte e uma extensão desse grupo, o Nenhum@Menos, se formou por aquelas pessoas não aprovadas para que pudessem dedicar ao projeto e tentar nova seleção em 2018.

É exatamente em 2018 que sou aprovada no Programa de Mestrado Profissional em Educação e Docência da UFMG.

Percebendo-me mulher negra-universitária-mãe atípica na pós

A descoberta da gravidez gemelar, o racismo obstétrico²¹ vivido no parto, o recém diagnóstico do meu filho e a não aprovação nas seleções em 2017, me faziam consciente que a materialização de cursar o mestrado se afastava. Porém, é a maternidade que me leva à pesquisa. Recuperar essas questões intenta demonstrar que realizar o mestrado tornou-se, mais que um projeto de vida e realização de um sonho, um imperativo.

Em 2019 realizei de acordo com a orientação que me vinculava, mudança no projeto trazendo questionamentos acerca da maternidade para a UFMG, pois no projeto de ingresso essas questões localizavam-se na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), local onde trabalho e que me trouxe inquietações a respeito das políticas públicas de apoio às maternidades. Iniciei o trabalho de campo junto a coletiva MaternAtiva²² e nesse mesmo ano além do projeto aprovado pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), também participamos do II Congresso de Mulheres na Ciência da UFMG e apresentei minha pesquisa recém iniciada.

É também nesse evento que conheci e fui convidada por uma pesquisadora do movimento *Parent in Science*²³ (*PiS*) a participar da seleção do Programa Embaixadoras.

²¹ Apenas consegui assim nomear essa experiência após localizar o referencial teórico do feminismo negro. Entretanto, na literatura ainda são incipientes os estudos, sobretudo quando não há perspectiva e construção racializada do fenômeno.

²² Coletiva construída pensando ações afirmativas para as mães da comunidade UFMG, buscando garantir acesso, inclusão, permanência e convivência de mães e crias na vida universitária. Composta por “mães, pais e mulheres apoiadoras constituída em 2018 a partir das demandas levantadas durante dois encontros do Fórum Diálogos da Antropologia e Arqueologia da UFMG”. (FERNANDES; ROCHA; MATA, 2020, p.13)

²³ É um movimento formado por cientistas, mães e pais, que surgiu em 2017 com intuito de levantar a discussão sobre a maternidade (e paternidade) dentro do universo da ciência do Brasil. O movimento busca a conscientização sobre os impactos da maternidade na carreira científica e o estímulo de medidas afirmativas que encorajem mães a permanecerem na construção do conhecimento científico após a maternidade.

Porém, no meio do processo de trocas e vivências de demandas do grupo e da pesquisa tivemos uma frustração e não encontrando mediação e solução dos conflitos tomei a decisão de descontinuar a pesquisa com a coletiva. Apesar do encerramento do vínculo da pesquisa, o afeto, o acolhimento, a rede de apoio e relação com as integrantes permaneceu. Assim, na apresentação de um trabalho em novembro de 2019 decidimos escrever um artigo.

Um olhar para além dos muros da academia

Foi necessário deslocar o campo de pesquisa e estabelecer novo vínculo de orientação para continuidade da pesquisa. Entretanto, somado a essas questões um pequeno detalhe – microscópico – impõe-se criando um estrago gigantesco e de modo coletivo, o Coronavírus²⁴.

A pandemia mundial, isolamento social, aulas das crianças e trabalho remoto, crise sanitária, econômica e política todas essas incidências precipitaram adequações, inclusive de possibilidades de contato social via tecnologias digitais.

Foi por videoconferência que consegui realizar as sete entrevistas na pesquisa. Foi também por meio desse recurso – tecnologias digitais – que tive a oportunidade de participar de dois cursos, Estudos Críticos sobre Maternidade & Escrevendo sobre Maternidade, ambos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A importância de estar nesses cursos teve vários impactos no meu percurso do mestrado.

O primeiro que destaco é que me trouxe escuta e acolhimento ao debate da relação maternidade, universidade e ciência como campo de investigação científica, especialmente em um momento tão delicado da minha jornada, já com outra orientação e retomando do início minha escrita e pesquisa me preparando para qualificação. Além de me trazer referências importantes para a continuidade do meu trabalho.

O segundo diz respeito a minha participação na segunda edição do curso, agora mais centrado na escrita sobre o tema, seja para seleções do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), de mestrado ou doutorado ou ainda para quem escreve em mídias sociais e/ou promove divulgação científica sobre a temática da maternidade. Essa segunda participação também aconteceu após a qualificação e na escrita da defesa, então atuei como monitora e na

²⁴ A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus – SARS-CoV-2, família de vírus que causa a COVID-19 e que apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas, a quadros respiratórios graves – constituiu uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. E em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em 20 nov. 2022.

organização do curso, o que me trouxe ainda mais embasamento teórico-crítico.

Maternidade em perspectiva

O termo *Mãestranda* cunhado na pesquisa, simultaneamente visibiliza e reconhece a experiência da maternidade no percurso de formação do mestrado, especialmente com um filho com TEA. Essa definição que adoto busca dar conta dessa temporalidade e por isso a utilizo tanto nos espaços sociais quanto científicos para problematizar sobre ser mulher negra, mãe atípica em formação acadêmico-científica como proposta de mudança epistêmica ao mesmo tempo como politização das questões da maternidade no ambiente universitário. É por isso que tomei:

(...) a responsabilidade e o controle da minha própria narrativa. Ao mesmo tempo, essa é uma possibilidade que pode ser vista como um privilégio e um exercício de poder. Um poder que se configura na possibilidade de desafiar estruturas hegemônicas e opressoras. A responsabilidade de nomear a própria experiência. (MATA, 2022, p. 18)

Concomitantemente, corroboro com Giovana Xavier ao informar a academia brancocêntrica e eurocêntrica que deve-se substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história". (XAVIER, 2019).

Referências

- BAIRROS, Luiza. A mulher negra e o feminismo. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDEMBERG, Cecília Maria B. (org.) *O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas*. Salvador: UFBA; Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008. p. 139-146.
- CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. 339f. Tese (Doutorado em educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- FERNANDES, Talita Melgaço; ROCHA, Thaís Teles; MATA, Gisele Camilo da. MaternAtiva: pensando um campus para mães e crianças através das ações afirmativas e das redes de apoio. *Revista em Sociedade*, v. 3 n. 1, 2020. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/emsociedade/article/view/22029>. Acesso em 20 nov. 2022
- HOOKS, bell. Intelectuais Negras. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v.3, n. 2, p. 464-478, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>. Acesso em 20 nov. 2022.

MATA, Gisele Camilo da. *Quem pode ser mãe: maternidade, produção do conhecimento, escolhas (im)possíveis e vivências de estudantes na UFMG*. 2022. 169f. Dissertação (Mestrado em Educação e Docência) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. *@Descolonizando_saberes: mulheres negras na ciência*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2020.

SANTOS, Antônio Bispo. As fronteiras entre o saber orgânico e o saber sintético. In: OLIVA, Anderson Ribeiro *et al.* (org.). *Tecendo redes antirracistas: Áfricas, Brasis, Portugal*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 23-36

XAVIER, Giovana. *Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história*. Rio de Janeiro: Editora Male, 2019.



AMA-LEITE à doutoranda: A experiência de pesquisa de uma mãe preta na pós-graduação

Lucilene Athaide

Doutoranda em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Introdução

A interseccionalidade, segundo a intelectual brasileira Carla Akotirene (2020) é um conceito que visa dar a instrumentalidade teórico-metodológica a sobreposição do racismo estrutural, do capitalismo e do cisheteropatriarcado. É sobre a interseccionalidade, em alguma medida, que este artigo, escrito em primeira pessoa, trata. Quais são as camadas de opressão que carrega uma mãe, preta e estudante de pós-graduação no Brasil?

O título que dá nome a este trabalho já parte deste ponto de partida que busca questionar esse lugar de fala (RIBEIRO, 2019). Ser mãe preta no Brasil se configura enquanto um ato político uma vez que a sobrevivência desta população racializada é por si só um ato de resistência. Lembrando sempre que no Brasil, os casos de homicídio de pessoas negras (somados pretos e pardos, de acordo com a classificação do IBGE) aumentaram 11,5% em uma década, de acordo com o Atlas da Violência divulgado no ano de 2020²⁵

Dito isso, se faz necessário contextualizar historicamente esse lugar destinado às mulheres negras. “Esse lixo, que agora vai falar numa boa”, na referência da saudosa Lélia Gonzalez (1983). No Brasil, a função das chamadas “amas-de-leite” ficou conhecida justamente pela ação das escravizadas negras que foram imbuídas da tarefa de amamentar os bebês das famílias brancas. Não era raro em um passado muito recente os anúncios de jornais que pediam “uma preta sadia, sem cria e de boa conduta” (BONOW RODRIGUES, 2017, p.189). As amas-de-leite foram uma realidade tão presente e marcante na sociedade brasileira que estão retratadas inclusive nos mais diferentes produtos artísticos de sua época. Pinturas, textos de jornais da época, documentos, entre outros. Esse corpo, negro e feminino, que já sofria uma série de explorações durante o Brasil colonial, também era responsável pela nutrição

²⁵ BOND, Letycia. Atlas da Violência: assassinatos de negros crescem 11,5% em 10 anos. In: AGÊNCIA BRASIL. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-08/atlas-da-violencia-assassinatos-de-negros-crescem-115-em-10-anos>. Acesso em 21 de nov. de 2022.

daqueles que da mais tenra idade já carregavam consigo o DNA do poder e da dominação. A dominação está presente em um dos contos do maior escritor negro brasileiro, Machado de Assis. Conta ele:

- Aqui está a fujona, disse Cândido Neves. -- É ela mesma. --Meu senhor! --Anda, entra... Arminda caiu no corredor. Ali mesmo o senhor da escrava abriu a carteira e tirou os cem mil-réis de gratificação. Cândido Neves guardou as duas notas de cinquenta mil réis, enquanto o senhor novamente dizia à escrava que entrasse. No chão, onde jazia, levada do medo e da dor, e após algum tempo de luta a escrava abortou. O fruto de algum tempo entrou sem vida neste mundo, entre os gemidos da mãe e os gestos de desespero do dono (Trecho do conto Pai contra mãe – MACHADO DE ASSIS, 1906).

Falar de amas-de-leite é tocar em uma ferida muito profunda na ancestralidade e que tem uma relação íntima com a trajetória de muitas mulheres negras, a maternidade. E mais, é falar da dor de ser mãe preta neste país desde sempre. O papel das amas-de-leite acabou entrando para a historiografia com o olhar que o colonizador apurou, ou seja, um olhar romantizado que não dá conta, certamente, da opressão que essa figura carregava consigo. Geralmente, as amas são retratadas de uma forma que evidencia a relação de afeto, mas nega a opressão sobre esses corpos. É o corpo “quase da família”. Como afirma Lorena Telles (2018) ao explicar este tipo de relação:

Pensar além do estereótipo da benevolência: A condição de gênero das cativas domésticas, em particular amas de leite e mucamas designadas "escravas de portas adentro", as expôs a práticas específicas de dominação e violência, envolvendo ataques sexuais, formas de vigilância e, para as amas de leite, restrições ao exercício da maternidade. (TELLES, 2018, p.102).

São as descendentes das amas-de-leite que hoje ainda têm os piores salários e que seguem ocupando funções consideradas subalternas, entre elas o emprego doméstico remunerado – um contingente de 3,9 milhões de mulheres negras, que corresponde a 63% do total de trabalhadoras (IPEA, 2019).

Quando pensamos nisso de forma crítica, conseguimos compreender melhor o abismo que separa mulheres negras e brancas no mercado de trabalho, por exemplo. E com a maternidade, não é diferente. Existe um grupo de mulheres genitoras a quem foi permitido a criação de seus filhos e a possibilidade de permanecer junto destes, enquanto a outras foram negados os direitos mais básicos, entre eles, o ato de amamentar. Desta forma, passado mais de um século da abolição da escravidão, não é uma incoerência o fato das mães negras brasileiras – esse país outrora colonizado - ainda carregarem as marcas destas desigualdades. Na seção que segue, apresento um pouco da minha trajetória e o percurso que percorri para chegar hoje a esse espaço, uma mãe preta doutoranda na pós-graduação. Também apresento ao fim algumas considerações e reflexões sobre a questão. O texto, visa pensar neste duplo lugar, nesta zona de pertencimento de uma intelectual preta – que vive, respira e transpira a sua

pesquisa – e, também, nos desafios de ser mãe em uma sociedade patriarcal, sexista e racista. Bebendo na fonte de Beatriz Nascimento (2018) e de outras intelectuais da diáspora, meu objetivo é refletir sobre a seguinte questão: se o acolhimento para mulheres não-negras ainda é motivo de reflexão e lutas dentro da academia, qual é o espaço que se destina às mulheres racializadas, cuja própria produção muitas vezes ainda é invisibilizada?

Acredito que esse é um assunto que não se esgota nesta produção e tampouco acredito que a minha experiência seja balizadora de um debate tão importante. Contudo, assim como Conceição Evaristo (2008) eu compactuo deste método chamado de “escrevivência”. A autora diz que escrevemos sobre o que vivemos a partir do que somos. O fruto do meu útero e a cor da minha pele fizeram o que eu sou hoje e esse é meu ponto de partida para seguir nestas linhas.

Amamen-tese

Meu filho nasceu no dia 18 de dezembro de 2021. Às 12h23. Um sábado quente, faltando poucos dias para o verão no Hemisfério Sul. Sábado de Oxum. Alguns dias antes, na quarta-feira (15 de dezembro de 2021), com 37 semanas de gestação, peguei um trem e um ônibus para chegar na Universidade onde eu cursava o doutorado em Ciências da Comunicação. O motivo: utilizar os laboratórios de informática, pois sem ter um computador em casa, essa era a única forma de conseguir finalizar os trabalhos finais das disciplinas que eu cursei naquele semestre. Foi ali, dentro de um campus universitário, entre a escrita de um parágrafo e outro, que eu senti as primeiras dores, os primeiros indícios de que meu filho não queria mais morar no meu útero e que queria que o mundo fosse seu novo lar.

Voltei a essa história 31 anos atrás, quando minha mãe, às 36 semanas de gestação, também sentiu as primeiras dores de parto em um sábado. O fruto de seu ventre era eu, que também já não queria o espaço apertado do útero. O cenário de minha mãe era outro, ao invés de um campus universitário, uma casa de família, onde ela tinha chegado nas primeiras horas da manhã daquele dia para passar roupas, limpar vidros e cozinhar. Essa era a mesma casa onde minha mãe, sorrateiramente, desviava fraldas de um bebê recém-nascido que seriam usadas por mim, já que nos anos 90 do século XX, utilizar fraldas era um privilégio de famílias melhores estabilizadas financeiramente. Neste caso, famílias brancas. As mulheres negras e pobres, em sua maioria, rasgavam trapos e panos inutilizáveis como roupas, mas que serviam para essa finalidade de proteger o bumbum do bebê.

A agência de estratégias de mulheres negras não começou agora. Aliás, antes de seguir, nesta escrita se faz necessário entender a importância de se pensar gênero, raça e classe de forma articulada, tal qual propõe Angela Davis (2016). Gênero e categorias raciais surgiram

durante a época que se convencionou a chamar de Modernidade. Intelectuais negras decoloniais, como a nigeriana Oyèrónké Oyéwùmí (2004) apontam que foi justamente na dita modernidade que as pessoas foram exploradas e as sociedades receberam essa estratificação de ricos *versus* pobres. Devemos pensar assim, antes de tudo, em gênero enquanto uma construção sociocultural. A ideia que entendemos enquanto gênero hoje não estava presente nas sociedades originárias, por exemplo. Logo, gênero é uma construção ocidental e como aponta Oyèrónké, “não pode ser abstraído do contexto social e de outros sistemas de hierarquia” (OYÉWÙMÍ, 2004, p. 99). Assim, subordinadas às classes mais baixas, mulheres negras criaram estratégias de sobrevivência no ambiente hostil a que estavam inseridas. No Brasil, apesar do sexismo e do machismo ser um atravessamento para mulheres diversas, incluindo as não racializadas, colocando muitas vezes a mulher branca numa posição de subjugação ao patriarcado, ganhar as ruas foi uma tarefa oferecida às negras, que estavam fora do estereótipo de fragilidade feminina. Consideradas fortes, eram elas que garantiam o sustento da família.

Se minha mãe ingressou no trabalho doméstico aos 15 anos de idade, suas antepassadas, escravizadas, muito possivelmente tiveram o seu período de lactação também aproveitado como fonte de renda em algum momento da vida. Minha mãe é filha de uma mulher negra, igualmente trabalhadora doméstica que nasceu e se criou em uma comunidade quilombola rural, no interior do Estado do Rio Grande do Sul. De minhas bisavós pouco se tem informação, apenas de que eram negras, retintas e quilombolas. É desta árvore genealógica que descendo. E sou uma das primeiras a quebrar o círculo de servidão presente nas mulheres de minha família, o trabalho doméstico não foi meu destino.

Ingressei no ano de 2011 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para cursar Comunicação Social com habilitação em Jornalismo através da política de ações afirmativas, mesmo sem saber muito bem o que as chamadas cotas raciais simbolizavam. Precisando trabalhar desde o início da graduação, encontrei no mercado de trabalho em grandes redações de jornais a satisfação pessoal e profissional. A pesquisa acadêmica entrou de vez na minha vida apenas em 2019, quando decidi fazer a seleção de mestrado para o curso de Ciências Sociais na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos-RS). Antes disso, a necessidade de garantir um salário mensal que me remunerasse o suficiente para sobreviver impediu que eu ingressasse até mesmo na Iniciação Científica e me dedicasse a isso.

Cursei todo o mestrado trabalhando enquanto repórter. Uma carga horária difícil e extenuante que muitas vezes me permitiu pensar que a academia não era para mim ou que eu precisava escolher: quero ser mestra em Ciências Sociais ou repórter? Em dado momento desta trajetória de cansaço e me permiti entender que eu queria ser (e poderia ter) os dois. O momento

em que isso ocorreu eu também me lembro bem. Estava acordando pela manhã para escovar os dentes no dia do meu exame de qualificação da dissertação e dei de cara com o espelho do banheiro. Me encarei e vi que aquela mulher negra havia chegado a um grau de instrução formal que nenhuma outra mulher havia chegado em toda a sua árvore genealógica. Eu estava quase me tornando mestra. Eu, a filha e neta de doméstica, bisneta de quilombolas, tataraneta de cativas.

Foi então que eu decidi que queria sim a pesquisa em minha vida, e mais, eu queria não viver a dicotomia do Ocidente que coloca a mulher em um papel de escolher se é isso ou se é aquilo. Eu queria ser eu mesma em todas as minhas camadas e completudes. Ao fim do mestrado, em um novo momento de reflexão, desta vez, mais curto e mais maduro, eu afirmei que além do doutorado, eu queria um outro título, de extrema importância para mim: eu queria ser mãe.

Minha história até aqui me permite articular, juntamente com a teoria crítica, sobre o mundo que foi legado às mulheres negras no pós-abolição. Como aponta a História (GOMES, 2018; SCHWARCZ, 2018), o Brasil foi o último país do Ocidente a abolir oficialmente e institucionalmente o trabalho escravizado de pessoas negras vindas de África. Mais de um século após a assinatura da Lei Áurea, não raro, nos deparamos com a realidade que escancara um país com amarras coloniais. Um levantamento da plataforma Gênero e Número²⁶ mostrou que as doutoras negras são menos de 3% das docentes nos cursos de pós-graduação no país. A escassez de bolsas, a falta de uma condição financeira que permita a dedicação total aos estudos e o próprio racismo estrutural (ALMEIDA, 2018) colaboram com essas estatísticas.

Tive minha gestação confirmada enquanto eu cursava meu primeiro semestre de doutorado em Ciências da Comunicação na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos-RS), um Programa de Pós-Graduação (PPG) que possui nota 7 na avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) e que foi descontinuado juntamente com outros programas da Instituição neste ano de 2022²⁷. Parte da política de desmanches na Educação que o Brasil vem sofrendo nos últimos anos.

Costumo dizer que a minha chegada no doutorado com uma gestação confirmada logo no início do curso foi uma revolução. Desde que anunciei aos amigos que meu filho viria, o

²⁶ Para mais acesse: <<http://ler www.generonumero media/menos-de-3-entre-docentes-.doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia/>>. Acesso em 8 de nov. de 2022.

²⁷Para saber mais sobre o fechamento dos programas de pós-graduação, acesse <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/ensino/unisinos-confirma-encerramento-de-12-cursos-de-mestrado-e-doutorado-por-impactos-da-crise-econ%C3%B4mica-1.860365>. Acesso em 27 nov. 2022

que mais ouvi foi a seguinte pergunta: “E o doutorado, tu trancaste?”. Eu sempre notei nessa pergunta, que por sinal muito possivelmente não seria feita a um acadêmico homem, por exemplo, uma certa dificuldade de as pessoas compreenderem que a maternidade não isola a vida acadêmica, apesar de sabermos o quanto essa dupla jornada é sacrificante para mulheres especialmente. Se pensarmos na interseccionalidade, essa dificuldade é ainda mais pulsante para as negras de origem humilde.

Podemos fazer aqui o exercício de entender os tantos papéis que as mulheres negras ocupam ao longo da vida, em uma simbiose própria onde uma não existe sem a outra. Essa agência de “dar conta” não surgiu comigo, ela atravessa gerações. Para a historiadora brasileira Beatriz Nascimento (2018), numa lógica de família que foge da forma mononuclear ocidentalizada tida como padrão, a mulher negra é mãe, filha, neta, chefe da família e irmã. Todos estes papéis vão sendo desenvolvidos de forma simultânea, ou seja, a mulher negra existe em uma relação referencial. Contudo, para a mesma autora, fora destes espaços familiares, a mulher negra carrega na pele as marcas do seu “destino histórico” (NASCIMENTO, 2018, p.355), proveniente do estigma da escravatura. Isto é, de alguém tipificado para ser mão-de-obra e servir, inclusive sexualmente. Logo, a sociedade não aceita que uma mulher negra seja além de pesquisadora uma mãe, que carrega em seu corpo um descendente que veio ao mundo a partir de uma escolha deliberada e afirmada. Ainda mais se considerarmos que esse mesmo corpo sempre foi alvo de apropriação alheia. Um ventre que nunca foi livre, contrariando e sendo uma anedota à lei de mesmo nome²⁸.

Confesso que no decorrer da trajetória no doutorado pensei em desistir muitas vezes, mas sempre deixava a decisão para o dia seguinte e assim cheguei às vésperas de meu exame de qualificação da tese com um bebê de um ano.

A escrita deste artigo, por exemplo, foi interrompida várias vezes. O bebê, que conta com um pai presente e consciente de suas atribuições enquanto pai, ainda assim pede pelo meu colo, fica ávido pelos meus seios, e constantemente reclama a minha ausência – o que é esperado para uma pessoa de sua idade. Nestes momentos, a solução é parar a escrita, ver o que ele quer e entender que agora, pós-nascimento, meu tempo é outro. A famosa e adoecedora produtividade acadêmica que se exige em alguns espaços por onde circulamos, não me compete mais e não a quero. Meu currículo Lattes estampa meus 121 dias de licença-maternidade e mostra que agora o meu tempo realmente é outro. A licença-maternidade é essa palavra bonita

²⁸A Lei do Ventre Livre determinou que, de 28 de setembro de 1871 em diante, as mulheres escravizadas dariam à luz apenas bebês livres. De acordo com a lei, não nasceria mais nenhum escravizado no Brasil (ARIZA, 2018).

que todos os dias ganha um sentido novo por aqui: não foi aquele período entre o nascimento e os 4 meses do bebê, é a licença de um respiro de uma vida inteira com ele.

Foi pensando neste momento de escrita da tese e dos desafios de ser mãe de um bebê que criei um neologismo: *AmamenTese*. Essa palavra simboliza meu atual momento, mas também o que outras mães estão vivenciando em vários locais do mundo. O desafio de uma escrita acadêmica e a potência de ser mãe, referenciada pela força do ato de amamentar.

Dentro das universidades percebemos as dificuldades das mães negras, pois as nossas próprias carreiras sempre são subjugadas. As escritas são colocadas neste lugar de “ativismo” e seus saberes são desconsiderados em uma academia que ainda tem como cânone os intelectuais brancos dos países que fundaram o sistema-mundo (GROSFOGUEL, 2016). Fora isso, o racismo nos impede de respirarmos um ambiente de tranquilidade e conhecimento. Se muitas mães brancas levam seus filhos para o campus como alternativa, para nós, tirar um menino negro da proteção do seu lar é um risco constante. Logo, possivelmente meu filho não será a criança que brinca a sua infância solta e feliz em um campus de universidade particular enquanto a mãe estuda. A pele dele já é um alvo e só de sair de casa eu já temo por sua vida.

Ainda não sei se vou conseguir me inserir no mercado de trabalho como professora algum dia, as estatísticas mostram que esse é um caminho muito restrito para pessoas como eu. Se considerarmos ainda que minha estabilidade enquanto docente depende do crédito que a minha pesquisa terá no meio acadêmico, das possibilidades de viajar e participar de eventos e congressos e de publicar de forma constante, minhas chances diminuem muito. Se considerarmos ainda os retrocessos da ciência no Brasil, o desafio fica quase impossível.

Mas, se tem algo que a maternidade ensina, é que os dias nunca são e nem nunca mais serão iguais. Assim como vou costurando os capítulos da minha tese de doutorado com paciência e afeto, vou costurando a minha vida nova, de mãe, dia após dia, sem saber exatamente qual a próxima viagem que embarcarei. Estou feliz com a minha coragem de entrar nestes empreendimentos fantásticos e a bagagem que adquiri. Eu não trocaria a maternidade e nem a produção de conhecimento por nada.

POR ONDE ANDAMOS?



Figura 1- Momento de amamentação durante as tarefas do doutorado em Ciências da Comunicação. Fonte: Arquivo pessoal

Considerações

Meu útero é um território político. Igualmente, a minha escrita não é somente ativismo, mas parte de um lugar demarcado. Ao passo que os desafios vêm surgindo, comprehendo que mais do que nunca precisamos ter um olhar desconstruído e descolonizado para as dinâmicas novas, que as velhas estruturas ocidentalizadas, patriarcais e racistas já não dão conta. De forma tímida e muito aquém do que deveria ser, pessoas negras têm ocupado seu espaço na pós-graduação brasileira. Mulheres negras também estão chegando neste contexto. E mães negras e acadêmicas existem para ajudar a quebrar esse estereótipo de um não-lugar. Mesmo sendo poucas.

Já perdi prazos de entrega de trabalhos no doutorado por ser mãe, já fiquei exausta e dormi antes de submeter aquele artigo importantíssimo, já chorei por não ter assistido a uma aula porque a criança estava chorosa com os dentinhos nascendo, já deixei de finalizar relatórios de bolsista e de atualizar o Lattes. Isso é o que chamo de AmamenTese. Esse movimento de quem tenta controlar e viver um dia de cada vez na expectativa de se sentir realizada, mas que muitas vezes cansa, falha e recomeça de novo. Hoje, comprehendo melhor que será exatamente assim, um dia de cada vez. E que está tudo bem.

Utilizo a escrevivência para refletir sobre a minha trajetória, pois acredito que podemos pensar em um lugar mais justo, mais humano e mais plural dentro da academia. Um olhar plural para vidas que não cabem nos campos de preenchimento do Lattes. Sou uma mãe negra doutoranda que, de forma consciente, escolheu ocupar os espaços que ocupa hoje. Se a sociedade projetou me ver as minhas mais velhas apenas enquanto amas-de-leite, lamento muito. Hoje nós somos intelectuais.

Referências

- AKOTIRENE. Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Polén, 2020.
- ALMEIDA, Silvio de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento; 2018.
- ARIZA, Marília B. A. Crianças / Ventre livre. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos. São Paulo : Companhia das Letras, 2018.
- ASSIS, Machado de. Pai contra mãe (1906). In: ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.
- BOND, Letícia. Atlas da Violência: assassinatos de negros crescem 11,5% em 10 anos, *Agência Brasil [online]*, ago. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-08/atlas-da-violencia-assassinatos-de-negros-crescem-115-em-10-anos>. Acesso em: 21 nov. 2022.

DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

EVARISTO, Conceição. Escravivências da afro-brasilidade: história e memória. *Releitura*, Belo Horizonte, n. 23, 2008.

GOMES, Laurentino. *Escravidão – Vol. 1: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares*. Rio de Janeiro: Editora Globo Livros, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. *Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos*. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.

GROSFOGUEL. Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, v.31, n.1, jan./abr. 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Os Desafios do Passado no Trabalho Doméstico do Século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=comcontent&view=article&id=35231&Itemid=44> . Acesso em: 28 dez. 2020.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. *Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas*. Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. *Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies*. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. Dakar: CODESRIA, 2004. p. 1-8.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de Fala*. São Paulo: Polén Livros, 2019.

RODRIGUES, Marta Bonow. Amas de leite: dos anúncios de jornais do Século XIX em Pelotas/RS à atualidade - relações de trabalho e afeto no cuidado com crianças. *Tessituras*, Pelotas, v. 5, n. 1, p. 185-204, jan./jun. 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TELLES, Lorena Feres da Silva. *Libertas entre sobrados: contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão*. Dissertação (mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

Entre a pandemia, a pós-graduação e um bebê: cartas ao nascimento de uma pesquisavida.

Marilene dos Santos Queiroz

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade – MPED, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB

Zuleide Paiva da Silva

Professora orientadora no Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade – MPED/UNEB, Doutora em Difusão do Conhecimento.

Em meio às estações de 2021 e 2022.

Queridas/os!

Pedimos licença para abrir estas cartas saudando nossas/os ancestrais. Vó Eduarda Santos criou muitos filhos e filhas, as delas e os dos outros. Poucos dias antes de fazer sua passagem, ela me convidou a sentar embaixo da sombra do umbuzeiro, árvore centenária que contorna o terreiro e nos presenteia todo ano com seus frutos doces e azedos. Lá estava ela, de cócoras, esplêndida no encanto de seus 102 anos. Com um lenço florido na cabeça, sua saia longa enrolada entre as pernas e com um graveto, em sua mão esquerda, rabiscava incansavelmente o chão. Ao sentir minha presença, olhou de canto e disse: “É minha filha, tantos anos de vida e nunca me perguntaram sobre como me sentia e me sinto sendo mãe, mas eu sempre fui a menina, a mãe, a leiteira, a vó, a bisa que sonharam”. No mesmo instante me fez lembrar da Natalina, personagem do conto: quantos filhos Natalina teve? presente em olhos d’água de Conceição Evaristo (2016).

Eu não sabia, e talvez ainda não saiba lidar com as “aperreações da maternidade”, como dizia minha tia Gracilia Santos, mas aprendemos com elas a não arredar o pé. A poucos minutos atrás tínhamos feito a reza da cabaça para amenizar as cólicas do bebê. “Olhe minha filha, cabaça está difícil de encontrar, guarde essa que ainda há de socorrer muitas mães desse povoado”, disse ela enquanto a esquentava no fogo e continuou, “agora, com ela bem morninha, você coloca sobre a barriga do bebê e fazendo movimentos em círculo ou em sinal de cruz, você pede a cura”.

Era tudo muito novo e cortante, a pandemia, a maternidade, a pós-graduação, a vida, o corpo, as perdas. Tudo, absolutamente tudo, tinha fugido ao nosso controle e perceber que não temos o poder de controlar tudo é assustador, né? Percebemos, na marra, que era o momento de recalcular as rotas, desacelerar, era momento de cuidado, sobrevivência, reinvenção. Nos reinventávamos o tempo todo e com a pesquisa não foi diferente. Aprendemos juntas a

descobrir outros modos de aprontar e viver a universidade, a pesquisa e a educação em tempos pandêmicos. A relação que estabelecemos de confiança, cuidado e afeto entre Marilene Queiroz-orientanda, Zuleide Paiva-orientadora e Iris Verena Oliveira-coorientadora foi fundamental para a permanência de uma mãe que lida todos os dias com os desafios de se manter na universidade. Que em muitos momentos precisou escolher entre aproveitar a soneca da cria para descansar ou dar conta das demandas.

As sequências de cartas aqui enunciadas para vocês, escritas em primeira pessoa, ora do singular, ora do plural, nasce da narrativa entre narrativas da primeira autora em diálogo com a segunda autora, entrelaçadas pelas outras vozes que aqui se anunciam, evocando um eu-coletivo de um pesquisar-viver que não se faz sozinha. Nos tornamos mães, com maternidades em estágios, experiências e atravessamentos diferentes, mas ainda assim, “mães”. Somos mulheres baianas nordestinas e um bocado de coisas a mais, que nos diferem e nos aproximam, mas ainda assim, “mães”. Tentamos dar conta das crias, ao tempo em que, muitas vezes nem de nós damos conta. Nos apegamos nos saberes de (r) existência das nossas tias, mães, avós e na proteção das/os orixás que guia, protege e abre caminhos.

E por falar em proteção, compartilhamos com vocês um trechinho da canção “Aos Meus Avós” de Tainá Santos, presente no álbum Tambores que cantam: Vem com o vento. Balançando as folhas que caem no chão. Terra sagrada. Onde nascem as raízes do meu coração. Meu fundamento é balaio, é pipoca, é joelho no chão. Sete chaves de proteção. O axé de orixá é a minha oração. (SANTOS, 2021)

Eervas que curam, vidas que seguem

O dia amanheceu chuvoso. Na verdade, durante a noite choveu muito aqui dentro, talvez até mais do que lá fora. Choro, colo e peito. O leite com certeza estava com sabor de lágrimas, as minhas e as dele. Choro, colo, peito e um ninar sem fim. “Sou de Nanã, euá, euá, euá ê. Sou de Nanã, euá, euá, euá ê” (ALELUIA; FREITAS, 2010). Essa canção, “Cordeiro de Nanã”, sem dúvida foi e é nossa melodia de ninar, preferida. Hoje é um dia como qualquer outro de isolamento social. Está frio e o cafezinho não pode faltar, aquele café com cheiro de terra molhada. Eu sei, é sábado, mas na agenda das mães, o sono da cria é um tempo de ouro e precisamos escrever.

Aprendemos com Glória Anzaldúa, bell hooks e Conceição Evaristo que a escrita é uma estratégia de sobrevivência. A escrita ela é orgânica, corporificada, nasce no pulsar da vida, de corpos que (re) existem expressando os sentimentos e sentidos. Ela ressignifica e sem dúvidas, “escrever é um ato de insubordinação” (EVARISTO, 2020). Em tempos tão devastadores como

estes que estamos vivendo não podemos deixar que “a tinta coagule na caneta. Escrevam com suas línguas de fogo” (ANZALDÚA, 1981).

O Brasil tem vivenciado dois movimentos desumanos que tem intensificado drasticamente as desigualdades sociais: a pandemia causada pela Covid-19 e o atual governo. Infelizmente muitas vidas foram ceifadas com a propagação deste vírus. Um vírus que não foi o único responsável pelas mortes, foi sobretudo, devido à omissão deliberada do governo de Jair Messias Bolsonaro, no combate à sua disseminação e no cuidado com a saúde das pessoas. O que foi aquele movimento contra a vacina e o kit covid? Repare, um verdadeiro atentado contra os/as nossos/as.

Imersas e imersos em um contexto delicado, os abraços tão caros para nós, já não mais aconteciam. De certo que, com a distância aprendemos a reestabelecer conexões, ler olhares e exercitar a escuta, o cuidado. Todas as orientações, descaminhos e tessituras dessa pesquisa se deram pela conexão virtual, impostas por um período pandêmico. Foi em decorrência desse contexto totalmente atípico que adentramos ao universo da quarentena e com ela me deparei com desemprego, gravidez e um problema de saúde diagnosticado como Paralisia de Bell. Com sete meses de gestação, tomar corticoides para o tratamento, não era indicado. Poucos remédios farmacêuticos podiam ser utilizados associados a fisioterapia, mas de certo que, foi nos saberes do nosso povo onde encontramos afago.

“Eervas que benzem e curam harmonizando sentimentos [...] toda corrente africana que tem a mandinga pro bem renovar” (SANTOS, 2021) já dizia a canção Rezo a Cura de Tainá Santos. Dona tia Zifinha, benzedeira da comunidade, desde os primeiros meses da gestação, sempre dizia: “menina vou te benzer, você precisa fechar seu corpo”. De reza em reza, folha em folha, banho em banho, chá em chá, seguíamos na recuperação e na certeza de não estarmos sozinhas. O banho de arruda, folha de acoco, tira teima e o chá de semente de imburana não podia faltar. Todas as noites juntava pequenos galhos com esterco de passarinho em uma bacia de alumínio e tocava fogo. Inalar a fumaça ajudava no processo de recuperação dos movimentos da face. Confesso que tudo isso fortalecia para viver o contexto de medo, aflição e inseguranças que a pandemia causou em nós.

O isolamento social, embora fosse necessário, desestruturou meu ser, ao tempo em que me reconectou com as minhas raízes, minha existência, com minha família. Diante deste contexto e envolvida pela necessidade, retomo as minhas origens voltando para a roça, especificamente a casa da minha vó. Foi como reviver um filme de um passado tão presente e desta vez com a perspectiva de aceitação, afinal, para o conservadorismo, carregar um filho no ventre nos faz “mais mulheres, aliás mães de família”.

O exercício da maternidade, socialmente naturalizado e destinado a mulher, não fazia parte dos meus planos. Porém, assim como alguns percursos accidentais nos constituem, este chega a minha vida carregado de atravessamentos e amores. Repare, nunca imaginei que uma gravidez inesperada fosse me conectar com um passado tão presente e sobretudo entender o que minha vó Terezinha sempre dizia a respeito da minha mãe: “sua mãe? Ah, sua mãe não te abandonou não, como dizem as más línguas. Ela precisava trabalhar, cuidando dos filhos e casa dos outros. E você? você se criou comigo, no sisal em cima dos caçoar e na roça na destoca de pasto. É minha ‘fia’, eu também trabalhava, trabalhei igual burro de carga, mas na roça eu tinha aquela falsa liberdade, sabe? já sua mãe, não”. Aquilo que soava em minhas insôrias como abandono representava e representa a realidade de muitas mães pobres do Sertão. Sendo, neste contexto totalmente atípico de pandemia e maternidade, que o Mestrado Profissional em Educação e Diversidade-MPED, da Universidade do Estado da Bahia -UNEB *Campi XIV*, retoma remotamente a seleção para discentes regulares. A Marilene Queiroz, que inicia o processo seletivo, finaliza não sendo mais a mesma.

Sem perspectiva do futuro, reescrevo o pré-projeto grávida, sendo questionada sobre as condições de realizar um mestrado com um bebê. O peso da responsabilidade que recai sobre as mães e as conduzem para a desistência dos seus sonhos por necessidade de sobrevivência, tornou-se uma reflexão constante. O que está por trás do silenciamento destas vivências? Pensei em desistir, mas o sonho nos movia.

Defendi o anteprojeto de pesquisa, recém parida, sendo mais específica, com cinco dias da cesariana. Já me preparava para dar mama em meio a entrevista online, mas ele (meu filho), que parecia sentir a dimensão da importância daquele momento, se manteve quietinho, a prestigiar. Confesso que não saberia como agir caso precisasse amamentar. Não havia cogitado a ideia de revelar a existência de um recém-nascido. Após ser desclassificada na última etapa de um processo seletivo profissional por estar gestante de três meses, passei a negar a maternidade até não ser mais possível. Naquele momento, meu medo se resumia em não ser aprovada.

Dias depois, para minha surpresa, a tão sonhada aprovação em um mestrado público, chegou. Estava, pela quarta vez, em um destes sites de telemarketing fazendo inscrição para seleção de vaga, muitos/as de nós estávamos/estamos sendo jogados/as para esta realidade. Olhei para a criança e mesmo sem saber como seria os próximos passos, gritei: Vó, fui aprovada! “É o que menina? Em?” repetia ela, vindo lá dos fundos de casa. Minutos depois ouvi uns barulhos de tiro, era o foguete bradando no monte. Lá estava ela, pagando a promessa que tinha feito a senhora Aparecida, caso fosse aprovada no mestrado. Para nós o foguete

representa vida nova. Inclusive o nascimento de uma criança é anunciado à vizinhança, pelo foguete.

As lágrimas deste momento representavam alegria e preocupação. A incerteza de permanência no programa, nos deixava apreensivas. Sem emprego e com um bebê, a responsabilidade mais uma vez batia na porta. Dois fatores que influenciaram positivamente para o trilhar dessa nova jornada: o ensino remoto e a aprovação enquanto bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Minha permanência no Programa só está sendo permitida a partir da concessão desta bolsa. Carregamos imenso orgulho de sermos crias da UNEB e das políticas de permanência. De estudantes a professoras pesquisadoras; de graduandas a pós-graduandas; de bolsistas, monitoras a residentes universitária, experiências compartilhadas em uma instituição pública espalhada por 30 Departamentos, instalados em 24 *campi* e distribuídos em terras baianas. Filha de empregada doméstica, neta de lavradora e de açougueiro, venho de uma comunidade rural situada no Território de Identidade do Sisal, no interior do Nordeste Baiano. Criada no riacho, no massapé e no sisal sou fruto das políticas públicas de sobrevivência no sertão, criadas pelo governo de Luiz Inacio Lula da Silva e hoje sou a primeira da família a estar cursando um mestrado que se faz presente no interior.

É então, através das telinhas, como mãe, pedagoga e pesquisadora, que mergulho no início do semestre com um recém-nascido. A compreensão foi o ato e a palavra chave para minha travessia no primeiro semestre. Me tornei a louca da prorrogação de prazos e Apolo já havia se tornado o mascote do programa, o MPEDiano mirim. Ele estava praticamente em todos os rolês, mas algo já começava a me incomodar, a naturalização e silenciamentos destas experiências de maternidades.

Foram e estão sendo dias desafiadores. Puerpério. Privação de sono. Cuidados. Saúde e alimentação do bebê. Tudo é atribuído e destinado à mãe de maneira naturalizada e romantizada. Eu me sinto perdida. Sabe aquelas prescrições de páginas do Instagram? Aqueles artigos maternos? Aquelas listinhas prontas? Rotina do sono. Introdução alimentar. Rotina de banho, de passeio, de amamentação. Nada disso funcionou. Nada! Então queridos e queridas, hoje ficamos por aqui com a certeza de que a família de comercial de margarina não traduz e nunca traduziu as várias experiências de maternidades.

Um dilúvio dentro de nós, o renascer da pesquisa

O pôr do sol se aproxima. Vocês já pararam para contempla-lo? Já perceberam que as tonalidades de suas cores nunca se repetem? Eu amo dias em que consigo sentir os raios de fim de tarde. Essa brisa que toca as folhas do calumbi nos tranquiliza. Gosto de sentar aqui sob a

esteira, no varandado, e aproveitar para colocar as demandas em dias enquanto o bebe dorme. Um sono de passarinho. Logo, logo ele desperta.

A tarde foi bem tensa. Minha tia esteve aqui e disse que o bebê estava de vento caído. “Vamos rezar ele, suspende a criança segurando pelos pés de cabeça para baixo”, dizia ela com gostinho de infância no ar. “Quando o finado Zozó era vivo, foi ele quem te curou de vento caído, você era mesmo assim, pequena, magrinha, parecia uma varinha de virar tripa. Coloca ele de cabeça para baixo minha filha, junta os pezinhos e suspende até o batente da porta. Tem que ser embaixo da porta, viu? Me dê aqui, você está muito acanhada”. Ela apanhou a criança, suspendeu pelos pés até o batente da porta, agachou, juntou a saia, passou a criança por debaixo de suas pernas e repetiu os movimentos por três vezes.

E era assim que dávamos continuidade. Quantos saberes carregam estas mulheres? Quais as linhas de fugas e redes de apoio estabelecidas por estas mães do/no interior? Eram questões que já nos instigavam, porém, neste momento, ainda não percebia enquanto potência de pesquisavida.

Adentrei ao programa, objetivando fazer pesquisa em diálogo com mulheres do hip-hop, especificamente rappers, do Território de Identidade do Sisal. Um diálogo com as Pedagogias Feministas desenvolvidas por estas mulheres. No entanto, no trilhar do primeiro semestre, envolvida e tocada pelas discussões provocadas no MPED UNEB *Campi XIV*, outras preocupações para além das iniciais surgem, instigando inquietudes e angústias que atreladas ao contexto pandêmico alteraram a rota do processo de pesquisa.

Fazer e viver pesquisa mergulhadas em um contexto pandêmico, atravessadas pelo isolamento social e o luto foi um tanto quanto tenso, desgastante e delicado. Há dois anos, ficamos imersas/os em um cenário onde não foi possível nos prepararmos para tantas mudanças e afetações bruscas, que exigiram uma reestruturação nos contextos familiares, sociais e educacionais. Uma realidade que tem ampliado as desigualdades sociais e consequentemente afetado a educação. É minha gente, em tempos difíceis e ameaçadores, os quais vivemos hoje, que ceifam nossas vidas a cada minuto como se fosse um jogo de roleta russa, onde as armas estão apontadas para as ditas “minorias”, é necessário resgatar nossos exus e reinventar a partir das travessuras, afinal de conta, sabemos quais corpos estão à margem.

Fomos inseridas em um “novo normal” que assusta. Algumas falas de colegas, em aulas e encontros, demonstravam os desafios de estudar, fazer pesquisa, trabalhar, dar conta da casa e cuidar dos filhos em um contexto pandêmico de atividades remotas, se aproximando das nossas realidades. Confesso que a realidade de mães do interior, na universidade, me inquietava desde a graduação, quando, ao pertencer ao movimento estudantil e à Residência Universitária

(RUES) da UNEB *Campi XIV*, já pontuamos a necessidade de políticas de permanência para mães acadêmicas. No entanto, era e é muito sutil.

Em muitas madrugadas, enquanto ninava o bebê, era tomada por várias questões: O que é ser mulher? E ser mãe, o que é? Quais são as mães que precisam assumir esta jornada tripla? Quem é responsável por cuidar, educar e criar um filho/a? Qual o peso desta responsabilidade no percurso formativo? Como estas educadoras em formação, ao refletirem suas maternidades, podem produzir fissuras em uma cultura hegemônica, eurocêntrica, patriarcal, racista e heteronormativa através de suas práticas pedagógicas? Como tem se estruturado a permanência de mães na universidade? Embora ainda não conseguisse perceber, estes eram os primeiros indícios do redesenhar da pesquisa.

Começo então a visualizar a necessidade de participar de um grupo de mulheres que experienciam as maternidades em seus processos formativos, por sentir a ausência de uma rede de apoio, assim como, um espaço que se olhe e reflita este lugar como questões coletivas. Percebo a necessidade de romper com os silenciamentos destas experiências na universidade.

Um dilúvio se anunciaava. A escrita já não mais fluía e a angustia só aumentava. A experiência da maternidade que atravessava/atravessa o meu corpo, convocava para a escrita. “Tudo parte do corpo, o corpo é a referência”, essa Filosofia Africana que ouvimos da professora Geronilde Silva (2011) ao dialogarmos sobre seu artigo *Pretagogia*, sempre chamou a atenção. Ao tempo em que dívamos conta do rebuliço que estava por vim, mais apreensiva ficava. Em um de nossos encontros do projeto “Modos de Aprontar: conversas sobre metodologia em educação”, realizado pelo grupo de pesquisa *Curriculum, Escrevivências e Diferenças*, a autora Elisabeth Macedo nos convidou a aprender a (des)planejar a pesquisa. Mas como? Rasurar o instituído não é fácil.

Por alguns meses as convenções acadêmicas me direcionaram a criar e a silenciar meus monstros. No entanto, inspirada pelas problematizações e produção de fissuras do componente Curricular Docência e Diversidade, pela rede dos grupos de pesquisa: “Curriculum, Escrevivências e Diferenças” e “Formação Experiência e Linguagem – FEL, os quais tenho a honra de ser vinculada, assumo as novas águas que percorriam o meu caminhar.

Movida pelo desejo que se instaurava, de romper com os silenciamento das maternidades, problematizando o real a partir/com das/as “escrevivências” (EVARISTO, 2020), entendendo que falar e ser ouvida para nós é uma maneira de existir, assumo no final do primeiro semestre os deslocamentos e arrisco um novo ensaio de pesquisa. A expectativa era a de olhar para as experiências interioranas de estudantes da graduação que são mães,

estabelecendo um assunto EscreVivente em torno das maternidades e maternagens de mães negras, do Território de Identidade do Sisal, a partir de suas/nossas escrevivências sertanejas.

Esta foi uma das decisões mais difíceis e desafiadoras, por saber que exigiria uma corrida contra o tempo em termos de aprofundamento e consistência para qualificação. (Des) planejar e recomeçar foi muito complexo, sobretudo, quando se trata de uma temática nova para o programa. Começamos então as buscas por referências dos estudos de maternidades. A Revisão Sistemática de Literatura, desenvolvida na Base de dados da CAPES, permitiu ampliar e aguçar o olhar de pesquisa e modos de pesquisar sobre/com maternidades e maternagens, apontando para uma “considerável aderência no âmbito da medicina, enfermagem e psicologia, no entanto, não se restringindo quando caminhamos de forma mais específica para o campo da educação, principalmente se ampliarmos o olhar para a perspectiva interseccional”. (QUEIROZ; SILVA, 2022)

Outro movimento interessante e que tem nos auxiliado foram as buscas por perfis no Instagram. Os perfis @nucleomaterna, @projetomaesnauniversidade, @nuceloniem e @maestudantes.ufsc apresentam um potencial incrível de conteúdos e referências para os estudos de maternidades e universidade, bem como, nos aproxima de uma realidade que parecia ser distante - o olhar atento para as experiências de estudantes mães. Reconheço, porém, que nesse processo de redescobertas, os dois grupos de pesquisas, bem como, o acolhimento da orientadora, Eide Paiva e coorientadora, Iris Verena Oliveira foram fundamentais. Costumo dizer que foram e estão sendo divisores de água para minha continuidade no programa.

Aprendemos muito! Acredito ser, estas redes, fundamentais para o alinhavar das vidas. O afeto nos salva! Fazer pesquisa atravessada pelos afetos faz muito sentido. Quando iniciei as aulas do mestrado não costumava ver crianças nas “janelinhas remotas”, mas hora ou outra, nas entrelinhas, este lugar da maternidade aparecia nas falas de outras mães, muitas vezes exaustas. O fato é que, ocultar nossos filhos/as, nossas experiências de maternidades e maternagens e toma-las como responsabilidade única e exclusivamente nossa, está tão enraizado, ao ponto de ser “natural” não vermos ou falarmos com frequência deste desafio que é criar e educar uma criança ou adolescente. E sobretudo, de problematizarmos os atravessamentos que a sociedade impõe sobre as várias existências de maternidades, entendendo que “falar de maternidade é um exercício de subversão das temáticas “discutíveis” no contexto da sociedade que estamos inseridas”. (BAIA, 2021)

A necessidade de problematizar as concepções socialmente construídas de maternidade, iniciou de forma direta, na gestação, ao ouvir as falas: “Agora que você é mãe não pode mais se relacionar com mulher”. “Vai ter que deixar os estudos para trabalhar e cuidar do filho”.

“Sortuda é a mãe que tem uma barriga limpa”. Existe um modelo e condição de ser mãe, estabelecido pelas convenções de gênero e pela sociedade racista e lgbtfóbica que precisa ser visibilizado e problematizado.

Audre Lorde, em um de seus escritos me disse, “eu trabalho em prol de um tempo em que mulheres com mulheres, mulheres com homens e homens com homens compartilharão trabalho num mundo que não nos faça trocar o pão, nem a identidade pela obediência, nem a beleza, nem o amor” (LORDE, 2019, p. 98), e compartilhamos dos mesmos sentimentos e luta.

Escuta-corpos-pesquisa

São 03:00h da manhã, Apolo dormiu agora a pouco. Estava abusando bastante, havia tomado a Beta, uma das vacinas obrigatórias para os primeiros anos de vida da criança, causadora de reações nada agradáveis. Meus braços já não aguentavam mais segura-lo em uma posição que o deixasse confortável para as dores. Quando estamos de fato confortáveis com a maternidade? A insônia não estava colaborando, então resolvi conversar com vocês.

As aulas de Leitura e Cultura Visual, disciplina optativa que cursei no primeiro semestre, sempre me deixavam com o coração quentinho. Para a minha surpresa, a professora Thais Nascimento, sempre estava acompanhada do seu pequeno filho e aqui era muito representativo. Sem querer romantizar, sabemos que é extremamente exaustivo trabalhar, estudar ou desenvolver qualquer outra atividade com filho pequeno. Em muitos momentos precisei estar com meu filho nas aulas remotas e confesso que as vezes somente meu corpo estava ali.

Quando assumi para minha turma, o desejo de olhar com mais atenção para as experiências de mulheres sertanejas, do tornar-se mãe, seus atravessamentos e o quanto era desafiador para nossa permanência e formação, percebi um movimento de desabrochar de experiências silenciadas. Comecei a receber fotos e relatos de colegas que vivenciaram esta experiência na graduação e estavam vivenciando na pós-graduação. A pesquisa já havia começado antes mesmo de me dar conta desse processo.

A escuta-corpo-pesquisa nesse trilhar estão imbricados. O *percebersentir* o corpo e o exercício da escutatória, escutar a si e as outras, associados ao movimento de cataplasma, através da escrita, foi o primeiro movimento para perceber esta pesquisa. Quando senti a invisibilidade, a naturalização e romantização de nossos corpos, aqui em específico os corpos de mulheres negras e interioranas que vivenciam o exercício do tornar-se mães, que são tão presentes nas universidades, comprehendi que algo precisaria ser feito para nós, por nós e por

outras que virão a ocupar estes espaços, de modo que este fazer provoque movimento, desassossegos, reflexões, formações, permanências e um assuntar constante.

E assim, vem se estruturando uma pesquisavida ancorada nos estudos feminista e inspirada pelo feminismo negro das nossas queridas Sueli Carneiro, Lélia Gonzaléz, bell hooks, entre outras mulheres que nos fortalecem. Assim como bell hooks, somos gratas a muitas/os que “ousam criar a partir do lugar de dor e luta [...]”, que nos provoca e desafia a renovar nosso compromisso com a luta feminista ativa e inclusiva” (hooks, 2013) e que ousam pensar o conhecimento e sua produção como experimentação dos corpos. Um “corpo-território” (MIRANDA, 2020) que pulsa por e para existir, em rede, na produção de fissuras educativas nesse constante assuntar Escrevivente que se ancora no gesto das “escrevivências”.

O conceito de escrevivências de Conceição Evaristo é tomado como operador teórico-metodológico. No momento buscamos olhar para estas mulheres, acolher suas narrativas e neste movimento olhar para si, na sintonia do escreviver, “escrever” e “viver” e “escrever se vendo” (EVARISTO, 2020). Consideramos a escrevivência o dendê que dá sabor e consistência a uma pesquisa viva e corporificada, que faz mergulhar nos sentidos do que a professora coorientadora Iris Verena Oliveira pontuou em uma de nossas conversas, “estar imersa em uma experiência que é pessoal, mas que não só individual, é coletiva”.

Entendemos que escreviver é dizer das existências, é compartilhar andanças e narrativas cruzadas, que dentro do espaço acadêmico se constituíram como uma reivindicação em meio a tantas narrativas eurocêntricas, heterossexuais, brancas e masculinas (OLIVEIRA; LIMA, SANTOS, 2020). EscreViver pode ser um processo de desconstrução e reconstrução constante, um permear de desassossegos, aconchegos e afagos, mas também um exercício de escuta, sempre povoada.

E foi mergulhando nesse rio de águas doces e profundas que são as Escrevivências em conexão com os princípios das práticas de Pedagogias Feministas como estratégias que se confabulam como postura ética, poética, estética engajada no enfrentamento e superação das práticas racistas, sexistas, lgbtfóbicas (ABREU, 2020; FERREIRA, 2022), que nasceu a RedeUNEB MÃEscrevivendo. No momento, se constitui entre mulheres, estudantes da graduação dos Departamentos de Educação UNEB - Campus XI e Campus XIV situados em Serrinha e Conceição do Coité, cidades presentes do Território de Identidade do Sisal, interior baiano nordestino. Nasceu com o propósito de nos acolhermos e produzirmos fissuras em passos amorosos. Um espaço de escuta, acalento, aconchego, colo, troca de experiências, onde possamos pensar juntas estratégias de inclusão, rede de apoio e permanência de estudantes mães na universidade. Tem dias que só queremos ser vistas como todo nosso cansaço e

exaustão. Afinal, cuidamos tanto dos outros, mas quem cuida de nós? Tem dia que só queremos banho, colo e chá. E de fato é “ preciso de uma aldeia para se criar uma criança” (provérbio africano), e digo mais; é preciso uma aldeia para cuidar de uma mãe”.

Estamos pensando na possibilidade de ampliarmos esta rede. Nos nossos departamentos ainda não temos políticas públicas de permanência voltadas para mães e visualizamos a rede como uma potência para estabelecer pontes e diálogos em prol de direitos que assegurem a equidade dentro dos espaços acadêmicos. Agora em 2022 a presencialidade começou a ser retomada. Algumas mães estão vivendo a universidade acompanhadas de seus filhos/as e tem se mostrado bem desafiador.

Confesso que tem sido os encontros com estas mães, uma das bases para minha permanência nesta reta final do mestrado. Uma rede de apoio que tem fortalecido muitas de nós nessa travessia densa da formação docente. Nós escrevemos como uma maneira de existir, porque “a gente combinamos de não morrer”. A chamada desse conto de Conceição Evaristo (2016), em Olhos d’água, tornou-se um dos nossos lemas. E como disse uma de nossas companheiras mãe: “esta frase impacta profundamente, sobretudo nós que levamos o mundo nas costas”. A relação com estas mães tem possibilitado ver-sentir as escrevivências como corpovivo que produz resistências. A sensação é de estarmos colocando na rua, colocando pra jogo uma experiência que é minha, que é nossa, mas que também é da tia, da vó, da bisa, da madrinha.

Repare, essa troca tem nos colocado de ponta cabeça. Tem nos provocado a pensar a partir dos saberes de (r) existência das maternidades. A todo momento somos afetadas pelos fios que nos aproximam e ao mesmo tempo nos diferem. E como lidar com as diferenças que escapam?

“Deixa a gira girar”

Estamos na primavera, esta foi a estação que acompanhou um dos últimos momentos mais tensos, as eleições brasileiras 2022. As flores anunciam um esperançar, um florescer de gritos presos na garganta. E este grito veio, carregado de emoção. Esta foi a eleição das nossas vidas! “Não arredamos o pé”! Ouvi esta expressão por Flávia Oliveira, no podcast “Angu de grilo”, de certo que ela traduziu com maestria essa luta por existências. A cada vez que ela dizia: “As mulheres, nunca arredaram o pé, os negros, os pobres, os pardos, o Nordeste nunca arredaram o pé, os indígenas, os religiosos de Matrizes Africana, os LGBTQIA+ nunca

arredaram o pé”, nos arrepiávamos e a vontade era de gritar: isso garota! “Uma lealdade inabalável” como ela mesma disse. Aliás, o episódio como um todo é digno de aplausos.

Não arredamos o pé e a Carrinhata MÃes com Lula foi a nível Nacional. Famílias e infâncias pela democracia, ocupando as ruas. Os dias que antecederam o segundo turno foram marcados pela urgência da luta contra o fascismo, contra a armadilha do ódio Bolsonarista. Sabemos o quanto elas atingem nossas crianças e jovens, o quanto nos atravessam. Tudo começa pela infância e uma das preocupações, que emergem nos encontros com as mães da rede, tem sido educar crianças negras para crescerem gingando contra o racismo, lgbtfobia, sexism, xenofobia, capacitismo e todas as formas de discriminação. Ou melhor, cirando estratégias para mantê-los vivos/as.

Se tem uma coisa que nós aprendemos, aqui no interior, é criar. Criamos. Matutamos. Assuntamos. Aprontamos. São muitos e tantos os nossos saberes culturais de (r) existências com as maternidades. Nossa grande desafio tem sido seguir sem medo de escrever, de reescrever e de falar sobre mulheres, sobre negritude, sobre maternidade”. (BAIA, 2021)

Dialogando com a colega Luana Fontel, no curso “Escrevendo sobre Maternidade: desafios teóricos-metodológicos”, promovido pela Pró-Reitoria de Extensão e Projeto de extensão “MÃes na universidade: acesso, permanência e progressão de mulheres-mÃes”, ela dava pistas da importância de “racializar o rolê”. Entendemos que ao falarmos e vivermos com as maternidades, uma série de questões emergem e nos provocam a racializar, lesbianizar, interiorizar, periferizar... o rolê. “Temos uma infinidade de questões a serem exploradas que estão a todo tempo sendo negligenciadas nos espaços”. (BAIA, 2021) Viver a pesquisa com as mães tem sido um jogo de desconstrução continua. Em muitos momentos sentimos que não damos conta dos fios soltos que surgem através destes corpos ao vivenciarem a giras.

Em uma conversa de orientação, nos demos conta que as giras de escrevivências, a princípio pensadas como um dispositivo metodológico interventivo desta pesquisa, estão acontecendo por dentro e por fora da Rede de MÃEscrevivendo. Dentre as mães da rede nós temos duas desenvolvendo pesquisa que giram em torno das maternidades. Andreza Souza, com as categorias brinquedoteca universitária, maternidade e a cultura do brincar; e Catianne Reis com Parteiras e a política do cuidado.

No momento estamos em parceria com o Grupo de Leituras e Estudos Interdisciplinares sobre Gênero e Sexualidade e o GP Currículo, Escrevivencias e Diferenças, na articulação da roda de conversa “Maternidades negra: ancestralidade, corpo e formação profissional”, compondo a programação Novembro Negro na UNEB e a Campanha 16 dias de Ativismo na UNEB pelo Fim da Violência contra as Mulheres. A primeira edição desta roda de conversa,

intitulada: “ser mãe é padecer no paraíso? Violências que atravessam os corpos de mulheres mães”, se encontra no canal Youtube MPED. Uma segunda articulação tem sido a parceria na construção do II Seminário Maternidade e Universidade UFRJ, em 2022.2, organizado pelo Projeto de Extensão MÃes na Universidade da UFRJ e Núcleo Virtual de Pesquisa em Gênero e Maternidade – Núcleo Materna. Uma rede tecida com várias instituições, objetivando, estabelecer pontes com pesquisas e ativistas que abordam a temática no Brasil.

E assim, vamos nessa teia coletiva, alinhavando com a ginga e o samba outros modos de existir. E que tal um samba? como nos diz Chico Buarque em sua canção. Um samba pra alegrar o dia. Pra zerar o jogo. Coração pegando fogo e cabeça fria. Um samba com categoria. Com calma. Cair no mar, lavar a alma. Tomar um banho de sal grosso, que tal? (BUARQUE, 2022) Deixando a gira girar!

Abraços afetuosos, “Axé Muntu”!

Referências

ABREU, Laís Oliveira. *Pedagogia feminista no território escolar: devires cartográficos no enfrentamento da violência sexual infantil*. Dissertação. [Mestrado Profissional em Educação e Diversidade], UNEB, Jacobina - BA 270f, .2020.

BUARQUE, Chico. Que tal um samba? Biscoite Fino, 2022. Disponível em: <https://youtu.be/1yW77WeLYYc>. Acesso em: 26 nov. 2022.

ALELUIA, Mateus; FREITAS Thalma. Cordeiro de Nanã. Compacto Petrobras, 2010. Disponível em: <https://youtu.be/XqPWV0M8B-o>. Acesso em: 13 nov. 2022.

ANZALDÚA, Gloria. "Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo". Trad. Édina de Marco. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

BAIA, Luara Paula. V. *Maternidade tem cor?* narrativas de mulheres negras sobre maternidade. Curitiba: Appris, 2021.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org). *Escrevivência: a escrita de nós*, 2020.

EVARISTO, Conceição. *Histórias de leves enganos e parecenças*. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro. Pallas Editora, 2016.

FERREIRA, Daniele. *Quem vê os flashes não vê os corres: práticas educativas atravessadas pelas pedagogias feministas sertanejas nas escolas estaduais de Conceição do Coité – Ba.* Dissertação. (Mestrado Profissional em Educação e Diversidade), UNEB, Conceição do Coité, 142 f., 2022.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

POR ONDE ANDAMOS?

LORDE, Audre. *O filho homem*: reflexões de uma lesbica negra feminista; In: LORDE, Audre. Irmã Outsider. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2019.

MIRANDA, Eduardo, O. *Corpo-território & educação decolonial*: proposições afro-brasileiras na invenção da docência. Salvador: EDUFBA, 2020. 207 p. Disponível em:<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/32375>.

OLIVEIRA, Iris. V.; LIMA, Jeane. M. A.; SANTOS, Genicléia. L. DOS. “Escrevivências” e afectos literários entre universidade e escola. *Práxis Educativa*, v. 17, p. 1-19, 9 dez. 2021.

PETIT, Sandra H.; SILVA, Geranilde Costa e. *Pret@gogia*: referencial teórico-metodológico para o ensino da História e Cultura Africana e dos Afrodescendentes. Fortaleza: UFC, 2011.

QUEIROZ, Marilene S.; SILVA, Zuleide P. Maternidades, maternagens e educação: rios que se cruzam em uma Revisão de Literatura. IN: VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, 2022.

SANTOS, Tainá. Aos Meus Avós. Tainá Santos -Tema, 2021. Disponível em: https://youtu.be/7x6tgxzI_AM. Acesso em: 13 nov. 2022.

Youtube MPED. Ser mãe é padecer no paraíso? Violências que atravessam os corpos de mulheres mães. Youtube, 06 dez. 2021. Disponível em: <https://youtu.be/an3Vnlzy6G0>. Acesso em: 10 jan. 2022.

Capítulo III

Trajetórias e perspectivas Materno Discentes.

“A Sociologia como criança”: a maternidade e a carreira científica

Iolanda Pinto de Faria

Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); Instituto de Saúde Coletiva/UFBA

Fábio Henrique de Alencar Freitas

Doutor em Ensino, Filosofia e História das Ciências pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); Instituto de Física/UFBA

Ângela Maria Freire de Lima e Souza

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher/UFBA

A maternidade é vivenciada diferentemente pelas diversas mulheres em suas relações sociais. Nessa heterogeneidade, raça/etnia, classe, geração e regionalidade são categorias importantes que distinguem como as mulheres, em suas multiplicidades, são mães e, concomitantemente, desenvolvem suas carreiras. Parte de uma pesquisa mais ampla que analisa a conquista de capital científico por bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq vinculadas a uma universidade nordestina, este trabalho pretende não apenas apresentar as desigualdades que recaem sobre as mães nas carreiras científicas, mas, sobretudo, discutir como as dinâmicas de desempoderamento afetam distintamente as mulheres. Para tanto, analisamos como a maternidade foi (e é) vivenciada pelas pesquisadoras que participaram do estudo.

O que pudemos observar é que a maternidade pode se constituir como obstáculo para a participação das mulheres nas carreiras científicas, porque ser mãe impõe sinuosidades ao labirinto de cristal que precisa ser atravessado pelas pesquisadoras (LIMA, 2013). Essas sinuosidades, ou a própria metáfora de labirinto, evidenciam que a construção dessas carreiras não é dificultada tão somente por obstáculos que impedem ou travancam a progressão ao topo delas, como se houvesse um “teto de vidro” a ser rompido ou um “efeito tesoura”, que, em determinado momento, interrompa a carreira acadêmica de mulheres. Ao contrário, tais

obstáculos são constitutivos de todas as fases da vida das mulheres, ainda que diferentemente, desde a mais tenra idade, marcando as trajetórias pessoal e profissional delas. Assim, quando pensamos em maternidade, dois caminhos parecem predominar entre as mulheres que desenvolvem carreiras exitosas: não ser mãe ou driblar as muitas barreiras que advêm da maternidade, frequentemente disposta de estratégias e privilégios que borrem ou resignifiquem essa desvantagem.

Sobre a temática, um estudo realizado nos Estados Unidos nos anos de 2003, 2006, 2008 e 2010 concluiu que a probabilidade de que novas mães abandonem as carreiras em ciências, tecnologias, matemática e engenharias após o nascimento da primeira criança é de 43%, substancialmente maior do que a de novos pais, com 23% (CECH; BLAIR-LOY, 2019), evidenciando que a maternidade e a paternidade afetam diferentemente as carreiras. As autoras ressaltam ainda que

[...] a parentalidade não é apenas um evento pessoal idiossincrático. Como a parentalidade afeta as vidas e carreiras de homens e mulheres individuais depende de uma miríade de fatores sociais, incluindo políticas públicas e organizacionais sobre quem é elegível para licença-cuidado e as expectativas sobre quem na família deveria assumir mais o trabalho de cuidado e quem deve privilegiar a carreira. (CECH; BLAIR-LOY, 2019, p. 4182, tradução nossa)

Nesse diapasão, um dos primeiros destaques que devem ser feitos é que a concepção de maternidade como um empecilho não se dá por razões naturais ou biológicas; é a compreensão sócio-histórica da maternidade e a divisão sexual do trabalho que fazem com que ser mãe seja uma variável relevante para o ingresso e a progressão das mulheres no campo científico, enquanto o mesmo peso não é atribuído à paternidade. Se a maternidade não teve sempre o mesmo significado, porque as noções de família e de criança são bastantes distintas a depender do contexto histórico (ARIÈS, 1986), ela também não deve ser entendida como uma experiência homogênea para todas as mulheres na contemporaneidade. A maternidade, enquanto dimensão intrinsecamente ligada às relações de gênero, é vivida heterogeneamente por diferentes mulheres, sendo informadas, como dissemos, por raça/etnia, classe social, geração, sexualidade, regionalidade etc.

Apesar disso, ter um/a filho/a não afeta igualmente as carreiras de homens e mulheres²⁹. Existem fatores comuns que aproximam as experiências das mulheres, distinguindo-as

²⁹ As desigualdades sociais costumam ser aprofundadas em momentos de crise, como a atual pandemia de COVID-19, e isso não foi diferente quanto às relações de gênero. Estudos apontam, por exemplo, que houve o aumento de violência doméstica contra a mulher com o isolamento social decorrente da crise sanitária (VIEIRA et al, 2020; MARQUES et al, 2020). Na academia, a produção científica das mulheres também sofreu os impactos da pandemia, sobretudo a das mães, que

substancialmente das dos homens, como concluíram alguns estudos sobre a temática (KYVIK, 1990; KYVIK e TEIGEN, 1996; ANTECOL *et al*, 2018). Isso ocorre porque, embora haja diferentes formas de vivenciar o gênero, o cuidado com a prole é tido como um papel tipicamente feminino, que se soma às muitas outras atividades da esfera privada destinadas quase exclusivamente às mulheres, exacerbando não apenas sua jornada de trabalho, mas, também, a sobrecarga mental derivada de cuidar e educar os/as filhos/as (BARBOSA; ROCHA-COUTINHO, 2007).

Essa realidade permanece mesmo nos dias atuais, inclusive quando investigamos mulheres que possuem carreiras de alto prestígio, como a acadêmica. Entretanto, vale ressaltar que outros marcadores afetam as dinâmicas de desempoderamento dessas mães, por meio de interseções complexas (CRENSHAW, 2002; COLLINS, 2019; COLLINS; BILGE, 2020), com cruzamentos de eixos de poder distintos, como classe social, geração, regionalidade/nacionalidade e raça/etnia, cujas possibilidades de combinações forjam trajetórias específicas, peculiares, mas fortemente marcadas pelas desigualdades de gênero.

Ao articular dados da primeira década deste milênio em países europeus, como Suécia, Inglaterra, França, Portugal, Itália, Espanha e Bélgica, a filósofa francesa Elisabeth Badinter (2011, p. 139) conclui que “[...] nenhuma política familiar se revelou verdadeiramente eficaz no que concerne à desigualdade entre homens e mulheres. A divisão do trabalho entre cônjuges é sempre desigual em todos os países, inclusive os escandinavos.” Para a autora, o cenário das mães é ainda pior, pois a desigualdade se agrava com o nascimento do bebê e a divisão dos papéis parentais (BADINTER, 2011). Por isso, quando feita por mulheres, a escolha por uma carreira profissional requer o sopesamento de uma importante variável: a maternidade.

As [mulheres] que têm uma profissão interessante e sonham em fazer carreira [...] não podem evitar as seguintes perguntas: até que ponto a criança vai pesar sobre o seu percurso profissional? Poderão lidar simultaneamente com uma carreira exigente e a criação de uma criança? Quais serão as consequências disso para a relação matrimonial? (BADINTER, 2011, p. 21).

comumente têm acumulado o trabalho doméstico, o cuidado e a escolarização dos filhos concomitantemente às atividades de pesquisa. Esse cenário desfavorável, agravado pela desatenção institucional ao problema, faz com que as lacunas de gênero no campo científico aumentem, como aponta Kyle Myers *et al* (2020). Segundo os/as autores/as do estudo estadunidense, existem diferenças substanciais entre o efeito da pandemia no trabalho de homens e de mulheres que participaram da pesquisa porque cientistas mulheres, especialmente aquelas com jovens dependentes, relataram que sua capacidade de dedicar tempo à pesquisa foi substancialmente afetada. No Brasil, o estudo realizado pelo Movimento *Parent in Science* (2020) traz resultados convergentes, apontando que apenas 47,4% das docentes mulheres com filhos submeteram artigos científicos como o planejado, percentual notoriamente inferior ao de mulheres sem filhos (56,4%), homens com filhos (65,3%) e homens sem filhos (76%).

Com essas questões, a autora toca em diferentes pontos. O primeiro deles diz respeito à conciliação entre a maternidade e as carreiras que ela denomina como *exigentes*. Ainda que possa haver algum debate acerca de quais carreiras podem ou não ser adjetivadas assim, há relativo consenso de que a carreira científica é exigente, demandando, por exemplo, que os/as pesquisadores/as frequentemente utilizem os momentos de descanso, como fins de semana e férias, para a realização de atividades acadêmicas, como aparece repetidamente nos dados empíricos do estudo realizado com mulheres bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq vinculadas a uma universidade nordestina (FARIA, 2021). É, também, o que afirma Fox, Fonseca e Bao (2011), ao discutirem os conflitos entre trabalho científico e a esfera familiar nas universidades estadunidenses:

[...] o trabalho científico (incluindo engenharia) implica altas expectativas e estabelece condições para conflitos potenciais com os domínios de não-trabalho. As expectativas normativas na ciência (e na academia) são de que o cientista ideal dá prioridade ao trabalho, tem poucos interesses ou responsabilidades fora das ciências e busca unicamente a pesquisa. (FOX et al., 2011, p. 717, tradução nossa).z

A noção de carreira científica ou, para melhor dizer, de carreira científica exitosa está intrínseca e tradicionalmente relacionada à dedicação plena e de exclusividade. Bom/boa pesquisador/a é aquele/a que se compromete integralmente com sua carreira, tendo os outros aspectos de sua vida como coadjuvantes. Se essa ideia está presente no imaginário social, está ainda mais no próprio campo e, certamente, não condiz com os papéis histórico e socialmente designados às mulheres, em especial às mães. À figura materna estão vinculados alguns valores, como o de cuidado prioritário com a prole e o de sacrifício dos planos pessoais e profissionais, absolutamente conflitantes com os valores do/a bom/boa pesquisador/a.

Em 2015, em seu memorial³⁰, uma das pesquisadoras do estudo também discute as contradições entre o modelo idealizado de cientista e as atribuições postas como femininas. Para Otília,

No modelo hegemônico, o cientista ideal confere prioridade absoluta ao trabalho e tem poucos interesses ou responsabilidades em outras áreas. As gratificações e o sucesso são alcançados, graças a essa grande “devoção” profissional, a qual demanda tempo e atenção, modela aspirações e desejos e conflita com compromissos de outras esferas, incluindo a família. Alcançar o que se considera excelência acadêmica nesse modelo exige uma performance sustentada, o que é pouco compatível com os ciclos reprodutivos e de vida das mulheres. (Otília, bolsista PQ-1C)

³⁰ Memorial defendido como requisito para a promoção funcional à classe de Professor Titular.

A “devoção” descrita por Otília é esperada de cientistas em relação ao seu trabalho, mas é também esperada de mulheres em relação à maternidade ou mesmo delas em relação a seus maridos em relacionamentos heterossexuais, ainda que esta última tenha sido mais fortemente debatida e enfrentada nas últimas décadas. De toda forma, esses são papéis conflitantes. Ser “boa pesquisadora” e “boa mãe”, dentro desses critérios, é tarefa exaustiva e que não parece ser possível.

Retornando a Badinter (2011), outro ponto importante ventilado por ela é a relação íntima entre as experiências de conjugalidade e maternidade³¹. Embora a autora questione as consequências desta sobre aquela, referindo-se às muitas mudanças na esfera matrimonial provenientes da chegada de um/a filho/a, queremos destacar outro aspecto: a divisão sexual e social do trabalho. Nas relações heterossexuais, é frequente a reprodução dos papéis sociais tidos como masculinos e femininos, que é fortalecida pelo constructo de argumentações ideológicas que legitimam essa divisão de trabalho e a consequente não promoção das carreiras das mulheres (KERGOAT, 2012). Dessa legitimidade decorre a invisibilidade do trabalho não remunerado realizado pelas mulheres e, também, das desigualdades às quais estão submetidas nas relações matrimoniais com os homens.

Ao discutirem a persistência da divisão sexual e social do trabalho, Hildete Melo e Débora Thomé (2019) argumentam que:

[...] a grande maioria das mulheres ainda não se dá conta de que teve que fazer escolhas ao decidir casar e ter filhos. O trabalho nesse contexto não é uma impossibilidade, mas inegavelmente implica uma dupla jornada muito mais pesada que a do homem. Mulheres com filhos acabam fazendo mais entradas e saídas em suas carreiras profissionais, o que, por exemplo, pode ser visto nas maiores taxas de desemprego do que as dos homens. (MELO; THOMÉ, 2018, p. 111)

Contudo, as participantes desta pesquisa, em sua maioria, parecem compreender a materialização dessa divisão do trabalho em suas vidas. Uma das pesquisadoras, que teve o primogênito ainda enquanto cursava a graduação, avaliou sua experiência enquanto mãe de três crianças e docente:

Foi difícil conciliar filho com o trabalho. [...] Foi muito difícil estar com criança pequena e preparando aula, tanto que um dia eu cometi um erro, eu estava preparando

³¹ A conjugalidade é um aspecto importante para a análise da progressão das mulheres nas carreiras científicas. Neste trabalho, nos limitaremos a discutir, especificamente, a relação entre ela e a maternidade.

POR ONDE ANDAMOS?

uma aula e o tema da aula era sociologia como ciência. Então, eu escrevi o título, grafei o esquema e fui dar minha aula, mas com filho pequeno eu perdi a noite, eu vivia muito pernoitada, depois que a criança dormia que eu ia preparar aula, essa coisa toda... Então, nesse dia, eu cheguei e deixei meu esquema em cima da mesa com a colega [...] Ela viu, quando ela viu meu esquema, ela disse "me deu vontade de chorar". Tá tão ruim assim? E aí ela me mostra que eu não tinha escrito "A Sociologia como Ciência" não, eu tinha escrito "A Sociologia como Criança". Então, foi aquele ato falho, foi isso, foi um tempo muito muito difícil, né? Muito mesmo... (Adélia, bolsista PQ-2)

Essa dificuldade, reiterada pelo advérbio de intensidade repetidamente empregado (“foi um tempo muito muito difícil”), não foi experienciada apenas por essa entrevistada. A dupla jornada e a sobrecarga de trabalho foram pontos frequentemente levantados pelas bolsistas quando questionadas sobre os impactos de ser mulher e da maternidade para suas carreiras enquanto pesquisadoras. Em seu memorial para promoção funcional a titular, uma das bolsistas PQ da instituição afirma que:

Como muitas mulheres da minha geração, que optaram por carreiras acadêmicas, eu adiei a maternidade até o limite da minha biologia [...] Para outras mulheres, o adiamento da carreira reprodutiva significou a não concretização do eventual projeto de ter filhos, tal como pude verificar, em 2004, no evento “Mulheres Latino-Americanas nas Ciências Exatas e da Vida”, promovido pela Sociedade Brasileira de Física e pela Academia Brasileira de Ciências. (Otília, bolsista PQ-1C)

Além de demonstrar consciência do impacto da maternidade na carreira científica, a pesquisadora avaliou como isso é vivido diferentemente pelos homens pesquisadores. Para ela,

O esforço de conciliação [entre carreira e família] implica decisões, nem sempre fáceis, que, em geral, sequer se colocam para os homens, que assumem ser pais. Dizendo de outra maneira, para as mulheres, a escolha entre atender as demandas profissionais e familiares está sempre posta, enquanto para os homens parece que já está definido, que sejam priorizadas as exigências do trabalho profissional. (Otília, bolsista PQ-1C)

Portanto, a maternidade exaspera as desigualdades de gênero nas relações familiares e, também, na academia. As mães, que comumente acumulam uma série de atividades profissionais e domésticas, encontram na natureza do campo científico (BOURDIEU, 1983), onde disputas entre pares lhes são constitutivas, outro fator complicador. Isso porque não basta ser uma boa (ou excelente) pesquisadora, é preciso ser uma pesquisadora melhor do que os/as outros/as no campo. E, como sabemos, cientistas são, em sua maioria, homens que não compartilham das mesmas experiências que as mulheres durante a paternidade, no casamento ou mesmo em seus outros papéis familiares, como os de filhos, sobrinhos, irmãos ou avós. A

tarefa do cuidado, seja em relação às crianças, seja em relação a outros familiares ou à casa, é atribuída prioritariamente às mulheres.

Desse modo, com a dinâmica concorrencial, a maternidade acentua as assimetrias nas progressões das carreiras de homens e mulheres, sendo o cuidado com crianças de até 10 anos um fator crítico de produtividade. É o que aponta dois estudos realizados com professores permanentes de quatro universidades norueguesas.

No primeiro, após o exame de 1370 respostas masculinas e 199 femininas, Svein Kyvik (1990) conclui que os homens publicam, em média, cinco artigos em três anos (de 1979 a 1981), enquanto as mulheres publicam 3,5 artigos. Numa análise por área, as mulheres são 20% menos produtivas nas ciências naturais e de 30 a 35% menos produtivas nas ciências sociais, medicina e humanidades. Entretanto, a produtividade das docentes está diretamente associada à maternidade, sendo a idade da criança um fator relevante para essa análise. Enquanto os homens com crianças acima de 10 anos mantêm a média de publicação de 5 artigos por ano e aqueles com crianças de até 10 anos uma média de 5.1 artigos, o cenário é muito distinto para as mulheres. As que possuem filhos/as acima de 10 anos publicam uma média de 4.3 artigos por ano, já aquelas com filhos/as de até 10 anos publicam uma média de apenas 2.7 artigos por ano.

Após 10 anos, em 1989, Svein Kyvik, em coautoria com Mari Teigen, retoma esse estudo, relacionando o cuidado com as crianças com a participação desses/as professores/as em redes de colaboração acadêmica (KYVIK e TEIGEN, 1996). Os/as autores/as ressaltam a importância das redes para a carreira de docentes, destacando que aqueles/as que publicam em conjunto publicam mais do que os/as outros/as pesquisadores/as. Além disso, avaliam que os trabalhos em coautoria são de melhor qualidade e possuem taxa mais alta de aceitação para publicar.

No novo período de análise, de 1989 a 1991, os/as autores/as concluíram que a maternidade afeta diretamente a participação de mulheres em redes de cooperação, afetando a produtividade delas. Salientam, ainda, que as mulheres com crianças de até 10 anos publicam 41% menos do que homens nessa mesma condição. Esse percentual reduz para 8% quando consideradas pais e mães de crianças com mais de 10 anos, mas aumenta quando considerada a faixa etária de 0 a 6 anos. Nesses casos, as mulheres publicam, em média, 60% menos do que os homens.

Esses dados dialogam com os produzidos por Antecol Heather *et al* entre 1980 e 2005 na área de economia nas 50 maiores universidades estadunidenses. As autoras, ao analisarem os benefícios das políticas de “parada de relógio” para avaliação de estabilidade de docentes (*Tenure Clock Stopping Policies*), concluem que a não adoção de políticas é mais favorável para minimizar as desigualdades de gênero do que a adoção de políticas de “gênero-neutro”, nas quais homens e mulheres são igualmente beneficiados/as com a suspensão por um ano do prazo de avaliação quando se tornam pais e mães. Além de os homens aumentarem a probabilidade de serem contemplados com a estabilidade em 17,6%, essas políticas aumentam a quantidade de homens que publicam nas cinco revistas mais importantes da área, o que não foi observado em relação às mulheres (ANTECOL *et al*, 2018).

Os dados trazidos por esses estudos revelam o impacto da maternidade na produção científica das mulheres. No modelo que adotamos para aferir quem são os/as bons/boas pesquisadores/as, que é concorrencial e valoriza a produção científica em detrimento de outros critérios, o impacto da maternidade na produção acadêmica gera, necessariamente, desvantagem para as mulheres no desenvolvimento de suas carreiras e, consequentemente, vantagem dos homens, que mantêm ou melhoram sua produtividade durante o primeiro período da paternidade.

A preocupação com o impacto da maternidade em suas carreiras pode ser observada entre as bolsistas PQ da universidade nordestina. Entre as participantes deste estudo, muitas não são mães ou, quando são, se valem de estratégias para conciliar a maternidade com a carreira científica. Das 79 bolsistas PQ, um quarto delas respondeu à questão se possuem filhos/as. Desses, seis (30%) não possuem e catorze (70%) possuem entre um e três filhos/as. Apesar do significativo número de mulheres sem descendentes, que reforça os conflitos entre a maternidade e a atividade de pesquisa, outros dados empíricos também merecem destaque.

Um deles é que as bolsistas de produtividade da instituição, assim como as pioneiras laureadas com o Nobel, são um grupo com baixa natalidade (MINELLA, 2017). Isso pode ser decorrência das dificuldades enfrentadas por mulheres com maior número de filhos/as para realizar movimentos migratórios importantes para o desenvolvimento da carreira científica, como a saída do estado e do país para a formação. Uma das pesquisadoras, por exemplo, precisou cursar o doutorado em uma área diversa da sua, porque a Bahia ainda não tinha curso de doutorado em sua área e a maternidade não permitiu a sua saída do estado. Mãe de três filhos, ela conta que “Eu ia fazer o doutorado em São Paulo, [...] não tinha de Ciências Sociais

aqui na Bahia. Eu tive que reconhecer que eu não podia ir pra fora com três crianças, tinha que fazer aqui na Bahia mesmo, não foi fácil” (Adélia, 87 anos).

Outro dado importante é que das catorze mães, doze responderam às perguntas relativas ao cuidado dos filhos/as e todas informaram que ter havido auxílio durante a primeira infância, sendo essa ajuda fundamental para a continuidade da carreira científica. Ocorre que apenas uma das onze bolsistas apontou que o pai da criança foi um dos cuidadores e uma delas salientou que a ajuda foi de uma instituição de creche. Todas as demais pesquisadoras (n=10) destacaram que esse papel foi exercido por outras mulheres, prevalecendo empregadas domésticas e figuras familiares de avós e tias das crianças. Em um dos casos, a bolsista destacou o papel de uma rede de amigas para o cuidado da filha. Em outro, a pesquisadora salientou:

O auxílio na primeira infância é o que possibilita que você trabalhe. Se não, o que você vai fazer com o filho pequeno? Então, a questão é que no Brasil isso ainda está configurado para ser resolvido na esfera privada. Você não tem creche, não tem onde colocar as crianças, como tem em vários outros países e que deveria ser a política pública adequada. Então, eu acho que esse auxílio com os filhos é absolutamente fundamental, claro, para que você possa trabalhar. (Luíza, PQ-1)

Nascida no interior de São Paulo, onde sua família ainda morava na época, ela destacou que sua sogra e duas empregadas domésticas auxiliaram no cuidado dos filhos, que nasceram em 1988 e 1990, quando ela já fazia parte do corpo docente da universidade, como professora visitante e substituta, respectivamente.

Esse conjunto de dados não é inédito. O trabalho doméstico não ou mal remunerado é parte importante do modelo ocidental de sociedade³² que adotamos e a sua transferência para mulheres de classes sociais menos privilegiadas, negras e/ou de regiões mais pobres e periféricas é amplamente discutida no âmbito dos estudos sobre divisão sexual do trabalho. É o que fazem Hildete Melo e Débora Thomé ao analisarem a relação entre as mulheres e o mundo do trabalho. Para as autoras,

As mulheres podem escolher ficar em casa cuidando de todos ou contratar outra pessoa para realizar estas tarefas. Mas essa opção tem um preço, usualmente pago pelas famílias mais ricas da sociedade. Além disso, a tarefa normalmente é executada

³² Radicada nos Estados Unidos, a filósofa e ativista feminista italiana Silvia Federici denuncia a invisibilidade do trabalho doméstico realizado por mulheres, afirmando que ele “[...] é muito mais do que limpar a casa. É servir aos assalariados física, emocional e sexualmente, preparando-os para o trabalho dia após dia. É cuidar das nossas crianças — os trabalhadores do futuro —, amparando-as desde o nascimento e ao longo da vida escolar, garantindo que o seu desempenho esteja de acordo com o que é esperado pelo capitalismo. Isso significa que, por trás de toda fábrica, de toda escola, de todo escritório, de toda mina, há o trabalho oculto de milhões de mulheres que consomem sua vida e sua força em prol da produção da força de trabalho que move essas fábricas, escolas, escritórios ou minas.” (FEDERICI, 2019, p. 68)

POR ONDE ANDAMOS?

por outra mulher, mais pobre que, por sua vez, não tem a quem designar a mesma função remunerada. (MELO; THOMÉ, 2018, pp. 110-111)

Com isso, e em decorrência da divisão sexual do trabalho e consequente atribuição dos encargos com a maternidade quase sempre exclusivamente às mulheres, o ingresso e a ascensão de mães das classes médias e altas no mercado de trabalho mais qualificado e bem remunerado estão frequentemente relacionados com o subemprego de outras mulheres. Essa não é uma realidade apenas brasileira. Ainda que os arranjos do trabalho doméstico remunerado sejam bastante diferentes ao redor do mundo e possuam uma dinâmica própria no Brasil, há um eixo comum entre eles, que é a utilização de mulheres de grupos subalternizados como mão de obra barata, acentuando desigualdades sociais de diversas naturezas.

Se na Europa ocidental, por exemplo, essa atividade é destinada às imigrantes, no Brasil, ela é realizada sobretudo por mulheres negras e, no caso dos estados do sul e sudeste, de origem nordestina, o que reflete e majora as desigualdades raciais e regionais no país. Em um estudo comparativo sobre o mercado de trabalho do cuidado no Brasil e França, Helena Hirata salienta que “[...] o setor do emprego doméstico remunerado e do cuidado é hoje essencialmente constituído por empregadas de nacionalidade brasileira, frequentemente vindas da região Nordeste” (HIRATA, 2016, p. 195) e que essa é uma das especificidades do Brasil. Além disso, a autora destaca outras características, além das migrações inter-regionais, que demarcam a posição dessas mulheres.

Embora a migração interna seja um dado de partida para a maioria dos/as empregados/as do cuidado no Brasil, as trajetórias de vida pontuadas pela pobreza, pelo desemprego e pela experiência do trabalho informal, sem proteção social e sem direitos, são uma constante que marca as trabalhadoras do cuidado nesse país. (HIRATA, 2016, p. 194)

Os dados empíricos da nossa pesquisa sugerem que essa dinâmica também está presente nas trajetórias de muitas das bolsistas de produtividade. A maioria das pesquisadoras que são mães possuía relações conjugais convencionais com baixa paridade de gênero ou vivia a maternidade solo. Elas consideraram que, além da ajuda de outras mulheres da família, o auxílio de empregadas domésticas para o cuidado de seus/as filhos/as foi essencial para o desenvolvimento de suas carreiras. Isso nos parece desvelar a importância de privilégios de raça/etnia e classe social para a construção de carreiras científicas exitosas, especialmente para contornar as dificuldades impostas às mães cientistas, imersas em um campo que não considera

a maternidade como um fator relevante, que não pode ser aferido pelos critérios estabelecidos de produtividade e produção de conhecimento científico.

Essa compreensão é reforçada pela narrativa da única pesquisadora autodeclarada preta que respondeu à pergunta acerca do cuidado com os/as filhos/as. Com uma experiência muito diversa das demais, ela destacou que as dificuldades foram contornadas pelo compartilhamento das atividades com outras pessoas, especialmente na primeira infância. Nesse caso, o auxílio não partia de empregadas domésticas, mas do pai da criança, de familiares e do que a entrevistada chamou de “rede de maternagem”.

Então, foi difícil, mas eu tive muito apoio também. A minha orientadora foi muito solidária. Meu marido me ajudou bastante também naquele momento. [...] minha família ajudou muito, meus amigos ajudaram muito, eu não posso reclamar da minha rede de afetos, muita gente me ajudou. [...] meu companheiro da época e minha família e muitas amigas. Não tem nada mais fantástico do que rede de maternagem. Muitas vezes, quando o pai de Júlia não dava conta ou não podia ficar com ela, eu recorria a muitas amigas, à minha família: “passa o fim de semana com Júlia para eu terminar esse artigo”. Acho que essa é uma frase que eu falei muitas vezes. (Fabiana, bolsista PQ-2, 53 anos)

Por um lado, essa é uma experiência positiva, que cria alternativas para o cuidado na infância que não implicam, necessariamente, na transferência desse trabalho para mulheres de classes sociais mais baixas. Por outro, ela também revela o problema da invisibilidade das questões decorrentes da maternidade nas atividades de pesquisa, pois o cuidado com os/as filhos/as não integra a carreira, sendo tratado como algo que pudesse ser vivido separadamente. Nesse sentido, mesmo as experiências das bolsistas PQ que não são mães possibilitam dimensionar a relevância da maternidade no campo científico. Uma delas, bolsista PQ-1B de 66 anos, salientou que não ter filhos confere “certo privilégio” na carreira. Outra, da área de exatas, afirmou:

[...] eu tenho vários colegas que deixaram de ter filhos, colegas que tiveram filhos muito cedo. Eu tenho uma amiga com quem eu colabro, ela é uns dez anos mais nova, tem uns 45, 46 anos e o filho dela já está formado, mas eu me lembro do drama e o drama dela pessoal, porque ela fez a formação dela toda com um menino pequeno. (Iana, bolsista PQ-2 até 2018, 56 anos)

Esse drama, mais relacionado à divisão sexual do trabalho e à compreensão histórica, social e cultural de maternidade, cria um abismo entre as experiências de maternidade e paternidade. Tal abismo, por sua vez, se refletirá nos indicativos de produtividade e excelência

acadêmica. Assim, como apontaram os estudos supracitados, o impacto de ter filhos/as não é o mesmo para pesquisadoras e pesquisadores e ser mãe pode se constituir como um fator importante para a carreira científica, cujas consequências precisam ser "dribladas" ou "enfrentadas" a partir de privilégios ou de estratégias de resistência, sempre no âmbito privado, sem serem constitutivas do campo científico.

Assim, reafirmamos que a maternidade é vivenciada diferentemente pelas diversas mulheres em suas relações sociais e que, no campo científico, ela tipicamente se constitui como obstáculo para a participação das mulheres na carreira. As desigualdades de gênero são transversais nos mais diversos âmbitos da vida das mulheres, desde as relações familiares às profissionais, e as mantêm como minoria entre cientistas que recebem a bolsa prestigiosa do CNPq. Nesse cenário, a maternidade é uma variável importante para o desenvolvimento das carreiras científicas de mulheres e sua experiência é atravessada pelo cruzamento de diversos sistemas de opressão, cujos resultados são trajetórias singulares e distintas que possibilitam o ingresso e a progressão de carreira de um conjunto ainda diminuto de mulheres e impulso na carreira pesquisadores homens.

Referências

- ANTECOL, Heather; BEDARD, Kelly; STEARNS, Jenna. *Equal but Inequitable: Who Benefits from Gender-Neutral Tenure Clock Stopping Policies*. American Economic Review, v.108, n.9, 2018.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- BADINTER, Elisabeth. *O conflito: a mulher e a mãe*. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- BARBOSA, Patrícia Zulato; ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. *Psicologia Clínica*, v. 19, n. 1, p. 163 -185, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. ORTIZ, Renato (org.). *Bourdieu – Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39. p. 122-155.
- CECH, Erin; BLAIR-LOY, Mary. The changing career trajectories of new parents in STEM. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 116, n. 10, 2019.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro*. São Paulo, Boitempo, 2019.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo, Boitempo, 2020.
- CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento para o Encontro de Especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-189, 2002.

FARIA, Iolanda. “*Nunca pensei que você fosse mulher*”: a conquista de capital científico pelas bolsistas de produtividade em pesquisa da UFBA. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos) - Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2021.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução*: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

HIRATA, Helena. O cuidado em domicílio na França e no Brasil. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França*: perspectivas interseccionais. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 17-26

KERGOAT, Danièle. Ouvriers = ouvrières? Propositions pour une articulation théorique de deux variables : sexe et classe sociale. In: KERGOAT, Danièle. *Se battre, disent-elles*. Paris: La Dispute, 2012.

KYVIK, Svein. Motherhood and scientific productivity. *Social Studies of Science*, vol. 20, 1990.

KYVIK, Svein; TEIGEN, Mari. Child Care, Research Collaboration, and Gender Differences in Scientific Productivity. *Science, Technolog, & Human Values*, Oslo, v. 21, n. 1, 1996.

LIMA, Betina Stefanello. O labirinto de cristal: as trajetórias das cientistas na Física. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 21, 2013.

MELO, Hildete Pereira de; THOMÉ, Débora. *Mulheres e Poder*: histórias, ideias e indicadores. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

MARQUES, Emanuele Souza; MORAES, Cláudia Leite; HASSELMANN, Maria Helena; DESLANDES, Sueley Ferreira; REICHENHEIM, Michael Eduardo. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, 2020.

MINELLA, Luzinete Simões. No trono da ciência I: mulheres no Nobel da Fisiologia ou Medicina (1947-1988). *Cadernos de Pesquisa*, v. 7, n. 163, p. 70-93, 2017.

MYERS, Kyle R., THAM, Wei Yang, YIN, Yian. *et al* Unequal effects of the COVID-19 pandemic on scientists. *Nature Human Behaviour*, 4, p. 880–883, 2020.

PARENT IN SCIENCE. Produtividade acadêmica durante a pandemia: efeitos de gênero, raça e parentalidade. 2020. Disponível em: <http://www.parentinscience.com.br>. Acesso em: 06 fev. 2021.

VIEIRA, Pâmela Rocha; GARCIA, Leila Posenato; MACIEL, Ethel Leonor Noia. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? *Revista brasileira Epidemiologia*, v.23, Rio de Janeiro, 2020.



Corpos divergentes na pós-graduação: Relatos de experiências de estudantes mães

Débora dos Reis Silva Backes

Pedagoga. Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Membra do Grupo de Pesquisa Educação, Cultura e Subjetividades/GPECS/UFS

Dinamara Garcia Feldens

Pós-doutora pela Universidade Complutense de Madrid. Docente do Departamento de Educação/DED/UFS e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe/PPGED/UFS. Líder do Grupo de Pesquisa Educação, Cultura e Subjetividades/GPECS/UFS

Juliana Farias Santos

Pedagoga. Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Membra do Grupo de Pesquisa Educação, Cultura e Subjetividades/GPECS/UFS

Primeiras linhas

Essa escrita representa um memorial. Em algum momento enquanto era desenvolvida, assim uma das autoras a identificou, o que foi prontamente aceito pela outra autora como muito apropriado. Podemos assim chamar por tratar-se de uma escrita de si (FOUCAULT, 2004). E para além disso, uma escrita que delineia o NÓS, já que construímos nossa experiência COM e POR todas as mulheres. Essa é nossa proposta enquanto mulheres, mães, pedagogas, membras do Coletivo de mulheres e pesquisadoras.

Partindo da abordagem de questões de gênero, visualizando e problematizando paradigmas patriarcais, buscando destacar os papéis sociais da mulher sob a ótica do feminismo constituem-se em questões muito mais complexas, por emergir condições estruturais que estão enraizadas na cultura machista da sociedade. Dentre esses elementos e considerando percepções geradas tanto por nossas vivências como na convivência com demais estudantes no ambiente universitário percebemos a importância em conduzir atenção às especificidades das mulheres que diariamente aliam os papéis de mãe, estudante e pesquisadora, no intuito de compreendermos as representações sociais a respeito do feminino nos espaços socialmente construídos e a influência de tais percepções na determinação de relações de poder e consequentemente, na vida das mulheres.

O corpo mulher vem durante muito tempo sendo moldado para enfrentar-se e guardar-se entre linhas padronizadoras, que, a partir do determinismo biológico (natureza), a religião, o modelo médico e o Estado foram postuladas e reproduzidas entre os discursos ao

longo do tempo. Dessa forma, a sociedade ocidental foi delineada por paradigmas que foram se estabelecendo como verdades universais, partindo da civilização grega (com o pensamento aristotélico sobre o feminino enquanto “ser incompleto”), passando pelos elementos morais judaico-cristãos que fundamentaram o lugar inferiorizado da mulher em relação ao homem (a mulher costela de Adão, fonte do mal na Terra, tendo como destino o sacramento do matrimônio), pela ideia da fragilidade do corpo feminino balizada pela ciência (procriação e cuidado com a prole como finalidade) chegando às prerrogativas do Estado, que estabeleceu os preceitos da sociedade patriarcalista inscrevendo as mulheres enquanto produtoras e reproduutoras da vida, progenitoras de cidadãos.

Assim, os lugares de marginalização discursiva e histórica das mulheres foram prescritos, colocando-as primordialmente no espaço doméstico, onde se encaixavam suas características enquanto corpo frágil, de mãe e esposa, naturalmente cuidador, sustentáculo da família, rainha do lar (o modelo de família nuclear).

A conquista do espaço público, principalmente a partir do século XX, com as populações estabelecendo-se cada vez mais nas áreas urbanas, pelas mulheres, aconteceu por sua presença cada vez maior nesses lugares e pelas reivindicações do movimento feminista pela luta de seus direitos. Ainda assim, a sociedade impôs que esse ingresso representasse uma continuação das obrigações e características desse feminino, resguardando um lugar de inferioridade, determinando que homens e mulheres ocupam lugares diferenciados instaurando papéis sociais distintos e hierarquicamente determinados (o papel social masculino sendo considerado maior e mais importante que o papel feminino).

O processo de inserção das mulheres na área da educação aconteceu de forma lenta. Primeiro conquistando o direito de frequentar a escola apenas para aquisição de saberes considerados “do lar”, para mais adiante terem acesso realmente aos demais saberes escolares e ministrarem aulas para as crianças, alcançando o espaço do magistério, já que elas apresentavam características “ideais” para essa profissão, assim viria a se consolidar o magistério como um “sacerdócio” para o qual o corpo feminino foi designado e mais uma vez aprisionado.

Considerando as modificações sociais de gênero que ocorreram na sociedade brasileira, nas últimas décadas a presença das mulheres na universidade tem-se mostrado mais significativa, expandindo-se os reflexos dessa inserção nos mais diferentes segmentos da sociedade. Falar sobre suas próprias vivências, experiências e potencialidades constitui-se em

um grande avanço, analisando-se que ao longo dos anos a história das mulheres foi escrita e contada por homens, fato esse que ainda se reflete em dificuldades quando consideramos a presença feminina na produção científica, literária e historiográfica, lugares esses tradicionalmente ocupados e conduzidos por e para os homens. Mesmo diante dos avanços do feminismo, grandes são os desafios no enfrentamento à violência, pela garantia de direitos, assim também no que diz respeito às condições de profissionalização, além do reconhecimento e legitimação da mulher nos espaços acadêmicos.

O ensino superior brasileiro vem se expandindo nas últimas décadas e há uma maior presença feminina nas universidades, apesar de ser um espaço primordialmente planejado dentro de uma estrutura patriarcal, meritocrática e excluente. Questões relacionadas a desigualdades de gênero ainda são comuns na graduação e principalmente a nível de pós-graduação.

Em se tratando das mulheres que maternam, seus itinerários acadêmicos são atravessados por experiências que refletem desafios ao conciliar sua vida pessoal, estudos, trabalho e maternagem, impondo à essas alunas cotidianos que demandam intensos esforços, privando-as muitas vezes das vivências que a universidade proporciona ou dos lazeres além da universidade.

Tensionar sobre o acesso, permanência e trajetórias de discentes mães em um Programa de pós-graduação em Educação, para além de contribuir para discussão desses temas, levanta questões importantes ao se considerar os atravessamentos presentes entre os itinerários acadêmicos de mães pesquisadoras e suas áreas profissionais, direcionando seus movimentos enquanto docentes.

O caminho metodológico deste estudo se conduz a partir dos relatos de experiências de duas discentes do curso de mestrado do Programa de pós-graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Sergipe, dialogando também junto a uma revisão bibliográfica em torno das temáticas desigualdade de gênero, educação das mulheres e maternagem na universidade, que possibilitem fundamentar discussões e produção de conhecimento a respeito dos elementos que se atravessam configurando as trajetórias dessas alunas e os reflexos dessas vivências e percepções em suas vidas profissionais.

Mulheres, maternagem e espaço acadêmico

Da Silva (2008) destaca as mudanças ocorridas a partir da última metade do século XX envolvendo as relações entre homens e mulheres, observando nesse processo o impacto do crescimento da visibilidade das mulheres em diversificados setores: no trabalho, nas escolas e universidades, na política, nas artes e ciências, favorecendo a visibilidade das mulheres nas pesquisas.

Os estudos de Pinsky (2012) demarcam que a partir dos anos 1960 as mulheres começaram a questionar de forma mais enfática valores e ideais impostos ao corpo feminino, com um número crescente de investigadores passando a centralizar suas observações sobre esses novos agentes sociais, buscando compreender suas ações, seus testemunhos no presente, enfrentando o desafio de desvendar um histórico de silenciamentos.

Segundo Rago (2004) é possível afirmar que há um reconhecimento social, na atualidade, de que as lutas feministas afetaram positivamente a maneira pela qual se deu a incorporação das mulheres no mundo do trabalho, desde os anos setenta, que contribuiu para que houvesse grandes mudanças nos códigos morais e jurídicos, nos valores, nos comportamentos, nas relações estabelecidas consigo e com os outros, nos sistemas de representações e no modo de pensar. Assim, percebe-se que entre as suas principais pautas, o feminismo investiu incisivamente contra o sujeito padrão universalizado, visando a própria identidade da mulher, demonstrando o quanto a construção de um modelo feminino único foi imposta historicamente pelo discurso médico vitoriano, pelo direito, pela família, pela igreja, enfim, pelo olhar masculino reforçado, baseado principalmente nos estímulos da indústria de consumo.

O trabalho de Klein (2010) destacou as tendências teóricas plurais reunidas pelo movimento feminista, marcadas pela divergência em muitos temas, como, o da maternidade. Scavone (2001) demonstra a abordagem do tema maternidade pela perspectiva de gênero tanto como símbolo de um ideal de realização feminina quanto como símbolo opressor das mulheres, promovendo o repensar sobre esses aspectos, além de compreender a maternidade como uma base organizacional da instituição familiar e ainda compreendê-la como um símbolo construído histórico, cultural e politicamente, resultado das relações de poder e dominação de um sexo sobre o outro.

Os estudos de Badinter (1985) e os de Ariès (1981), autores que compreendem a maternidade como uma construção social enraizada simbolicamente, variando segundo diferentes contextos históricos, sociais, econômicos e políticos, contribuem para questionar o mito do amor materno e os paradigmas que fundamentaram sua construção. Partem da ideia de que, historicamente, o valor dado à maternidade, à relação mãe-criança e ao amor materno nem sempre foi o mesmo, de modo que as variações das concepções e atitudes relacionadas à maternagem são produzidas por uma série de discursos e práticas sociais.

Badinter (1985) discute a respeito de fatores como a moral, valores sociais, e/ou religiosos enquanto incitadores tão poderosos quanto o desejo da mulher para os cumprimentos dos “deveres maternos”, destacando ainda o impacto da antiga divisão sexual do trabalho sobre a atribuição das funções da “maternagem” à mulher, o que era por muito tempo atribuído à forte “natureza feminina”.

O'Reilly (2016) posiciona as necessidades e especificidades das mães como ponto de partida para uma teoria e política sobre e para o empoderamento das mulheres, destacando o fato de que essas são duplamente oprimidas pelo patriarcado, enquanto mulheres e enquanto mães, ressaltando também a ausência de discussões a respeito das idiossincrasias das mulheres mães nas pautas do feminismo acadêmico.

Louro (2007) aponta que a abertura da educação para as mulheres teve seu início fundamentando na instrução doméstica, voltada para o lar, pautando-se nos princípios da religião católica e da moral cristã, ressaltando que as escolas católicas também tinham um viés elitista, onde só ingressava quem pudesse pagar, fazendo com que as crianças negras e pobres ficassem excluídas, elementos que revelam o quanto foi tardia esse ingresso das mulheres ao mundo da educação e o quanto foi progressivo a garantia de seus direitos a uma educação de qualidade, já que lhes era negado conhecimentos, como considerado por Silva et al (2020) “que o acesso à educação por parte das mulheres se deu de forma tardia, e quando iniciado foi por mulheres brancas e abastadas” (SILVA et al, 2020, p. 631).

A inserção das mulheres no ensino superior constitui-se em um processo igualmente lento e mesmo com o aumento quantitativo de mulheres nas universidades, os desafios em relação às desigualdades de gênero como, concentração nas áreas identificadas ao cuidado ou características aproximadas à “essência feminina” e dificuldades na participação e desenvolvimento em atividades de pesquisa e extensão, marcam o impacto dos estereótipos e expectativas sobre o gênero nesse lugar.

POR ONDE ANDAMOS?

O movimento Parent in Science (PiS) foi criado em 2016 com o objetivo de promover discussões acerca do impacto da parentalidade na carreira de cientistas brasileiras. Um estudo conduzido pelo PiS, em 2021, revela elementos que se atravessam compondo o contexto que demarca a presença/ausência de mulheres no meio acadêmico, como: apesar do cenário nacional se mostrar progressivamente mais inclusivo para com as mulheres (57% dos estudantes de ensino superior eram mulheres em 2020) ainda existe uma sub-representação racial (somente 3% são mulheres pretas e 12% são pardas), assim como nas posições mais altas da carreira, produzindo o chamado efeito tesoura na ciência brasileira, ou seja, o percentual de mulheres vai se reduzindo conforme se avança na carreira científica no Brasil (55% das bolsistas de iniciação científica e 36% das bolsistas de produtividade em pesquisa) (MÜLLER, 2021).

Em um de seus estudos, realizado em 2022, o movimento PiS revela a desigualdade de gênero na ciência e os fatores responsáveis por esse fenômeno:

Os fatores que ajudam a entender esse fenômeno são diversos, incluindo desde determinantes culturais, relacionadas ao papel social atribuído a homens e mulheres, até questões relacionadas ao preconceito explícito, assédio, violências diversas e viés implícito, afastando as mulheres do ambiente hostil que a academia frequentemente assume. Nesse conjunto de múltiplos fatores, insere-se a maternidade. A parentalidade traz consigo grandes e diferentes responsabilidades, que podem impactar a carreira de cientistas, e a comunidade acadêmica deve estar ciente desse impacto, que não é igual para homens e mulheres (CARPES, 2022, p. 01)

Sobre esse aspecto, os estudos conduzidos por Silva et al (2020) discutem sobre as desigualdades de gênero enquanto elemento relacionado à educação, constatando que quando o gênero é atrelado a outros fatores, como raça, classe, geração e trabalho há uma demarcação negativa na trajetória educacional e acadêmica de mulheres que são mães.

O exercício da maternagem, como uma consequência da divisão sexual do trabalho oriunda do sistema patriarcal de dominação, não pode ser um óbice para o acesso, a permanência e o desempenho de mulheres nos espaços educacionais. A investigação realizada aponta que estudantes que são mães ainda na juventude são as que mais abandonam a escola, dificilmente conseguem terminar o ensino médio e as que conseguem enfrentam dificuldades para ingressar na educação superior. Já no âmbito acadêmico, as mulheres mães sofrem por não conseguirem acompanhar o ritmo de estudo e produção das instituições de ensino superior. Ademais, é difícil conciliar a quádrupla jornada de trabalho formada pelo cuidado com os filhos, afazeres domésticos, estudos e trabalho remunerado fora do lar. Essa jornada sobre carregada é a realidade da maioria das estudantes que são mães, negras e trabalhadoras (SILVA et al, 2020, p.639).

Seguindo os dados trazidos pelo estudo do Movimento Parent in Science, destaca-se ainda a baixa presença de mulheres em áreas concentradas por carreiras marcadas pelo estigma de que exigem alto raciocínio lógico e habilidades matemáticas, qualidades histórica e culturalmente atribuídas aos homens. E ainda, a sub-representação das mulheres indígenas (0,68% dos estudantes matriculados são indígenas) e os dados relacionados ao quantitativo de mulheres pretas com ensino superior completo no Brasil: considerando que 54% da população brasileira se autodeclara preta ou parda, o estudo revela que Mulheres acima de 25 anos com ensino superior completo no Brasil são assim distribuídos - 6,7% das mulheres pretas ou pardas e 17,7% das mulheres brancas, ressaltando um reflexo dessa baixa representatividade na Academia especialmente entre as pretas, indígenas e pessoas com deficiência, promovendo uma sensação de não pertencimento ao lugar e inadequação, produtora de baixa qualidade no processo formativo e que leva muitas mulheres ao abandono e/ou exclusão da universidade (MÜLLER, 2021).

Outro dado importante refere-se à parentalidade no ensino superior no Brasil, onde um em cada 10 estudantes de graduação nas universidades federais (considerando homens e mulheres) possui filhos, distribuídos na seguinte proporção: 46,2% dos indígenas aldeados, 20,2% dos indígenas não aldeados e quilombolas, 12,9% dos pretos e 8,3% dos brancos, denotando o quanto fundamental é o apoio das instituições de ensino superior aos alunos com filhos, por meio do fornecimento de medidas como creche universitária, salas de amamentação e auxílio creche (MÜLLER, 2021).

Ao adentrar a universidade os estudantes passam por algumas adaptações para alcançar a condição de universitário/a, estas ocorrem em três tempos, pensando junto a Coulon (2008): estranhamento, aprendizagem e, por último, a afiliação. Portanto, não é só sobre entrar na universidade, é entender este espaço como uma máquina de produção de subjetividades, formando assim o/a estudante universitário/a. Aprendendo como a universidade funciona, seus códigos próprios, suas regulações e regulamentações, faz com que esse/a estudante passe assim a condição de afiliado/a dessa instituição, reconhecido/a socialmente como estudante universitário/a.

POR ONDE ANDAMOS?

Abordar experimentações e vivências de mulheres mães também é pleitear a democratização do conhecimento de nível superior público e questionar a complexa estrutura que rege esses sistemas de significação. A mudança na ordem social vigente possui diversas amarrações, pois trata da reconstrução de uma moral sui generis que não é alterada em algumas décadas por ser embasada em aspectos históricos, os quais geram uma consciência coletiva acerca de estruturas sociais de forma inconsciente que se materializam nas formas de dominação e violências simbólicas nas universidades públicas no que se refere ao maternar (DE CARVALHO, 2021, p. 5).

A estudante universitária mãe, em específico, além de passar por todo o processo de estranhamento, aprendizagem e afiliação, ainda precisa aprender a conciliar o cotidiano universitário (resenhas, leituras, artigos, seminários, iniciação científica, presença em sala de aula) com as demandas que a maternagem exige (alimentar, cuidar, brincar, etc.), pois tais contextos não se separam dessa estudante quando ela adentra a porta da sala de aula, nem o portão de casa. Como afirmam Urpia e Sampaio (2011) as tarefas universitárias participam do cotidiano doméstico da estudante, e se cruzam com as demandas de sua(s) criança(s), dialogando, não sem conflitos, com a posição de mãe. Nesse difícil processo, um verdadeiro campo de tensionamentos, reverberam os muitos desafios e as muitas dificuldades em conciliar universidade e maternagem.

As dificuldades das estudantes mães pautam-se sobre as múltiplas jornadas, pois precisam dividir o seu tempo entre os cuidados com a(s) criança(s), o trabalho e os estudos, isso gera um cansaço físico, emocional e psicológico exaustivo. Por vezes a estudante mãe acaba realizando alguns sacrifícios em prol da consolidação dos seus estudos, como por exemplo, abdicar do lazer, das interações sociais, do próprio descanso.

A importância de uma rede de apoio, quando se tem, é válida para tentar conciliar essas múltiplas jornadas, seja da família ou dos/as amigos/as, ou políticas públicas de apoio estudantil, como exemplo o Auxílio Creche, programa presente na Universidade Federal de Sergipe. É notável que quando a rede de apoio não é consolidada, as estudantes universitárias se mostram mais fragilizadas pelos diversos desafios que se apresentam no cotidiano. Os sentimentos de abandono, arrependimento, culpa, tristeza e desânimo são exemplos das diversas sensações que as estudantes mães atravessam no decorrer do processo de conciliar universidade e maternagem.

No estudo de Sampaio e Urpia (2011) elas afirmam que, a universidade precisa ser repensada, devendo ser capaz, não apenas de oferecer as condições necessárias para atender às demandas de formação dos jovens de diferentes segmentos, mas incluir também as

especificidades de estudantes mães, acolhendo-as em suas dificuldades, criando estruturas de suporte que evitem o fracasso e o abandono. Portanto, se as mulheres que ingressam grávidas na universidade ou com filhos pequenos ou ainda engravidam no decorrer do curso, não conseguem concluir a formação acadêmica, ou se o fazem é com muita dificuldade, isso também é um problema social, principalmente para aquelas que encontram-se em situação de vulnerabilidade social e/ou econômica. Será que elas devem renunciar aos estudos para cuidar dos filhos?

Mesmo diante das incontáveis dificuldades, a estudante mãe permanece lutando pela conclusão e sucesso de seus estudos, num contexto marcado por uma tendência a assumir o masculino como único modelo de representação coletiva, que não para de colocar barreiras para a mulher que pretende avançar na carreira acadêmica.

A Resolução Nº 7, de 11 de dezembro de 2017, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós- graduação stricto sensu, descreve em seu primeiro parágrafo que os cursos de mestrado e doutorado são orientados ao desenvolvimento da produção intelectual comprometida com o avanço do conhecimento e de suas interfaces com o bem econômico, a cultura, a inclusão social e o bem-estar da sociedade. É notável que o propósito da formação stricto sensu está diretamente ligado ao desenvolvimento do país, em todas as áreas, por meio da qualificação de alto nível intelectual de seus alunos.

Isso requer dedicação, comprometimento e exclusividade para alcançar o tão almejado diploma de pós- graduação. Diante do cenário apresentado, como fica a condição da estudante mãe na pós- graduação? Com quem deixará sua(s) criança(s) para se dedicar exclusivamente a pesquisa? E seu comprometimento, quando não consolidado com eficiência, como ficam seus sentimentos? Culpa? Medo? Desistir? Continuar mesmo assim?

A marginalização da mulher auxilia para manter um padrão de equilíbrio do sistema capitalista. O ambiente acadêmico que não foi feito para mulheres e que, outrora, as foi negado, hoje elas o ocupam, sendo nele maioria. Entretanto, para as mulheres, permanecerem na universidade, constitui-se um enorme desafio, principalmente se estas forem mães. As instituições de ensino, fica a incumbência de identificar as demandas de amamentação, apoiar os projetos voluntários, além da construção de uma política ampla de permanência estudantil para esses pais, entre outras demandas. E, a partir disso, estruturar uma rede de suporte para que o espaço acadêmico passe a ser um ambiente acolhedor não somente para as mães, mas para as crianças, tendo como objetivo principal, a garantia do direito à educação de qualidade. As universidades, além de produtoras de conhecimento, devem ser reais contribuidoras da vida humana em sociedade, possibilitando meios efetivos para a integração de todos (DE MESQUITA, 2019, p. 10).

As matrículas no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe atualmente são compostas em mais da metade por mulheres.

Tabela 1: Número de alunos ativos no PPGED- UFS em 2022

Homens	Mulheres	Total
20	40	60

Fonte: Programa de Pós- Graduação em Educação (PPGED) - UFS (2022). Elaboração das autoras.

A partir dos dados demonstrados na tabela, podemos observar que o quantitativo de mulheres ativas no Programa de Pós- Graduação em Educação da referida universidade ultrapassa a metade do quantitativo total de alunos. Cabe ressaltar que não sabemos desse total de mulheres quantas delas são mães, porém em trocas de experiências com algumas colegas de turma ou mesmo nos grupos de pesquisa, e nos incluindo neste processo, enfatizamos que existem sim mães estudantes na Pós- Graduação em Educação na UFS.

Considerações de Dos Anjos (2022) ressaltam como fundamental a reflexão acerca dos lugares dos sujeitos sociais e a compreensão sobre o quanto a normatização dos indivíduos opõe-se à lógica de acolher a diversidade, destacando que os mecanismos de exclusão atuam na sociedade sob diversas formas e aspectos, mas a intenção comum é de colocar cada ator social no seu espaço no seu lugar.

Em meio às especificidades que cada estudante mãe carrega para além dos portões da universidade, os relatos a seguir trilham caminhares que ora nos afetam, ora nos atravessam, ora se distanciam de nós, ora se entrecruzam através dos sentimentos que emanam nas palavras aqui registradas de forma escrita. Estes relatos partem de nós e para nós, esse nós somos todos/as nós.

Em estudo realizado por Lüdke e Cruz (2010) com trabalho publicados por professores em forma de relatos de experiência foi possível observar que além da qualidade da escrita, existia uma preocupação com o conteúdo abordado, o qual deve não ser abordado de forma superficial, não deixar relatos da prática subentendidos, nem constar excessivamente uma discussão bibliográfica, trazendo sim os aspectos positivos e negativos da experiência vivenciada.

Córdula e Nascimento (2018) trazem que a produção de estudos tem como finalidade contribuir para o progresso do conhecimento, sendo assim tornam- se relevantes trabalhos que abordem a sistematização da construção de estudos da modalidade relatos de experiências, uma vez que o saber científico contribui na formação do sujeito e a sua propagação está relacionada com a transformação social. Dialogando com o estudo de Casarin e Porto (2021) elas apontam que os relatos de experiência trazem uma descrição de determinado fato, na maior parte das vezes, não provém de pesquisas, porque se apresenta a experiência individual ou de um determinado grupo sobre uma determinada situação.

RELATOS - Os caminhares

Débora

Ao sentar para realizar essa escrita passei pelo menos uns quinze minutos pensando em como começar. As primeiras palavras se apresentaram confusas a partir de muitas memórias que chegavam, assim como banzeiro na praia, arrebatando em força, beleza e caos...para logo depois acalmar, diminuir, abrandar...fazer pensar. Deixei fluir, me enxergando por entre essas águas. A gestação, o parto...o acontecimento. Força.

Poderia iniciar de muitos pontos, de tantos atravessamentos que me corporificam, mas, achei interessante começar por um momento de conclusão: inicio esse relato em 1997, momento em que finalizei minha primeira graduação e, junto a isso, me tornei mãe. Trago esse momento da memória porque ali já pensava na pós-graduação enquanto possibilidade, eu estava grávida e seria mãe solo.

Só que eu não tinha me dado conta de muitas coisas. De que eu, por exemplo, não me tornaria mãe no momento do nascimento do meu filho ou mesmo gestando. Eu seria mãe no processo, a cada dia. Não sabia que eu poderia fazer tudo que eu sonhava, porque os outros me diziam que eu deveria priorizar meu filho. A minha mãe, por exemplo, dizia que eu tinha “acabado com minha vida” (por estar grávida e não estar compondo uma família tradicional) e por ter um filho antes mesmo de iniciar uma carreira profissional. Eu acreditei. Ou quase.

A pós-graduação era um projeto para mim, entretanto, ponderei que seria melhor esperar por um outro momento. Eu tinha um bebê no colo e uma lista de “obrigações maternas” que incluíam a percepção de que trabalhar, ser mãe e fazer uma pós não combinavam. Tive medo. Deixei pra depois.

Com o passar do tempo fui percebendo que sempre haveria um motivo para “deixar pra depois”. E mesmo assim consegui ir me desapegando das correntes. Mesmo sendo bastante difícil tomar algumas decisões.

Então, depois de já ser mãe de quatro filhos resolvi retornar ao ambiente acadêmico. Fazer a graduação em Pedagogia era um antigo projeto. Assim, com minhas filhas mais novas tendo três e cinco anos de idade, além de um adolescente e o mais velho já com dezoito anos, adentrei a Universidade Federal de Sergipe (UFS)...e as coisas foram acontecendo de um jeito tão intenso quanto rápido.

Apesar das muitas demandas de uma mulher mãe trabalhadora, o meu contexto me oferecia estrutura satisfatória para estudar, apesar do pouco tempo e da necessidade em organizar o cotidiano minuciosamente, eu dispunha de um carro, uma casa, internet, segurança alimentar e de saúde, o pai dos meus filhos enquanto também meu companheiro junto a mim nessa caminhada. É importante esclarecer sobre esse lugar de onde falo.

Ainda que os dias fossem bastante corridos, ir para UFS à noite era um momento meu de entrar em contato com conhecimentos que me mobilizavam e despertavam muitos questionamentos, aliás, as aulas representavam momentos únicos e, ao mesmo tempo, múltiplos, de trocas de saberes, experiências e afetos. Mesmo quando não havia aula eu estava naquele espaço: na biblioteca, sentada na praça ou centro de vivência (espaços comuns) ou tomando um café com as amigas que moravam próximas à UFS. Me senti pertencente ao espaço universitário. Ingressei em dois grupos de pesquisa. Formamos um Coletivo de mulheres, estabelecemos laços, descobri os estudos maternos.

O ano de conclusão para minha turma de graduação era 2020. Iniciei naquele ano (falar assim é estranho por que tenho a impressão que o tempo ali parou) fazendo estágio em um programa de assistência educacional a um grupo de crianças vulneráveis socialmente e estava adorando estar ali aprendendo e trocando com elas, crianças de 10 a 12 anos. Aí tudo aconteceu, a pandemia do coronavírus nos atropelou e dessa vez a força não era de um banzeiro, mas sim, de um tsunami.

O medo e a insegurança. Um turbilhão de responsabilidades em um corpo mãe cuidador de todo mundo. O espaço de casa como palco, além do cuidado, do trabalho, do estudo, da pesquisa e das relações que precisaram se estabelecer em novo formato.

Os olhos na tela. Olhos dos/nos adultos, olhos das/nas crianças. O desânimo. As dificuldades relacionadas à convivência de todos que dividem um mesmo espaço para tudo. Incertezas.

A graduação estagnou por um tempo até retornarmos no segundo semestre daquele ano, numa configuração completamente nova, remota, que só foi possível porque faltava apenas uma disciplina para concluir, já que aquelas que eu estava cursando em março já estavam encaminhadas para a finalização e logo os professores assim o fizeram. Então, a única disciplina que faltava foi feita remotamente, além de uma outra (optativa) que realizei no período de “férias” para aprender a lidar com aquele tipo de aula, o que foi positivo, apesar de todos os problemas.

Ao mesmo tempo em que fazia essa disciplina desenvolvi minha monografia, ainda bem que havia pensado em deixar mais tempo no último período do curso para o trabalho de conclusão, caso o contrário eu não teria conseguido finalizar, pois, já não havia a oportunidade de ler, pesquisar e estudar fora do ambiente de casa, o que me limitou bastante já que eu estava sempre “a disposição” a todos de casa. Era muito difícil estabelecer uma privacidade. A palavra “mãe” seguido de uma demanda era uma constante o dia inteiro.

Sem rede de apoio, longe das pessoas e com todas as preocupações, como, acompanhar e incentivar duas crianças a acompanharem aulas remotas, sem falar das necessidades dos meus filhos, que embora já adultos, também é claro sentiram os impactos daquele contexto triste, foi seguindo nesse mar revolto que realizei minha pesquisa com alunas mães do curso de Pedagogia da UFS, tudo de forma remota. Minha orientadora, prof. Dinamara Feldens foi meu porto seguro para que isso fosse possível.

Foi a partir do momento que comecei a acompanhar o grupo de pesquisa que ela coordena que tive a possibilidade de me aproximar da Filosofia da diferença e de autores como Nietzsche, Deleuze, Foucault e Espinosa.

Com o apoio da professora Dina me senti segura a retomar o sonho da pós, avançando meus estudos relacionados a maternagem e educação, fio condutor que me movimenta, permitindo que volte o olhar para mim mesma, buscando não por respostas, mas, por perguntas, por reviravoltas necessárias, subjetividades que me constituem e me produziram durante tanto tempo sem que eu ao menos suspeitasse que emergiram de discursos que me vendiam uma “naturalidade” das coisas.

A vivência com as questões no Coletivo de Mulheres foi de grande importância para a decisão por pesquisar sobre gênero e educação, um lugar onde aprendi que me torno eu COM as outras e onde percebi que somos vários atravessamentos que nos constituem.

Participei de muitos eventos por via remota, buscando também preparar meu currículo para a seleção de mestrado. Organizei escritas, junto às companheiras nos grupos de pesquisa, unindo nossas ausências de tempo, angústias e nossas potencialidades, ainda que no caos. No

POR ONDE ANDAMOS?

curso oferecido pela Juliana Márcia, doutoranda em Serviço Social pela PUC/RJ, chamado “Mamães na pós-graduação” me apropriei de conhecimentos que promoveram melhor organização do meu projeto de pesquisa e me esclareceu muito sobre especificidades desse ambiente tão complexo que é a pós. Fortaleceu-se meu esperançar.

Todo o processo seletivo foi realizado remotamente, seguindo as regras de segurança sanitárias ainda vigentes em maio de 2021, então, diante de muitas incertezas por conta desse contexto conturbado, fui aprovada e iniciei em agosto de 2021 o meu sonhado mestrado.

Porém, senti muito, desde o início, a ausência da interação com os colegas presencialmente, assim como as oportunidades de estudar na UFS, saindo do ambiente doméstico. Fiz as disciplinas de modo remoto, todos os seminários e trabalhos acadêmicos assim como participação em eventos ocorreram dessa forma.

Assim claro, pude participar de reuniões e eventos realizados de forma remota com participação de professores e pesquisadores de todo o Brasil e mesmo de instituições internacionais, o que disponibilizou importantes contatos com referências que agregaram muito aos meus conhecimentos assim como oportunidades de entrar em contato com provocações que eu antes não cogitava.

Entretanto, minhas atividades não se davam junto às pessoas e sim junto à tela de meu notebook ou do celular, no meu quarto ou no quarto das minhas filhas, dependendo do horário e do contexto de casa, sempre organizado de acordo com as demandas de cada um e onde geralmente eu buscava atender a todos e me deixava por último. E não, esse não é meu jeito e nem se trata de um hábito benevolente e altruísta, mas sim hábitos que se tornaram rotineiros em minha vida como parte do pacote “mãe” e suas obrigações.

Sinto que deixei de experienciar vivências importantes e de formas mais aprofundadas por estar em casa. Para estudar, escrever, fazer os trabalhos e me preparar para as discussões precisei utilizar horários em que as crianças estivessem dormindo, o que resulta em cansaço e o não aproveitamento de horários em que a inspiração e criatividade tinham mais força, além da necessidade de muitas vezes interromper os momentos de atividades acadêmicas para resolver assuntos de casa.

É bastante difícil estabelecer a separação entre trabalho e estudo das demandas enquanto mãe. Percebi que centralizei as decisões no ambiente doméstico, além de ter que partir de mim os direcionamentos, ou seja, as pessoas esperam que eu diga o que fazer, como e quando fazer. Há necessidade de reformular práticas e interações em casa. Tenho refletido inclusive sobre o que estou ensinando aos meus filhos diante dessas configurações, diante das

dúvidas, incertezas e cansaços. E em como isso se refletirá em sala de aula, mais adiante, junto aos meus alunos.

Na universidade só está sendo possível vivenciar o espaço agora que estou no terceiro semestre da pós. Entretanto todas as disciplinas já foram cumpridas. Estou agora matriculada em Produção científica, com a responsabilidade de publicar e participar de eventos. Além de seguir com o andamento do projeto de dissertação, que está na fase de coleta dos dados. Diante do meu contexto, aproveitarei para escrever em novembro e dezembro, já que nesse último mês meu marido estará de férias e poderemos nos organizar de forma que ele fique mais com as crianças.

Consegui até então cumprir com os prazos, como no caso da qualificação e de participar de eventos, inclusive um deles presencial, apresentando um artigo construído com uma amiga. E estou conseguindo desenvolver publicações para eventos, com a contribuição de minha amiga e companheira de mestrado Juliana, já que seguimos conduzindo nossas escritas pelos estudos maternos. Tenho agora a oportunidade de “tomar posse” desse lugar que é meu também, presencialmente, participando de algumas aulas da turma de mestrado que ingressou em 2022, conhecendo pessoalmente alguns professores (as) que eu só tinha visto pela tela e me apropriando de todas as possibilidades da pós-graduação.

Lembrando que, para tal, estratégias têm que ser desenvolvidas, já que no contexto atual, tenho outro filho universitário, com uma rotina nova, sem falar das meninas e seus cotidianos, o que em alguns momentos me limita o acesso a algumas iniciativas interessantes dentro e fora da UFS. Sem falar da cobrança das pessoas a respeito do meu pai que, morando no Maranhão, passa por alguns problemas e, alheios à minha realidade, as pessoas solicitam que eu cuide dele, situação que me demanda uma exigência emocional enorme, me fazendo por vezes pensar em voltar a morar em São Luís, o que resultaria, mais uma vez, em abandonar conquistas minhas, que me fazem feliz...mais uma vez, me deixaria para trás.

São horas de dedicação junto às telas e livros, buscando referências, leituras e vídeos perspectivando compreensões e despertando inquietações. Porém, sem dúvida, em meio a cansaço, por vezes exaustão, dúvidas, dores pelo corpo, descrédito por meu trabalho, atrasos, preocupações com meu pai que mora sozinho em outro Estado, cuidados com casa e família, sensação de impotência, medo de não dar conta, culpa. Porque essas sensações e sentimentos sempre acompanham um corpo mãe? Como pode ser diferente?

Juliana

Recordando meu processo de entrada para o mestrado, pude perceber o quanto desafiador é o ambiente acadêmico, mas é lá, um dos muitos lugares onde quero estar, no sentido de permanecer.

Quando saiu o Edital para o mestrado do Programa de Pós- Graduação em Educação, decidi aprimorar o projeto já em fase de elaboração. Lendo o Edital, busquei inicialmente tentar as cotas reservadas para PPI. No ato da inscrição veio a primeira barreira institucional, não haviam locais no meu povoado para imprimir a gama de documentos exigidos no edital para concorrer como cotista, optei por ampla concorrência. Próxima etapa, prova de conhecimentos, viagem no dia anterior, deixei meus filhos com minha mãe, pedi hospedagem na casa de uma colega para poder chegar a tempo na sala, no dia e horário estabelecidos. Mais uma etapa a cumprir: defesa do projeto e análise do currículo, mais uma viagem, pedi licença no trabalho para viajar e chegar a tempo de realizar a defesa, meus filhos novamente ficaram com minha mãe. Me via no corredor do Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, o que esperar daqui pra frente? Defendi meu projeto lindamente. Aguardava o resultado do processo, saiu as notas finais, entrei por um triz, mas lá estava eu, matriculada no Programa.

Sem tempo para digerir informações, iniciam-se as aulas (segundas e quintas- feiras) “dias quebrados”, mas estava na grade, era institucional, o que poderíamos fazer, desistir? Nem pensar. Organizava minha semana de sábado, deixava lanche dos meninos (um para cada dia da semana), tomava leituras adiadas, ajustava as atividades matemáticas do filho mais velho junto a ele. Viajava no domingo à tarde, sim, pois a aula da segunda iniciava às 07:00 da manhã, não daria tempo de chegar no horário viajando no mesmo dia. Para realizar esse movimento, pedi licença no trabalho em dias de segunda para conseguir cursar a disciplina. Após a aula, retornava para o lar, chegava às 16:00 horas quando alguém me buscava na cidade. Nas terças e quartas, dividia o tempo entre trabalhar, estudar, realizar leituras, mexer no projeto, reformulá-lo, ajudar nas tarefas domésticas, nas tarefas dos filhos, nas tarefas em ser filha. Após o trabalho nos dias de quinta- feira, retornava a UFS para a aula da tarde, dormia na casa da colega já citada e retornava para o lar na sexta pela manhã para mais um dia no trabalho. E no sábado iniciava-se a organização novamente.

Entre esses espaços de tempo, mostrei interesse em entrar na fila de recebimento da bolsa de estudos (Capes), sim, pois ao analisar como estava sendo puxado fazer esse movimento necessário, a bolsa seria uma maneira de “aliviar” essas tensões com viagens,

tempo e dedicação. E a bolsa chegou, corri na cidade (pedindo carona) para imprimir os documentos exigidos para que fosse efetivada a contemplação. Documentos preenchidos e enviados, e agora? Pedi imediatamente desligamento do trabalho! Sim, eu agora tinha o que precisava para me dedicar exclusivamente ao estudo, continuei viajando, mas agora após a aula da quinta, eu já ficava na casa da colega até a aula da segunda (tentativa de economizar passagem) isso quando minha mãe não viajava a trabalho nos finais de semana, quando isso ocorria, eu precisava retornar na sexta ao lar e voltar no domingo para estudar na segunda, deixando os meninos com minha vizinha (parte da rede de apoio) até segunda ao meio- dia que era quando minha mãe retornava do trabalho dela.

Em meio às conversas informais que tive com minha mãe, observei que estava passando dois dias no lar, foi quando para minha surpresa ela sugeriu: “Por que você não mora lá próximo? Ficará menos cansativo para você”. Isso não estava nos meus planos, eu já havia passado tempo demais longe dos meus filhos (graduação, pandemia), então ela acrescentou: “Pior foi quando eles eram menores, agora eles já cresceram, já entendem mais, vá... se não der certo, volta”. Foi impulsionante esse estímulo da minha mãe. Claro, não posso deixar de registrar que tive muitos incentivos de pessoas próximas e distantes também, por compreenderem a importância e o significado que o título de mestrado pode trazer para a vida de uma estudante que tinha tudo para dar errado. Realizei a mudança do interior para a Grande Aracaju (região assim chamada) em dois dias após a proposta da minha mãe. Entendendo onde estava e a chance que se mostrava a minha frente, adentrei com mais vontade ainda ao universo da pesquisa, atrelando esta aos meus diferentes universos: mulher, mãe, filha, pesquisadora, e outros tantos universos que me habitam.

Durante as aulas trago e observo a questão da maternidade, as “culpas” que elaboramos, ou aceitamos que são produzidas por nós, e as inquietudes e preocupações que estas nos trazem, levando- nos até a um a adoecimento de nós. As cobranças com prazos e as inúmeras leituras na academia, me deixam pouco tempo para acompanhar o crescer dos meus filhos, isso dói, pesa, e ao mesmo tempo fortalece todo esse processo, quero continuar, porque sei que não é só por mim, levo tantos comigo nessa empreitada. Busco fortalecer os afetos com meus filhos por meio de diálogos sentidos, falamos de dentro: o que dói, o que nos deixa felizes, o que inquieta, o que pesa, o que nos deixa leve. Prefiro não usar o termo “laços afetivos” por remeter a ideia de amarras, somos sujeitos fluídios. Eu caminho e desejo que caminhem por suas próprias estradas, retornando sempre que se faça necessário.

Ressignificações possíveis

Seria o corpo uma superfície pré-discursiva, pré-existente, que sofre as coerções, as disciplinas, a modelagem social? Seria o corpo esta carne despojada, vestida pelas fibras culturais que lhe conferem forma? Seria o corpo esta evidência biológica, fracionada incontornavelmente em feminino e masculino, aglomerado de células e hormônios, que de seu próprio interior traçam-lhe o destino e as funções sociais? De fato, quando pensamos o humano, a evidência do corpo parece se impor de forma inquestionável. Como duvidar da pesada materialidade que abriga meus gestos, que hospeda meus desejos e práticas? (TÂNIA NAVARRO SWAIN).

Ao relatarmos nossas experiências e percepções nos permitimos repensar trajetórias, desconstruir paradigmas, refletir sobre nossos pensamentos e comportamentos diante de nós mesmas, dos outros e do mundo. Compreender as forças de poder que se atravessaram na produção de nossos corpos maternos nos esclarece o quanto nossos caminhares precisam emergir principalmente no ambiente acadêmico, onde a presença desses corpos que maternam se constitui em uma subversão à ordem hegemônica.

Estamos cansados de nos dizerem o que fazer e como fazer, de nos incitarem a reprodução do mais do mesmo, num movimento de anulação e opressão dos nossos movimentos vitais. Estamos adoecidos pela negação de nossos corpos, pela negação de nossas diferenças, pelos privilégios coloniais produtores de morte. Estamos com o grito preso, abafado, calado na garganta que arranha e enche os olhos de lágrima: de tristeza, agonia, angústia, ansiedade, medo, conformação...(BRANDÃO, 2019, p. 98).

Ao levantar sua voz, cada mulher leva consigo muitos silenciamentos produzidos na história. Em historicidades que compuseram muitos corpos femininos em diferentes épocas. Falar do nosso cotidiano é falar também de nossa ancestralidade, de longos processos de subjetivação, oportunizando o descortinamento de contradições do discurso público, assim como de contenções, ausências, interrupções, recusas e coibições que o compõem e os quais tais discursos se encarregam de reproduzir e legitimar.

Discutir a situação acadêmica das estudantes que são mães na pós-graduação nos proporciona o questionamento sobre a perspectiva a respeito das instituições de ensino superior enquanto lugares que precisam se comprometer com processos de democratização e de equidade, confrontando qualquer tipo de discriminação, pensando em políticas públicas que abordem as especificidades dessas alunas, que direcionem caminhos para subverter a inflexibilidade de suas árduas rotinas de estudos assim como oferecer subsídios para sua

permanência nos Programas, ressignificando práticas pedagógicas que transcendam os discursos de dominação.

Pensando a partir das considerações de Pontes et al (2019), assim como o conhecido provérbio africano “É preciso uma vila para criar um filho” é também necessário uma vila para criar uma mãe, se delineando essa vila, segundo as autoras, em diversos contornos constituindo-se em fonte de apoio, redes e pontes com as quais uma mãe pesquisadora possa contar e sendo espaço de aprendizado e interação entre estas e comunidade.

Referências

- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio da Janeiro: Zahar, 1981.
- BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova, 1985.
- BRANDÃO, Helena Werneck. Um grito que irrompe no silêncio: a experiência de ser corpo na academia. Rio de Janeiro, 2019. 108 f. Dissertação (mestrado) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- BRASIL. Resolução nº 7 de 11 de dezembro de 2017. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós- graduação stricto sensu. Brasília: Diário Oficial da União, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2017-pdf/78281-rces007-17-pdf/file>. Acesso em: 31 out. 2022.
- CARPES, Pâmela Billig Mello et al. Parentalidade e carreira científica: o impacto não é o mesmo para todos. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 31, 2022.
- CASARIN ST, Porto AR. Relato de Experiência e Estudo de Caso: algumas considerações. *J. nurs. health*, v.11, n.2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermagem/article/view/21998>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- CÓRDULA, E. B. L.; NASCIMENTO, G.C.C. A produção do conhecimento na construção do saber sociocultural e científico. *Revista Educação Pública*, Rio de Janeiro, v. 18, p. 1- 10, 2018. Disponível em: <http://educacaopublica.cecierj.edu.br/revista/?p=42399>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- COULON, A. *A Condição de estudante*: a entrada na vida universitária. Salvador: EDUFBA, 2008.
- DA SILVA, Tânia Maria Gomes. Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. *Politéia-História e Sociedade*, v. 8, n. 1, 2008.
- DE CARVALHO ARAÚJO, Natália Yolanda. Corpos dissidentes no espaço universitário: temporalidade, perspectivas e necessidades de mulheres mães universitárias. *Equatorial-Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*, v. 8, n. 14, p. 1-32, 2021.

POR ONDE ANDAMOS?

DOS ANJOS, Mâdhava Hari Cezar. Condição Das Mães Na Pós Graduação: Narrativas De Opressão. Anais VI CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2022.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: FOUCAULT. *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 144-162.

KLEIN, Carin. Biopolíticas de inclusão social e produção de maternidades e paternidades para uma “infância melhor”. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. *Educação em revista*, p. 201-218, 2007.

LÜDKE, M.; CRUZ, G. B. DA. Contribuições ao debate sobre a pesquisa do professor da educação básica. *Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores*, v. 2, n. 3, p. 86-107, 18 dez. 2010. Disponível em:<https://revformacaodocente.com.br/index.php/rbpfp/article/view/20/18>. Acesso em: 10/11/2022.

MÜLLER, Beatriz Cristine. Mulheres E Maternidade No Ensino Superior No Brasil-Informativo. Parent in Science, 2021.

O'REILLY, Andrea. *Matricentric Feminism: Theory, Activism, Practice*. Toronto: Demeter, 2016.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova história das mulheres no Brasil*. Editora Contexto, 2012.

PONTES, Tatiana Barcelos et al. Mães acadêmicas: equilibrando os papéis de mães e pesquisadoras. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 27, p. 687-690, 2019.

RAGO, Margareth. Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos. In: LIMA, C.C.; SCHMIT, S.P. (org.). *Poéticas políticas feministas*. Florianópolis: Editora das Mulheres, 2004. p.31-41.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. *Cadernos pagu*, n. 16, p. 137-150, 2001.

SILVA, Livia Maria Nascimento; NUNES, Cicera; DE QUEIROZ, Zuleide Fernandes. O ônus da maternagem e os impactos na trajetória educacional e acadêmica das mulheres. *Debates em Educação*, v. 12, p. 624-642, 2020.

SWAIN, Tânia Navarro. Corpos construídos, superfícies de significação, processos de subjetivação. Disponível em: <http://www.tanianavarroswain.com.br/p2.html>. Acesso em: 10 nov. 2022.

URPIA, A. M. O.; SAMPAIO, S. M. R. Mães e universitárias: transitando para a vida adulta. In: SAMPAIO, S. M. R. *Observatório da vida estudantil: primeiros estudos*. Salvador: EDUFBA, 2011.

Pesos e sobrecargas

Gabriela Carvalho

Graduada em Nutrição pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Introdução

Esse artigo busca uma perspectiva relacional entre a metáfora que envolve os termos pesos e medidas às trajetórias universitárias investigadas. Seguindo as descrições apresentadas no dicionário Oxford Languages, as definições de peso e sobrecarga são as seguintes: PESO: s.m; 1 Física. Força exercida sobre um corpo pela atração gravitacional da Terra, cujo valor é dado pelo produto da massa do corpo pela magnitude da aceleração da gravidade; 2. Força exercida por um corpo sobre qualquer superfície que se oponha à sua queda. SOBRECARGA: s.f; 1. Espécie de cilha de lã ou estopa com que se aperta a carga, depois de colocada sobre o animal; 4. Tratando esses termos pela lente metafórica o Oxford Languages nos indica que por metáfora: qualquer sensação incômoda que se adiciona a mal-estar anterior. Tais definições quando encontram corpos, em específico os corpos das mulheres, atribuem narrativas. Narrativas que mesmo contadas em minúcias não compele toda problemática envolvida na história das mulheres.

Em qualquer área dos relatos históricos, principalmente as produzidas pelos homens, nós mulheres tivemos um papel secundarizado, quiçá essas participações, mesmo que secundárias, são mencionadas. Marx não teria o reconhecimento como um grande socialista clássico se não fosse sua esposa, em sua predestinação social mantenedora do zelo e cuidado.

No filme "Marx" (2017), o diretor (Raoul Peck) conta em seu longa partes da vida de Karl Marx enquanto crítico dos modelos econômicos capitalistas. Na obra também é relatado um homem para além do sociólogo, um homem que tinha filhos, mas era isento de seus cuidados.

A predileção do homem se torna clara, a ele não se aplicava os mesmos pesos e medidas aplicados a sua esposa, dessa forma encontramos um cenário que lhe garantiu privilégios que proporcionou ao mesmo tempo e disposição a dedicação do seu trabalho.

Quando mencionado, a contribuição e a história de opressão está fragmentada com poucas informações trazidas à luz, a exemplo no livro: O Genocídio do negro brasileiro (2016), em que encontramos no relato de Abdias do Nascimento que "A norma consistia na exploração da africana pelo senhor escravocrata, e este fato ilustra um dos aspectos mais repugnantes do

lasciso, indolente e ganancioso caráter da classe dirigente portuguesa", porém, reserva apenas um capítulo de apenas três páginas do livro para contextualizar o que estava sendo enfatizado. De fato o genocídio do negro brasileiro começa através do corpo da mulher e novamente a metafora dos pesos e sobrecargas aqui podem ser observados. Técnicas de plantio, agricultura, aperfeiçoamento culinário, práticas cheias de ciências repassadas entre as mulheres foram se perdendo, tentativa que desmobilizou as ações intelectuais das mulheres para que não houvesse nenhum outro protagonismo que não fosse o dos homens. Todo o conhecimento foi relativizado e cristalizado em elementos sagrados, místicos e religiosos, assumindo agora correspondentes que não são mais dotados de sabedoria.

A manipulação da mulher instrumentalizada pela capacidade reprodutiva, se acumula quando se torna a única responsabilizada por alimentar, nutrir, promover as condições de sobrevivência dos filhos. Nos dias atuais quando está sendo a única sujeita atuante na prevenção de possíveis gestações. Adicionando pesos às sobrecargas. No contexto destas idealizações, entretanto, a imagem cultural da maternidade torna-se, indubitavelmente, incompatível com a sexualidade da mulher, com o trabalho remunerado, a formação e a realização profissional (URPIA, 2009 apud Thompson & Walker, 1989). Numa guerra árdua e organizada contra as condições atuais em que se encontravam, potentes direitos foram conquistados, um dos quais é o direito de estudar. A partir daqui compartilho a vivência da rotina de uma mulher mãe, parda, pobre e estudante de universidade pública. Costumo dizer que lá na UFBA é onde filho chora e mãe também (porque a mãe também está lá, sou eu) - pra quem não conhece o ditado: "Aonde o filho chora e mãe não vê".

Sobre uma trajetória materna estudantil

A minha presença foi garantida pelas políticas de inclusão e cotas públicas, a declaração de pobreza e de raça me conferiram o ingresso em uma das melhores universidades da América Latina, a Universidade Federal da Bahia. A UFBA é onde o PCD, aldeados, indígenas, remanescentes quilombolas, travestis e transexuais também tiveram seus direitos garantidos, mas onde mulheres mães não. Ora, ora hein!. As políticas de inclusão e cotas conferem medidas reparatórias, entretanto, nenhuma das políticas comprehende a inserção pela classe materna, que mais sofre o reflexo das divisões de papéis sexuais, e que levam sobre suas carcaças todo o peso das múltiplas jornadas, e todo o jugo das medidas em que precisa se encaixar.

O direito das mulheres de estudar foi garantido em 1879, porém com ressalvas, muitas ressalvas. As mulheres solteiras podiam estudar somente com o consentimento do seu pai, as Mulheres casadas com as do seu marido. O direito de estudar condicionado a outros e sempre

aos homens. Atualmente, temos determinada condição dessa escolha, entretanto, se conglomeram com as demandas pré determinadas à nos. O cúmulo do absurdo!

Minha trajetória é narrada por mim, sujeito, no singular, mas se cruza com a de outras mulheres-mães que fazem parte da mesma estrutura de desigualdade que tem no pressuposto: ser mulher. Mesmo que a presença das mulheres na universidade seja em maior percentual em comparação com a dos homens, os moldes acadêmicos não deixaram de seguir as tradições patriarcais. Lerner em sua obra recém lançada no Brasil, o livro “a criação da consciência feminista” (2022) nos revela algo intrigante sobre as marcas originais das instituições de ensino superior, Lerner diz que “em geral, a institucionalização do ensino superior nas universidades levou a crescente divisão de classes para homens, nas quais o acesso à educação se tornou um meio de estruturar diferenças de classes permanentes”. Não é difícil comprovar que o raciocínio de Lerner está correto quando olhamos o passado não tão distante da academia e o que diziam seus renomados pensadores. Emílio de Rousseau (1979) foi um desses pensadores que atuaram na manutenção do status quo masculino. Para Rousseau (1979) homens e mulheres deveriam receber uma educação diferente, e claro, a mulher a educação oferecida seria aquela que “privilegiasse” o cuidado. Sendo assim disse Rousseau:

[...] toda a educação das mulheres deve ser relativa ao homem. Serem úteis, serem agradáveis a eles e honradas, educa-los jovens, cuidar deles grandes, aconselhá-los, consolá-los, torna-lhes a vida mais agradável e doce; eis os deveres das mulheres em todos os tempos e o que lhes devemos ensinar já na sua infância. (ROUSSEAU, 1979, p.312)

Dessa forma podemos entender que há, claramente, um esforço para a manutenção do status quo, onde mesmo que o acesso a mulher seja permitido, os benefícios e privilégios ainda se mantém na classe masculina, já que são eles os detentores das melhores e mais conceituadas carreiras acadêmicas. A universidade exige uma dedicação que é incompatível com o cotidiano de nós mulheres-mães e sem nenhuma pretensão de mudar a estratégia, evidenciando com clareza que não nos querem nessa composição, não nos querem integrantes do escopo acadêmico.

O ingresso às instituições de ensino superior permite a nós mulheres-mães ocuparmos um status que antes era preenchido apenas pelo homem-pai o de possuir uma graduação, contudo essa demanda não se agrega ao esperado da paternidade, sendo essa facultativa: o homem-pai universitário é apenas um estudante. Corroborando essa afirmativa, trago um breve trecho das falas de um homem-“estudante” que conversava ao meu lado: - “Esse final de semana, não pegarei minha filha para poder estudar”. Quem me dera ter o privilégio de ser uma

estudante, uma individua que pode debruçar suas atenções à descobertas e absorção de conhecimentos, pelo contrário, me vejo repartida nos afazeres, pois, enquanto estudo realizo outras tarefas, isso quando é possível conciliar o estudo.

Além do “status de graduanda”, a presença de nós mulheres-mães na universidade contribui na composição de conteúdo, se fazendo possível a nossa referência, no entanto a assistência estudantil precisa ser reconhecida e aplicada de maneira que se torne alcançável e menos dispendiosa a trajetória da formação.

Notas sobre a assistências e não assistências estudantis: permanência e resistências.

As políticas de cotas associadas às políticas de permanência possibilitam uma estabilidade de condições, garantindo o estudo mais confortável, mas essas políticas não utilizam óticas suficientes que enxergam a necessidade de assegurar o conforto de mulheres mães e suas crianças.

Como eu, sendo a única responsável pela manutenção da existência do meu filho teria condições de me dedicar aos estudos sabendo que ele me aguarda em casa por horas? Me aparo no apoio da vizinha, na compreensão de uma vida sobrecarregada e solitária que me ajuda nesses momentos em que estou na universidade "tomando conta" do meu filho que espera ansioso a minha chegada. Meu núcleo familiar é composto por mim, meu filho o Caio de 11 anos e 5 gatas. Distante dos parentes e distante dos parentes paternos de Caio, assumo integralmente o controle e as medições das resoluções que envolvem a administração das nossas vidas. Ainda na grade dos componentes curriculares se observa a exigência da presença integral na instituição. Logo, se pretendia que eu abandonasse uma opção: a de ser universitária, com certeza. O desamparo e a instabilidade financeira não permitem que eu possa organizar minha rotina de maneira que ela seja menos vilipendiosa, resultando em uma adaptação de acordo com os desdobramentos, como se fosse num jogo de bingo, sendo impossível prever e poder marcar as casas seguidas uma das outras e sim de acordo com o número que é sorteado, se fazendo assim a minha dinâmica.

Na aula de Introdução à metodologia, a docente disponibilizou um vídeo onde mulheres pesquisadoras da UFBA se apresentavam, falando um pouco sobre suas vidas acadêmicas e suas trajetórias dentro do campo da pesquisa, com o intuito de incitar a presença das mulheres numa ordem de chamada questionando "Onde estão as mulheres na ciência?". Em nenhum dos relatos dessas mulheres pesquisadoras pude me encontrar, em nenhum deles a maternidade se fazia unilateral. Um dos relatos que mais me indagou sobre a possibilidade de ser uma mulher-

mãe cientista foi o de uma pesquisadora que relata que passava vinte e uma horas dentro de um laboratório. Vinte e uma horas. Não estava cabendo nem a mesma exercer a funcionalidade da vida adulta em cuidar da sua alimentação, dos cuidados com a higiene da casa e do cuidado pessoal. Mais um espaço que aparentemente não me querem. Fica aqui a minha incitação "Onde estão as mulheres-mães na ciência?". Eu mesma respondo que estamos sendo marginalizadas, direcionadas a um caminho que não nos permita explorar as diversas áreas onde a universidade se faz atuante.

Entrei na universidade em 2020, numa turma de 40 alunos, apenas 2 mulheres eram mulheres-mães, não porque as mulheres estão deixando de parir, e sim porque compor o quadro de estudante universitária não está sendo uma opção disponível. Se então seguir uma carreira acadêmica não é uma possibilidade oferecida às mulheres que maternam, porque então a universidade vai se atualizar na promoção para a nossa permanência se a mesma faz parte desse obstáculo segregador? A resposta é óbvia, mas se camufla na influência da ideia imposta pela mentalidade dos homens: que nosso lugar é cuidando da casa, dos animais, dos outros e dos filhos, mas nunca de nós.

Os grupos de assistência estudantil têm suas defesas concentradas. As lutas são pautadas em assuntos polarizados, com problemáticas que envolvem principalmente grupos racializados (mas não incluindo mulheres pretas e muitos menos as crianças pretas), os homoafetivos (lê-se: gay e branco) e mais recentemente grupos que reivindicam serem considerados do sexo com o qual se identifica ou quando não se identifica com nenhum, ignorando completamente a biologia na defesa de ideias anticientíficas, estando na leitura do senso comum e como reflexo, também na leitura de quem compõem os coletivos estudantis que esses indivíduos são os que mais carecem de celeridade na atenção das suas queixas. Ao observarmos que nichos pequenos de pessoas que defendem teorias e impõe opiniões anti científicas estão possuindo mais atenção no escopo estudantil frente às mulheres/mulheres mães que há milênios sofrem com a dinastia patriarcal, se percebe a completa desassistência na pretensão da escuta sobre nossas demandas e necessidades.

Experiências entrelaçadas pelos sofreres da “maternidade universitária”

Em conversa com as únicas duas mulheres-mães que conheço da universidade, as nossas falas sempre oscilam entre o peso da maternidade e o peso da universidade. E o quanto o suporte físico é essencial para que consigamos dar alguma atenção aos estudos. Tenho um privilégio (podemos até dizer que é sim) morar muito perto da universidade e poder me deslocar de maneira rápida, ainda residir próximo do restaurante universitário e ao ponto de ônibus do

ônibus universitário que deixa os alunos nos campus distantes. Não posso esse agravo na minha rotina, na vida delas é diferente. Uma mora no interior da Bahia, a outra num bairro periférico de Salvador. Entretanto, ambas possuem algum tipo de “rede”, pessoas a quem contar fisicamente e dividir as tarefas, as idas ao mercado, na limpeza da casa. Me encontro sozinha, completamente sozinha. Não tento equiparar, nem equilibrar, o zelo é sempre cobrado as mulheres, e sendo mulheres a vida delas não seria diferente. Então Acredito que se existisse um ambiente físico dentro dos campus, onde acolhesse nossas crianças, se houvessem vagas nas residências universitárias que os acomodasse junto às suas mães, com valor do almoço universitário estendido aos filhos, a nossa estabilidade na graduação seria mais palpável, menos dispendiosa. Por exemplo: o almoço no restaurante universitário custa 2,50 se eu pudesse pagar esse mesmo valor no almoço de Caio com 5 reais teríamos uma refeição completa, permitindo que em alguns momentos eu possa decidir e escolher não cozinhar e ter esse tempo livre. Ao não ter o básico do suporte tecnológico, me viro usando o celular, em vários campus da UFBA existem laboratórios de informática, mas não consigo ter uma assiduidade lá, não posso abusar da ajuda que a vizinha me dá pedindo que olhe Caio por mais tempo, existindo a abertura de espaços interativos para as crianças por lá a garantia de poder usufruir dos computadores seria mais certeira e com mínimas preocupações.

Uma dessas estudantes mães que converso estuda num curso noturno, num dos diálogos ela comenta sobre a creche universitária da ufba não funcionar a noite. A abertura de cursos noturnos nas universidades possibilitou uma alternativa à classe trabalhadora em poder conciliar o trabalho com o curso superior, em as mulheres adentrar ao mercado de trabalho foi havida essa possibilidade, entretanto às mulheres-mães ainda que fosse possível essa conciliação entre trabalho e estudos, a função de mãe seria o agente causador da desconciliação. O único meio de acolhimento as crianças garantido pela universidade, a creche universitária, encerra às 18 horas não estendendo seu horário, o que limita a possibilidade de alguma mulher mãe dentro da garantia de ter um ambiente seguro e confortável para seus filhos estarem enquanto se concentra nos estudos.

Não distante dessas experiências, alguns relatos de mulheres estudantes da UFBA que foram observados por SILVA (2017), me assombram diante da semelhança. Ao analisar mães adolescentes negras na UFBA e os entrecruzamentos entre maternidade, raça, trabalho e estudo SILVA traz os seguintes relatos:

POR ONDE ANDAMOS?

Residindo em um bairro distante de sua família, E1 conta com o auxílio de uma vizinha que cuida de sua filha para que a universitária possa frequentar as aulas. E2 por outro lado encontra-se ainda mais distante de sua família. Como não dispõe de uma rede familiar na cidade para auxiliar no cuidado de seus dois filhos E2 optou por solicitar da PROAE o auxílio creche, que possibilita o pagamento de uma creche perto da residência para que possa deixar seus filhos enquanto frequenta as aulas na universidade. (SILVA, 2017, p. 67)

Mesmo sendo o desejo de algumas estudantes o uso de creche, o caminho para acessar esse benefício é dificultado, o que faz com que a creche da UFBA não seja, nas palavras de SILVA (2017) “um elemento indispensável para a permanência destes estudantes” e relata:

As mães-estudantes entrevistadas exprimem o desejo por utilizar a creche da UFBA, porém manifestam diversos quesitos que as impossibilitaram. E1 e E2 apontam a distância e a dificuldade em deslocar-se de ônibus no horário necessário para deixar os filhos no local da creche. E3 por outro lado não utilizou a creche da UFBA por conta do critério de idade da criança para ser contemplada com o uso da creche, entretanto afirma que se atendesse aos critérios que faria uso do serviço. (SILVA, 2017, p. 68)

Além das observações trazidas nas contribuições de SILVA (2017) endosso que mesmo que essa mulher-mãe não estude no período noturno, inúmeras disciplinas nos cursos integrais encerram depois das 18 horas. Então, não necessariamente se faz inclusiva a abertura de cursos noturnos nas universidades, se não coube a mulher-mãe esse avanço. E nem também totalmente inclusiva os períodos da creche e os acessos reais as mesma. O peso do múltiplo labor e a sobrecarga patriarcalmente estabelecida, sobre como dever ser e existir, me retira, nos retira (nós, mulheres mães), quase que coercitivamente, da plena vivência acadêmica.

Algumas discussões sobre maternidade, patriarcado e universidade

A Maternidade é uma das situações mais controversas quando se tem um filho é quando te impedem de retornar à vida de antes do nascimento do bebê e te apresentam uma outra vida, essa vida inegociável, consolidando assim todas as estratégias e manobras pelas mais sutis formas à manipulação da mulher, que agora passa a ser mãe, apenas mãe. Estudar fica em segundo plano. Reforços que descredibilizam a importância dos estudos, alienando de tal maneira que não se faz perceber que através dos estudos há uma garantia muito maior de melhores condições de vida para ambos. Ainda numa realidade em que a mulher-mãe esteja na universidade, adversidades e dificuldades se fazem parceiras nessa rotina. As propostas que tendem a alavancar mudanças são singulares, não se estendendo às mulheres-mães e suas crianças e ainda que as instituições superiores e todas as instituições sociais reconheçam a subordinação que nos compromete ainda nos manipulam e nos marginalizam.

Contar a história evolutiva da civilização humana pelos homens apagou a contribuição central das mulheres nessa construção inferiorizado nossa existência, em práticas diárias alimentando os moldes que vivemos atualmente nos segregam a uma vida sem ofertas para escolha. As ideias capitalistas implementaram em suas práticas as estratégias patriarcas alargando as maneiras de manipulação. Uma mulher-mãe solo numa condição de chefe de família, com acesso negado à educação é garantia certeira para viver em condições de insegurança alimentar e estado de miséria com seus filhos. São estratégias de controle muito bem elaboradas que de tal maneira se fazem perceber como fenômenos de origem natural.

Segundo Bourdieu (2012), em uma visão ampliada, ao estarmos inseridos “como homem, ou mulher, no próprio objeto que nos esforçamos a apreender, incorporamos, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação, as estruturas históricas da classe masculina” e reforça:

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação; a visão androcêntrica se impõe como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça. (BOURDIEU, 2012, p. 18)

Partindo dessa perspectiva, compreender esses elementos de dominação entre as que são alvo - mulheres, mães, crianças - se faz necessário para que, dessa forma, sejam organizados movimentos em diversos ambientes, sobretudo o acadêmico, em que propostas de permanência para as mulheres-mães e suas crianças sejam colocadas em prática.

Conclusão

A maternidade se faz indistinta e inseparável da vida da mulher, seja ela possuidora do adjetivo "mãe" ou não. Uma existência repleta de insígnias, sinais que marcam, determinando os comportamentos e os pensamentos no qual devemos seguir em obediência.

As experiências aqui apresentadas são marcadas por mulheres que ousaram desobedecer e acessar espaços que historicamente foram de domínio masculino, e que agora se tornou ponto de disputa entre a manutenção da hegemonia masculina e a (Re) existência feminina e materna. Se os pesos e as sobrecargas que pesam sobre os ombros maternos é uma realidade, a luta, a resistência e a apropriação a consciência feminista libertadora também é.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- MARANHÃO, Jocilene; V, R. O ensino noturno na Universidade Federal da Bahia: percepções dos estudantes. *Ensaio: avaliação de políticas públicas educacionais*. Rio de Janeiro, n. 96, v. 25, jul. 2017, p. 553-584;
- NASCIMENTO, Abdias. Genocídio negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. 4.ed. São Paulo: Editora Perspectiva S/A, 2016;
- O JOVEM KARL MARX. Direção: Raoul Peck. Produção de Nicolas Blanc, Rémi Grellety, Robert Guédiguian. França; Alemanha; Bélgica: Diaphana Films, 2017. YouTube;
- LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado*. Tradução: Luiza Sellera. São Paulo. Editora Cultrix, 2019.
- LERNER, Gerda. *A criação da consciência feminista: a luta de 1.200 anos das mulheres para libertar suas mentes do pensamento patriarcal*. Tradução: Luiza Sellera. São Paulo. Editora Cultrix, 2022;
- REED, E. *Sexo Contra Sexo ou Classe Contra Classe*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou Da Educação*. 3.ed. Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Difel, 1979;
- URPIA, M. *Torna-se mãe no contexto acadêmico: narrativas de um self participante*. Salvador, 2009. 201 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.
- SILVA, Juliana Marcia Santos. *Mães adolescentes negras na UFBA: As intersecções entre maternidade, raça, trabalho e ensino*. 2017. 81 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/27167>. Acesso em 24 nov. 2022



PSIUUU! A mamãe está estudando!” . Maternidade e paternidade em questão.

Vanessa dos Santos Tavares

Doutoranda em Educação pela Universidade Cidade de São Paulo, Mestra em Educação pela PUC/PR (2016); Pedagoga. Escritora de livros infantis.

“A sociedade que exige maternidades e paternidades presentes é a mesma que não te dá os meios para exercê-las” (Jota San, 2022)³³

Quem é o pai dessa criança?

Não consigo falar de maternidade sem mencionar a paternidade. Seria como se eu destacasse a aceitação das ausências paternas, de homens que, legalmente, “abortam” todos os dias, configurando os retratos de uma sociedade machista. É possível considerar que muitos homens abortam e usei o termo entre aspas, pois refiro-me ao descaso e abandono, tanto por aqueles que se afastam fisicamente, quanto àqueles que estão todos os dias presentes, mas que negligenciam os cuidados diários e o compromisso com a educação de crianças.

Dentro de uma perspectiva da sociedade patriarcal, em que se exige demais das mulheres no quesito maternidade, por outro lado, aos homens pouco, ou nada, lhes é ensinado a respeito de cuidados com crianças (CORRÊA, 2011). Dessa forma há de se pensar que muitas mulheres estão sujeitas às sobrecarregas da vida materna e, consequentemente, sentem dificuldades em avançar na vida estudantil e profissional.

Reconheço que problematizar os paradigmas patriarcais, destacando a maternidade e a paternidade é mais complexo do que está posto nas próximas linhas, pois grandes questões estão enraizadas em nossa cultura machista, eurocentrista, heteronormativa, e nas relações de poder que perpassam diversos contextos e tipos de famílias. No entanto, julgo necessário trazer reflexões sobre um olhar direcionado ao silenciamento das responsabilidades maternas e paternas de modo mais equilibrado.

Lembro da ficção cuja personagem principal é mulher, mãe, negra, chamada *Nnu Ego*³⁴ no livro “As alegrias da maternidade”. O sonho dela era tornar-se mãe de muitos filhos, e o

³³ Jota San é especialista em Docência do Ensino Superior e Tecnólogo em Logística de Transportes pela FATEC-SP, escreveu a frase especialmente para este capítulo de livro.

³⁴ “As alegrias da maternidade” é um livro de ficção da autora socióloga nigeriana Buchi Emecheta. Publicado em 1979 e traduzida para a Língua Portuguesa em 2017. Uma obra que tocou profundamente em mim, tanto pela riqueza de detalhes culturais que ultrapassam as páginas de profundo sofrimento de uma mãe que, literalmente, doou a vida pelos filhos. O título da obra é irônico,

livro exalta que a principal função social na vida de uma mulher era dar filhos homens ao marido. A opressão feminina era destacada quando a mulher era a única obrigada a fazer de tudo para cuidar deles, mesmo que isso lhe causasse extremo sofrimento físico e psicológico. A história de *Nnu Ego*, que se passa na Nigéria, nos anos 30 e 40 do século passado, é extremamente reflexiva e deixa explícitas as prisões psicológicas impostas às mulheres, naquela cultura - não muito distante da nossa. Segundo a ficção, que imita fielmente a realidade, qualquer coisa que desse certo na vida de filhas e filhos é total mérito do pai; em contrapartida, os percalços e erros sempre são outorgados à culpa materna.

Dentro desse contexto, trazendo a história da literatura para os dias atuais, é possível traçar um paralelo com a vida real. Culturalmente o foco das responsabilidades de cuidados com filhas e filhos é da mãe. Afinal, quem já ouviu a frase: “*Quem é o pai dessa criança?*”. Mas, com certeza você já ouviu a máxima: “*Quem é a mãe dessa criança?*”.

Eu sou mãe e, juntamente com meu esposo San, temos um filho chamado Lucas, de 6 anos. Moramos numa cidade onde não temos outros familiares por perto, logo, nossa rede de apoio somos nós mesmos e isso faz do nosso espaço afeto e força. Decidimos nos dividir e multiplicar entre agendas de trabalhos, estudos e, principal propósito de vida que é a criação de um ser humano que receba amor, educação, compreensão e que entenda seu espaço dentro da sociedade, sem deixar de lado nossos sonhos e projetos individuais e em conjunto. Longe de querer romantizar a criação de uma criança, este é o plano o qual miramos. Às vezes ele é frustrante; às vezes, possível. E em grande parte do tempo há necessidade de adaptações, ajustes, desistências, lágrimas e sorrisos.

Desde que comecei a fazer doutorado nossa rotina mudou significativamente e, nas próximas páginas, apresento algumas experiências e reflexões sobre situações desafiadoras na vida de uma mãe estudante, nos espaços familiares compartilhados. Destaco, ainda, a presença ativa paterna como meio possível e essencial para diálogos que vão na contramão do machismo³⁵, os quais julgo importante para a formação de crianças.

Nosso filho tem 6 anos e acabou de vir me olhar no computador. Com um sorriso largo e covinhas nas bochechas, me fez a seguinte pergunta: “*Mãe, por que é umbigo?*”. Eu olhei para ele e disse: “*Sabia que seu umbigo é lindo? Foi seu pai quem cuidou dele.*” E ele logo

pois *Nnu Ego*, a personagem, embora sonhasse em ser mãe para se tornar completa, ao fim da vida, não enxerga qualquer tipo de alegria na maternidade.

³⁵ Segundo a psicóloga e pesquisadora Sandra Azerêdo, o machismo é compreendido como o “conjunto de valores e normas que têm por objetivo manter privilégios dos homens em detrimento dos direitos das mulheres, considerando estas como naturalmente inferiores àqueles” (AZERÊDO, 2007, p. 119).

respondeu: “*Se fosse dois, seria “doisbigos”*”. E nós rimos juntos dessa piada, que ele sempre conta.

Quando você vai ter um filho?

Quando decidi escrever este capítulo foi necessário relembrar algumas vivências e fiz o primeiro rascunho em conjugações verbais na primeira pessoa. No entanto, esclareço que as experiências às quais me refiro aqui ocorreram, na maior parte das vezes, no compartilhamento de diálogos com minha família, colegas e com meu companheiro de jornada, San. Portanto, parte são relatos de bagagem pessoal e parte das vivências do dia a dia, das leituras da vida, do contato com outras famílias em diversos segmentos sociais.

Nos meus 14 anos, quando me mudei da zona norte do Rio de Janeiro para morar na cidade de Tefé, interior do Amazonas, tive os primeiros contatos com quem me tornaria hoje. Minhas escolhas e percepções de vida foram se moldando, com influências culturais dos lugares por onde morei. As paisagens, que antes eram ônibus barulhentos pelas ruas, muros pichados nas ruas cariocas, tornaram-se passeios de barco pelo Rio Solimões, degustação dos originais açaís, tamaquis e surubins com farinha, um contato maior com a natureza e os barulhos não eram mais de ônibus, mas sim de motos, que eram um dos principais meios de transporte na cidade de Tefé, durante os anos em que estive por lá (1998 - 2000).

Nestas caminhadas conheci muitas meninas que foram mães na adolescência. Ter contato com essa realidade foi assustador e reflexivo. Naquela fase eu gostava de andar de bicicleta e sonhava em produzir filmes e escrever livros; enquanto isso, algumas meninas da minha idade tinham sonhos e vidas pausadas por gestações, possivelmente, indesejadas³⁶ e posterior abandono por aqueles que deveriam assumir a paternidade.³⁷

E foi por ter sido consciente ou inconscientemente influenciada por essas e outras vivências que, durante muitos anos, eu não me imaginava como mãe, tendo assumido essa postura por muito tempo. Dentro do que se espera de uma mulher, na nossa sociedade machista, fui bastante criticada. Naquela fase da vida, minha decisão fora ao encontro do que a pesquisadora Luciane Schröder (2018) explica. A opção pela não maternidade, sendo ela uma

³⁶ Não existe a intenção de apontar culpa para mulheres e meninas. Sabe-se que muitas possuem acesso restrito às informações sobre saúde sexual e direito reprodutivo. Algumas são vítimas de abusos ou relacionamentos sem orientações. Não se trata aqui de fazer julgamentos, por isso, cuidadosamente faço uso do termo “possivelmente”, na tentativa de minimizar qualquer tipo de generalização.

³⁷ Atualmente, os dados da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil), considerando os meses de janeiro a abril de 2022, foram registrados 56,9 mil bebês identificados somente com o nome da mãe.

decisão definitiva ou não, é sempre vista como desvio de conduta, ou como anormalidade. A autora afirma que “o espaço para a contradição implica uma luta ideológica a ser travada entre o sujeito com ele próprio e o *meio social que o habita*” (SCHRÖDER, 2018, p. 158).

O controle sobre o corpo da mulher é uma marca forte em nossa cultura, que insiste em oprimir mulheres tanto pela não-maternidade como pela própria maternidade e, sabendo-se que há, ainda, outras possibilidades em suas trajetórias. É muito comum uma mulher ouvir a frase: “*Quando você vai ter um filho?*”, quando talvez essa cobrança social seja pouco ou nada feita aos homens. Na história de *Nnu Ego* (EMECHETA, 2017) uma mulher só poderia ser completa ao ter filhos e filhas, e quanto mais filhos homens, mais admirável ela seria, pois para os homens isto era sinônimo de força e orgulho.

Além disso, há diversas nuances de discriminação quando o assunto é adoção, ou se um parto ocorreu de forma natural ou por cesárea. Nas rodas de conversas femininas é possível observar olhares de reprovação ou aprovação quando esses assuntos chegam à tona. O fato é que o mundo aponta, oprime, tenta calar vozes femininas. Tristemente, as próprias mulheres também reproduzem discursos misóginos, frutos da própria educação que receberam – são as que mais julgam e discriminam outras mulheres.

Gestando sonhos

Em 2015, eu tinha 32 anos quando ingressei no curso de Letras-Português na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Era a realização de um sonho: estudar em uma universidade pública. Apesar dos discursos de democratização do acesso ao Ensino Superior no Brasil, por meio de inúmeros programas governamentais, os espaços dentro do ensino público ainda possuem muitas barreiras. Estudantes, em sua maioria, são pessoas que previamente já possuíram acessos escolares privilegiados e capital cultural elevado nos ensinos anteriores. Concomitante ao curso de Letras, eu estava prestes a finalizar o Mestrado em Educação.

No ano seguinte, quando fui defender o Mestrado, senti que algo estava diferente em mim, havia uma sensação de brilho e bem-estar que não cabia no sorriso estampado em meu rosto. Após a defesa, meu esposo San me deu UM presente e disse: “*Você está pronta para seu novo projeto?*”

Lembro como se fosse hoje o tamanho dos olhos radiantes dele enquanto me entregava o presente. Abri a embalagem e, sem acreditar, sorri. No pacotinho havia uma chupeta! No dia seguinte, fui até a farmácia e logo a notícia mais linda da minha vida estava pulsando diante

das minhas mãos e no abraço acolhedor do meu companheiro. Para minha surpresa, eu estava grávida e a família toda se sentia feliz por isso.

Assim, duas situações aconteceram naquela semana de fevereiro de 2016: a felicidade do título de Mestra em Educação e a grandiosidade de gerar uma vida dentro de mim. Ambas pulsavam em mim de forma completamente distintas e incomparáveis.

Alguns meses se passaram e as mudanças corporais, já bem evidentes, mostravam que a maternidade já habitava em um corpo. Percebi que as expectativas sociais em cima de mulher grávida são fortemente excludentes. Os relatos abaixo são expressões direcionadas às mulheres gestantes:

“Você vai conseguir dar conta de fazer doutorado e cuidar de um bebê?” Esta foi uma das perguntas que ouvi da banca de seleção para o doutorado ao realizar a última das etapas do processo, no início de 2016, no auge dos oito meses de gestação. Um dos avaliadores, justamente uma mulher, me colocou esta questão, destacando a complexidade das demandas do curso e sugerindo, de certa forma, as eventuais dificuldades que eu teria em atendê-las tendo em vista a minha futura condição de mãe. (GOMES, 2020, p. 232).

Observo que há uma extrema cobrança de que mulheres-mães tenham a obrigação de seguir padrões impostos pelo peso que o mundo quer que as mulheres carreguem, sem ao menos considerar o fato biológico e social que é a maternidade (QUINTINO, 2020). Neste contexto, a autora reforça que

Institucionalmente, em uma faculdade de educação onde temos preponderantemente mulheres ocupando os espaços, ouvi que nenhuma aluna deveria engravidar durante o doutorado, para não atrapalhar as pesquisas. Justamente no local onde deveria haver sororidade esse discurso ficava ecoando na minha cabeça logo nos primeiros dias após o parto. Cheguei a me questionar se era o momento certo de ser mãe. Hoje entendo que a estrutura das instituições é sexista, independente de quem as ocupe. (QUINTINO, 2020, p. 362).

Tais contextos são oriundos de ambientes que deveriam ser mais acolhedores e incentivadores. No entanto, há poucos espaços para o diálogo das questões que envolvem a permanência de mães e gestantes nos espaços acadêmicos em diversos níveis de ensino, contribuindo para uma desigualdade de gênero.

Dante dos desafios, aos poucos, comprehendi que o foco da minha vida havia mudado e o campo das importâncias foi se movimentando tranquilamente dentro de mim. E como a vida não é um roteiro de livro no qual podemos descrever ou prever tudo que acontece, a minha saúde gestacional estava bastante fragilizada.

Com essa compreensão, o esforço para frequentar as aulas noturnas após um dia de trabalho era como carregar uma tonelada em cima das minhas costas. Reconheço que, diante de inúmeras realidades de famílias brasileiras, me sinto em uma situação privilegiada. Possuía

apoio familiar do meu companheiro, o qual abraçou a paternidade durante toda a gestação, tinha casa com meios suficientes para uma gestação tranquila e trabalho remunerado. Estava gestando dois sonhos lindos ao mesmo tempo.

Por vezes me comparava com outras mulheres que conseguiam seguir por vários caminhos ao mesmo tempo, mas eu senti que precisava me acolher, e a presença paterna foi essencial para amparar e validar qualquer decisão que eu pudesse tomar. Foram muitas as tentativas de conciliar gestação, saúde e trabalho e todas foram frustrantes. Dentre as situações e caminhos a percorrer, a maternidade era o mais latente em mim. Naquele momento estava convicta da decisão de abandonar o curso de Letras. Por que a vida tem dessas, né? Às vezes a gente precisa desistir de um sonho para embarcar em outro.

No entanto, muitas inquietações sobre a permanência de mulheres nos ambientes acadêmicos surgiram na minha existência entre tantas outras, as quais contribuíram para que me conduzisse às leituras e pesquisas que tenho realizado atualmente.

“ – PSIUUU! A mamãe está estudando!”

Em 2022 a rotina da família inteira mudou e foi adaptada para que eu ingressasse na Pós-graduação. Foi muito difícil para meu filho, ainda criança, entender que eu estava dentro de casa, mas não poderia dedicar 100% do meu tempo para brincar com ele. Os horários reservados para estudar em frente ao computador eram também importantes para mim e todas foram combinadas encaixando-as com atividades da família.

Foi num desses momentos que este diálogo foi obtido. “*Mamãe, que horas vai acabar o doutorado?*” “*Daqui a 4 anos, filho!*” “*Isso tudo?*” (Questionou contando quatro nos dedinhos.) “*Filho, meu trabalho pode ajudar muitas outras mulheres a compreenderem seus espaços na vida estudantil, não é o máximo?!*”. A criança pareceu não se importar com o assunto. Pegou a caixa de dinossauros, sentou no chão e voltou a brincar.

Durante as primeiras semanas de aulas *on-line*, ele abria a porta do escritório, sentava no colo, queria ver as pessoas na tela do computador. Dava tchau e fazia gracinhas para a tela, as pessoas riam, acenavam também e achavam lindo. De alguma forma Lucas queria estar presente, pois antes da pandemia, quando a mãe estava em casa, a mãe era exclusiva dele para brincar, preparar um café, estar junto.

Quando recebo visita dele durante uma aula ou reunião, eu o abraço, dou um cheiro nos cabelos e depois falo: “*Que bom você veio me ver, agora vai lá embaixo brincar com o papai.*” Atualmente faço isso com menos culpa, sem o sentimento de estar abandonando um filho. Foi preciso me desconstruir muito para chegar em uma simples fala: “*Vai lá brincar com o papai.*”

Desde criança, as mulheres aprendem que devem ser mães, que devem cuidar das filhas e filhos. Os presentes embrulhados são bonecas, carrinhos de bebê, bonecas grávidas, bebê conforto, entre outros. Isso tudo reforça que as mulheres são seres destinados prioritariamente à maternidade. São como “ingredientes ideais” para o que a sociedade diz ser uma vida feliz. Tal contexto minimiza, muitas vezes, as possibilidades das próprias mulheres pensarem em seguir carreiras das ciências exatas e tecnológicas, por exemplo.

Concordo com Luciane Schröder (2018), quando afirma que:

[...] nascemos numa sociedade, somos educados para a passividade dos valores que a sustentam em todos os seus níveis (espaço social, íntimo, profissional); estamos à mercê das ideias, dos desejos, das emoções que esta sociedade nos ensina a vivenciar. (SCHRÖDER, 2018, p. 155).

A sociedade impõe simbólica e explicitamente às mulheres para que sejam as únicas que mantenham a limpeza da casa, os cuidados com as crianças e uma lista infinita de responsabilidades. Assim, no inconsciente feminino fica difícil delegar tarefas para outras pessoas. Muitas mulheres acreditam veementemente que devem dar conta de tudo para serem respeitadas; são mensagens sutis da sociedade e da religiosidade que impõem determinados padrões que massacraram a saúde mental de muitas mulheres. Vejo o quanto importante é trazer debates de desconstrução destes formatos impostos. A criação de caminhos para os pais exercerem a paternidade ainda é terreno pouco explorado, porém necessário. Caso contrário, a maioria das mulheres ainda são as que detêm todas as responsabilidades ou, ainda, sobrecarregam outras mulheres, no caso, as vovós (conforme acontece em algumas famílias em que as vovós assumem responsabilidades de cuidados com as crianças pequenas).

Além disso, quando há separação de um casal, comumente um juiz determina que o pai visite a criança a cada 15 dias e pague pensão. Assim, estará cumprindo seu “papel de pai”. Ora, me questiono tanto quanto ouço esse tipo de situação, afinal, quem vai cuidar da criança durante os outros 14 dias? Quem vai ensinar a escovar os dentes, contar histórias, fazer a lição de casa, cuidar quando a criança estiver doente? Quem? A mãe! Aquela que também trabalha 40 horas semanais, assim como o pai. A sociedade caminha mantendo valores do patriarcado. As pessoas tendem a aceitar facilmente esse tipo de situação e, mais uma vez, minimizam e invisibilizam a mulher. Nesse sentido, autoras como Muniz et. al. (2020) discorrem que:

A (sobre) carga da mulher em sua maternagem ainda é tão naturalizada – sob o viés do amor incondicional e da entrega completa – que assumir outras atividades exige de nós mesmas um drible diário, constante e solitário de empecilhos inúmeros. A invisibilidade reside justamente nos acúmulos concentrados do cuidar, na carga não compartilhada – ou, minimamente, mal distribuída. É dessa experiência transbordante que partimos e pela qual reivindicamos espaço de debate que extrapole coletivos de mulheres. (p. 101).

Certo dia, enquanto eu estava no escritório, apresentando trabalho remotamente, meu filho chegou da escola cantando, falando bem alto, um tagarela como sempre. Ouvi meu companheiro San dizendo: “ – *Psiuuuu, a mamãe está estudando!*” Naquele instante, senti um silêncio em casa e respirei fundo para tentar voltar à minha apresentação e esquecer a barulheira daquele instante. O “*Psiuuuu*” ecoado dentro de casa era um sinal forte de que havia ali a paternidade responsável, também silenciada pela sociedade em diversos segmentos, como por exemplo, no direito à licença paternidade desigual, colocando responsabilizações exclusivas direcionadas às mães; pelos banheiros masculinos de restaurantes sem fraldário, pelo fato de que esses espaços reforçam que não deveriam ser direcionados à figura paterna.

Durante muitos meses os papéis de ser mãe, mulher, trabalhadora, estudante, o trabalho remoto, as aulas *on-line* estavam em um único lugar. Tudo tem sido, até hoje, bastante desafiador. Eu conto com apoio paterno ativo e presente, no entanto, muitas vezes preciso buscar refúgio na biblioteca universitária, pois lá é o lugar mais silencioso para realizar minhas leituras mais intensas.

Sabe, as crianças seguem nossos exemplos, eles entendem mais rápido do que se possa imaginar. Poucos dias depois, meu esposo entrou em casa conversando ao celular. Parece que Lucas entendeu bem os horários combinados e desta vez foi o papai que ouviu: “*Psiuuuu! A mamãe está estudando! Ela quer ajudar outras mulheres!*”

A vida tem dessas, né? Uma hora ensinamos, outra hora, aprendemos. Somos eternos aprendizes nessa escola chamada vida.

Referências

AZERÊDO, Sandra. *Preconceito contra a “mulher”*: diferença, poemas e corpos. São Paulo: Cortez, 2007.

CORRÊA, Laura Guimarães. *Mães cuidam, pais brincam*: normas, valores e papéis na publicidade de homenagem. 2011. 254f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

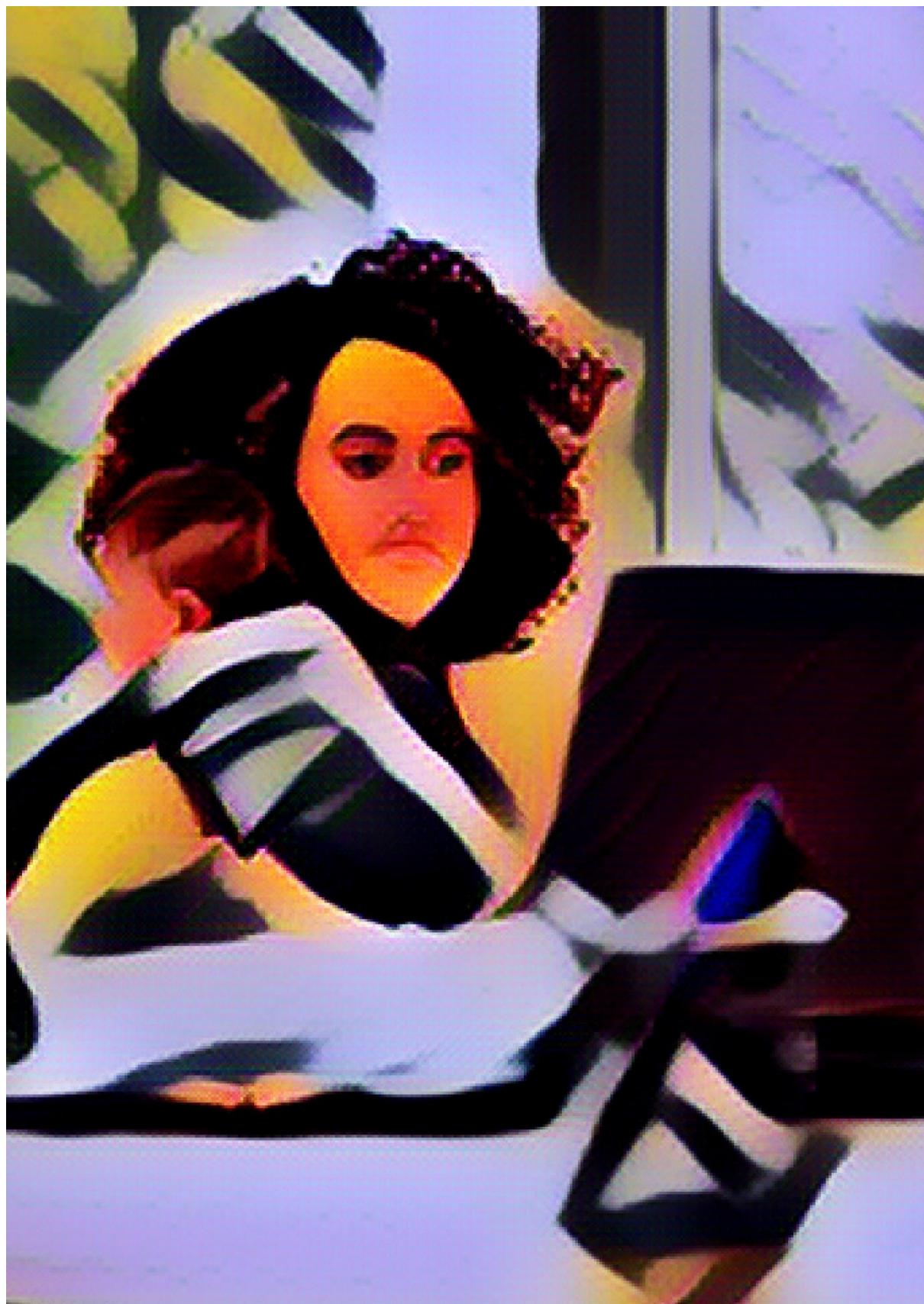
EMECHETA, Buchi. *As alegrias da maternidade*. Porto Alegre: Dublinense, 2017.

GOMES, Celina de Oliveira Barbosa. *O bebê e/ou o doutorado: é preciso escolher?* (p. 232 - 237) In: Ana Carolina Eiras Coelho Soares; Camilla de Almeida Santos Cidade; Vanessa Clemente Cardoso (Orgs.) *Maternidades Plurais: os diferentes relatos, aventuras e oceanos das mães cientistas na pandemia*. Belford Roxo: Bindi, 2020.

MUNIZ, Adriana Werneck Russo; DIAS, Francine de Souza; BASTOS, Karine Oliveira; PORTO, Roberta de Mendonça. *Será mesmo sobre a pandemia? Caminhos possíveis para mães pesquisadoras*. In: SOUTO-MAARCHAND, Andreia Silva de; GALVÃO, Elisandra; FERNANDES, Morgana (org.) *Mulheres cientistas e os desafios pandêmicos da maternidade*. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

QUINTINO, Fernanda Pinto de Aragão. *Maternar, pesquisar, existir, resistir: o ser mulher em meio a uma pandemia*. In: Ana Carolina Eiras Coelho Soares; Camilla de Almeida Santos Cidade; Vanessa Clemente Cardoso (Orgs.) *Maternidades Plurais: os diferentes relatos, aventuras e oceanos das mães cientistas na pandemia*. Belford Roxo: Bindi, 2020.

SCHRÖDER, Luciane Thomé. *Leniência discursiva: a culpa, a punição e a rendição*. In: Ana Maria de Fátima Leme; Franciele Luzia de Oliveira Orsatto (org.) *Mulheres sobre mulheres: reflexões à luz da análise do discurso*. Curitiba: Editora IFPR, 2018.



Maternidade na UNIOESTE: perspectivas e projeções

Agnes Paola Baldo Zimovski

Graduanda em Direito pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Daniele Prates Pereira

Doutora em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), docente efetiva da Unioeste Francisco Beltrão/PR, pesquisadora no Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos (GPDH).

Miguel Venâncio Dias Cogo

Graduando em Direito pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Natalia Cristina Coelho

Graduanda em Direito pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Introdução

Mulheres, trabalho e ensino superior: um contexto social e material

O que realmente quer dizer ser mulher? Quando Silvia Federici, teórica italiana do feminismo marxista, pensou nesta questão, ela trouxe a seguinte resposta: “Fazer essa pergunta é implorar por uma resposta sexista. Quem pode dizer o que somos? Tudo o que podemos saber agora é quem nós não somos” (2019, p. 39). Com essas palavras, Federici revela que, por meio da luta feminista, as mulheres reúnem poder para romper com a identidade social que lhes é imposta.

O pensamento de Federici traz à tona algo que toda mulher já sabe desde pequena: que o seu trabalho está muito além das fábricas e escritórios. Enfim, do ambiente de trabalho propriamente dito. O trabalho doméstico é muito mais do que limpar a casa. Além de servir aos assalariados física, emocional e sexualmente, garantindo que estejam aptos para trabalhar a cada dia, também é sobre cuidar das crianças, os trabalhadores do futuro, amparando-as desde o nascimento e ao longo da vida escolar, certificando-se que o seu desempenho esteja de acordo com o que é esperado pelo capitalismo. Por trás de toda fábrica, escritório, escola ou qualquer outro ambiente de trabalho, existe o trabalho oculto e não remunerado de milhares de mulheres, que consomem sua vida e sua força em prol da força de trabalho que move esses espaços. “É por isso que, até hoje, tanto nos países ‘desenvolvidos’ como nos ‘subdesenvolvidos’, o trabalho doméstico e a família são os pilares da produção capitalista” (FEDERICI, 2019, p. 36).

Nesse contexto, conseguir um segundo emprego nunca libertou a mulher desse primeiro. Ter dois empregos apenas significa deter ainda menos tempo e energia para desempenhar ambos. A busca pela formação acadêmica atua no mesmo sentido. Ainda que a mulher esteja investindo em sua formação, o estigma social que recai sobre ela apenas pelo fato de ser mulher não é alterado. E assim, a mulher precisa estudar, trabalhar e cuidar de todos os afazeres domésticos, que, como já mencionado, estão muito além de apenas limpar a casa. A produtividade que é cobrada dela é uma virtude apenas do ponto de vista moral pois, na prática, simplesmente significa mais exploração (FEDERICI, 2019, p. 37). Se a busca por um trabalho formal, além do trabalho doméstico que já recai culturalmente sobre a mulher, já se trata de uma atividade exaustiva, a busca pelo ensino superior não é diferente.

As políticas de assistência estudantil, bem como de programas de incentivo a docentes e agentes universitárias devem observar as especificidades de suas atividades, para que as alunas e as profissionais não sejam excluídas de determinados espaços emancipadores por conta da maternidade. A educação é um degrau importantíssimo para o ingresso e atuação na esfera política. Por isso, o acesso à educação superior e o combate à evasão de mulheres deve ser objeto das políticas de assistência estudantil. Ainda, as mulheres mães no meio acadêmico também necessitam de um olhar específico, que possa equilibrar as relações neste campo.

O acesso à universidade para as mulheres, ao acumular funções, é um desafio. De acordo com Souza (2019, p. 90), as universidades geram organicamente processos de expulsão especialmente de mulheres mães por falta de políticas públicas de permanência, afastando-a deste espaço.

A universidade, pode ser vista como uma microesfera social, e a luta pela igualdade de gênero dentro da universidade pode ser vista como uma menor escala da luta pela igualdade de gênero na sociedade em *lato sensu*. Da universidade pública para a sociedade: mães, mulheres, minorias ainda necessitam ser vistas. O objetivo é que a universidade pública funcione como degrau propulsor para que a equidade de gênero possa acontecer na sociedade a longo prazo - é fundamental que as mulheres consigam permanecer e colar grau nos cursos superiores, o que demonstra a relevância da pesquisa proposta.

Partindo de tais premissas, o problema de pesquisa foi estabelecido sobre a existência de políticas públicas na Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, e também acerca do conhecimento e utilização dessas políticas pelas mulheres mães. Para a investigação, foi escolhida a análise sobre o gênero e a maternidade no ensino superior, verificando no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Unioeste de 2019 a 2023 a existência de conteúdo acerca da inclusão de discentes mães no espaço institucional. Além disso, foi realizada uma

investigação, por meio de pesquisa bibliográfica nas principais bases de dados do país, acerca da igualdade de gênero no ensino superior.

Foi realizada também uma pesquisa empírica com coleta de dados *survey* - questionário anônimo distribuído digitalmente com o objetivo de obter informações sobre o tema pela comunidade acadêmica, possibilitando diagnosticar suas demandas. Apesar de a pesquisa ter sido originada em Francisco Beltrão, como a Unioeste é uma universidade *multicampi*, havendo *campus* localizados também em Cascavel (reitoria), Foz do Iguaçu, Toledo, Marechal Cândido Rondon, o questionário foi distribuído para todos os *campi*. Por meio do questionário, foram ouvidas alunas, professoras e servidoras técnicas mães, bem como os demais membros do corpo universitário.

Dentre os objetivos da pesquisa, buscou-se ainda compreender o objetivo de desenvolvimento nº 5 da Organização das Nações Unidas, relacionado à busca da igualdade de gênero. Por fim, é feita uma análise qualitativa das respostas obtidas por meio do questionário, tecendo um diagnóstico que deu voz para as mães que integram o corpo universitário, de forma que possam relatar suas vivências, apontar quais dificuldades encontram no ambiente universitário para o exercício da maternidade e apresentar sugestões de ações que poderiam trazer melhorias para esse quadro.

O objetivo de desenvolvimento sustentável Nº 5:

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são resultado da Agenda 2030, pactuada pelo Brasil e mais 192 países em 2015. Esse documento foi criado após os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), e continuam em busca da concretização dos direitos humanos, equilibrando as três dimensões do desenvolvimento sustentável, sendo elas a econômica, social e ambiental (GT AGENDA 2030, online).

Os ODS são compostos por 17 objetivos e 169 metas, sendo a Igualdade de Gênero o quinto objetivo e possuindo as seguintes metas para sua concretização:

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte [...] 5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública [...] 5.a Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais
[...] (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, online).

O objetivo elencado dispõe que os países devem fomentar espaços e oportunidades de liderança para mulheres, além de garantir acesso aos cursos universitários sem discriminação. Ainda, deve possibilitar que mulheres tenham maior acesso a recursos econômicos - medida que caminha intimamente ligada à qualificação profissional e especialização de saberes, que podem ser adquiridos na prática profissional e nas universidades. Para que seja combatida a desigualdade de gênero, é necessário que sejam entendidas as dinâmicas de poder decorrentes das relações marcadas pelo gênero, visto que a discussão e a necessidade do objetivo nº 5 verifica-se pela implementação de equidade entre homens e mulheres.

O termo gênero foi difundido na década de 70 para tratar das diferenças sociais entre o feminino e o masculino, sendo que a abordagem histórica dessas distinções e as relações entre os papéis de gênero consolidaram as principais bases para as pesquisas acadêmicas (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020). Já para Heleith Saffioti, “o gênero é a construção social do masculino e do feminino” (2015, p. 47), sendo, portanto, o papel esperado do homem e da mulher, construído socialmente, e consequentemente ensinado entre as gerações, afetando o mundo social, sexual e econômico para ambos.

Nesse sentido, historicamente tem-se a construção da mulher como um ser frágil, subordinado e incapaz para assumir determinadas responsabilidades e exercer alguns atos, devendo cuidar da casa e dos filhos. Essa construção acarretou na desigualdade de gênero, observada pelo desestímulo da mulher no mercado de trabalho e com salários desiguais (SANTOS; OLIVEIRA, 2010).

Além disso, há uma intervenção social na maternidade, ao passo que mulheres grávidas ou que já são mães, não são vistas com a mesma capacidade de mulheres sem filhos. Frequentemente a sociedade enxerga a mulher grávida de maneira reduzida ao estereótipo primitivo de que a sua função e importância se limitam à reprodução, tornando-a incapaz ou irrelevante para outras atividades e conquistas. Além disso, a sociedade impõe à mulher a função do cuidado, tornando-a um instrumento para o sucesso do homem, seja ele filho ou marido.

Isto posto, o Objetivo nº 5 tem o intuito de reconhecer a mulher como um ser igual e criar metas que estabeleçam mudanças também culturais, como é o caso visto na meta 5.3, que busca eliminar as práticas do casamento forçado e as mutilações genitais femininas, condutas praticadas em determinadas culturas. Sabemos que essas mudanças culturais raramente se consolidam espontaneamente, sem esforços políticos que as catalisem. Por isso, o foco do presente trabalho, para dar causa e alcançar as demais metas do Objetivo, é na meta 5.c, que busca a elaboração e adoção de políticas aplicáveis para a promoção da igualdade de gênero e

a valorização da mulher como ser humano politicamente intitulado de direitos, capacidades e demandas, que devem ser ouvidos e apreciados em todos os âmbitos, inclusive no ambiente acadêmico.

De acordo com Flávia Biroli, em concordância com as tendências da América Latina “foi nas últimas décadas do século XX que o perfil do acesso das mulheres brasileiras à educação e ao trabalho remunerado se alterou significativamente” (2018, p. 21), ou seja, são muito recentes e ainda insuficientes os avanços brasileiros no campo de trabalho e estudo em relação à igualdade de gênero. Devem partir também dos próprios acadêmicos as iniciativas necessárias para promover essa igualdade, de modo a caminhar em direção a um futuro com oportunidades mais justas para as próximas gerações, mesmo que em passos pequenos. O importante é que esses passos sejam dados para frente e, nunca, para trás. Nunca em direção ao regresso.

Igualdade de gênero na universidade

O amplo escopo da problemática da igualdade de gênero contempla múltiplas demandas. Logo, se torna uma necessidade encontrada no ambiente de trabalho e de estudos, e também nas oportunidades em geral (ou na falta delas), que são diferentes para homens e mulheres, em virtude da representação socialmente construída de forma distinta entre um gênero e outro. Defende Biroli (2018) que a divisão sexual do trabalho impacta fortemente a manutenção da estrutura hierárquica, que coloca a mulher em posição de subordinação em relação ao homem. Portanto, esse é um grande fator produtor do gênero (entendido aqui, no mesmo sentido que o define Saffioti), mesmo que não seja o único. A autora argumenta que são justamente os mesmos valores que fundamentam a divisão sexual do trabalho que impedem o acesso de mulheres a cargos políticos, por exemplo, citando entre eles, inclusive e não somente, a ideologia maternalista e os limites para o controle autônomo da capacidade reprodutiva da mulher.

A partir do exposto, é perceptível que o contexto familiar, assim como indica Federici (2018), sempre foi percebido com um lugar em que existia uma exceção ao mundo capitalista. Nesse sentido, a família seria um espaço em que o tempo despendido com o cuidado seria fruto do amor existente nos laços familiares, nunca de alguma expectativa de recompensa ou remuneração. Dessa maneira, não é voltada a atenção às relações de medo e dominação existentes, de modo que a própria organização do Estado moderno se baseia nessa concepção de que a mulher deve despender mais de seu tempo de forma caridosa, sempre para o cuidado da família.

Cabe aqui salientar que todo esse trabalho se revela como mão de obra não remunerada. Dessa forma, a família acaba por se converter na institucionalização do trabalho feminino não remunerado. Aliada à desigualdade salarial entre homens e mulheres, esta formulação acaba por institucionalizar também a desigual divisão de poder na família. O fato é que o trabalho reprodutivo como condição socialmente imposta à mulher, dando ao próprio cuidado dos filhos apenas pela mãe um aspecto de “naturalidade”, passa a acompanhar a figura feminina em qualquer coisa que a mulher resolva fazer. Os efeitos negativos desse estigma são diversos, uma vez que não é raro que mulheres abram mão de seus empregos, estudos ou demais atividades para poder cuidar dos filhos.

Historicamente, foi atribuindo ao sexo feminino a responsabilidade da maternidade e o cuidado próprio do lar. Por outro lado, os homens ficaram responsáveis pelo auxílio financeiro da família e pela ocupação dos espaços públicos e, consequentemente, de poder (NUNES; SILVA, 2020). Essa construção ainda é vista na sociedade atual, uma vez que as mulheres ainda desprendem um tempo muito maior para o cuidado com a casa e com os filhos, tidos como sua responsabilidade. Dessa forma, existe uma “desproporção” do tempo e esforço dedicados à família, sendo desfavoráveis às mulheres e resultando na disposição de tempo, recursos e dedicação que poderiam ser empregados para sua educação, profissionalização e trabalho” (NUNES; SILVA, 2020, p. 51).

É para elucidar a referida questão que Biroli (2018) traz a seguinte reflexão: Para as mulheres que dedicam ao trabalho doméstico o dobro do tempo que os homens dedicam, às quais é atribuída a responsabilidade de cuidar das crianças, a disponibilidade de vagas em creche, por exemplo, é um problema muito mais relevante do que para os homens. Ora, mas são os homens que ocupam 90% das cadeiras na Câmara de Deputados, por exemplo, o que exprime a gritante desigualdade de acesso a cargos políticos e explica a ausência de problemáticas como a de vagas em creches nas agendas políticas. É cristalino que a ausência de atribuição de importância à pautas de maternidade, por exemplo, acaba por retroalimentar o ciclo vicioso: se as mulheres mães não têm acesso às agendas políticas e, consequentemente, não têm suas pautas ouvidas e, muitas dessas pautas tratam de questões que, justamente, promoveriam o acesso igualitário e justo dessas cidadãs à própria vida política para que pudessem apresentar suas pautas, percebe-se que o próprio sistema, estruturalmente, massacra a esperança de alcance da igualdade de gênero por meio de políticas públicas.

A invisibilidade das mulheres mães nas pautas políticas se reflete no ambiente universitário. O acesso dessas mulheres ao curso superior é mais difícil, já que são responsáveis pelo lar e pelos filhos, além de que muitas delas também trabalham fora de casa. As diferenças

são ainda mais potencializadas quando as mulheres mães são periféricas, pretas ou indígenas. Segundo Tabak (2002), são pouquíssimas as mulheres que se dedicam à carreira científica, por falta de incentivo social, da família com modelo econômico e estrutural patriarcal e pelas responsabilidades com casamento, casa e filhos.

No mesmo sentido, Ávila e Portes (2012) afirmam que o nível de escolarização influencia os rendimentos, e que o rendimento familiar também influencia a possibilidade de dedicação à universidade - ciclo infinito. Para eles, as mulheres com maior rendimento podem contratar funcionárias, comprar eletrodomésticos e contar com alguma rede de apoio, enquanto as mulheres com rendas mais baixas ficam sobrecarregadas pelas tarefas domésticas. Os autores ainda apontam que mulheres casadas ou em união conjugal trabalham três vezes mais que os companheiros, e que, em lares com filhos menores de 14 anos, as mulheres têm o tempo consumido com os cuidados pessoais e escolares destes filhos.

Em tais condições, proporcionadas pela estrutura social econômica marcada pelos papéis de gênero, sobram poucas possibilidades para que a mulher mãe possa estar na universidade e buscar oportunidades de ascender profissionalmente, mudando as condições financeiras dela e da própria família. É possível perceber que este ciclo reforça a dependência das mulheres em relação aos homens. Assim, para reduzir desigualdades de gênero na sociedade, é imprescindível que as mulheres, especialmente mães, consigam entrar, manter-se e colar grau nas universidades brasileiras.

Plano de desenvolvimento institucional (PDI)

Ao analisar o PDI 2019-2023, fica nítida a inexistência de conteúdo sobre igualdade de gênero, falando apenas em igualdade num sentido amplo, como pode ser observado a seguir:

Assim, o compromisso da Unioeste com a sociedade que a sustenta está explícito em sua missão institucional e é realizado por projetos e ações deles resultantes, que visam à superação das desigualdades sociais, comprometendo-se com a justiça, a democracia, a cidadania e a responsabilidade social. E, principalmente, pela oferta de ensino, de graduação e pós-graduação, de qualidade e gratuitamente, a fim de assegurar o direito social de todos os indivíduos e promover a inclusão dos indivíduos desfavorecidos economicamente e culturalmente por meio de suas cotas sociais (UNIOESTE, 2018, p. 53).

Como a pauta de gênero está sendo discutida internamente nas instituições muito recentemente, é perceptível que trabalhos como o presente estudo tornam possível a inclusão dessa pauta em posteriores planos da Universidade, além de possibilitar ações que facilitem a realidade das mães que frequentam o espaço institucional.

É evidente também a necessidade de discussão sobre quais as necessidades dessas mães, sendo por meio do debate com a comunidade interna e externa que será realizada essa descoberta e possível correção e implementação de soluções.

Regime de exercícios domiciliares para académicas

A legislação interna da Unioeste propõe exercícios domiciliares de maneira geral, pela Resolução nº 365/2005 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). Essa previsão possibilita a compensação de ausência às aulas, desde que a acadêmica realize uma série de exercícios que podem ser feitos fora do espaço universitário (em casa). Importante é salientar que esta garantia da universidade não é prevista especificamente para as mães, e que a interpretação da previsão foi estendida às mulheres mães, já que direciona para atividades domiciliares os discentes portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismos ou outra condição que impeça temporariamente a frequência às aulas (UNIOESTE, 2005).

Nesse contexto, o parto e os cuidados de um bebê recém-nascido foi considerado uma dessas outras condições que impedem a presença na sala de aula. Todavia, diferente de um discente que sofreu um acidente e não pode deslocar-se, ou está acometido de doença infecciosa que possa expor os demais no ambiente acadêmico, a mulher mãe precisa cuidar de um filho, estabelecer um vínculo, manter-se saudável e, ainda, dar conta dos materiais de leitura e atividades enviadas pelos docentes.

Conforme o dispositivo anexo à resolução, que descreve o regulamento do regime de exercícios domiciliares, a aluna gestante pode ficar assistida por esse regime a partir do oitavo mês de gestação, podendo permanecer nesta modalidade por até três meses, desde que tenha efetuado previamente à solicitação. No entanto, excepcionalmente, dependendo de comprovação médica, o período de ausência às aulas da aluna gestante pode ser antecipado ou ampliado. A partir da aprovação da solicitação, o docente da disciplina em que a aluna gestante está matriculada organizará tarefas, elencando os critérios de exigência para seu cumprimento, desenvolvendo uma metodologia que aborde os conteúdos a serem estudados (UNIOESTE, 2005).

Cabe salientar que o regime de exercícios domiciliares não dispensa o discente da realização das avaliações da disciplina de forma presencial, havendo, no entanto, a possibilidade de solicitar segunda chamada da atividade avaliativa ou ainda da aplicação da prova domiciliar ou hospitalar, quando comprovada a impossibilidade locomoção do discente, ficando condicionada à disponibilidade do docente. Nos casos em que o discente não possua

condições de realizar as avaliações dentro do período e acabe ultrapassando-o sem realizá-las, ele ficará obrigado a se submeter às avaliações em débito assim que estiver novamente apto para tal. Da mesma forma, no caso de disciplinas que possuem atividades instrumentais e trabalhos práticos (estágios supervisionados obrigatórios por exemplo), fica o discente obrigado a realizá-las, obedecendo cronograma específico e submetendo-se à avaliação (UNIOESTE, 2005).

A universidade, contudo, não inova nesta previsão, apenas segue a obrigação da universidade ofertar o regime de exercícios domiciliares, uma vez que a Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, em seu art. 1º, aponta que “A partir do oitavo mês de gestação e durante três meses a estudante em estado de gravidez ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei número 1.044, 21 de outubro de 1969.” (BRASIL, 1975).

Licença-Maternidade

A licença-maternidade com duração de 120 dias concedida à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, é garantida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em seu Art. 392 e também pela Constituição Federal, no inciso XVIII do caput do art. 7º. Entretanto, a Lei nº 11.770 de 2008, que instituiu o programa Empresa Cidadã, trouxe a possibilidade de prorrogar esse período por mais 60 dias (2 meses), quando se tratar de empregadas de pessoas jurídicas que participam do programa.

Esse tipo de mudança é de suma importância, uma vez que, por mais que a licença-maternidade no Brasil assegure a permanência da mulher em seu trabalho durante um determinado período de tempo após ter um filho, não é o suficiente para impedir a evasão da mulher do mercado de trabalho a longo prazo. Nesse contexto, a oferta de vagas em serviços públicos de creche para crianças e recém nascidos também desempenha um papel fundamental, de modo que é esperada uma maior estabilidade no trabalho em cidades onde existe maior oferta desses serviços (NETO; MACHADO, 2016).

Como a Unioeste não tem filiação ao Programa Empresa Cidadã, as docentes e agentes temporárias contratadas via CLT possuem 120 dias de licença e necessitam retomar as atividades. Por outro lado, as agentes administrativas e docentes efetivas (regime próprio) possuem 180 dias de licença maternidade (Lei/PR 16.176/09), sendo que nos questionários as participantes consideraram este período satisfatório.

Análise qualitativa das respostas obtidas nos questionários

Para a coleta de dados empíricos acerca das políticas de apoio à maternidade que a universidade oferta, foi organizado um questionário por meio da plataforma *Google Forms*. A distribuição do questionário foi realizada por meio dos e-mails para servidores, acadêmicos e professores, dos cinco *campus* da Unioeste. Houve percalços no processo de distribuição, já que não foram encontradas maneiras de construir listas para o sistema de mala-direta. Por esse motivo, o link do questionário foi enviado para as coordenações de Centro, para que divulgassem aos cursos e acadêmicos, todavia, a distribuição ficou condicionada ao interesse dos centros na divulgação.

Por fim, responderam ao questionário 33 (trinta e três) pessoas. Neste universo, 81,8% das respostas foram fornecidas por acadêmicas, 6,1% por servidoras e 12,1% por docentes. Levando em consideração que a instituição apresenta uma grande quantidade de pessoas vinculadas, ficou evidente que a angariação de respostas foi afetada pelos obstáculos para a disseminação do questionário, que tinha como objetivo justamente coletar informações, avaliações e contribuições dos frequentadores da universidade. Apesar dos óbices, os retornos apresentaram conteúdo qualitativo significativo e proveitoso para a análise que ora se expõe.

Entre as participantes, 19 das 33 mulheres têm filhos, tendo predominância a idade dos filhos inferior a 10 anos, o que demanda uma maior atenção para com a criança. De acordo com Ávila e Portes (2002, p. 819-820) “[...] as maiores jornadas diárias de trabalho doméstico são cumpridas por mulheres de famílias formadas por casal com filhos menores de 14 anos, isso porque os cuidados pessoais e escolares com filhos pequenos são as atividades que mais consomem o tempo de trabalho doméstico [...]”.

Também considerando as respostas obtidas, constatou-se que 65% das participantes responderam que o(a) filho(a) já lhe acompanhou até a universidade, com 23% das respostas indicando ter sido uma experiência ruim. Isto porque não há local apropriado para amamentação, não há trocadores em banheiros, inexiste qualquer local onde crianças possam brincar ou ficar durante as aulas, não há rampas ou elevadores em todos os prédios, e em alguns prédios os elevadores necessitam de reparos constantes. Quanto à amamentação, aquelas que já precisaram amamentar seus filhos no ambiente da universidade não se sentiram confortáveis e afirmam ter recebido olhares de desaprovação, já que não existe na universidade espaço reservado para essa finalidade.

Metade das mães participantes apontou que a Unioeste precisa melhorar as políticas de apoio à maternidade, sendo as seguintes as principais sugestões feitas: instalação de rampas para acesso de carrinhos de bebê; construção de um espaço adequado para amamentação;

possibilidade de aplicação de atividades domiciliares para quando a mãe precisar faltar para cuidar do filho; disposição de monitores e estagiários, além de espaço específico para o cuidado das crianças enquanto as mães estão em aula ou trabalhando (no caso de servidoras); instalação de trocadores em todos os blocos da universidade; assistência estudantil para mães acadêmicas e compreensão da equipe pedagógica com relação aos imprevistos e necessidades que acometem a rotina das mães universitárias.

Em relação às políticas adotadas pela universidade, a respeito das atividades domiciliares, as mães indicaram que o prazo das atividades não é suficiente, além de que não pode ser verificada a eficácia das atividades para o aprendizado, por vezes carecendo da devida atenção e assistência por parte dos docentes. Além disso, das 19 mães que responderam ao questionário, 52,6% delas indicaram já ter faltado às aulas ou ao trabalho por não ter com quem deixar os filhos.

Nota-se que as melhorias perpassam a questão estrutural da universidade, necessitando de atenção pedagógica. Além disso, existe uma demanda que visa também a empatia dos profissionais que têm alunas mães, bem como complementa pontos práticos como prazo das atividades domiciliares, que não supre a necessidade das alunas. Ademais, as docentes e agentes administrativas avaliaram o tempo em licença maternidade como satisfatório. Não se referiram à estrutura ou outros pontos mais específicos, porém relatam que já precisaram levar os filhos ao trabalho na universidade em alguma situação.

Não houve indicações de sugestões sobre melhorias para as mães docentes por meio do questionário. Entretanto, observando-se algumas práticas estruturais, podem ser citados fatores de desequilíbrio, como o uso apenas das pontuações de publicação para bolsas, recursos para projetos, mobilidade, entre outras oportunidades. Isso porque as mães docentes podem inserir no currículo Lattes os períodos em licença maternidade, mas isso não as coloca em grau equivalente aos outros que não precisaram sair da produção científica para a produção do afeto e cuidado, sendo colocadas em desvantagem em processos seletivos. Ainda, a distribuição de recursos por meio de editais pode representar a possibilidade de criação de políticas de direcionamento de certa porcentagem para projetos de docentes mulheres.

Outra problemática relevante, é a ascensão a cargos administrativos e funções diretivas com remuneração. Muitas vezes, como estas funções necessitam de maior dedicação de tempo, deslocamentos, reuniões constantes, torna-se difícil que docentes que são mães possam exercer determinadas atividades. Essa questão tende a diminuir na medida em que os filhos vão adquirindo maior autonomia, porém, o apagamento do currículo neste período, ou das relações

necessárias para organização de projetos e parcerias para candidaturas a cargos já ficou atrás daqueles que assim foram construindo suas conexões.

Considerações finais

Ao longo do presente artigo, foi possível refletir sobre uma afirmação de Heleith Saffioti, expondo brilhantemente que:

O empoderamento individual acaba transformando as empoderadas em mulheres-álibi, o que joga água no moinho do (neo)liberalismo: se a maioria das mulheres não conseguiu uma situação proeminente, a responsabilidade é delas, porquanto são pouco inteligentes, não lutaram suficientemente, não se dispuseram a suportar os sacrifícios que a ascensão social impõe, num mundo a elas hostil. (2015, p. 121).

Se o mundo já é tão hostil com as mulheres que detém mais dificuldades para percorrer determinado caminho social, a universidade, por sua vez, não pode ser também. Enquanto não forem todas as mulheres empoderadas com liberdade de escolhas e com oportunidades equitativas - como um diploma de ensino superior - ainda deverá se pensar em soluções que as auxiliem e apoiem, pois o sucesso não é apenas produto de sua responsabilidade e a falta dele não é pela sua pouca inteligência. O que se busca nesta luta é exemplificado nas palavras de Federici:

Nós queríamos obter o controle sobre nosso corpo e nossa sexualidade, colocar um fim na escravidão da família nuclear e na nossa dependência dos homens e explorar que tipo de seres humanos gostaríamos de ser, uma vez que começaríamos a nos libertar das cicatrizes deixadas em nós por séculos de exploração. (2019, p.116).

A autonomia sobre si e a possibilidade de atingir o desenvolvimento pessoal pelo caminho que se deseja trilhar não deveriam ser condições presentes numa sociedade que se diz democrática e que busca a igualdade? Mulheres e mães, além de uma vida, muitas vezes precisam cuidar de duas, e nem por isso devem escolher entre o ensino superior e a maternidade, pois esse não deve ser um sacrifício imposto a elas. É preciso romper com a ideia popular equivocada de que se deve, primeiro, terminar os estudos para então ser mãe. Mesmo porque, os métodos contraceptivos não impedem a gravidez totalmente, podendo inexistir planejamento para filhos naquele momento de dedicação aos estudos. A educação pode e deve ser continuada independente do período da vida ou contexto social do cidadão, pois trata-se de um direito fundamental, garantido pela Constituição Federal de 1988.

No entanto, romper com esse contexto não é um simples esforço da própria vontade individual. Federici elucida que, por vezes, há uma tendência de enfatizar o papel da consciência no contexto da mudança social, “como se a escravidão fosse uma condição mental”

(2019, p. 117). As condições materiais são essenciais para a concretização dessa mudança. Quando tratamos das condições materiais é que tocamos na universidade. Se, de fato, ela busca ser um espaço que promove a igualdade nas suas diversas instâncias, urge que também adote medidas voltadas ao estabelecimento da igualdade de gênero. O regime de exercícios domiciliares, ainda que de fato importante, apenas mitiga, por um curto espaço de tempo, o problema que enfrentam as alunas mães. Esse dispositivo apenas transfere o local da realização das atividades, mas ainda assim exige da aluna mãe que encontre alguma forma de abster-se dos cuidados dos filhos para sua realização, o que é um problema em casos de mães sem rede de apoio. Ademais, essa medida representa um risco de diminuição da qualidade do ensino, possui um curto tempo de duração e volta-se mais à questão da saúde da parturiente do que à maternidade de fato.

Já em relação às dificuldades enfrentadas na aplicação do questionário proposto, foi constatado que, na realidade da Unioeste, metodologicamente, existem entraves no repasse de informativos de pesquisa em andamento aos alunos e profissionais dos demais *campus*. Por outro lado, as respostas obtidas possibilitaram um olhar para as mães da comunidade acadêmica como uma parcela de pessoas esquecidas no plano de desenvolvimento e nas políticas assistenciais. As respostas ainda apresentaram apontamentos sobre melhorias a serem realizadas na Unioeste, para melhor atender às mães e seus filhos que frequentam tal espaço.

Nas respostas do questionário, foi destacada a falta de estrutura arquitetônica e organização espacial na universidade para acolher as mães que possuem filhos pequenos, seja espaço para amamentação ou mesmo um espaço em que pudessem deixar suas crianças aos cuidados de outras pessoas, para frequentarem as aulas regularmente (possíveis brinquedotecas, espaços recreativos, *playgrounds* com monitores/estagiários, por exemplo). Além disso, as mães acadêmicas indicaram que o regime de atividades domiciliares se mostra ineficiente da forma em que é designada e aplicada.

Portanto, conclui-se que a inclusão das alunas, professoras e servidoras mães ainda enfrenta uma série de problemas, o que resulta, muitas vezes, no trancamento do curso ou mesmo no abandono. Entretanto, a Universidade, enquanto espaço público e de concretização da democracia, deve acolher sua comunidade, proporcionando um ambiente para as mais diversas realidades existentes em seu interior. A manutenção das mulheres no curso superior e sua graduação é medida que pode trazer benefícios para o combate à desigualdade de gênero, conforme previsto no ODS 5. Nesse caso, a inserção dos trocadores, bem como a discussão a respeito de um espaço em que as mães pudessem deixar seus filhos sob os cuidados de uma

equipe da própria universidade, como uma espécie de creche, enquanto assistem às aulas, representaria uma medida inicial de grande valia para amparar as mães.

Mas é, principalmente, a partir de um espaço de diálogo e representação ativa entre os discentes e suas pautas que as demandas das alunas que de fato vivenciam a maternidade no ensino superior poderiam expressar suas necessidades e permitir que medidas fossem tomadas. Só assim, ouvindo seu corpo acadêmico, docentes e demais membros da comunidade acadêmica, é que se tornará possível a concretização dos objetivos que a universidade elenca em seu PDI.

Referências

- ÁVILA, Rebeca C.; PORTES, Écio Antônio. A tríplice jornada de mulheres pobres na universidade pública: trabalho doméstico, remunerado e estudos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 20(3): 809-832, setembro-dezembro, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/5dt5spzRWMYjrrRVB4dcsmj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2022.
- BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades*: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. Gênero, neoconservadorismo e democracia. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BRASIL. Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975. Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências. Brasília, 1975.
- FEDERICI, Silvia. El patriarcado del salario: Críticas feministas al marxismo. Madrid: Traficantes de Sueños, 2018.
- FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.
- SOUZA, Luana Fontel. Mães na universidade: performances discursivas interseccionais na graduação. 2019. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- GT AGENDA 2030. Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/agenda-pos-2015/>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- MACHADO, Cecília; NETO, Valdemar Rodrigues de Pinho. The labor market consequences of maternity leave policies: evidence from Brazil. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/17859>. Acesso em: 10 abr. 2021.

POR ONDE ANDAMOS?

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 Igualdade de gênero. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5>. Acesso em: 20 abr. 2021.

NUNES, Cicera; SILVA, Livia Maria Nascimento. Acesso e permanência na educação superior x exercício da maternagem: entre trajetórias, representações e exigibilidade de políticas estudantis. *Direito.UnB - Revista de Direito da Universidade de Brasília*, v. 4, n. 1, p. 41–79, ja./abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadeldireito/unb/article/view/28> . 322. Acesso em: 23 abr. 2021.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno Manual Antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero Patriarcado Violência. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. *Rev. Katálysis*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-19, Junho 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802010000100002>. Acesso em: 20 abr. 2021.

TABAK, Fanny. *O Laboratório de Pandora: estudos sobre a ciência no feminino*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

UNIOESTE. Plano de Desenvolvimento Institucional. Anexo da Resolução nº 105/2018-COU, de 4 de outubro de 2018. Disponível em: https://www.unioeste.br/portal/arq/files/PROPLAN/DesenvolvimentoInstitucional/PDI_2021.pdf. Acesso em: 12 ago. 2021.

UNIOESTE. Resolução Nº 356/2005-CEPE. Aprova Regulamento do Regime de Exercícios domiciliares, de 1 de dezembro de 2005. Disponível em: <https://midas.unioeste.br/sgav/arqVrtConteudo/download?arqCntCodigo=11916>. Acesso em: 12 ago. 2021.



Experiências de mães universitárias da classe trabalhadora e não-brancas em uma universidade estadual de Minas Gerais no curso de Educação Física

Carla Chagas Ramalho

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Professora efetiva do Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

Lorrane Martins Lopes

Licenciada em Educação Física pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

Fernanda de Souza Cardoso

Doutora em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); Professora efetiva do Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

Introdução

*Somos mosaicos infinitos
Das infinitas mulheres
Que lutam pelo direito
De ser o que são [...]
(Flávia campos)*

Por meio dessas linhas, temos um texto construído por três pares de mãos, de mulheres que buscam um mundo justo e igualitário para todas e todos. Este trabalho reverbera estudos, pesquisas, pensamentos, inquietações e lutas voltadas para um processo educacional e para uma sociedade que abarque as mulheres, em sua integridade e complexidade, no seu cotidiano. Falamos sobre as mães universitárias e os processos de constante inquietação, culpa, alegria, incentivo e dor para conseguirem concluir seu curso de Educação Física em uma Universidade Estadual, localizada em Minas Gerais. Logo, nosso objetivo neste trabalho é identificar algumas das experiências relatadas por mães universitárias, pretas/negras ou pardas³⁸ e da classe trabalhadora, no curso de Educação Física (EF), na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES).

³⁸ No questionário da pesquisa, foi utilizado o termo preta/negra de forma similar, mantivemos a terminologia neste trabalho.

Foram utilizados, como caminho para investigação, questionários, distribuídos de forma *on-line*, para 12 (doze) acadêmicas do curso de Educação Física, da modalidade Licenciatura e Bacharelado, coletadas em setembro de 2021. As perguntas disponibilizadas à realidade das universitárias, tanto no contexto dentro da Instituição de Ensino Superior (IES) quanto no âmbito familiar. Isso nos permitiu a compreensão de como a rotina dessas mães universitárias se adapta e se adequa a sua formação profissional, de maneira concomitante a sua vida.

Como justificativa acadêmica para este estudo, apresentamos a informação da pesquisa do INEP, realizada em 2016, que contabiliza 57,2% de mulheres como estudantes do Ensino Superior. Este dado ressalta a necessidade de trazer para o debate uma das características dessas mulheres, a maioria em idade fértil³⁹: a maternidade. E, como uma das justificativas sociais, dados do IBGE (2020) demonstram que as mulheres, apesar de terem melhores qualificações profissionais, possuem menos cargos de gerência em empresas. Destaca-se, também, que a ocupação no mercado de trabalho para as mulheres é reduzida, se a mesma possui prole com até 3 (três) anos de idade. Tal fato aponta para a ocupação materna e de cuidado da mulher, a qual se sobressai socialmente.

Há a necessidade de acoplar os dados relatados pelo IBGE com a rotina das universitárias mães às IES. Essa forma de análise unificada é direcionada para a base teórica deste trabalho: o materialismo histórico dialético. Por meio do qual entendemos que a realidade não tem como ser fragmentada. Ou seja, a soma de pequenas partes não se transforma em um todo, e há a obrigação de sua compreensão de forma dialógica e conexa, entre macros e micros estruturas. Considerando essa lógica dialética, construímos nosso referencial teórico, que se embasa em dois tópicos, como veremos logo a seguir: O cuidar para a mulher; Mães universitárias.

O cuidar para a mulher

Na sociedade moderna, dominada pelo sistema socioeconômico vigente, temos o cuidar como atribuição para as mulheres. Essa demanda é reforçada pela divisão sexual do trabalho (MARX; ENGELS, 2019), que confere características e funções para cada sexo determinado.

³⁹ Sendo mais de 60% da população universitária composta de pessoas entre 18 a 24 anos (<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-05/mapa-do-ensino-superior-aponta-para-maioria-feminina-e-branca>).

Ao existir uma separação de funções dentro de uma sociedade hierarquizada, as classificações são feitas pela escala de trazer “bem feitorias”, visando a mais-valia e o capital.

Dessa forma, atividades que geram mercadoria são mais valorizadas e ficam acima das atividades que trazem o “bem estar”, a alimentação e o cuidado para as pessoas. Não à toa, o sistema vigente se intitula capitalismo, pois o que gera capital é tido como superior ao trabalho que não o produz. É neste lugar que o cuidado se encontra e, atrelado a ele, na divisão sexual do trabalho, o cuidado é definido como função das mulheres, o que reforça uma subalternização no âmbito do patriarcado capitalista.

Com a divisão do trabalho, que implica todas essas contradições e que, por sua vez, é baseada na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em famílias individuais, opostas umas às outras, está dada também, ao mesmo tempo, a distribuição, mais precisamente a distribuição *desigual*, quantitativa e qualitativa, do trabalho e seus produtos, e, portanto, está dada a propriedade, que já tem seu germe, sua primeira forma na família, onde a esposa e filhos são os escravos do homem. (MARX; ENGELS, 2019, p. 28).

Esse emaranhado de funções justifica a realidade objetiva que temos na atualidade. O trabalho do cuidado não é reconhecido dentro do capitalismo, pois não há valor no sentido da *mais valia*. Nesse sentido, o cuidado, mesmo voltado para o mercado de trabalho, por meio de profissões como empregadas domésticas, enfermeiras, e professoras da Educação Infantil (reconhecidas como profissões de mulheres), existe a desvalorização no quesito salarial e, como consequência, temos a falta de reconhecimento social.

Não há como desmembrar as funções sociais das econômicas. Estando numa sociedade que se divide e se organiza em classes: ao alocar uma como elite, necessariamente, a outra precisa ser inferior, subalterna. É essa lógica que naturaliza atividades que devem ser mais ou menos enaltecidas, assim como a classificação sexual reforça, a todo o momento, que as mulheres precisam ser protegidas: é o sexo frágil, enquanto os homens são desbravadores, corajosos e protetores. Izquierdo (2010) nos mostra que essa naturalização, inclusive entre as mulheres, robustece a intencionalidade de elas serem defendidas e consideradas inferiores na rotina social.

São condições estruturais que determinam que as mulheres obtenham rendimentos inferiores aos que obtêm os homens, e são condições subjectivas que facilitam que o toleremos, enquanto não nos sentirmos principais responsáveis de contribuir com rendimentos para casa, A luta por um salário digno para as mulheres não será uma prioridade. (IZQUIERDO, 2010, p. 122) [tradução livre]

A partir dessa demonstração, objetivamos a nitidez de que o romper com a desqualificação do trabalho relacionado ao cuidado também depende de uma nova visão e organização do mundo. Mas, para isso, o processo de conscientização deve ser debatido e

difundido entre todas, assim como é necessário diagnosticar a causa que nos serve de aparato e impulso para a compreensão de onde estamos e o que mantemos como natural.

Izquierdo (2013) ainda nos faz um importante apontamento, ao mostrar que a mulher enaltecida pelo cuidado, sem ter uma materialidade em seu trabalho, acaba por se sentir dependente da avaliação de quem cuida para medir suas capacidades. Não por acaso, as meninas são moldadas e estimuladas, desde a tenra idade, a saberem cuidar de alguém: recebem brinquedos como *panelinhas* e *bonecas*, as quais são tratadas como filhas e merecem cuidados. Recebem, também, vestimentas que as impedem de ter uma liberdade de experiência corporal (como saltar, girar, dar cambalhotas por conta dos seus vestidos “de princesa”), entre outras questões.

Essa dependência gera insegurança no perfil das mulheres. Insegurança que não é nata, mas que é estimulada e naturalizada. Insegurança que gera responsabilidade de, inclusive, buscar antever a necessidade de quem cuida, para se qualificar como boa cuidadora (IZQUIERDO, 2013). A necessidade de um reconhecimento social de “boa mãe” ou “boa esposa” traz amarras que evitam e dificultam o rompimento com a lógica da divisão sexual do trabalho.

Mães universitárias

Ao relacionarmos a função social das mulheres ao cuidado, precisamos atentar que a mulher se encontra em idade fértil, de forma conjunta ao período comum para a construção de uma carreira. Período este direcionado, habitualmente, para a realização de uma graduação, especialização, mestrado ou doutorado. Tal fato torna evidente que a gravidez atravessará a vida acadêmica de universitárias, caso elas optem por uma vida voltada para os estudos; ou, ainda, se elas precisarem trabalhar para sobreviver (o que é comum para a classe trabalhadora). Dessa forma, a gestação permeia sua vida profissional, uma vez que tais mulheres escolhem ter filhos(as). Para não tangenciarmos o objetivo deste trabalho, focaremos na história e nas vivências dessa parcela de mulheres: as universitárias que são mães.

Silva (2017) intitula de tripla jornada a rotina das mães universitárias, definida em uma jornada voltada para o trabalho, a maternidade e os estudos. Ressalvamos que o trabalho pode ser direcionado para um vínculo financeiro ou mesmo para a labuta do trabalho doméstico, de manutenção e cuidado do lar. Com essas jornadas sendo direcionadas para a mulher, fica descabido que ela consiga realizar todas as ações de forma solitária. Por isso, Lopes e Ramalho (2022, no prelo) citam a necessidade da rede social de apoio para essas mulheres-mães

conseguirem cumprir todas as demandas direcionadas a elas. As autoras conceituam o termo da seguinte forma:

[...] quando uma mãe possui algum suporte de uma pessoa, ou grupo de pessoas, que possa(m) auxiliar nos cuidados da sua prole para ela conseguir atuar em outras áreas de sua vida; constituindo numa rede que traz apoio para suas funções, seja de forma financeira, emocional e /ou com o cuidado direto com seus(suas) filhos(as). (LOPES; RAMALHO, 2022, no prelo).

Essa concepção de Silva (2017), Lopes e Ramalho (2022, no prelo) reforça o que já havíamos pontuado: as mulheres são vistas e enaltecidas socialmente pelo seu vínculo com o cuidado e pela forma que expressam a ação de cuidar. A normalização dessa função reverbera a necessidade da mulher de se adequar ao mercado de trabalho tendo em vista o cuidado, pois ela não pode e não deve se desvincular dessa função, a qual lhe foi ensinada pela sociedade desde a tenra idade, e que lhe é cobrada constantemente.

Apesar dessa naturalização, habitualmente, não vemos pautas para a construção de creches, lavanderias e restaurantes comunitários, por exemplo. Diante disso, podemos considerar que a atribuição da mulher para essas funções já está subentendida, além de estar relacionada a uma demonstração de amor pela sua família, por sua prole e, dificilmente, cabe espaço para questionamentos. Não por coincidência, em lares com crianças de até 3 (três) anos de idade, a média de mulheres no mercado de trabalho é inferior em comparação aos lares onde não existem crianças naquela faixa etária, como podemos confirmar:

Entre as mulheres de 25 a 49 anos que viviam em lares com crianças de até 3 anos de idade, pouco mais da metade (54,6%) estava efetivamente ocupada. Em lares sem crianças nessa faixa etária, o nível de ocupação das mulheres foi de 67,2%. Entre os homens, o nível de ocupação é superior tanto em lares com crianças com até 3 de idade (89,2%), quanto em lares sem crianças nesse grupo etário (83,4%).

As mulheres pretas ou pardas com crianças de até 3 anos de idade no domicílio apresentaram os menores níveis de ocupação: 49,7% em 2019. Entre as mulheres brancas, a proporção foi de 62,6%. Para aquelas sem a presença de crianças nesta faixa etária, os percentuais foram 63,0%, entre mulheres pretas e pardas, e 72,8% entre brancas.⁴⁰

Com esses dados⁴¹, é possível fazermos outra relação importante para estas linhas: a condição da mulher preta. Esta se encontra como sustento para todas as demais categorias de pessoas na sociedade, são subjugadas e, constantemente, direcionadas para a base da pirâmide social, e se encontram abaixo das condições de uma mulher branca. Estatisticamente, são as pessoas mais pobres da sociedade. Logo, são as que mais dependem de labuta para terem

⁴⁰<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30172-estatisticas-de-genero-ocupacao-das-mulheres-e-menor-em-lares-com-criancas-de-ate-tres-anos>

⁴¹ Frisamos que há carências de dados voltados para mães no espaço universitários, o que dificulta qualquer tipo de ação e/ou política pública para esta população.

POR ONDE ANDAMOS?

condições de se sustentar no mundo capitalista, onde tudo se paga. Esta realidade social, evidentemente, reflete-se no ambiente universitário, como veremos a seguir.

Resultados e discussões

Para retratar a realidade mostrada até aqui, realizamos uma investigação, na UNIMONTES, com as discentes do curso de Educação Física, na segunda metade de 2021. Obtivemos 12 (doze) respostas de mães universitárias, com as seguintes características:

Tabela 1 – Informações sobre as pesquisadas

Mães-universitárias	Período	Idade	Cor	Estado civil	Quantidade de filhos/filhas	Classe econômica
Acadêmica 1	1º	23	Parda	Namorando	Um (a)	Trabalhadora
Acadêmica 2	3º	24	Parda	Casada	Um (a)	Trabalhadora
Acadêmica 3	6º	29	Parda	Casada	Quatro ou mais	Trabalhadora
Acadêmica 4	8º	24	Parda	Casada	Um (a)	Trabalhadora
Acadêmica 5	3º	24	Parda	Casada	Dois/duas	Trabalhadora
Acadêmica 6	1º	45	Parda	Casada	Dois/duas	Trabalhadora
Acadêmica 7	5º	21	Parda	Namorando	Um (a)	Trabalhadora
Acadêmica 8	8º	23	Preta/Negra	Casada	Um (a)	Trabalhadora
Acadêmica 9	5º	25	Preta/Negra	Solteira	Um (a)	Trabalhadora
Acadêmica 10	6º	23	Preta/Negra	Casada	Um (a)	Trabalhadora
Acadêmica 11	1º	28	Parda	Solteira	Um (a)	Elite ⁴²
Acadêmica 12	30	Parda	Em processo de separação	Um (a)	Trabalhadora

Fonte: Próprias autoras

Com essa anamnese, temos definidos os perfis das investigadas. Não temos nenhuma mãe-universitária branca (todas se autodeclararam como pretas ou pardas) e todas são da classe trabalhadora. Fazem parte do perfil que já descrevemos acima, de mulheres que mais precisam adequar sua vida extra domicílio à realidade materna.

Neste trabalho, como parte de um trabalho de conclusão de curso, focamos em duas perguntas do questionário: “Você possui dificuldades financeiras para conciliar a vida acadêmica com a maternidade?”; e “Qual a sua maior dificuldade em se manter na graduação sendo mãe?”. Para fins de análise, a tabela abaixo nos traz as respostas:

Tabela 2 – Respostas das acadêmicas

Mães-universitárias	“Você possui dificuldades financeiras para conciliar a vida acadêmica com a maternidade?”	“Qual a sua maior dificuldade em manter-se na graduação sendo mãe?”
Acadêmica 1	Sim	Por enquanto, nenhuma
Acadêmica 2	Sim	Primeiramente pq o meu curso é diurno e os horários de aula são espalhados durante todo dia, e para q a minha filha fique com uma babá, o custo é alto para mim. E para

⁴²Ao analisar as outras respostas da Acadêmica 11, é possível entender que sua resposta sobre classe econômica provavelmente foi marcada errada. Como por exemplo, a resposta SIM para a pergunta “Você possui **dificuldades financeiras** para conciliar a vida acadêmica com a maternidade?”

POR ONDE ANDAMOS?

		levá-la todos os dias para faculdade não consigo manter concentrada nas aulas, e não consigo absorver o conteúdo.
Acadêmica 3	Sim	Conciliar os horários, até porque meu curso é integral.
Acadêmica 4	Sim	Conciliar as tarefas de casa e filho com os estudos
Acadêmica 5	Sim	A amamentação do meu filho é exclusiva e nem sempre tenho com quem deixar meus filhos
Acadêmica 6	Sim	O tempo.
Acadêmica 7	Sim	A distância, não moro em Montes Claros, faço 4 horas de viagem todo dia (2 h para ir e 2 h para voltar)
Acadêmica 8	Não	Minha maior dificuldade é a sobrecarga que ambas as partes exigem.
Acadêmica 9	Não	O período longo que fico na universidade diariamente, ficar o dia todo longe de casa e ver/conviver pouco com filho é o que mais dificulta tudo, e é claro a falta de estrutura para poder trazê-lo quando puder ou precisar, dificulta muito as coisas também.
Acadêmica 10	Não	Ter que deixar meu filho
Acadêmica 11	Sim	As vezes não ter com quem deixar.
Acadêmica 12	Sim	Nossa são muitas, primeiro ficar longe do meu filho, e não poder cuidar dele integralmente, pois além de estudar tenho que trabalhar, o cansaço me deixa com pouca paciência para ensinar as tarefas e brincar com ele.

Fonte: Próprias autoras

Para a discussão dessas respostas, determinamos uma categoria de análise pós-determinada: O tempo e o cuidado. Nesse sentido, consideramos que, para o presente debate, teremos um diagnóstico fidedigno dos fatos que arcam essas mães (e universitárias) em relação às suas dificuldades de conciliar o curso e a maternidade.

O tempo e o cuidado

Como já abordado neste trabalho, para as mulheres é imposto, na divisão sexual do trabalho (MARX; ENGELS, 2019), a lida com demandas do lar, com o cuidado e com qualquer outra atribuição de âmbito doméstico. Por meio das respostas das nossas investigadas, corroboramos essa tendência.

Mesmo com o não apontamento, nas suas respostas, sobre essas questões, com a base teórica referida, temos o estabelecimento evidente da culpa e da responsabilidade delas com sua prole e com seus afazeres domésticos. Todas (menos a Acadêmica 1 que, segundo ela, por estar no primeiro período, ainda não reconheceu nenhuma dificuldade) apontam para o conflito em conciliar as demandas da prole e os cuidados com a casa e as atribuições da universidade como sua maior dificuldade.

As acadêmicas não direcionam tais problemas como um fardo social. Existe, claramente, uma concepção de aquelas funções serem suas atribuições. Não há questionamento sobre o seu papel. Identificamos, inclusive, falas que destacam o fato de terem que resolver de forma solitária algo que é atribuído a ela. Isto é, como Izquierdo (2010) diz, a naturalização

ocorre de forma tão enraizada que, dificilmente, existe um questionamento se essa função é somente da/para mulher, sendo necessário, apenas, dar conta dessa atribuição.

Analisamos essa falta de questionamento como algo que favorece a manutenção do sistema, uma vez que, se é visto como natural da mulher “dar conta” dessas questões, o debate e a mobilização não ganham espaço político e não se fortalecem como necessidade social. Isso individualiza problemas que são amplos e voltados para organização social, política e econômica. Reforçamos que a necessidade da mulher em se adequar à tripla jornada (SILVA, 2017) e recorrer a uma rede social de apoio (LOPES; RAMALHO, 2022, no prelo) está intrinsecamente voltada para a naturalização da divisão sexual do trabalho, que direciona todas as atividades de cuidado para as mulheres.

Essas mulheres sofrem por ser difícil conseguir equilibrar todas as necessidades de cuidado das pessoas que as cercam, bem como pela dificuldade de conciliar uma vida direcionada para o mercado de trabalho e para a sua formação profissional. Compreendemos que essa divisão, inclusive, separa o mercado de trabalho que tem gratificação financeira no mundo capitalista para os homens, pois, se as mulheres continuam nos seus trabalhos sem remuneração (IZQUIERDO, 2013), os homens também naturalizam sua função de sustentar a família.

O ofício no mercado de trabalho possui valor por gerar mais valia e o trabalho doméstico não possui valor, pois não roda o moinho que sustenta o capitalismo. Ou seja, no sistema capitalista é priorizada a exploração da mão de obra, mas não podemos negligenciar a opressão que antecede o trabalho exploratório que o sustenta, (GRANEMANN, 2009). Ao ter esta divisão amparada pelo sistema sexo-gênero (IZQUIERDO, 2013), a subalternização da mulher se finca, fato que justifica as mulheres investigadas possuírem tal carga social e por se responsabilizarem por essas questões.

Importante ressaltar que o sistema sexo-gênero atribui a marca biológica às cobranças sociais. Izquierdo (2013) não negligencia que há uma construção sobre as solicitações culturais e sociais de uma pessoa, mas ela reforça que essa cobrança é realizada sobre uma base material biológica: o corpo. Logo, o sexo é o ser *macho* ou ser *fêmea*, e o gênero está relacionado ao *feminino* ou ao *masculino*. Por esse motivo, é um sistema denominado sexo-gênero (IZQUIERDO, 2013).

A partir do materialismo histórico dialético, não se pode isolar o sistema sexo-gênero do sistema capitalista. Eles não se somam, eles fazem parte do mesmo todo. O trabalho designado às mulheres, por mais que não seja valioso diretamente para o capitalismo, faz parte de todo o processo. A culpa materna, a cobrança social, e outras naturalizações, também

corroboram para a manutenção da opressão e exploração do sistema, o que demonstra que o sistema não coage apenas pela força. As relações sociais, normatizações e o senso comum, precisam fazer parte do processo para que ele seja aceito com menos atrito possível, o que faz aumentar a sua sobrevida perante a sociedade.

Essas teorizações se confirmam nas respostas trazidas. As acadêmicas atribuem as suas maiores dificuldades justamente à função de coadunar todas as exigências que lhes são impostas e enraizadas como sua competência. A lógica capitalista se reforça diariamente e, enquanto não houver resistência a determinadas ideologias, vão continuar ditando estilo e propósito de vida, considerados adequados para cada grupo e classe.

Portanto, romper com a ideia da divisão sexual do trabalho auxilia na formação de uma nova constituição de ordem social. No sistema vigente, não há como igualar as funções sociais, pois as atribuições, fundamentalmente separadas, conduzem à lógica necessária. Assim, o diagnóstico se faz primordial para a ação teleológica coletiva de novas realidades possíveis, em que a exploração da maioria pela minoria não exista e nem se reforce no cotidiano.

Considerações

Os moinhos de vento do capitalismo precisam girar de forma constante e ininterrupta, os ventos que servem para impulsionar seu movimento são retratados por meio de relações que antecedem o trabalho que gera mais valia. Dentre eles, estão o trabalho doméstico e o do cuidar, destinados às mulheres a partir da divisão sexual do trabalho.

Por esse motivo, para manter a ordem esperada, as mulheres (principalmente as da classe trabalhadora e as pretas/pardas) não possuem estímulos para sua permanência em uma graduação, com a efetiva participação do Estado em disponibilizar creches, refeitórios e lavanderias públicas para subsidiar o trabalho doméstico e trazer o cuidado para a esfera pública. Isso reforça o trato privado para solucionar tais demandas, o que acaba por isolar, muitas vezes, as mulheres dentro da esfera privada, largando seus cursos, especializações e trabalhos para poder cumprir com seu “papel social”.

Essa lógica cria e recria funções, amarras e estruturas para se manter. Por isso, salientamos que o trabalho de conscientização de classe, atrelado ao entendimento do funcionamento do capitalismo, é urgente para a emancipação das mulheres e, prioritariamente, a emancipação social. Não há como pensarmos em uma sociedade sem opressão, mantendo a exploração.

As demandas, como já foi dito, convergem e se fortalecem cotidianamente. É necessário problematizar as tarefas, romper com a divisão sexual do trabalho, a fim de conseguirmos

construir uma sociedade igualitária. Diante disso, é preciso enfatizar que a definição de trabalhos, que não geram mais valia para as mulheres, as aprisiona em uma rotina de culpa, quando não conseguem desempenhar tudo o que lhe é exigido ou quando elas buscam quebrar com o padrão que é esperado, estando no ambiente público.

Conclui-se que as mulheres e mães investigadas reforçaram o perfil fomentado pelo sistema capitalista, mesmo ao estarem no espaço público, ao almejarem uma qualificação para a entrada no mercado de trabalho. Tais mulheres não enxergam como função de outra pessoa o cuidado com a prole e trazem para si a necessidade de aglutinar todos os serviços, somando-os à sua rotina. Essa postura gera sobrecarga para essas mulheres, o que podemos aferir nas respostas observadas, e reverbera numa sociedade que continua a classificar e a hierarquizar pessoas.

Aguardamos pelo dia em que as mulheres sejam efetivamente livres para escolherem sua função social, assim como as classes não sirvam mais para separar condições de vidas de pessoas. Ou, ainda, esperamos que mães possam se reconhecer como pessoas que não possuem atribuição nata ao cuidado.

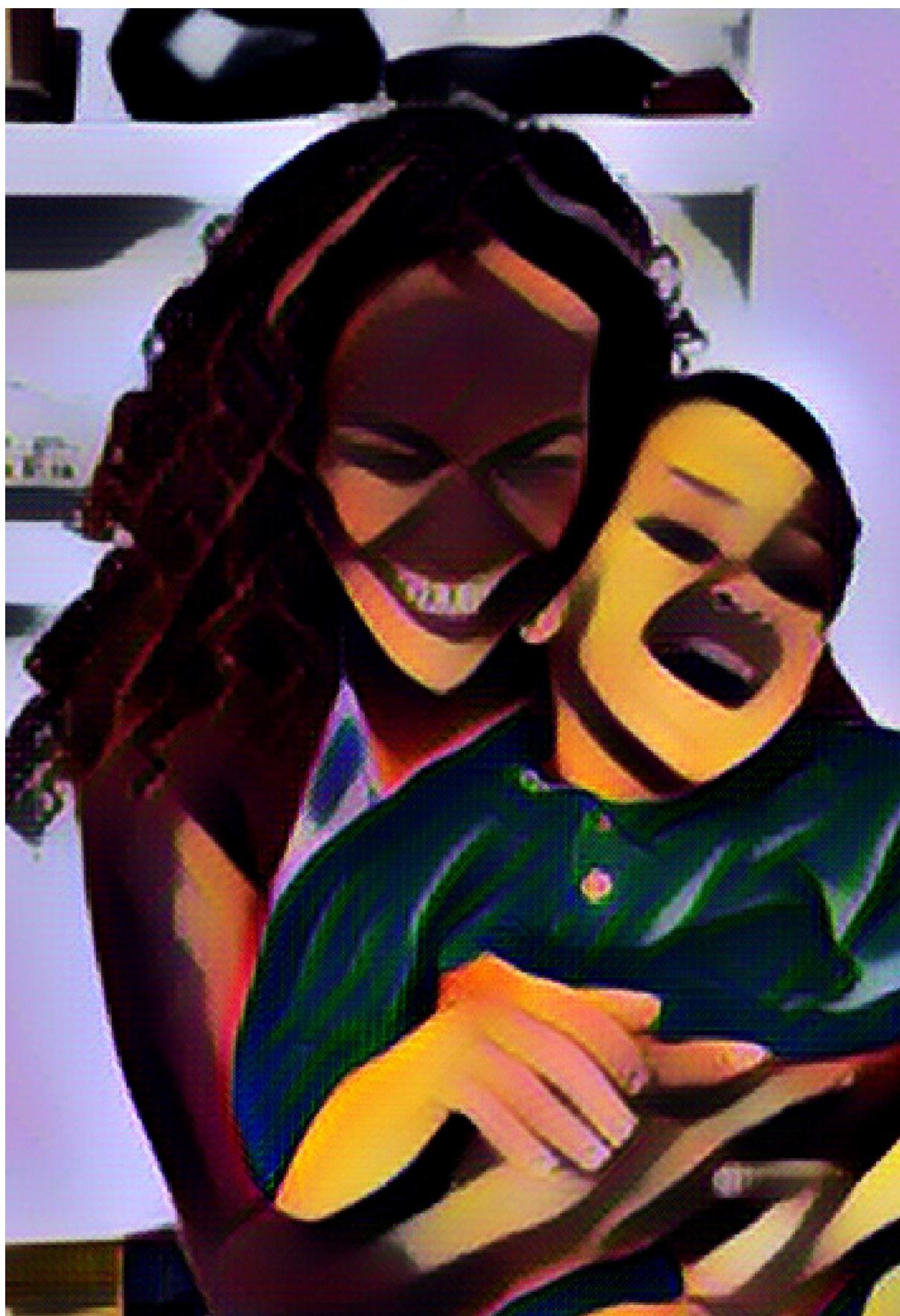
Aguardamos e lutamos pelo dia em que tenhamos uma vida emancipada em sua essência.

Referências

- GRANEMANN, Sara. O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/Abepess, 2009. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/file/s/arquivos/s709726Gx6l8W29E12Si.pdf> Acesso em: 11 nov 2022.
- GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- IZQUIERDO, María Jesús. La construcción social de género. In: DÍAZ, Capitolina (org.). *Sociología y Género*. Madrid: Tecnos, 2013.
- IZQUIERDO, Maria Jesus. As duas faces da desigualdade entre mulheres e homens: exploração econômica e libidinal. *Quaderns de Psychology*, v. 12, não. 2 P. 117-129, 2010. Disponível em: <https://quadernsdepsicologia.cat/article/view/v12-n2-izquierdo/716> Acesso em: 11 nov 2022.
- LOPES, Lorrane Martins; RAMALHO, Carla Chagas. Rede Social de Apoio e a Maternidade durante o curso de Educação Física. *Revista Eletrônica Nacional de Educação Física*. Edição Especial – Anais do V Simpósio de Pesquisa em Educação Física, 2022. No prelo.
- MARX, Marx; ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã*: crítica das mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

POR ONDE ANDAMOS?

SILVA, Juliana Marcia Santos. *Mães adolescentes negras na UFBA: As intersecções entre maternidade, raça, trabalho e ensino*. 2017. 81 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/27167/1/TCC%20completo_juliana%20marcia%20santos%20silva.pdf. Acesso em: 06 out. 2022.



Discentes-mães no ICZEZ/UFAM: dilemas e desafios para a permanência no espaço acadêmico em Parintins-AM

Valmiene Florindo Farias Sousa

Docente Adjunta do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Yanne Lima Reis

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas(UFAM)

Introdução

Cronometrar o tempo em pesadas rotinas domésticas, cuidados com filhos, leituras, fichamentos e trabalhos, na tentativa de deixar “tudo encaminhado” para enfim, pegar uma carona ou dirigir sua bicicleta ou moto para seguir até a universidade. Quem disse que os desafios se tornam menores na Universidade? Neste local a preocupação se intensifica, principalmente quando essa mãe não tem com quem deixar seus filhos ou não dispõe de condições financeiras para custear babás, escolas infantis, creches.

Com o intuito de permanecer na universidade, as mães discentes encontram-se sob múltiplos desafios, fazendo escolhas difíceis: terminar o trabalho ou acompanhar o filho nas atividades escolares? Levar ou não seu filho/filha de colo para a aula? E se atrapalhar a atividade dos colegas? Como vou limpar o bebê? E como farei se ele/ela chorar?

A realidade dessas discentes e a sobrecarga que possuem, com base em Marchand (2020), são os primeiros obstáculos que se materializam na falta de estruturas físicas dos espaços acadêmicos para receber as crianças das mães discentes e na falta de sensibilidade de colegas e professores que se incomodam, e por vezes não toleram a presença infantil, a imagem da criança no cenário acadêmico ameaça a invisibilidade do cuidar que é tão cômoda para a sociedade machista e patriarcal.

Mediante a essas questões e sobretudo por sentir em minha própria experiência enquanto mãe-discente da Universidade Federal do Amazonas em Parintins esses desafios, me propus nesta pesquisa que é fruto de Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, analisar os dilemas e desafios que mães-discentes vivenciam para a permanência no espaço acadêmico.

Parte-se da premissa de que a presença da mulher nas universidades enquanto discentes é acentuada, mas sua condição enquanto mãe-discente ainda é permeada por intensa sobrecarga, desgaste de toda ordem, bem como ausência de políticas afirmativas que acolham

suas necessidades e incentivem sua permanência. Portanto faz-se necessário a ampliação de estudos críticos e discussões na comunidade acadêmica para que sejam pontuadas situações cotidianas acerca da criação de programas de incentivos para a permanência desse público, local este, que é abrangente por pessoas com múltiplas concepções e histórias de vida a serem consideradas, ressaltando ainda, que este ambiente acadêmico deve ser um espaço também de acolhimento e de reflexões sobre a formação sobretudo de padrão civilizatório de emancipação humanas.

Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa foi analisar os principais dilemas e desafios para as discentes mães no ICSEZ para a permanência no espaço acadêmico e como objetivos específicos: identificar o perfil das mães discentes a partir da sua situação socioeconômica e familiar; analisar a percepção das mães discentes sobre seus dilemas e desafios para a permanência na universidade e; perfilar as demandas objetivas das mães discentes e discutir o papel de políticas de permanência na universidade para esse público.

Quando se fala em dilemas e desafios da maternidade no contexto acadêmico, é importante enfatizar que para a referente pesquisa houve a participação de quarenta mães discentes do ICSEZ. Para cumprir com os objetivos propostos essa pesquisa adotou-se o método de análise materialismo histórico dialético, a partir desse método o objetivo do pesquisador é alcançar a essência do objeto, apreender a estrutura e a dinâmica do objeto pesquisado, parte-se “além da aparência fenomênica, imediata e empírica” e para compreender a essência “por meio de procedimentos analíticos e operando sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz no plano ideal a essência do objeto que investigou”(NETTO, 2011, p. 22)

A metodologia utilizada para a coleta de dados foi através de formulário online contendo questões abertas e fechadas de análise quali-quantitativa que segundo Minayo (2001, p.22) o conjunto de dados quantitativos e qualitativos, não se opõem ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia.

Entendemos como dever social e acadêmico incentivar diálogos para que sejam efetivados o direito à educação e permanência para todos/as, tecer análises críticas sobre o ambiente acadêmico favorecendo a equidade, não compactuando com o valor hegemônico da sociedade capitalista e patriarcal que discrimina e violenta mulheres a cada instante, então é preciso que nesse espaço onde se configura uma universidade pública sejam fomentados estudos referentes a gênero em uma sociedade patriarcal, racista e capitalista e maternidade.

Os desafios da maternidade na sociedade opressora

Numa sociedade opressora patriarcal, racista e capitalista, a maternidade impõe um paradigma de escolhas para a mulher: entre vivenciá-la integralmente num trabalho reprodutivo e não pago ou se envolver no mundo público de maneira expropriada do seu corpo e de seus saberes. Com isso, as mulheres carregam culpabilizações conforme suas escolhas ou não-escolhas, propagadas no machismo estrutural, a negação dessa mulher quanto a seus sonhos, o adiamento deles em favor dos cuidados que lhe são exigidos em comum acordo com as ideologias para o desenvolvimento populacional, e o desenvolvimento do sistema capitalista, como não sendo possíveis de serem conciliados, do mesmo modo, como a maternidade fosse somente de responsabilidade e exclusividade da mulher.

A história remete que até o final da idade média, o papel da maternidade era muito diferente, as relações de mãe e filho eram totalmente distintas, quanto a exaltação do amor materno é um fato recente na cultura ocidental. A imagem da mulher era retratada como procriadora expressando-se para as famílias ricas, em que as mulheres não amamentavam seus filhos, havia as amas de leite, que além de amamentarem cuidavam das crianças, expressando o racismo estrutural que é imbricado com outras estruturas na vida de mulheres negras trabalhadoras.

Com o desenvolvimento do capitalismo e a expansão da classe burguesa, surgiu uma nova concepção sobre a maternidade e família, através da acumulação de bens proporcionadas pelo capitalismo, era preciso transmitir herança dentro do próprio ambiente familiar. Havia-se a necessidade de rever duas grandes questões, a primeira era as altas taxas de mortalidade, as crianças tinham que sobreviver, e a segunda que tinham que receber algum tipo de conhecimento, para darem continuidade aos projetos idealizados pelos pais.

Em 1770, com a organização econômica e social a estrutura foi sendo modificada, envolvendo médicos, igreja, governantes, em prol da campanha para exaltar o amor materno como valor social. A mulher passou a ser chamada para os cuidados dos filhos/as, recebia ordenamentos para amamentarem, havia os estímulos para amamentação, evitando-se os índices elevados de mortalidade entre as crianças (BADINTER, 1985).

Com a respectiva mudança, resultou na mulher ser consagrada como eixo da família, gerou também impactos quanto às atribuições maiores às mulheres. Tais concepções não diferem do Brasil, que de acordo com Venâncio (2002), as intensas modificações da burguesia no final do século XVIII, em que as transformações teriam sido revestidas pela condição do país colonial. Apontando que neste período a maternidade era negada.

Venâncio (2002) salienta que os índices de crianças abandonadas incomodaram a população, causando indignação, e nos séculos de XVIII e XIX foram criadas pelos portugueses, instituições como a Santa Casa de Misericórdia no Brasil, para acolher com medidas de incentivo às crianças que fossem adotadas por outras famílias, as crianças passaram a ser recolhidas das ruas e batizadas, as câmaras passaram a auxiliar as famílias que aceitassem criá-los, tudo em detrimento da lógica capitalista para sua expansão.

No século XIX, como focaliza Moreira (2009), com a implantação das faculdades e academias de medicina, surgiram projetos ao combate das taxas de mortalidade de crianças e bebês abandonados, os médicos contribuíram para reforçar a ideia de maternidade como natural da mulher, promovendo o cuidado maior das mães pelos filhos, e dessa forma a diminuição dos índices de mortalidade no Brasil e a expansão da população.

Na contemporaneidade a maternidade é exercida como um retorno do discurso naturalista, propagados em decorrência das tendências neoconservadoras, o desejo de ter filhos costuma entrar em conflitos com outras instâncias da vida da mulher tendo como estes o estudo e trabalho.

multiplicaram-se as responsabilidades, aumentando também o sentimento de culpa conforme as representações que criaram em torno do feminino, na idealização da mãe perfeita, das mães que não se cansam, das mães que não precisam de nada, o que ocorre através dessa figura idealizada sobre a mãe, é que cria na mente tanto delas como na mente dos filhos expectativas errôneas, que quando não são cumpridas gera ainda mais frustrações e angústias tornando mais suscetíveis ao adoecimento mental acerca de todas as tarefas que tem que executar e ao desgaste físico.

Nesse sentido, precisa-se ser revisado o conceito de maternidade contemporânea como reitera Saffioti (2004, p.321):

A igualdade de oportunidades pressupõe a partilha de responsabilidades por homens e mulheres em qualquer campo de atividade, incluso o espaço doméstico, não se trata de ensinar os homens a auxiliarem a mulher no cuidado com os filhos e a casa, pois sempre que a atividade de alguém se configurar com ajuda, a responsabilidade é do outro, nada mais injusto do que tentar disfarçar a dominação dos homens sobre as mulheres.

O lugar da mulher mãe: de cuidados filhos/filhas à inserção na universidade

No período colonial do Brasil, as mulheres tardivamente passaram a ter o direito à instrução escolar, eram lhes atribuídas serviços domésticos e o cuidar da família, discursos estes provenientes de Portugal para a colônia brasileira.

Com a vinda da Família Real para o Brasil e a independência no ano de 1822 foram sinalizadas a preocupação com a educação feminina e o ensino primário seria competência do Estado, ofertado para as meninas e lecionada por professoras. Segundo Beltrão e Alves (2009), a economia colonial brasileira, fundada na grande propriedade rural e mão de obra escrava, deu-se pouca atenção ao ensino formal para homens e nenhuma para as mulheres.

O século XIX marcou significativamente as mudanças na relação à educação feminina, por envolver fatores econômicos, políticos e culturais, e o surgimento das primeiras instituições direcionadas à educação feminina normais foi a principal formação profissional feminina, com a adesão de poucas mulheres matriculadas.

No início do século XX, ocorreu a mudança na condição política da mulher, conquista do direito ao voto em 24 de fevereiro de 1932, por intermédio do decreto do Presidente Getúlio Vargas, resultou-se na conquista da alfabetização feminina, crescente cada vez mais, porque segundo Beltrão e Alves (2009), “os políticos tinham interesse na alfabetização geral da população principalmente das mulheres, somente as pessoas alfabetizadas poderiam votar.” Com isso, estabeleceu-se a estratégia política em consonância a um aspecto positivo na realidade das mulheres, que além de votarem poderiam entrar para as escolas.

No Brasil, o acesso ao ensino superior foi somente no final do século XIX, os estudos secundários eram masculinos, além de caros, os cursos normais não habilitavam as mulheres para as faculdades datando os anos de 1880. Beltrão e Alves (2009) afirmam que, o decreto imperial que concedeu à mulher para a matrícula em curso superior data de 1881 foi árdua à conquista, pois os estudos secundários eram essencialmente masculinos, além de caros eram restritos à classe burguesa, os cursos normais não habilitavam as mulheres para as faculdades, prevaleceu-se então o viés patriarcal imbricado nestes espaços.

No período de 1945-1964 (Pacto Populista) surgiram grupos populares pedindo pela democratização do ensino, somente na LDBEN conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional com a lei de nº 4.204/61 que foi garantida equivalência de todos os cursos de grau médio, com possibilidades para as mulheres que faziam o magistério também concorresse aos vestibulares.

A Constituição de 1988, preconiza o direito à educação e a igualdade entre todas e todos, sendo efetivada no artigo 6º e 205 da CF, um direito de todos e dever do Estado e da

família, deverá ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Com base nas conquistas e inserção das mulheres em universidades, as pesquisas realizadas, revelam que atualmente as mulheres são a maioria no ensino superior, mas possuem dificuldades na permanência nos espaços científicos por diversos fatores, principalmente por razões econômicas, sociais e emocionais para enfrentar as adversidades do universo acadêmico que lhe são impostas.

Assim, afirma Louro (1997, p.241), “as mulheres que afrontam uma ciência classista, misógina, branca e tradicional, desafiando a ciência do não lugar, a ciência excludente, que nega traços do vivido, do simbólico e daquilo que é sentido.” Logo, tal afirmação implica em reafirmar a influência predominante de um sistema que reproduz a subserviência em pleno século XXI.

No caso de mães discentes estas sentem-se exauridas, sem tempo, pois ambas as funções demandam sobrecarga física, emocional e racional extremas no educar e cuidar. Cada mulher cria suas estratégias para conciliar tais funções, mas para isso é necessário suporte familiar e social. Para Touraine (2007), essa crescente opção das mulheres por condutas ambivalentes, é sinal de uma transformação cultural profunda e deveria ser um ponto focal a ser considerado nos estudos sobre a mulher contemporânea.

Nesse contexto manifestam-se todas as formas de poder e violências nas instituições acerca da matriz histórica permeada de lutas e resistência, em razão dessa sobrecarga e dos diferentes papéis sociais a mães que estudam implicando adoecimento e sofrimentos de toda a ordem que incidem no sua maternagem⁴³ e no seu rendimento acadêmico, o que será mais bem explicitado a partir da particularidade das mães discentes no ICSEZ/UFAM em Parintins.

Dilemas e desafios para as mães discentes no ICSEZ⁴⁴ para permanência no espaço acadêmico

Os dados do referido estudo foram coletados através do “Google Forms” trata-se de uma Plataforma digital visando a aplicação de questionário online com perguntas abertas e

⁴³ Gradvohl et al (2014, p. 56), sobre este tema explica que “enquanto a maternidade é tradicionalmente permeada pela relação consanguínea entre mãe e filho, a maternagem é estabelecida no vínculo afetivo do cuidado e acolhimento ao filho por uma mãe”.

⁴⁴ O Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ) Parintins foi criado através das Resoluções CONSUNI/UFAM nº 022/2005 e CONSUNI/UFAM nº 025/2006, a instalação deu-se em 24 de setembro de 2007 objetivando um maior alcance da educação superior fora de Manaus por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI, decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007)

fechadas. O retorno de respostas foi de um quantitativo de 40 mães discentes de todos os cursos⁴⁵ no ICSEZ.

Quanto à faixa etária das participantes, as mães discentes 7% estão entre 18-20 anos, e o maior quantitativo de 55% de entrevistadas está entre 21-25; e 22% estão entre 26-30 anos (13%), estão na faixa etária de 31-35 anos e acima registrou-se (13%), 3% delas não informaram sua idade.

55% das mães são jovens entre 21 a 25 anos que vivenciam a maternidade. Tais dados caracterizam um perfil jovem dentre as mães discentes do ICSEZ sendo que muitas mulheres já era mães antes do ingresso na graduação, 45% foram antes do curso; 12% antes e durante o curso; 40% durante o curso, e 3% não informaram, conforme o Gráfico 02 representa:

Para as que se tornaram mães durante o curso, 30% fizeram o uso da Licença Maternidade efetivando assim seu direito materno, e outras 65% não fizeram o uso, por sentirem-se intimidadas, desconhecimento de tal direito e por temerem perder conteúdos essenciais para o seu desempenho acadêmico e assim haver mais atrasos quanto a finalização de curso, e outras 5% não informaram por motivos adversos.

A proporção maior foi para o quantitativo de mães discentes destaca ser do gênero feminino 67% e sobre a orientação sexual das entrevistadas 2% se declaram bissexuais; 93% heterossexuais e 5% não responderam.

Sobre a autodeclaração/pertencimento étnico racial 5% das mães discentes consideram-se brancas, 92% se autodeclararam pardas, e dessas 2% preferem não se identificar. É importante ressaltar que o termo “pardo” de acordo com Guimarães (2013) encobre os aspectos da construção social que o conceito de raça engloba como bandeira reivindicatória contra as injustiças praticadas contra negros e negras.

67% das mães discentes possuem 1 única criança, 18% das mães têm 2 filhos/as e 15% são mães de 3 ou mais filhos. As idades das crianças é de, 32% para crianças entre 1 mês-1 ano; 50% de 2-5 anos; 13% de 6-9 anos, 5% de filhos/as cuja idade é 10-13 anos.

Sobre o estado civil, 12% das mães discentes são casadas; 40% solteiras e 48% em uma união estável. No que concerne a renda 92%; mantém-se através de 0-1 salário-mínimo, 2% sustentam-se com 2-3 salários; outras com 4-5 salários representa 3%, coincidindo no mesmo percentual para as que não informaram.

Esses dados apresentam um percentual alarmante para a questão socioeconômica a qual impacta nas escolhas e acessos a essas mulheres que estão em situação de vulnerabilidade social

⁴⁵ Administração, Artes Visuais, Comunicação Social/Jornalismo, Educação Física, Pedagogia, Serviço Social e Zootecnia

carecendo principalmente de habitação. 75% delas enfrentam problemas de moradia, 50% encontram-se em casa cedida vivendo em um espaço que não é seu, havendo conflitos entre familiares e as outras 25% moram de aluguel, sendo que estas lidam com incertezas quanto ao pagamento do valor do aluguel, além da convivência com sua família numerosa, o que demanda mais despesas e com uma renda desfavorável para a manutenção das necessidades básicas de um indivíduo.

Quanto à relação de emprego 82% não trabalha e 18% trabalham. Ou seja, evidencia-se que a maioria não possui atividade laborativa e depende unicamente de projetos e bolsas acadêmicas para permanecerem nos estudos e conseguirem manter suas necessidades básicas, dependendo da abertura de editais para projetos da instituição a fim de custear suas despesas pessoais e estudantis.

Revela-se que as respectivas mães discentes, encontram-se em situação de precarização social e econômica sobrevivendo com a renda menor que um salário-mínimo. A carestia econômica traz também consequências para a saúde psicológica e física dessa mulher, com preocupações nos diferentes âmbitos de sua vida, interferindo no desempenho de seus papéis sociais e na forma de lidar com os problemas decorrentes de uma sociedade desigual principalmente para mulheres, que além das violências perpetuadas por ser mulher, estão sujeitas a condições de exclusão e exploração do seu trabalho não pago.

Constata-se que a vivência da maternidade na academia em Parintins é envolvida por dilemas e desafios que incidem na permanência de mulheres mães na instituição, 85% das entrevistadas apontam que encontram dificuldades em manter-se no ICSEZ, 12% não encontram empecilhos e 3% não informaram.

As entrevistadas constantemente enfrentam barreiras para o desenvolvimento dos estudos, 36 mães discentes apontaram que não conseguem entregar no tempo hábil trabalhos e demais exigências. Nesse sentido, é importante considerar a flexibilização por parte dos/as docentes, quanto às mães, quanto a prazos e formatos de trabalho que considerem a especificidade desse público, visto que as situações enfrentadas denotam desgaste físico e mental, bem como a ausência de acolhimento social por parte da instituição, como demonstra a Tabela 01:

Tabela 01 - Situações vivenciadas pelas mães discentes.

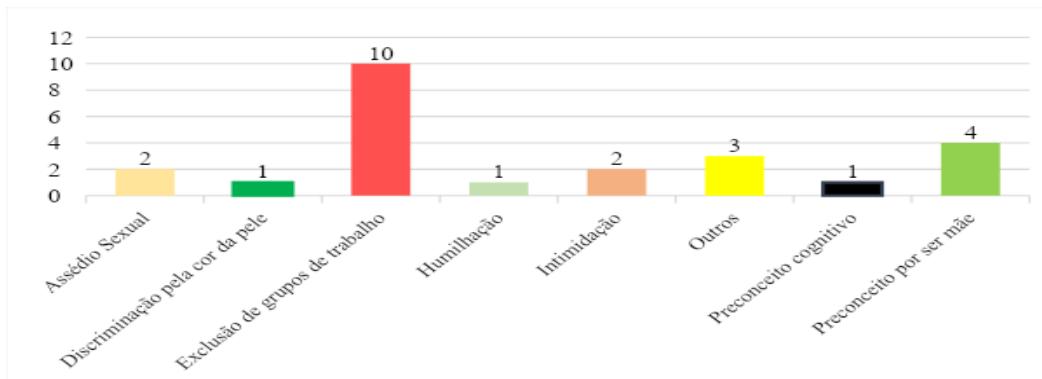
SITUAÇÕES VIVENCIADAS PELAS MÃES DISCENTES	QUANTIDADE DE RESPOSTAS DAS ENTRVISTADAS
A universidade não dispõe de estruturas	30
Ansiedade, sobrecargas físicas e mentais	32
Constrangida por levar os filhos	11
Não conseguir entregar nos prazos certos	36
Não dispor de condições financeiras	18
Não me sinto acolhida e representada	8
Não ter com quem deixar os filhos	35
Quando levo minha criança as pessoas se incomodam	3
Questões pessoais (doenças, consultas médicas, etc.)	22
Ter que optar por trabalhar ao invés de estudar	13

Fonte: Pesquisa de Campo (2022).

Sem estrutura e com mínima condição financeira, muitas vivem com dilemas por optar pelo trabalho para garantia de suas necessidades básicas, ou estudar, trabalhar e cuidar de suas crianças; 18 alegam não ter condições financeiras para custear despesas básicas e acadêmicas para manter seus estudos, dependendo de programas da instituição quando são contempladas, e das ajudas de colegas e até mesmo dos/as docentes; outras se silenciam quanto as suas problemáticas, porque pensam que o problema é só delas, quando que é um problema social, está expressa na questão social, 11 delas sentem-se constrangidas por levar seus filhos/as devido aos choros e principalmente por ser um local estranho para as crianças, automaticamente demonstram através do choro a vontade de sair, e também pela dificuldade de concentração, quando se leva uma criança para a sala de aula, é todo o instante a dualidade em prestar atenção para o professor/a que está ministrando as aulas, ou para as insistências das crianças para receber a atenção da mãe.

Nota-se que as mães discentes não se sentem acolhidas e representadas na Instituição pela falta de assistência e empatia que infelizmente explicita a desigualdade de gênero, visto que a universidade também é um espaço de reprodução de violências e exclui as mães dos espaços, como apontado no gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Tipos de preconceito que já enfrentou por ser mãe



Quando questionadas se já foram vítimas de algum tipo de discriminação na instituição, 73% das mães discentes afirmam que sim. O preconceito decorre de juízos provisórios e baseados em afirmações que procedem do cotidiano não refletido, portanto, a ideia preconceituosa de que mães (principalmente de crianças abaixo de 2 anos) não tivessem o direito de ocupar a universidade em razão das crianças. Tal tipo de preconceito é uma violência reproduzida na sociedade capitalista patriarcal de exclusão de mulheres dos espaços científicos como ocorreu no período do século XVIII.

Quando questionadas sobre o dilema entre os cuidados dos filhos e a universidade, 78% das entrevistadas apontaram que vivenciaram em algum momento da trajetória acadêmica. Esse dilema exclusivamente de mulheres (pela carga mental, social e material dos cuidados com os filhos) influenciam significativamente no fator psicológico, físico e emocional dessas mulheres e resulta no rendimento acadêmico porque a maioria se sente pressionadas a lidar com as demandas dos filhos e as exigências da universidade

No percurso acadêmico 15% dessas mães discentes apontaram que desenvolveram ansiedades, sobrecargas físicas e mentais que afetam em suas decisões e por vezes são pressionadas em “dar conta de tudo” e lidar com os seus anseios pessoais, como afirma Melo apud Menezes et al., (2012), tais cobranças externas passam a ser reproduzidas internamente pelas próprias mães. “[...] o sentimento de culpa gerado por não desempenhar um papel socialmente adequado no cuidado com os filhos e pela própria cobrança destes pode atrapalhar seu desempenho no trabalho e em outras atividades.” (apud MENEZES et al., 2012, p.36).

Quando perguntadas por quais razões sentiram-se angustiadas, 16, 93% das mães discentes sentem-se frustradas e angustiadas por não conseguir executar todas as suas demandas e principalmente por não poder acompanhar as aulas em virtude dos/as filhos/as por várias razões, 20% afirmam que não se sentem no mesmo nível de desempenho acadêmico como enfatiza o trecho da mães discente do Curso de Artes Visuais “muitas vezes deixamos o

POR ONDE ANDAMOS?

que estamos fazendo relacionado a faculdade para cuidar do filho/a, então os estudos acabam ficando em segundo plano”.

As mães discentes vindas de outras localidades (comunidades rurais e outros municípios) sofrem pelo distanciamento e preocupação com os filhos/as resultando no seu desempenho acadêmico e no dilema afirmado no trecho da discente do Curso de Serviço Social (Pesquisa de Campo, 2022):

Influencia no fator de você não poder dar atenção 100% para o filho e para os estudos. Vivo um pouquinho longe do meu filho, mas sei que ele está com a minha mãe e está bem, mas mesmo assim, me preocupo, e com isso meu cérebro não consegue compreender os estudos por conta da preocupação.

18 mães discentes apontam que costumam estudar somente na madrugada pois devido aos esforços durante o dia, já se encontram cansadas, e isso reflete na qualidade de vida dessa mulher, que não descansa, abdica do sono para estudar, como relata o trecho. Nesse sentido na avaliação sobre ser mãe e estudante 10% pontuaram que a maternidade dificulta o desempenho, porque precisam se redobrar nos cuidados e nos estudos e nem todos os dias conseguem ser produtivas, 14% relatam que é cansativo, porém é gratificante, não há melhor sentimento do que se esforçar e com todo o seu avanço sentirem-se gratas com tantas experiências adquiridas, 7% dizem que é de incertezas, pois se auto avaliam se realmente vão conseguir dar conta de tudo que é lhes são atribuídas, 13% é reinvenção todos os dias, precisam ser estratégicas nas rotinas para conseguir, 19% sinalizam que é desafiador por incontáveis motivos já supracitados, 17% reconhecem que exige muito esforço, e é necessário rede de apoio para conseguirem a conciliação dos estudos e maternidade.

Por tais questões, cumpre ser repensado dentro da instituição e reavaliado de forma que as condições disponíveis a esse público possam propor mecanismos favoráveis para a permanência nos espaços científicos às mulheres.

As demandas de mães discentes se acentuam porque apesar do acesso à universidade ter se tornado realidade para essas mulheres, as condições de permanência são perpassadas tanto pela dificuldade na realidade socioeconômica e familiar quanto pela ausência de apoio de políticas institucionais de enfrentamento dos impactos das problemáticas existentes para o público-alvo, assim como manifestam os trechos a seguir:

Ser mãe vem antes de ser estudante, quando não se tem filhos, é uma preocupação a menos, você pode se dedicar às atividades, sendo mãe o estudo vem sempre em segundo, terceiro lugar, pois primeiro vem as necessidades familiares, trabalho, pois precisamos sustentar nossos filhos, pagar as contas, o que acaba muitas vezes preocupando a mulher, com a preocupação dos cuidados, parte financeira. Essas preocupações se

POR ONDE ANDAMOS?

intensificam em relação a segurança dos nossos filhos, com quem deixar, se vão ser bem cuidados. Contudo são os filhos, nossos maiores incentivos para continuar estudando, buscando uma vida melhor para estes, sendo um exemplo para os mesmos." (Discente, Curso Administração, Pesquisa de Campo, 2022).

É evidente que a maternidade não se encerra no gestar, parir e amamentar e, portanto, os cuidados que se seguem no desenvolvimento de uma criança devem ser compartilhados, visto que é dever de todos a proteção às crianças conforme define o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 4º. A Tabela 02 enfatiza algumas das necessidades que as mães discentes pontuam:

Tabela 02 - Curso e necessidades das mães discentes

CURSO DAS MÃES DISCENTES	NECESSIDADES DAS MÃES DISCENTES
Discente de Educação Física	Saúde, alimentação, pagamentos de conta de água, luz, xerox, gasolina etc.
Discente de artes visuais	Alimentação, saúde, apostilas, internet etc.
Discente de Administração	Custo alimentação, vestuário, calçados, aluguel, fora outras necessidades que aparecem com o dia a dia.
Discente de Pedagogia	Preciso garantir a alimentação todos os dias, pacote de dados, pagar o transporte, compra de materiais para fazer trabalhos de aula.
Discente de Serviço Social	Tento suprir nossas necessidades como colocar gasolina, despesas com as coisas de criança, alimentação, medicamentos etc.
Discente de Comunicação Social	Devido a minha filha está dentro do transtorno do espectro autista ela necessita de acompanhamentos e terapia e isso demanda muitos gastos
Discente de Zootecnia	Dependo de bolsa da UFAM para necessidades como higiene, alimentação, xerox, remédios, transporte etc.

Fonte: Pesquisa de Campo (2022)

É imprescindível repensar no papel da família bem como os auxílios acadêmicos e apoio de redes para enfrentar os dilemas, desafios e consequentemente adoecimentos dessa mulher, mas principalmente cabe à instituição promover e ampliar políticas afirmativas com desmembramento de ações que garantam estruturas físicas e mudanças comportamentais e até mesmo didático-pedagógicas quanto o papel de professores no acolhimento e em estratégias pedagógicas inclusivas para a permanência da demanda em análise.

Nesse sentido, ao serem estimuladas a sugerir estruturas/equipamentos e serviços na instituição, as discentes destacam a importância de implantação de espaços, como as creches ou brinquedotecas que beneficiariam bastante para a conciliação da maternidade e estudos, deixando-as mais tranquilas e seguras e assim teriam um melhor rendimento acadêmico, pois evitaria o conflito em optar por se ausentar das aulas ou frequentar as aulas levando as suas crianças, como os trechos sinalizam:

Essas questões precisam da contrapartida e representatividade da instituição para direcionar e ajustar as ações estabelecidas no tripé da universidade com o ensino, pesquisa e extensão, fortalecendo os grupos institucionais a partir de diálogos com as entidades sociais e movimentos sociais e sobretudo as mulheres. Nesse sentido, vale destacar a ausência de espaços de escuta coletiva em que essas mães discentes possam se organizar politicamente na instituição.

Sabe-se que no processo de redemocratização das universidades públicas encontram-se desafios a essas propostas, pois a ciência e a educação não são tidas como políticas prioritárias de investimento público, mas é preciso reconhecer que o problema existe, a demanda é real e precisa ser qualificada, politizada e institucionalizada.

Considerações finais

Esta pesquisa analisou os principais dilemas e desafios para as discentes mães no ICSEZ-UFAM para a permanência no referido espaço. Quarenta mulheres de todos os cursos que a instituição oferta responderam, um quadro revelador de incidências do contexto patriarcal que estrutura nossa sociedade e direciona às mulheres para um lugar de padronização, submissão e exclusão. Ao mesmo tempo e paradoxalmente são essas dificuldades levam às mães discentes a uma postura de resiliência, persistência e determinação em busca da formação educacional para sua emancipação e autonomia, principalmente financeira.

Os dilemas e desafios para a permanência das mães discentes são trazidos com muito pesar, visto que as mesmas enfrentam nas suas rotinas sobrecarga e sobreposição de atividades. Essa situação agrava-se ainda mais, por essas mães discentes não encontrarem rede de apoio na própria família, nem creches no Município e tampouco na universidade. Nesse sentido, elas próprias criam suas estratégias para permanecerem nesses espaços que ainda seguem o modelo colonial, excluindo e limitando esse público.

Pode-se afirmar, através dos relatos, que existe uma cobrança rígida quanto ao rendimento e avaliações, e que não são consideradas situações que requerem a presença da mãe na vida dos/as filhos/as (adoecimentos, principalmente). Por outro lado, percebeu-se que as mães discentes se sentem cobradas e culpadas enquanto mães, pois as expectativas que a sociedade idealiza sobre a maternidade são de que elas devem ser fortes e dar conta de tudo o que se propõem a fazer. Portanto, as mães discentes lidam com todo o tipo de segregação, opressão e preconceito dada à sua condição de mãe e estudante. Violências simbólicas acerca de todos os estereótipos que foram criados sob a imagem dela e a reprodução deles, pelas

próprias mulheres, em consonância da ordem e padronização da sociedade capitalista e patriarcal que nega a mulher e suas escolhas e necessidades.

Quanto às demandas objetivas das mães discentes e o papel de políticas de permanência na instituição mostra-se fundamental para a maioria das mães-discentes que não possuem outra renda a não ser de auxílio acadêmico quando(selecionadas), além do de criação de espaço de escuta e acolhimento e instalação de creche ou brinquedoteca.

Nesse sentido, afirmamos que a Universidade deve primar pela sua natureza pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. A partir do entendimento que são princípios importantes para sua função pedagógica e social, que prepara profissionais e possibilita a emancipação social de pessoas em condições sociais mais precarizadas, e que vislumbram na educação um elo para a realização pessoal e profissional.

Por tais fatores, tornam-se indispensáveis estudos que aprofundem essa temática no campo acadêmico, a fim de orientar e fomentar a perspectiva política das demandas das mães discentes sobre seus direitos dentro da instituição, e a lutarem pela implementação deles, para enfrentar os dilemas não só acessando a Universidade, mas permanecendo e construindo carreira acadêmica se assim quiserem e optarem.

Referências

- BADINTER, E. *Um amor conquistado*: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BELTRÃO, K.I; ALVES, J.E.D. A reversão do Hiato de Gênero na educação brasileira no século XX. *Cadernos de Pesquisa*, v. 39, jan./abr. 2009.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.
- GRADVOHL, Silvia Mayumi Obana; OSIS, Maria José Duarte; MAKUCH, Maria Yolanda. Maternidade e formas de maternagem desde a idade média à atualidade. *Pensando Famílias*, v.18, n.1, jun. 2014.
- GUIMARÃES, V. *As transferências culturais*: o exemplo da imprensa na França e no Brasil. São Paulo/Campinas: Edusp/Mercado de Letras, 2013.
- LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis: vozes, 1997.
- MARCHAND, A. S.; GALVÃO, E.; FERNANDES, M. *Mulheres Cientistas e os desafios pandêmicos da maternidade*. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.
- MELO, T. G. R.; SOBREIRA, M.V.S. Identidade de gênero e orientação sexual: perspectivas literárias. *Temas em Saúde*, n.18, v.3, p.381-404, 2018.

POR ONDE ANDAMOS?

MINAYO, M. C. *Pesquisa Social, teoria, método e criatividade*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

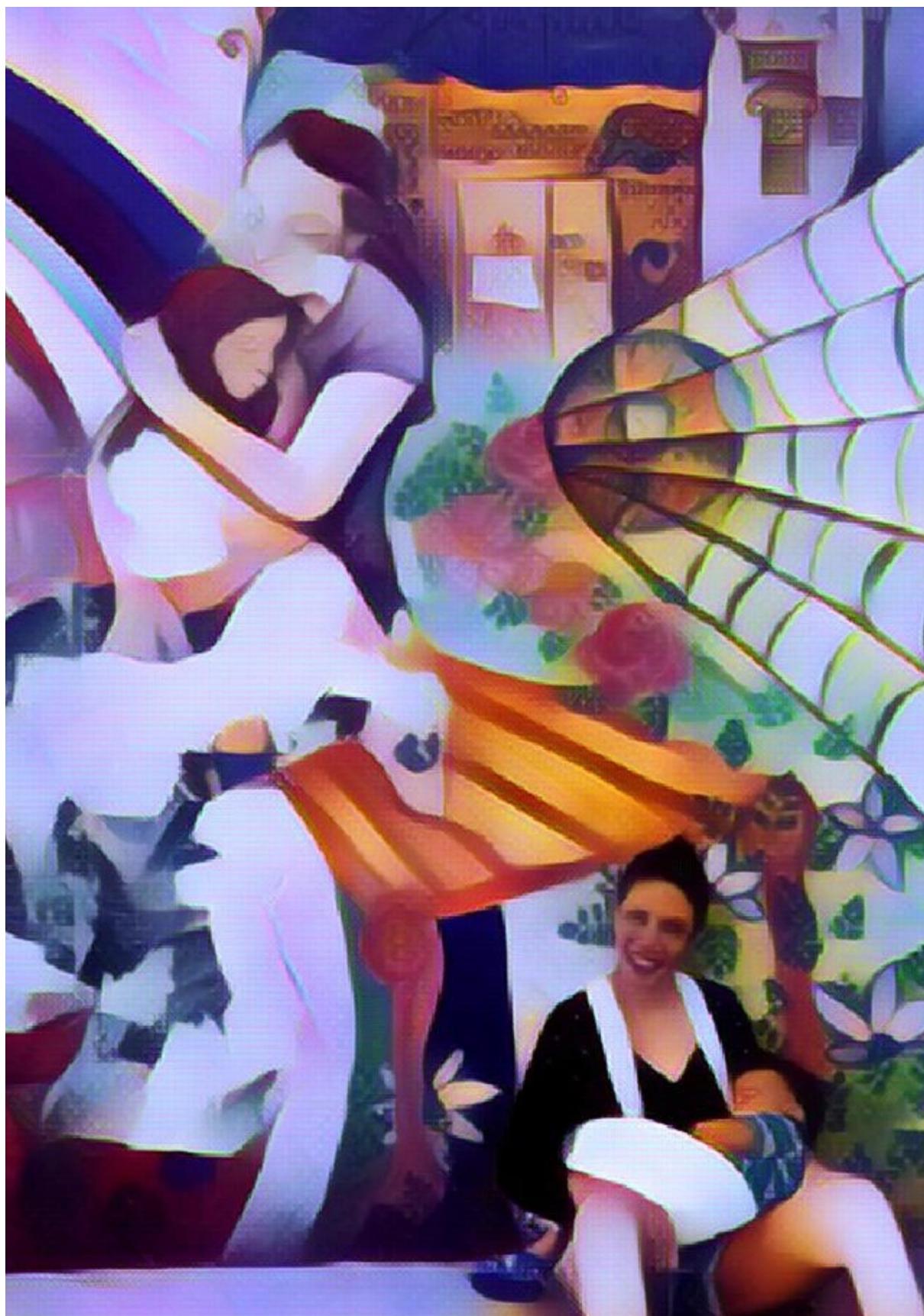
MOREIRA, R. L. C. A. *Maternidades*: os repertórios interpretativos utilizados para descrevê-las. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia: Datilo, 2009.

NETTO, José Paulo. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

TOURAIN, A. *O mundo das mulheres*. Petrópolis: Vozes, 2007.

VENÂNCIO, R.P. *A maternidade negada: A história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Priori, 2002.



O auxílio-creche na Universidade Federal do Maranhão e o atendimento das demandas das alunas-mães: uma análise crítica.

Brenda Vanessa Pereira Soares

Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Introdução

A Educação Superior no Brasil se iniciou com a chegada da Coroa Portuguesa ao país, em 1808. Controlada pelo Estado e orientada para a formação profissional e técnica, foi por grande parte de sua história um privilégio para a “elite”, excluindo assim a classe trabalhadora de forma geral e, em específico, mulheres e negros (BORTOLANZA, 2017; MENDES, 2019).

Com a Constituição Federal de 1988, a educação (em todos os níveis) passou a ser considerada enquanto um direito social e dever do Estado. Porém, apesar do reconhecimento legal e dos avanços conquistados, sendo o sistema educacional administrado por um Estado capitalista, o histórico da política pública em debate está marcado por desigualdades, como ocorre na particularidade da cidade de São Luís-MA:

Os dados da cidade revelam ainda uma situação preocupante no âmbito da educação: apesar de possuir um dos três maiores Índices de Desenvolvimento Humano (IDHM) na área educacional (0,752) (IPEA, 2016) e ter apresentado melhora na taxa de conclusão do ensino superior, esta ainda se encontra abaixo de 50%, revelando assim um índice alto de evasão e retenção na modalidade de escolarização supracitada. Assim, “a baixa taxa de conclusão do ensino superior tem consequência na quantidade de estudantes de mestrado e doutorado: São Luís é uma das piores capitais nesse quesito” (SOARES, 2021, p. 23).

Quando a educação superior é analisada sob a ótica das relações sociais entre os sexos, apresenta-se uma situação ainda mais crítica. Apenas em 1827 estabeleceu-se, no Brasil, uma legislação que permitia às meninas o acesso a escolas nas séries elementares. A educação superior só lhes foi consentida no final do século XIX (precisamente no ano de 1879), 71 (setenta e um) anos após a instituição da referida modalidade de ensino no país. Atualmente, apesar da presença maciça de mulheres nas universidades federais brasileiras, as dificuldades para elas persistem, principalmente quando elas são (ou se tornam) mães durante a trajetória acadêmica, pois ainda são as mais sobre carregadas com as responsabilidades parentais (URPIA, 2012; SOARES, 2017; 2021).

POR ONDE ANDAMOS?

Do ponto de vista da declaração de sexo, as pessoas do sexo feminino, que correspondem a 54,6% do público discente das IFES, têm os maiores percentuais entre os motivos de trancamento de matrícula para impedimento de saúde, dificuldade de aprendizagem e licença maternidade. Esta última [...] abate-se quase exclusivamente um sexo, produzindo uma vulnerabilidade específica. Enquanto as pessoas do sexo masculino destacam-se para a insatisfação com o curso, o trabalho, o impedimento financeiro e o risco de ser jubilado (FONAPRACE, 2019, p. 182).

Cumpre esclarecer que assim como a educação, o amparo à maternidade também é um direito social. Garanti-los significa oportunizar às mulheres-mães outros direitos, como acesso qualitativo ao mundo do trabalho produtivo. É também uma questão crucial para o Brasil no enfrentamento das desigualdades de classe, gênero, sexo e raça/etnia.

Nesse sentido, ganha destaque o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), que durante os anos de 2003 a 2016, realizaram governos com base no “consenso” ou “conciliação” entre as classes sociais, o que permitiu (mesmo seguindo as orientações neoliberais do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial) uma expansão do acesso à educação superior no Brasil, a partir de iniciativas como o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), promulgado em 2010, através do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 (LOPES; VIEIRA, 2014; BOITO JR, 2018; ANTUNES, 2018).

O PNAES (demanda histórica e bandeira de luta de diversos movimentos sociais da educação, sobretudo do movimento estudantil) tem por finalidade ampliar as condições de permanência na educação superior pública federal dos jovens em situação de “vulnerabilidade social”. Para tanto, privilegia estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio. Considera-se que a AE pode contribuir também para amenizar as desigualdades entre homens e mulheres, pois em sua área VIII de atuação está a “creche”, para atendimento das necessidades de estudantes com filhos, que são em sua maioria mulheres:

Os graduandos do sexo feminino são maioria em todos os Programas de Assistência ao Estudante oferecidos pelas universidades [...]. Embora sejam a maioria absoluta na quase totalidade dos Programas, há diferenças interessantes. Graduandos do sexo feminino correspondem a 68,4% dos beneficiários do Programa Creche/ Auxílio Creche enquanto os do sexo masculino representam 31,54% do total (FONAPRACE, 2014, p. 171).

Diante do exposto, o presente artigo expõe os resultados da pesquisa de dissertação de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) intitulada “QUEM ENTROU QUER FICAR: análise da assistência estudantil frente às demandas das mulheres estudantes com filhos da Universidade Federal do Maranhão” que objetivou analisar se, e de que forma, a assistência estudantil implementada pela UFMA tem garantido o direito social à educação das estudantes

que são mães no transcurso da graduação.

Metodologia

A base histórica, teórica e metodológica utilizada consistiu no materialismo histórico-dialético de Karl Marx, pois se pressupõe que este método proporciona enxergar a realidade social enquanto uma totalidade contraditória, histórica e dialética. Utilizou-se como categorias centrais de análise: capitalismo, patriarcado, relações sociais entre os sexos, divisão sexual do trabalho, maternidade, políticas sociais, universidade pública e assistência estudantil, que foram analisadas inferindo a “[...] crítica, a interpretação, a análise dos elementos constitutivos dessas categorias” (DIAS, 2008, p. 25).

A pesquisa realizou dois movimentos distintos, porém articulados, ou seja: teoria e empiria foram utilizadas de forma conjunta, mesmo que existam momentos de predominância de uma ou de outra. Assim, o ponto de partida para a concretização do estudo diz respeito à revisão bibliográfica e documental em legislações, livros, teses, dissertações, monografias e artigos que tratam das temáticas referentes às categorias em estudo, com o objetivo de compor o arcabouço teórico bem como fundamentar as discussões dos dados encontrados. Houve ainda consulta em materiais disponibilizados nos sites oficiais da UFMA, no intuito de compreender o histórico e particularidades da política de assistência estudantil nesta universidade.

O momento empírico (ou de campo) teve caráter qualitativo, pois conforme Minayo e Sanches (1993), a investigação qualitativa trabalha com valores, opiniões, dentre outros aspectos, compreendendo-os em sua historicidade, no contexto da totalidade social concreta. Teve por referência a Cidade Universitária Dom Delgado e foram entrevistadas, via videochamadas no whatsapp (conforme a disponibilidade de cada uma), 05 (cinco) mulheres na faixa etária de 18 (dezoito) a 40 (quarenta) anos beneficiadas pelo auxílio-creche.

Para a análise das entrevistas, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, que alcançou popularidade a partir de Laurence Bardin, que objetiva analisar o que foi dito ou observado pelo pesquisador, mas sem esquecer o método crítico e dialético ao qual este estudo definiu como basilar. Assim, mais que um simples relato e ilustração das falas, buscou-se também analisar o que está para além da aparência, articulando teoria e empiria (SILVA; FOSSÁ, 2015).

Importante ressaltar que a pesquisa contou ainda com a utilização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, pelo qual as entrevistadas concordaram em compartilhar suas experiências e contribuir com a investigação, respondendo aos questionamentos organizados no roteiro da entrevista. Para a garantia do sigilo das identidades, para identificá-

las utilizou-se a sigla MME (iniciais das palavras “mulher”, “mãe” e “estudantes”), seguido de um ordenamento sequencial numérico (1,2,3...).

Resultados e discussões

A Universidade Federal do Maranhão teve como marco inicial o ano de 1953, com a antiga Faculdade de Filosofia de São Luís do Maranhão, iniciativa da Academia Maranhense de Letras. Em 1966, por meio da Lei n 5.152 de 21 de outubro do mesmo ano, o Governo Federal a instituiu enquanto universidade. Atualmente, para além da cidade de São Luís, a UFMA possui campi em outros municípios do Maranhão, a saber: Bacabal, Codó, Pinheiro, São Bernardo, Chapadinha, Grajaú, Imperatriz e Balsas.

No Estado do Maranhão, para a gestão do PNAES, a UFMA criou (após pressão do movimento estudantil) a Pró Reitoria de Assistência Estudantil (PROAES) no ano de 2014, por meio da Resolução nº 193 de 13 de fevereiro, que a firmou como um órgão auxiliar da Universidade, com finalidade propor, planejar, coordenar, executar e avaliar programas, projetos, serviços e ações que promovam assistência estudantil (AE) na instituição (BRITO, 2019; UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2014).

No ano de 2018, foi implementado o auxílio-creche, que consiste no pagamento de 12 (doze) parcelas no valor de R\$ 200,00 para discentes que se encontrem em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que necessitem do subsídio para custear despesas referentes à manutenção de creche ou cuidador (a) para os (as) filhos (as) de até 06 (seis) anos de idade que não tenham com quem ficar durante o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas. Inicialmente foram ofertadas 80 (oitenta) vagas, distribuídas pelos nove campi da UFMA, sendo que em São Luís o que mais contempla estudantes⁴⁶.

Para a seleção desses (as) beneficiários (as), a PROAES lança 1 (um) edital por semestre, frequência interrompida durante a pandemia da Covid-19⁴⁷, quando seria lançado o edital relacionado ao primeiro semestre de 2020. Neste sentido, entre os anos de 2018 a 2020, foram divulgados 05 (cinco) editais com o propósito de contemplar a demanda da parentalidade na Universidade. Acompanhando a tendência nacional, a maioria das contempladas pelo auxílio-creche na UFMA são mulheres (FONAPRACE, 2014).

Foram entrevistadas, via videochamadas no *whatsapp* (conforme a disponibilidade de cada uma), 05 (cinco) mulheres na faixa etária de 18 (dezoito) a 40 (quarenta) anos beneficiadas pelo auxílio-creche. Todas brasileiras e a maioria se autodeclarou parda, solteira e matriculada

⁴⁶ Principal critério para a escolha do lócus do estudo.

⁴⁷ Situação emergencial e a nível mundial de saúde pública causada pelo vírus SARS-CoV-2.

ou egressa de cursos como Serviço Social, Teatro, Oceanografia e Biblioteconomia, possuindo apenas 01 (um) filho.

Em relação ao perfil das mesmas, dois pontos merecem debate aprofundado: a faixa etária “25 anos e mais” é majoritária, qualquer que seja o número de filhos (as). Todavia 60% delas afirmaram ter apenas 01 (um) filho, corroborando com os dados nacionais oferecidos pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - FONAPRACE, no que dizem respeito à questão da parentalidade dos discentes das Instituições Federais de Ensino - IFES: 1 (um) a cada 10 (dez) discentes é pai ou mãe, e dentro deste quantitativo a maioria absoluta é do sexo feminino (68,5%) e em grande parte tem até 1 (um) filho. Como justificativa, as mulheres esclareceram que à medida que cresce o número de filhos, mais difícil fica para conciliar maternidade, trabalho e estudo, uma realidade que não afeta homens-pais (FONAPRACE, 2019).

O outro ponto refere-se ao estado civil: a maioria das entrevistadas se declarou solteira, o que mostrou outra condição muito comum no Brasil: a grande quantidade de mães solos existentes no país, que chega a contabilizar 11,5 milhões de mulheres, sendo que 57% delas vivem abaixo da linha da pobreza, de acordo com os dados⁴⁸ do Instituto Locomotiva, publicados no ano de 2020. Ou seja, muitos homens não reconhecem a paternidade e mesmo os que reconhecem não assumem a responsabilidade paterna de cuidar dos filhos e/ou prover o sustento, como o pagamento de pensões alimentícias.

Deste modo, para a MME1, que no momento em que se utilizou do auxílio-creche estava desempregada, afirmou que o mesmo criou “[...] satisfação das mães durante as aulas, durante o curso por saber que teria um auxílio que ia ajudar [...] até em outras questões que estão em torno da criança, como alimentação, vestimenta”. Em igual situação estava a MME5, ainda que vendedora em uma loja, afirmou: “O auxílio-creche ajuda bastante, tendo em vista que o pai do meu filho não reside na mesma cidade. A despesa acaba sempre sendo maior pra mim”.

A conciliação de arranjos femininos para o sustento da prole não é uma realidade nova, sobretudo para as mulheres da classe trabalhadora que, inseridas ou não no mercado de trabalho formal, sempre criaram arranjos para driblar as dificuldades de ser mãe solo. Conforme afirma Fonseca (2004, p. 432), em seu capítulo de livro intitulado “Ser mulher, mãe e pobre”,

⁴⁸ MÃES SOLO: 11,5 milhões de mães no Brasil não contam com auxílio dos pais de seus filhos. **G1. Globo**, Globo News, São Paulo, maio 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/globonews/jornal-das-dez/video/mae-solo-115-milhoes-de-maes-do-brasil-nao-contam-com-auxilio-dos-pais-de-seus-filhos-8544361.ghtml>. Acesso em: 10 jul. 2020.

integrante da obra organizada por Mary Del Priore, “História das Mulheres no Brasil”, no início do século XX no Brasil:

As mulheres ‘abandonadas’ não tinham outra alternativa senão a de trabalhar. Mas, em muitos casos, mesmo as que moravam com seus companheiros procuravam alguma forma de renda para escapar à miséria que representava a dependência exclusiva do salário masculino. O homem podia até ser ‘trabalhador’ – quem garantia que ia ter uma renda regular? Havia competição para os bons empregos. Uma vez recrutado, o homem não tinha garantia de estabilidade: como Joaquim, corria os perigos de doença ou demissão. Nem todos os homens se preocupavam com o sustento da casa [...] Os maridos, como Joaquim, acusavam suas mulheres de tê-los trocado por ‘vagabundos, bêbados, e viciados no jogo’, que se deixavam sustentar pela mulher, mas, na verdade, boa parte dos maridos parecia ter esses mesmos hábitos (FONSECA, 2004, p. 432).

Foi possível observar ainda que conciliar carreira profissional/acadêmica e constituir uma família ainda é o desejo de muitas mulheres, porém não é uma realidade fácil, conforme foi possível perceber na fala MME3:

“Ah, eu tenho uma bebê de 01 (um) ano e três meses, é meu amorzinho (risos) sou feliz por ela (pausa). Mas assim, como eu te falei, a vida é assim! E ainda bem que lá nessa UFMA tem esses auxílios, porque ajuda bastante...porque assim, a gente não pode também desistir dos nossos objetivos, dos sonhos da gente [...] O que eu puder fazer para encaixar tudo, conciliar tudo, o que eu puder ir fazendo eu faço, como tá sendo agora...a gente não deve também protelar o sonho da gente para mais tarde”.

Uma condição que já era observada por Lucila Scavone, em pesquisa realizada com mulheres residentes na cidade de São Luís - MA na década de 1980. Para a autora:

É preciso refletir sobre o significado e o desejo da maternidade no universo estudado. Isto porque a vontade de ter filhos apareceu como um fato inquestionável e de bastante força na vida destas mulheres, apesar de todas as dificuldades materiais que enfrentam nos seus cotidianos. Este desejo é justificado por fatores circunscritos num plano mais afetivo e psicológico, em última instância ideológica, que expressos nas suas falas representam elementos importantes na determinação da própria maternidade (SCAVONE, 1985, p. 42).

Badinter (1985), ao teorizar a respeito da temática, afirmou que a relação entre culpa materna e a concepção dominante de maternidade, criada pelo patriarcado e reconfigurada pelo capitalismo, com o objetivo de acumulação através da divisão sexual do trabalho incute na sociedade a ideologia de que a boa mãe deve fazer sacrifícios em nome do amor pelo filho ou filha. Cumpre esclarecer que neste trabalho se entende a existência do amor materno enquanto fruto um processo construído por fatores sociais, porém, o mesmo não pode ser utilizado para responsabilizar unicamente as mulheres pelo trabalho de reprodução social, sendo que a criação

de adultos preparados para o convívio social é de interesse de todos e todas, da família, do Estado e da sociedade⁴⁹ (SCAVONE, 1985).

A rede de apoio das entrevistadas demonstrou seguir como uma iniciativa do mundo privado, de busca solitária por arranjos, ou coletiva e solidária, quando contam com outras mulheres para sua composição. Para exemplificar, está posta a fala da MME2:

“Bom, quanto a isso não posso reclamar. Quando entrei na UFMA a minha filha só tinha 05(cinco) meses e ficava com a minha irmã, só no 2º período consegui o auxílio e resolvi pagar a minha irmã pra ficar com ela, pois a mesma poderia tá trabalhando ou estudando e ficava com a minha filha sem ganhar nada. Em 2019 ela começou a estudar e eu usava o dinheiro do auxílio para pagar a escolinha e a tarde ela ficava com a minha irmã ou o pai. O auxílio me ajudou bastante, não sei o que faria se não tivesse, pois já vi muitas mães desistirem por não ter onde deixar o filho” (MME2).

Consequentemente, para tecer “considerações sobre a maternidade em grupos populares, temos, portanto, de levar em consideração também avós, criadeiras e mães de criação” (FONSECA, 2004, p. 447) como integrantes da rede de cuidadoras, uma realidade ainda presente nos dias atuais.

A escravidão e a miséria deixaram como herança séculos de instabilidade doméstica. Herdeiros de uma complexa e ao mesmo tempo frágil vida familiar, as camadas populares improvisavam até mesmo as formas de amor e de criação dos filhos. Estratégia comum às mães pobres consistia em socializar os filhos através de uma extensa rede de vizinhança e parentela. Meninos e meninas circulavam de lar em lar, de casebre em casebre, de senzala em senzala, estabelecendo relações de “parentesco espiritual”, via compadrio, ou informais, como no caso dos “filhos de criação” (VENÂNCIO, 2004, p. 169).

Essa é uma clara demonstração de apropriação pelo capitalismo do trabalho reprodutivo desenvolvido por mulheres, conforme exemplifica Cisne (2015, p. 124):

Sem o trabalho doméstico não remunerado, o Estado capitalista teria que arcar, por exemplo, com restaurantes, lavanderias, e escolas públicas em tempo integral em grande escala, de modo a atender à massa da classe trabalhadora. Outra opção seria aumentar significativamente o salário mínimo, de tal forma que um trabalhador pudesse pagar por alguns serviços necessários à reprodução da sua força de trabalho. Ambas as alternativas implicariam em um ônus significativo que afetaria diretamente os lucros do capital.

Em síntese, a rede de apoio entre mulheres é uma realidade histórica, dada a ausência do Estado no atendimento da demanda, através da oferta de creches públicas, integrais e de

⁴⁹ O levantamento realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) afirmou que as mulheres no Brasil gastam quatro vezes mais tempo em tarefas não-remuneradas que os homens. Assim, o Brasil tem o 17º pior desempenho do mundo no que tange à divisão sexual do trabalho. Em síntese, maternidade, culpa materna e reprodução do tripé de dominação-exploração estão lado a lado na vivência da mulher-mãe brasileira.

qualidade a todas as crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988 e demais documentos subjacentes, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 e a Lei de Diretrizes e bases da educação nacional (LDB) de 1996. (DIAS *et al.*, 2016).

Todavia, em relação ao problema central da pesquisa, que se refere à experiência com o auxílio-creche no sentido de garantir acesso, permanência ou conclusão da sua graduação, não se pode negar a contribuição que o mesmo trouxe para a vida das entrevistadas, diminuindo o risco também de evasão por conta da maternidade, aspecto unânime em todos os discursos:

“A minha experiência com o auxílio-creche [...] foi muito boa porque eu tinha me desempregado, e também era bolsista do PIBIC, então eu consegui esses dois auxílios...Conseguiu me manter na Universidade, pois se caso eu não tivesse o apoio dos dois auxílios, o direito dos dois auxílios, eu provavelmente teria trancado o curso ou desistido por não ter como pagar transporte, pagar novamente a pessoa que ficaria com meu filho durante os dias de aula. Então, foi muito boa a minha experiência, só foi um pouco complicado por ter sido no último ano, mas foi uma boa experiência” (MME1).

Assim, elas apontaram como sugestões para a ampliação do mesmo o aumento da oferta de vagas e a exclusão da limitação do recebimento do auxílio por filhos. Para elas, essas mudanças podem significar uma expansão (mesmo que limitada) do atendimento ao direito e pode subsidiar a superação de outras adversidades, como rompimento do ciclo da violência doméstica e familiar.

“Que pudessem ofertar mais bolsas, pois muita gente fica de fora e sei que várias mães e pais precisam. E que pudessem estender o auxílio até duas crianças por bolsistas. Às vezes a mãe acaba tendo 2 filhos ou mais de um relacionamento horrível, daí quando separa e resolve estudar, ela precisa de todo auxílio que puder receber e o auxílio-creche só é pra uma criança por bolsista” (MME2).

Ainda em relação às sugestões, o anseio das estudantes com filhos pela construção da creche universitária da UFMA não pode deixar de ser considerado: “Que o projeto da creche na UFMA de fato saísse do papel, tornando-se uma realidade, isso com certeza ajudaria muitas estudantes com filhos” (MME3). Reforçando a opinião da MME3, a MME2 afirmou categoricamente: “Desde sempre eu acredito que a UFMA já deveria dispor de uma creche para as mães que precisam deixar seus filhos lá enquanto estuda, pois, muitas pessoas não tem como deixar as crianças em algum lugar ou com quem deixar, né. Então, eu acho que uma creche dentro da própria instituição... Resolve muito essa questão de onde deixar a criança” (MME4).

Considerações finais

A pesquisa revelou que a experiência da maternidade persiste sendo um dilema para a mulher que deseja seguir uma carreira acadêmica e profissional, dadas as condições impostas pela imbricação entre patriarcado, racismo e capitalismo, que se materializam a partir de elementos como a divisão sexual e racial do trabalho, ao atribuir a elas a responsabilidade de arcar sozinhas com o trabalho reprodutivo de cuidado com os filhos, quando o mesmo deveria ser compartilhado, de responsabilidade de todos, e principalmente do Estado, pois faz parte do processo de reprodução da social.

A implementação de políticas públicas de corte social como o PNAES representou, no plano legal, uma grande conquista, fruto da luta histórica dos movimentos sociais, como o estudantil, de mulheres e feministas. Porém, no plano real, ou seja, na efetivação do direito conquistado, e considerando o lócus pesquisado (Cidade Universitária Dom Delgado – UFMA), foi possível observar antagonismos preocupantes em relação à área do programa pesquisada (creche): oferta insuficiente de vagas para a demanda; indefinição da nomenclatura e objetivos do auxílio, o valor abaixo do necessário para suprir com qualidade ao que se propõe, dentre outros.

Entretanto, não se pode desconsiderar que em situações de ausências materiais concretas, qualquer benefício, ainda que pequeno, possui relevância. Assim, o auxílio-creche, mesmo que permeado de contradições, segue como significativo para as estudantes-mães (aspecto unânime em todas as falas), especialmente em um contexto de múltiplas privações salariais, de direitos e acesso a bens e serviços. Contribui para que as entrevistadas possam pagar alguém ou ter acesso a um espaço filantrópico ou privado para deixar suas crias com alguma segurança.

Logo, é preciso pensar a construção de políticas públicas que atendam as demandas plurais apresentadas pelas estudantes que são mães, ou seja, construir estratégias para avançar na garantia dos direitos sociais, em uma sociedade que historicamente negligenciou as particularidades femininas e as transformou em instrumento de reprodução do capital. Todavia, não se pode perder o horizonte de superação dessa sociedade, construindo uma nova forma de sociabilização com vistas à igualdade de gênero, em que a dominação, exploração e humilhação de mulheres não sejam elementos basilares.

Referências

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. PNAES, 2010.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado*: o mito do amor materno. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BORTOLANZA. Juarez. Trajetória do ensino superior brasileiro: uma busca da origem até a atualidade. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA: universidade, desenvolvimento e futuro na sociedade do conhecimento, 17., 2017, Mar del Prata (Argentina). Anais [...]. Mar del Prata (Argentina): Universidad Mar del Prata: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/181204>. Acesso em: 15 mai. 2018.

BOITO JÚNIOR, Armando. *Reforma e crise política no Brasil*: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas, SP: Editora Unicamp; São Paulo, SP: Editora Unesp, 2018.

BRITO, Ana Henrique. *A Contrarreforma da educação superior no Brasil*: o significado da política de assistência estudantil para as discentes migrantes do Curso de Serviço Social/UFMA. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

CISNE, Mirla. *Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social*. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015. 152 p.

DIAS, Marly de Jesus Sá. Feminização do trabalho no contexto da reestruturação produtiva na saúde pública: rebatimentos no serviço social e na medicina no HUUFMA. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 14 ago. 20.

DIAS, Marly de Jesus Sá *et al.* *Creche como equipamento social “útil” às mulheres*: investigações sobre a política pública de creches em São Luís/MA. Relatório Final. São Luís, 2016.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais.4. 2014. [S.I.]: Andifes, 2014. Disponível em: https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-de-Perfil-dos-Graduandos-das-IFES_2014.pdf. Acesso em: 20 jan. 2022.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais.5. 2019. [S.I.]: Andifes, 2019. Disponível em:

POR ONDE ANDAMOS?

<http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/index.php/2019/06/21/pesquisa-traca-perfil-de-alunos-das-universidades-federais/>. Acesso em: 12 nov. 2020.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Tradução: Fátima Murad. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

LOPES, Isabela Pereira; VIEIRA, José Jairo. *“Qual a função da creche universitária?” as finalidades das unidades universitárias federais de educação infantil ontem e hoje*. Fortaleza: EDUECE, 2014. Disponível em: <http://www.uece.br/endipe2014/ebooks/livro3/423%20QUAL%20A%20FUN%C3%87%C3%83O%20DA%20CRECHE%20UNIVERSIT%C3%81RIA%E2%80%9D.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2016.

MENDES, Ezenilde Rocha. *Assistência estudantil*: uma análise do processo de monitoramento e avaliação acadêmica dos bolsistas do Programa Permanência – UFMA/Campus Dom Delgado. 2019. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/2544>. Acesso em: 06 mai. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de S; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *Revista Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, RJ, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul/set.1993.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. *Qualit@ Revista Eletrônica*, Campina Grande, PB, v. 16, n. 02, p. 01-17, jan/jun. 2015.

SOARES, Brenda Vanessa Pereira. *Mulheres-mães-estudantes, assistência estudantil e creche*: um debate necessário na Universidade Federal do Maranhão - Cidade Universitária Dom Delgado. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

SOARES, Brenda Vanessa Pereira. *“Quem entrou quer ficar”*: análise da assistência estudantil frente às demandas das mulheres estudantes com filhos da Universidade Federal do Maranhão. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

SCAVONE, Lucila. As múltiplas faces da maternidade. *Cadernos de Pesquisa*, SP, v. 54, p.37-49, 1985. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/1392/1392>. Acesso em: 03 jul. 2021.

UFMA. PRO-REITORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL. Sobre a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2014. Disponível em: http://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proaes/paginas/pagina_estatica.jsf?id=448. Acesso em: 17 out. 2017.

URPIA, Ana Maria de Oliveira. *Tornar-se mãe no contexto acadêmico: narrativas de um self participante*. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Programa de Pós-Graduação m

POR ONDE ANDAMOS?

Psicologia - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em:
https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/ana_maria_urpia.pdf. Acesso em: 10 maio 2017.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade negada. In: DEL PIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

Ocupar e resistir: a perspectiva de uma criança na luta por uma universidade inclusiva

Priscila Fazio Rabelo

Mestranda em Antropologia Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e bolsista da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ)

Introdução

Para nós mulheres (cis, trans) é perceptível que a estrutura da Universidade, como bem lembra Grada Kilomba (2020), é um lugar machista, racista, heteronormativo e colonizador, ou seja, um lugar onde violências são exercidas de forma direta e indireta todos os dias por grupos bem delineados, que na sua grande maioria são formados por homens, brancos e com poder institucional. Dito isso, a primeira coisa que gostaria de situar nesta apresentação é que, em um momento antecedente a maternagem, a minha trajetória enquanto mulher, na universidade, foi marcada a partir de experiências de violências, incluindo situações de assédio sexual, retaliações e reprovação em processo seletivo. Acredito que situar a minha posicionalidade é relevante na medida em que os motivos que me afastaram da instituição acadêmica foram os mesmos que me impulsionaram a retornar depois da maternagem, ou seja, as violências institucionais. Nesse processo, a maternagem foi crucial tanto como incentivo para disputar os espaços e as narrativas, quanto no entendimento da potencialidade que crianças exercem no espaço da Universidade.

No período entre o final da graduação até o retorno ao espaço universitário, aproximadamente dez anos, trabalhei como autônoma, atuei em movimentos sociais, fiz curso de doula, de permacultura, bioconstrução, trabalhei como cuidadora de crianças, pari uma criança e voltei para a Universidade. Esse retorno aconteceu principalmente a partir das redes de apoio e práticas políticas. Durante quase dois anos, o nosso dormitório, meu e de Ravi, foi uma sala de aula, e nossa casa uma creche. O meu retorno para a instituição aconteceu a partir do movimento de ocupação de uma das creches da Universidade de São Paulo (USP). Nesses últimos anos, entendi, a partir da autogestão e autonomia, que a Universidade é um espaço de disputa permanente e que - para pertencer a esse universo - precisaria pleitear os espaços, as políticas de permanência estudantil e as narrativas. Enquanto mãe, outra questão crucial, que norteará esse trabalho, é a percepção segunda a qual as crianças que acompanham suas mães

dentro da Universidade não só são afetadas por diferentes dinâmicas, aprendizados, sociabilidades, como também são agentes de criação e afetação, inclusive de caráter político.

Vale contextualizar que os últimos quatro anos foram marcados por uma crise social profunda no Brasil. Experenciamos a ascensão da extrema direita no legislativo e executivo, um fenômeno de massas negacionista e conservador, o aumento da pobreza, da fome e uma pandemia que matou mais de 688 mil brasileiras/os. Isso significa dizer que a minha perspectiva enquanto mulher, mãe, estudante, em vulnerabilidade, ocupando um espaço dentro da Universidade, perpassa pela transição e consolidação do Governo Bolsonaro (PL). Essa posicionalidade significou também ampliar as ferramentas de luta. Nesse sentido, ingressar na pós-graduação em uma Universidade Pública em plena pandemia significou, para além de ocupar e resistir, investir na potencialidade de co-criação entre mãe e filha.

Desta forma, optamos por partilhar registros sobre a nossa vivência na OCA (Ocupação Creche Oeste), a inserção nos projetos de agroecologia dentro e fora da Universidade, o planejamento de autonomia financeira na produção de alimentos veganos a partir da execução do projeto Mãezoca, a permanência no CRUSP (conjunto residencial da USP) no período inicial da pandemia, o retorno “regular” a partir da pós graduação na UFPB e, por fim, alguns apontamentos sobre potencialidade e transformação social a partir de discursos e práticas da infância.

Em relação a metodologia, embora esse texto trate principalmente da perspectiva de uma criança na luta por uma Universidade inclusiva, optei por iniciar marcando a minha posicionalidade enquanto mulher, mãe e feminista dentro do espaço institucional acadêmico. Aqui, a posicionalidade perpassa a definição de saberes localizados proposto por Haraway (1995 [1988]), ou seja, de que nessas páginas escrevo a partir do reconhecimento de que minha perspectiva seja parcialmente localizada em um território, em uma sociedade e em um tempo específico.

Em relação ao material utilizado, destacamos o uso de diários e acervo de imagens pessoais, trechos de conversas gravadas, expressão através de desenhos e construção de brincadeiras, em resumo movimentos de co-criação (TSING, 2021) ora induzidos, ora espontâneos. Destaco que, embora uma das partes esteja em fase inicial de alfabetização e que o texto tenha sido redigido apenas por uma das autoras, todo o processo de construção e revisão foi conversado e acordado, logo a proposta não é alocar a criança na posicionalidade de interlocutora de pesquisa, mas na agência de criação e reflexão.

2018: A ocupação creche oeste (OCA)

O sucateamento e a precarização na Universidade pública tendem a atingir primeiro as camadas mais vulneráveis. Apesar de conquistas como o sistema de cotas, as políticas voltadas, sobretudo, para a permanência estudantil são constantemente negligenciadas. Uma dessas políticas cruciais que garantem o acesso e a permanência de mães na instituição são as creches. Em janeiro de 2017, a reitoria da USP, sob a justificativa de redução de gastos, ordenou o fechamento da creche que atendiam filhos de estudantes e servidores há mais de três décadas, sem qualquer aviso prévio. Como estratégia de resistência, no dia 6 de junho do mesmo ano a Creche Oeste foi ocupada por um grupo de mães, pais e crianças que passaram a gerir o espaço e reivindicar a reabertura da creche. É sob esse cenário que, em 2018, após sair de um relacionamento abusivo, uma mãe moradora do CRUSP me indicou a possibilidade de ocupar a OCA. Depois de passar por reunião interna, a permissão para nossa entrada aconteceu no início da primavera do mesmo ano. Ravi, ainda com dois anos, passou a viver com mais 6 adultos e 2 crianças.

Aqui gostaria de resgatar algumas notas que tangem essa entrada. Primeiro, porque marca, principalmente para Ravi, a construção primária de memórias “encantadas” e referências de luta. Imagine o que é para uma criança viver em um ambiente pensado inteiramente para ela. A creche era um espaço repleto de brinquedos, fantasias, livros e materiais artísticos, o que facilitou tanto o direcionamento de atividades, como também o povoamento de memórias lúdicas. O referencial de família mononuclear também foi diluído e a vivência de forma coletiva passou a ser cotidiana.

Já de início é relevante situar que nesses dois anos da nossa permanência, um número relevante de pessoas passou pela OCA, seja como moradoras/es temporárias, como no caso de estudantes sem moradia, seja por apoiadores como ex-funcionários da creche ou ainda em eventos organizados para arrecadação de fundos. Como garantir a segurança de Ravi e das outras crianças em um espaço com a dimensão de uma creche e com fluxo constante de pessoas? Embora, no princípio, a questão da segurança tenha sido um desafio, a nossa experiência mostrou que as crianças também se organizam entre si, principalmente em torno das brincadeiras, e isso envolve cuidado mútuo. O estado de alerta presente na maternagem também fez com que mães ocupantes criassem estratégias entre si, como revezamento de tarefas, comunicação constante e a distribuição de afazeres para outros moradores.

Rememorando a vivência na OCA, uma das lembranças de Ravi aparece como questionamento “mãe, porque você trabalhava tanto limpando a creche e outras pessoas não?”. Esse resgate nos situa que, mesmo em espaços coletivos, autogestionado e autônomo a distribuição de tarefas, principalmente de limpeza, preparo de alimentos e gestão de conflitos recai, sobretudo, em mulheres e mães. Dada a dimensão da OCA e o descaso da prefeitura do campus, serviços como a manutenção das telhas, capinagem, manutenção das hortas, limpeza de esgoto entre outros problemas cotidianos eram realizados pelas/os ocupantes. Entre essas dinâmicas, Ravi com aproximadamente 3 anos passou a ajudar com a organização de brinquedos e no cuidado com as hortas. Em nosso arquivo pessoal, encontramos uma filmagem em que Ravi aparece contando que estava muito feliz porque plantava “nove pra horas” (ora-pro-nóbis) e que o vegetal tinha vitamina C e proteína.



(pátio central da OCA, arquivo pessoal, 2018)

2019: Agroecologia e o projeto MÃEZOMA

Através do contato com uma das ocupantes da OCA, passamos a compor um grupo de agricultura biodinâmica. Apesar de ser o primeiro contato com a agricultura, passamos a fazer parte de atividades na Associação Centro Terapêutico Lapidar, em Atibaia (interior de São Paulo), em que a proposta era de caráter medicinal no tratamento e reabilitação de dependentes

POR ONDE ANDAMOS?

químicos. Ravi me acompanhou em todas essas viagens, fez amizades com outras crianças que viviam com suas mães em tratamento, me ajudou no plantio, na construção de um berçário de plantas, nas colheitas. Esse primeiro contato intenso, despertou a retomada dos estudos. O ano de 2019 foi marcado por formações no campo da agroecologia, permacultura e bioconstrução. Mais uma vez a dinâmica de estar com a criança ocupando estes espaços, apesar de cansativo para ambos, aflorava a percepção de que o contato e o aprendizado de saberes populares não são restritos às pessoas adultas.

Como forma de continuar os estudos e as práticas agroecológicas, uma das estratégias foi utilizar uma das cozinhas da OCA para a feitura de produtos alimentícios veganos. Junto com outra mãe organizamos a produção, sobretudo, de marmitas congeladas e salgados em que parte dos temperos e panc's (plantas alimentícias não convencionais) utilizados eram colhidas na própria horta da OCA. O projeto Mæzoca foi estratégico tanto para garantir um mínimo de autonomia financeira, quanto para alimentar nós e nossas crianças, já que produzíamos sempre uma quantidade que permitia além da venda, nossa própria alimentação. Apesar de não participar da produção de alimentos, Ravi colhia os temperos e em eventos no campus me acompanhava nas vendas.

Segundo ela, sua parte preferida de ter a mãe trabalhando na cozinha era comer.



. Atividade agroecológica, 2019



Venda de salgados no Espaço Verde na USP, 2019

2020: Pandemia no CRUSP

Em março de 2020, tivemos a declaração, da Organização Mundial da Saúde, de que estávamos vivendo uma emergência sanitária ocasionada pela pandemia da COVID-19. Em um momento de grandes incertezas sobre a circulação do vírus, optamos, depois de uma reunião geral da OCA, passar um tempo na cidade natal da minha companheira e cuidadora de Ravi. Pouco tempo depois retornamos para o Estado de São Paulo e passamos alguns meses na casa onde cresci e onde Ravi foi parida. Na primavera de 2020 retornamos para a USP e passamos a ocupar um dos apartamentos do CRUSP com mais duas estudantes. Para quem não conhece a moradia da USP, importa dizer que o CRUSP é caracterizado pelo descaso com estudantes pobres, problemas como falta de manutenção, sucateamento das cozinhas coletivas, falta de máquinas de lavar e mofo em grande parte dos apartamentos. Logo, estar no CRUSP significava antes de tudo compreender o lugar que a permanência estudantil ocupava na gestão

da reitoria. Como se já não fosse o suficiente, na pandemia foi instalada uma base fixa da polícia militar (PM-SP), ao lado da moradia estudantil.

Acontece que, na percepção do movimento estudantil e principalmente das/os moradoras/es do CRUSP, a polícia militar não está na Universidade para proteger os estudantes, mas sim para reprimir qualquer manifestação de luta por direitos básicos e estudantes racializadas, já que a abordagem passou a ser uma cena constante no campus. Contextualizo essa situação, porque o período da pandemia na Universidade foi marcado pela criação de estratégias de sobrevivência, como a organização autônoma de luta de moradores por direitos básicos e a luta cotidiana na manutenção dos protocolos sanitários contra a COVID-19 (isolamento social, uso de álcool em gel e máscara). Aqui gostaria de rememorar um momento marcante desse período e refletir sobre algo comum a quem materna: o imprevisto e o improviso.

Primeiro gostaria de narrar que em meio a segunda onda da pandemia, o então reitor Vahan Agopyan junto ao governo do Estado de São Paulo anunciou que o BoatShow, feira milionária de barcos, lanchas e iates, iria ser realizada na altura da Raia da USP e receberia entorno de 30 mil visitantes. A USP, que estava fechada para aulas e treinos, decidiu, sem consulta prévia à comunidade, organizar no mês de novembro um evento para a alta elite da sociedade paulista. O BoatShow aconteceu mesmo com vários setores da Universidade colocando-se contra. Embora o evento tenha acontecido, é importante salientar que foi sob protestos e denúncias. Questionamentos sobre as prioridades da reitoria na Pandemia, hostilização dos participantes do evento luxuoso contra moradoras/es, uso privado de espaço público, falta de transparência financeira, repressão da polícia contra estudantes, carros importados dirigindo em alta velocidade dentro do Campus, aglomeração, entre outras violências marcaram o evento. Os dois dias de protestos foi organizado de última hora e focou na denúncia contra a intensificação do descaso da Universidade com as políticas de permanência estudantil e a diferenciação dada entre o público do evento e as/os estudantes.

Situo o BoatShow pela representação dos interesses em jogo, tanto da reitoria, como de nós estudantes, mas também para demonstrar que a Universidade Pública ainda é destinada a elite econômica no nosso país. Nas memórias de Ravi, esse evento marca também uma trincheira de classe. Quando retomei esse ponto em nossas conversas, Ravi pontua que a lembrança mais marcante nessa situação foi o sentimento de tristeza. Uma estudante de

geografia, professora e referência para Ravi foi agredida pela polícia do campus. A pedagogia das manifestações políticas atravessa as subjetividades, independentemente da idade. Ter na memória alguém que você cultiva afetos sofrendo agressão da polícia por lutar por direitos mínimos produz tanto entendimentos sobre poder, hierarquia, quanto sobre resistência e luta coletiva.

Como explicar para uma criança que sua amiga apanhou por estar reivindicando o básico para sobrevivência? Ravi, assim como milhares de crianças, já presenciou cenas de violência institucional e promovidas pelo Estado através da repressão policial. Senão presencialmente, através da escuta, visto que discursos e narrativas sobre violências e violações percorre o cotidiano do país, e no nosso caso, enquanto mães pesquisadoras, também se faz presente em partilhas de conjunturas com outras pessoas. Destaco que Ravi é uma criança comunicativa e que nós enquanto cuidadoras/educadoras nos apropriamos de metáforas e linguagens lúdicas para trabalhar questões que vão atravessá-la a ao longo da vida. A partir da nossa experiência, observamos que subestimar as capacidades reflexivas e intelectuais de crianças provem do adultocentrismo e de uma lógica colonizadora e capitalista baseada no acúmulo do conhecimento.

Diante desse cenário desafiador, aprendi com Ravi que em situações de imprevisto (muito comum na vida de mães e crianças) o ato de improvisar, de criar de forma espontânea promove potencialidades e se torna uma ferramenta de luta cotidiana indispensável. O isolamento social também foi fator crucial para compreender o lugar que as brincadeiras ocupam na vida da criança, tanto na criação de laços de afetividade, quanto no processo de educação libertária. Estudar e viver com uma criança pequena na pandemia implicou na sistematização de uma rotina baseada na atenção e no cuidado. Junto com minha companheira, criamos um calendário semanal em que cada uma era responsável por um turno diário com Ravi e que dentro desse tempo, além dos cuidados básicos de rotina, também percorríamos o campus, subíamos nas árvores da “praça da coruja”, colhíamos frutas e brincávamos. Já as atividades dentro da moradia se pautavam na feitura de desenhos, na criação de estorinha com bonecos e massinha e na contação de história. Apesar da intensidade do cuidado e das brincadeiras cotidianas, uma queixa fortemente presente era a ausência de outras crianças.

Infelizmente, enquanto adultos desaprendemos a brincar. As crianças são capazes de passar o dia todo brincando, já as nossas brincadeiras variavam em uma média de uma à duas

POR ONDE ANDAMOS?

horas por turno intercalada com outras tarefas, como a limpeza do espaço, preparo das refeições e outros cuidados. Tanto para Ravi quanto para mim, a ausência do convívio com outras crianças foi o principal desafio da pandemia. Também foi nesse contexto que optei por retomar, além do espaço físico da Universidade, para a academia. Ao longo de 2020, formulei um projeto de pesquisa e fui aprovada no processo seletivo do mestrado em Antropologia na UFPB. Em março de 2021, saímos de São Paulo e mudamos para o Estado da Paraíba.



Praça ao lado do CRUSP, 2020



Lateral do Bloco F no CRUSP, 2020

2021: Retomada acadêmica e isolamento social

Percorridos mais de 3 mil quilômetros entre São Paulo e Paraíba, a retomada acadêmica ocorreu através do ensino remoto. Por conta do isolamento social e da espera pela vacina da COVID-19 para crianças, Ravi não foi matriculada na creche, nossa rotina passou a incluir passeios diários na praia e atividades focadas no processo inicial de alfabetização. Diante da quantidade de disciplinas obrigatórias do programa de pós graduação (totalizando sete ao longo de um ano) era comum a participação de Ravi nas aulas. A espontaneidade de aparecer, pedir para falar, às vezes mostrar desenhos ou fazer rima marcou o meu lugar enquanto mãe na pós-graduação. Em algumas aulas, Ravi, mesmo em outras atividades dentro de casa, interagia perguntando sobre palavras desconhecidas ou temáticas que atravessavam as aulas. Ravi

também presenciou momentos de tensão, em que chorei enfurecida por situações de machismo propagadas em aula por outros estudantes, mas também esteve comigo nos momentos em que tensionei e questionei como no século XXI, na pós-graduação em Antropologia, ainda era possível presenciar violências de gênero sem nenhum constrangimento.

Em relação ao processo de alfabetização, nosso percurso foi pautado principalmente a partir dos interesses de Ravi. Na identificação do alfabeto, por exemplo, era comum reproduzir as letras em desenhos de “letras monstros”. Entre as temáticas que foram surgindo nesse começo, Ravi quis aprender a escrever os nomes dos planetas, as fases da lua, o nome de animais. Retomando o caderno de suas atividades produzidas em 2021, é possível ver a divisão entre as temáticas: 1) Ancestralidade e Agroecologia (aprender com nossas bisavós, avós e mães, principalmente a interação e o respeito com a natureza); 2) Alimentação e Veganismo (identificando os alimentos, aprendendo receitas, tópicos sobre libertação animal e humana) e 3) Literatura infantil (alfabetização e contação de histórias). O interesse por outra língua também surgiu, visto que minhas aulas de espanhol também eram remotas. Era comum Ravi pedir para interagir em aula, inclusive em espanhol. Em uma das atividades encontradas desse período, há uma na qual Ravi “me passa lição” a partir de desenhos para que eu preencha os nomes em espanhol, com a correção feita por ela.

Em contrapartida à dinâmica de estudos, estabelecemos uma rotina de atividades divertidas e lúdicas, tanto na praia com brincadeiras como pega-pega, batalha pokémon no mar, construção de casas de areia, como em casa, na criação de estorinhas com animais feitos de rolos de papel higiênico, fantoches, brinquedos de madeira e pelúcia. Destaco que alguns personagens criados são fixos e ainda hoje são convocados nas brincadeiras. Entre esses personagens, destaco a “família de Janetão”, composta por gatas e cachorros, que já vivenciaram desde invasão alienígena até problemas de rotina cotidiana como a ingestão de açúcar dos “filhotes” sem a permissão de adultos; a girafa de pelúcia Gizelda, que até hoje figura uma aliada importante no processo de descanso de Ravi; e, por fim, Nina, o fantoche.

Chamo a atenção para esses personagens, principalmente, por compreender a importância que seres não humanos e mais-que-humanos (TSING, 2021) desempenham na vida de crianças. Questões sensíveis ou desagradáveis entre pessoas adultas e crianças, às vezes podem ter como intermediadores os próprios brinquedos, dado que a fronteira entre fantasia e realidade aparecem, na minha perspectiva, com seus limites borrados. Gizelda tem sido

fundamental para garantir a segurança noturna e enfrentar o medo do escuro. A girafa “fala” pouco e é tímida, além de ser uma excelente ouvinte. Já Nina é quase que a oposição de Gizelda, a personagem criada é solicitada principalmente para promover a desordem e a bagunça. Nina é escandalosa, comilona, festeira e às vezes irresponsável com as palavras. Essas duas personagens são convocadas quase que diariamente na nossa rotina.

De fato, o isolamento social nos impôs diversos desafios, entretanto nos fez olhar o universo infantil com maior atentividade, além de estimular a criança adormecida em nós. O prazer da brincadeira e da diversão não é restringida às crianças, nesse processo também aprendemos com elas sobre respeito, consenso, regras (ou a quebra delas), mas principalmente, aprendemos que a brincadeira ocupa um lugar fundamental no fortalecimento de nossos vínculos afetivos.

2022: Ampliando as ferramentas de luta: a potência da criança na transformação sociopolítica

Assim como para as pessoas adultas a Universidade desempenha um papel importante na formação crítica e na potencialização de práticas transformadoras, na vida da criança que vivencia esse espaço, não é diferente. Nesse sentido, sugerimos pensar que para a criança, a curiosidade tem correspondência nos processos de investigação científica e acadêmica. Diríamos ainda que há uma recusa por parte da academia em considerar crianças como potencialidades em processos transformadores no âmbito sócio-político e subjetivo. As crianças são capazes de produzir saberes, desejos e revoluções. Se pensarmos na quantidade de mudanças dos primeiros sete anos de vida como o desmame, o desfralde, as primeiras dancinhas, a perda de dentes, o início da institucionalização da vida através das escolas, as sociabilidades, os afetos, veremos que a infância é marcada por grandes rupturas e desafios. Por essa razão, consideramos a criança como potência criativa e revolucionária, capaz de lidar com situações adversas nos âmbitos mais complexos da vida.

Nesse sentido, pensar em uma Universidade inclusiva, que garanta a segurança e o bem-estar na infância, perpassa pelo trabalho de diálogos sobre situações adversas e sobretudo violentas. Assinalo algumas conversas e perspectivas de Ravi sobre violências estruturais que atravessam nossa vida cotidiana, a começar pela violência exercida pelo sistema capitalista. Em uma dessas noites enquanto escrevia estas páginas, Ravi me perguntou o porquê nós precisamos de dinheiro. Mesmo sabendo a resposta e consciente da existência do capitalismo, a pergunta aparece, ao meu olhar, como questionamento crítico. Digo isto, porque logo depois

de responder que no capitalismo o dinheiro é utilizado para sobrevivência, Ravi enfatizou “como o dinheiro pode valer mais do que a vida das pessoas? As pessoas têm vida e o dinheiro é só um papelzinho”. Essa compreensão não foi construída a partir de um modelo pedagógico rígido, hierárquico e impositivo, muito pelo contrário. Quando nós mães e educadoras (porque mães exercem também função de educar) nos propomos a um modelo de educação libertária, as questões são trabalhadas muito mais a partir de acontecimentos do cotidiano do que a partir de material pedagógico. Assuntos relacionados ao dinheiro são recorrentes, “quando a bolsa cai”, “o dia de pagar o aluguel”, “quanto podemos gastar no mercado?”. Mais do que isso, viver em sociedade e presenciar pessoas em situação de rua, por exemplo, também estimulam as conversas sobre as violências do capitalismo sob a vida de grupos específicos.

Perguntas como “mãe, porque aquelas pessoas estão dormindo na rua” não podem ser ignoradas e precisam ser contextualizadas. Tanto para situar as escalas de violência como para evitar qualquer reprodução de estigmas. Sendo a desigualdade social uma característica da sociedade brasileira e as crianças parte dessa sociedade, por que não tratar do assunto? Por que subestimar a capacidade intelectual ou defender que isso não é assunto de criança? Como negar o acolhimento à criança que questiona uma cena de violência, que presencia sua semelhante em situação de vulnerabilidade? Quando Ravi tinha por volta dos três anos e questionou porque um homem dormia na rua, uma maneira de criar uma resposta lúdica a partir do imaginário infantil foi associar o capitalismo à figura de monstro. Ravi desde muito pequena é fascinada por monstros, assim como é fascinada por dinossauros. Logo, a explicação “isso é responsabilidade do monstro do capitalismo” foi frequente até os cinco anos de idade. A manifestação desse entendimento ora era reproduzida por desenhos, ora em “batalha de rima”, como no trecho a seguir criado em meados de 2021: “Lucro é do mal, lucro é do mal. Quantos dentes de alho você vê na sua comida?”

Enquanto mãe pesquisadora de temáticas que envolvem luta por direitos e, portanto, conflitos e violações, em contrapartida à toda violência sistêmica aprendi a olhar o lugar de protagonismo que as crianças ocupam em diferentes movimentos sociais. Aqui cito como exemplo a organização de crianças do MST “os Sem Terrinha”, mas poderíamos também citar, em âmbito internacional, o protagonismo de crianças ativistas em diferentes frentes de atuação, como é o caso do colombiano Francisco Vera, que com apenas onze anos é referência na luta pelos direitos das crianças e por justiça ambiental; o norte-americano Nolan Davis que aos oito anos organizou em Missouri o *Black Live Matters* para crianças; e a Indiana Ridhima Pandey,

que aos nove anos de idade ganhou notoriedade após processar o governo pela ausência de proteção ambiental. Nesse sentido, na minha perspectiva, negar contextualizar violências para as crianças é em si um ato violento, já que discurso e prática de violência atravessam nossa formação enquanto seres sociais. Isso não significa expô-las a mais violência, pelo contrário, a contextualização permite identificar discursos ou ações de violência, como recentemente foi o caso ocorrido em uma escola em Campo Limpo de Goiás (GO), onde após uma palestra sobre Conscientização contra o Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, dez alunas/os denunciaram terem sido vítimas de abuso.

A partir desse apontamento, gostaríamos de tratar ainda sobre outros circuitos de violência que percorrem a formação de Ravi, como o especismo, o racismo e o cissexismo, principalmente a partir da institucionalização escolar primária. Nossa pretensão é apontar alguns entendimentos e estratégias de luta e resistência a qual Ravi tem se apropriado, em parte, através do contato frequente com a pesquisa acadêmica (mesmo que indiretamente) e a partir das vivências dentro dos espaços na Universidade (do sudeste ao nordeste).

No processo de escrita, quando perguntei à Ravi o que ela acreditava ser importante tratar sobre a relação entre crianças, especismo e capitalismo, a mesma escolheu iniciar a partir da questão: “Porque a vida de um bicho que está em extinção vale menos do que o dinheiro?” Para Ravi “o capitalismo pensa que ele próprio tem mais valor que os animais” e me lembra que “o capitalismo é feito pelos seres humanos”. Acrescentou ainda, em tom de indignação, que a venda de animais vivos e mortos é “uma coisa de muita exploração”. Também recordamos que em 2021, enquanto brincava, Ravi compôs o seguinte trecho “capitalismo é do mal, capitalismo é do mal/ Tudo o que eu mais quero é libertação animal/ Eu não como porco, eu não como gato/ Eu não como cão, eu não como gado/ Os animais são meus amigos/ Eles não são inimigos/ Eles são nossa família e não nossa comida”

Registramos que o especismo na nossa dinâmica é pautado cotidianamente a partir do veganismo, uma vez que o compreendemos enquanto luta pela libertação animal e humana, prática anticapitalista e garantia de soberania alimentar. A luta antiespecista e o veganismo nasce e toma forma no processo de introdução alimentar de Ravi, ou seja, desde aproximadamente 1 ano e meio essa pauta passou a ser cotidiana, principalmente no preparo das refeições. Com o início da escolarização primária, a “merenda da escola” também passa a ser colocada em questão. Pelo fato da escola pública, que Ravi frequenta, não oferecer opção

POR ONDE ANDAMOS?

vegetariana e por Ravi levar “marmita”, geralmente ela me conta o que a escola serviu (“cuscuz com leite” ou “suco com bolacha”), se alguma outra criança falou da “marmita” dela, se “fez careta” ou se “pediu um pedacinho”. Por fim, quando perguntei sobre sua experiência com o restaurante universitário, Ravi destacou a lembrança com a “carne de soja” e disse que a Universidade deveria ter mais opções de alimento e não só “soja”.

Em relação aos debates sobre racismo e práticas antirracistas, partilhamos aqui a experiência que Ravi tem tido no Nordeste, sobretudo na região sul da Paraíba, caracterizada pela presença marcante de indígenas da etnia Tabajara e de quilombolas. Uma das primeiras questões que apareceram para Ravi foi a percepção que aqui, diferente de São Paulo, ela era uma das poucas crianças brancas da escola. Essa questão foi trabalhada a partir do levantamento histórico desse território (parte da minha pesquisa de mestrado) e de partilhas cotidianas sobre questões do território presentes na pesquisa. Ravi também pôde acompanhar uma das minhas idas à campo, na Aldeia Barra de Gramame, onde passou o dia brincando com outras crianças. Ressalto, nesse sentido, que a pauta antirracista é para nós elementar, dado que enquanto pessoas brancas temos o papel enquanto mães e educadoras de situar os privilégios da branquitude e sensibilizar Ravi a identificar situações de racismo, aprendendo práticas que auxiliam ao combate dessa violência.

Aqui compartilhamos uma das situações ocorridas na escola de Ravi no mês de abril de 2022. No dia 19 de abril, uma das atividades escolares foi a confecção de uma máscara de “índio”. Quando Ravi retornou da escola com a máscara nos propomos a conversar sobre o ocorrido. Conversamos sobre o fato de que é uma prática desrespeitosa com os povos indígenas criar máscaras ou fantasias e que, ao contrário do que aprendemos na escola que indígenas foram extintos, sabemos que muitos desses povos estão vivos e lutando pelos seus territórios. Como forma de lidar com a frustração de Ravi por ter pintado a máscara, optamos por rasga-la e cortar em pequenos pedacinhos para depois colar em formato de rede e reproduzir um poema do livro infantil “Poeminhas da Terra”. No desenho, Ravi optou por desenhar os cabelos da indígena cacheado, já que é uma das características de pessoas da etnia Tabajara.



Por último, importa dizer que uma questão significativa para Ravi, principalmente com o começo da escolarização, tem sido as violências impostas a partir da lógica cissexista. Essas violências são diárias e se concentram ora no uso do pronome ou nos questionamentos sobre o comprimento do cabelo de Ravi, ora na escolha no uso dos banheiros. Em relação ao uso do pronome feminino, conversamos com a professora sobre o fato de Ravi não se identificar com o gênero masculino, a professora acolheu a demanda, porém outras crianças e funcionárias constantemente fazem a pergunta: “Você é menina ou menino?”. Em casa conversamos sobre o fato de Ravi ser criança e não precisar decidir esse marcador de diferença de forma precoce. Esses dias, por exemplo, me disse que era pra eu perguntar o pronome antes, porque tinha dia que ela queria ser menina e dia que queria ser menino.

Já no caso dos banheiros divididos por gênero, Ravi evitava usar o banheiro masculino e utilizou o banheiro feminino algumas vezes “escondida”. Na volta das férias em julho, Ravi foi utilizar o banheiro feminino e foi abordada por um dos funcionários que a direcionou até a professora e questionou o porquê de Ravi não querer utilizar o banheiro masculino. A professora a encaminhou até a secretaria da escola, onde Ravi explicou que não se sentia confortável em utilizar o banheiro masculino e gostava do banheiro feminino porque era mais “limpinho”. Chegando em casa, me pediu para conversar com a professora sobre o ocorrido.

Hoje Ravi tem autorização por parte das funcionárias para utilizar o banheiro em que se sente mais à vontade. Partilhamos essa questão primeiro, porque ela é recorrente, segundo, porque, para além do ensino fundamental e médio, ela ainda se manifesta nas instituições de ensino superior.

Em um caso recente na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), uma travesti foi retirada do banheiro feminino sob alegação de que outras mulheres (cis) estavam se sentindo inseguras. Inclusive essa expulsão do banheiro foi conduzida por uma funcionária terceirizada a mando do chefe da central de aulas da instituição. Apesar de terem filmado as agressões verbais por parte dos funcionários e iniciado um processo interno na Universidade, não houve resposta da reitoria sobre o caso, muito menos punição aos agressores. A partir de então, a comunidade LGBTQIA+ organizou no dia 26 de outubro, um ato contra a transfobia e o racismo institucional. Ravi nos acompanhou, esteve atenta às falas de denúncia e de empoderamento e entoou as palavras de ordem ao longo do trajeto. Uma das ações ao longo do trajeto consistia em adesivar as portas do banheiro indicando que o banheiro feminino é reservado para mulheres cis, trans, travestis, pessoas trans não binárias e intersexuais, assim como o banheiro masculino é reservado para homens cis, trans, pessoas trans não binárias e intersexuais. Trazemos essa contextualização para dizer que seja em instituições de ensino superior ou instituições de ensino básico, a ausência de respeito às demandas da comunidade LGBTQIA+ constitui um problema relevante a qual nós mães e crianças precisamos ser acolhidas e ouvidas.

A Universidade está longe de ser um espaço acolhedor para as minorias políticas, e isso inclui as crianças. Obstáculos como a ausência ou a precariedade de políticas de permanência estudantil como moradia, restaurante universitário, creches e bolsas de estudo tem como consequência não só a evasão de mães estudantes, mas também o adoecimento mental e emocional de mães e filhas/os. Para além da permanência, reivindicamos que a Universidade seja um espaço seguro e isso significa dizer que violências como o racismo, o machismo e a transfobia precisam ser tratadas com a seriedade necessária, afinal de contas essas violências não atingem só pessoas adultas, mas também crianças. Da mesma forma, a pedagogia contida nas lutas pela garantia de direitos, como as ocupações e manifestações, também protagonizada por crianças, precisam ser consideradas como processos fundamentais na transformação social das estruturas de violência que permeiam nossa existência.

Referências

- KILOMBA, G. Quem pode falar: falando do centro, descolonizando o conhecimento. In: *KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, pp. 32-46, 2020.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos pagu*, n. 5, p. 7-41, 1995.
- TSING, A. L. O antropoceno mais que humano. *Ilha Revista de Antropologia*, v. 23, n. 1, p. 176-191, 2021.

Nós, mulheres-mães, também estudamos.

Lisianne Lima

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS-UFG). Assistente Social. Especializada em Trabalho Social com ênfase em famílias e comunidades contemporâneas. Voluntária no Programa de Gerontologia Social-Universidade da Terceira Idade na Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Analista Judiciário-Assistente Social no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Integrante do Grupo de Estudos Perspectivas Kilombistas, Coletivo Rosa Parks – UFG e Grupo de Estudos Mãe Também Estuda

Resumo

Neste artigo apresento uma reflexão sobre maternidade. A discussão tem como interlocutoras as mulheres-mães participantes do grupo de estudos intitulado “mãe também estuda”, o qual se propõe a realizar leituras de livros por capítulo, em horário flexível a fim de atender as demandas das mães, negras e não negras, trabalhadoras ativas e inativas, com um ou mais infantes, casadas ou solteiras, que compartilham o interesse de estudar sobre temáticas relacionadas ao Serviço Social e afins. Trata-se também de espaço de acolhimento e troca de ideias. Assim, compartilho as vivências, desafios e expectativas do grupo de estudos Mãe Também Estuda.

Introdução

O objetivo deste artigo é refletir sobre a maternidade nesta sociedade patriarcal e machista que atribui às mulheres responsabilidades domésticas e a educação das crias. Ao falar “mulheres-mães” é defender que somos diversas e ser mãe é mais um dos papéis desempenhado por nós, sendo a sobrecarga e exaustão presentes no cotidiano. Como narra Thaiz Leão (p.13, 2019) conheço milhares de mulheres, mas não conheço nenhuma que seja forte, dura e calejada porque resolveu ser”. Por outro lado, ao genitor é dado o privilégio de abdicar das responsabilidades parentais e não ser julgado ou cobrado pela sociedade, afinal, é disseminado a ideia que “pai ajuda”. Pai não ajuda! Pai não pode apenas gestar e amamentar no seio, porém as demais necessidades da criança podem ser atendidas iguais pelos seus genitores ou pais afetivos.

Nosso grupo virtual é uma estratégia de enfrentamento às opressões sofridas pelas mulheres-mães e por isso defendemos que MÃE TAMBÉM ESTUDA.

Do diálogo entre duas mulheres que estavam desanimadas pela falta de acolhimento dos espaços educativos para com as mulheres-mães, resolvemos criar nosso grupo de estudos que atende as necessidades de mulheres, mães, estudantes, trabalhadoras ativas e inativas. Assim, no dia 09 de setembro de 2020, ocorreu o primeiro encontro virtual com a participação de seis mulheres-mães, sendo quatro moradoras em Goiás e duas na Bahia. Escolhemos o livro “Serviço Social na Justiça de Família”. Depois o segundo, “A Dimensão técnico operativa no Serviço Social: Desafios Contemporâneos”, escrito por Yolanda Guerra, Cláudia Mônica dos Santos e Sheila de Souza Backx. E o terceiro foi o Código de Ética Código de Ética do/a Assistente Social: Comentado, de autoria de Maria Lúcia Barroco.

Convido-te a conhecer nosso grupo que há um ano colabora para mulheres-mães estudarem, trocarem afetos e fortalecimento durante a pandemia causada pela COVID-19. Nas leituras encontramos afagos, conhecimento e esperança. Compartilhar com você este trabalho significa que nossa rede de apoio ampliou. E vamos estudar!

Grupo de estudos Mãe Também Estuda

Mulheres-mães na luta por transformações sociais, a nós, são destinados a obrigação pela educação e criação dos seres humanos desta sociedade de bases patriarcais e machista.

Eu sou apenas mãe? Ou a maternidade é uma parte da minha vida? Assim como, escolher trabalhar, passear, namorar, estudar e tantas outras questões inerentes à vida. Mulheres-mães não podem ser reduzidas a educar seus filhos (as) ou as responsabilidades domésticas. Nós precisamos existir! A maternidade não nos define, somos mais que mães, nós existimos! Nomear o nosso grupo de estudos virtual por: “mãe Também Estuda” é com o objetivo de possibilitar as mães o acesso às leituras, acolhimento, troca de saberes e horário flexível.

Quanta alegria de compartilhar a experiência de mulheres-mães, maioria pretas, brancas, residentes em Goiás, Bahia e Santa Catarina que se reuniram para realizar leituras diversas, especialmente, em matéria de Serviço Social por se tratar de mulheres-mães graduadas em Serviço Social ou assistentes sociais.

Era setembro de 2020, duas mulheres-mães dialogavam sobre os desafios da maternidade e os estudos, por exemplo, como estudar com a criança gritando e pedindo

atenção? É possível elaborar textos e pausar para trocar a fralda do bebê? Que evento tem espaço infantil para que as mulheres-mães possam participar com seu filho (a)?

Então, surgiu a ideia de resistir a exclusão imposta por nossa sociedade que dificulta a presença de mulheres-mães nos espaços educativos devido à falta de flexibilidade e acolhimento. Assim, em meio a pandemia causada pela Covid-19, surgiu o grupo de estudo virtual Mãe Também Estuda, formado por seis participantes que compartilhavam de necessidades semelhante, ou seja, estudar, trocar ideias e ser mãe. Como afirma Chimamanda Adichie (p. 14, 2019) “Seja uma pessoa completa. A maternidade é uma dádiva maravilhosa, mas não seja definida apenas pela maternidade”

Unimos as mulheres-mães, escolhemos o livro e selecionamos a plataforma google meet para nossos encontros, iniciados às 21 h até as 22 h, quinzenalmente, com leituras e reflexões por capítulos. A estrutura dos encontros é de acolhimento inicial com apresentação artística (músicas, vídeos ou poemas), troca de saberes sobre o capítulo lido e os comunicados finais. E no dia seguinte, postagem do resumo das discussões no grupo virtual (whatssap).

O primeiro livro escolhido foi Serviço Social na Justiça da Família: demandas contemporâneas do exercício profissional. No início do primeiro encontro, uma mulher-mãe falou sobre as dificuldades de lidar com os filhos adolescentes. Logo em seguida, outra participante a recomendou procurar um hebiatra. E pensamos coletivamente: o que é um (a) hebiatra? E, descobrimos que trata-se de uma especialidade médica focada em adolescentes.

Aquele momento, expressava que o nosso grupo não é apenas leituras e reflexões teóricas, é também, rede de apoio, de curiosidades, acolhimento e resistência.

Seguimos com a leitura do capítulo I, no tocante ao silenciamento teórico na área sociojurídica, naturezas processuais, paternidade e maternidade socioafetiva, relações homoafetivas no judiciário. Já no capítulo II, a imediaticidade no fazer profissional, concepção de usuário cidadão e a defesa dos direitos humanos e sociais; definição de interdição; diferenças entre perito social e assistente técnico; Serviço Social nas escolas; limites e possibilidades no atendimento com crianças e adolescentes no campo sociojurídico. E o capítulo III, reflexões sobre a constituição federal 1988; as irregularidades da “adoção a brasileira”; patriarcado, sexismo e machismo; compartilhamos vivências na graduação, no Centro de Atenção Psicossocial e na Vara de Família e Sucessões.

Neste momento, a esperança e a coragem estavam presentes nas nossas narrativas, pois a cada capítulo lido confirmávamos que Mãe Também Estuda. Não podemos deixar de mencionar que duas mães desistiram de permanecer no grupo devido a sobrecarga de atividade e a incompatibilidade com os horários dos encontros virtuais. Isso reforça o quanto ainda precisamos desromantizar a maternidade. Não nascemos mães, nos tornamos com a chegada da cria, seja biológica ou afetiva, e precisamos nos adaptar a nova configuração familiar, as responsabilidades, rotinas, orientações, entre outras questões que englobam a maternagem ao longo da vida.

No capítulo IV conversamos sobre as configurações familiares, análise do filme “Eu, Tu e eles”, história do divórcio no Brasil, pátrio poder e poder familiar, definições e vivências relacionadas a multiparentalidade.

Conseguimos! Atingimos o último capítulo. Analisamos as atribuições dos peritos técnicos, alienação parental, gênero, maternidade e o excesso de demandas destinadas socialmente as mulheres e críticas a escassez de produção acadêmica relacionadas ao Serviço Social e o campo sociojurídico.

Entusiasmadas compartilhamos as considerações finais do primeiro livro lido no grupo Mãe Também Estuda. Concluir a leitura nos impulsionou a continuar com nossos encontros virtuais, superar o cansaço, o choro das crianças, as demandas domésticas, por nós e para nós.

E as leituras continuam...

Em janeiro 2021, seguimos para o nosso segundo livro “A Dimensão técnico operativa no Serviço Social: Desafios Contemporâneos, por Cláudia Mônica dos Santos, Sheila Backx e Yolanda Guerra.

Organizamos o cronograma para leitura do novo livro que é oriundo de simpósio ocorrido em 2009, com a temática Dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa; políticas sociais e seus desafios, bem como reflete sobre a frase: “na prática a teoria é outra”. Compartilhamos relatos de casos de violência contra crianças e adolescente, a importância dos profissionais (assistentes sociais) produzirem mais textos acadêmicos.

Lembramos da vontade de escrever um livro sobre maternidades e educação, buscamos os caminhos para concretização deste sonho coletivo. Leitoras e escritoras, mas será que mãe

também pode escrever? Acreditamos que sim, com ousadia e coragem, imaginamos a capa do nosso livro, os capítulos e até os autógrafos e dedicatórias. Nós também precisamos sonhar.

Retornando as leituras debatemos sobre dimensões: técnico metodológica / ético-política/ técnico operativa, modo de ser da profissão, diversos espaços ocupacionais e a necessidade de conhecer e aplicar as Dimensões, dificuldades vivenciadas na área de saúde no tocante as atribuições e competências profissionais, conservadorismo, instrumentos e técnicas, consenso e dissenso sobre os instrumentos técnicos.

Discutimos também sobre “A dimensão Técnico operativa do exercício profissional”, abordamos questões, históricas, estruturais e conjunturais, desafio do auto imagem da profissão, divisão sociotécnica do trabalho, instrumentalidade, resolutividade, heterogeneidade, espontaneidade, imediaticidade, superficialidade extensiva e a prática irrefletida. Conhecemos os fundamentos para desvelar e submeter à crítica o senso comum, políticas sociais, e contradição capital x trabalho.

Em agosto/2021, promovemos um bate papo sobre Ecofeminismos, ministrado por Natália Chaves dos Santos, estudante de Direito e pesquisadora sobre a temática. De acordo Alicia Puleo, eco feminismos é a corrente do feminismo que se propõe abordar nossa relação com a natureza desde a perspectiva de gênero, propondo uma redefinição do ser humano e da natureza, de forma que nos entendamos humildemente como parte desta e não como superiores e dominadores dela. Compreendemos o contexto histórico, a relação mulher

e natureza, política da sexual da carne, devastação ambiental e suas consequências na vida da mulher. Foram sugeridas mudanças de hábitos alimentares e uso de eco absorventes. Este bate papo foi potente para as mulheres-mães pois ampliamos nossos saberes e diversificamos o nosso grupo com a inclusão de outras temáticas.

Hoje, estamos no terceiro livro Código de ética do(a) Assistente Social comentado, autoria de Maria Lucia Silva Barroco e Terra Sylvia Helena. Realizamos a leitura e comentários dos artigos do código de ética da profissão a cada encontro virtual.

Nosso primeiro ano...

A caminhada continua e celebramos nosso primeiro ano de grupo de estudos Mãe Também Estuda! Experienciamos o poder transformador das leituras, a força da coletividade,

a remarcação de alguns encontros, e as perdas provocadas pela pandemia. Resistimos! Com poesias, músicas, convidadas, filhos (as), reafirmamos: Mãe Também Estuda!

Incentivamos você a ser rede de apoio pois queremos educar em conjunto, ter alguém para compartilhar a angústia de não ter buscado a criança na escola no horário programado, ter para quem contar os sonhos incluindo ou não a maternidade, ouvir “estou com você”, chorar, ser vulnerável, romper com perfeição e a culpa. Nós, somos mulheres-mães, com forças e fraquezas, expectativas e frustrações, coragem e medo, tristezas e alegrias. A maternidade não totaliza quem somos ou o que fazemos, existimos, antes de sermos mãe, somos mulheres.

Compartilhamos poema escrito por Ana Vitória Alves de Freitas, filha de uma mulher-mãe participante do **grupo**.

Grupo Mãe Também Estuda

Mãe que estuda e de seus filhos cuida

Que linda ousadia a sua.

Ainda não conheci a maternidade,

Não sei o que é ser árvore,

Mas sei o que é ser fruto

E dessa parte, darei testemunho:

Admiro muito minha mãe,

Sua dedicação aos estudos,

A paciência, o carinho para comigo.

Entre livros e choros,

Ser mãe e estudante

É um privilégio duplo

Que traz desafios em dobro.

Experiência sem comparação!

Transforma a vida dos filhos

E acompanha por meio dos livros

Um mundo em eterna transformação.

Parabéns, mães que também estudam!

Que venha mais um ano de luta

Que sempre haja mais amor para partilhar

E não falte a ousadia que iniciou essa aventura!

Este poema traduz nossas dificuldades no decorrer de um ano que optamos por estudar a noite e acompanhadas das crias por acreditar que é possível plantar sementes do saber e apreciá-las florescendo.

Mães? respira, você não está sozinha!

As maternidades não precisam ser solitárias, nós, mulheres-mães, precisamos de políticas públicas que priorizem o atendimento às mães solo em diversas políticas sociais e econômicas, assegure assistência social, aumento da taxa de participação no mercado de trabalho, prioridade de vagas em creches e prioridade em programas habitacionais.

A participação da família extensa e dos/as amigos/as é fundamental para o desenvolvimento da prole e redução da sobrecarga das mulheres-mães. Pergunte à mulher mãe: Como está? Como posso colaborar? Quer conversar? Demonstre interesse pela vida da mulher. Em seguida, fale sobre as questões relacionadas à maternidade, se desejar. Essas atitudes podem colaborar para a mulher resgatar a identidade que muitas vezes fica perdida ao se tornar mãe.

O acolhimento colabora para saúde mental das mulheres-mães, ter para quem ligar quando ocorre imprevisto que impossibilita buscar a criança na escola, por exemplo. A maternidade pode ser coletiva, fazer parte da rede de apoio de uma mulher-mãe é colaborar para transformações sociais.

Ser mãe solo é ter múltiplas funções, pode ter advindo da escolha da mulher ou imposta pelo abandono paterno, a considerar que milhões de genitores não assumem suas responsabilidades. Mas não precisa ser só, podemos colaborar para a saúde mental das mães e promover melhores condições às crianças, promovendo estratégias para mudanças sociais, flexibilidade no trabalho, sugerir criação de locais para acolher as crianças nas universidades, hospitais, restaurantes, etc; realizar uma ligação para falar sobre assuntos diversos, possibilitar um “vale-mãe”, ou seja, ficar com a criança ou adolescente para a mulher-mãe descansar ou cuidar de si.

Somos mulheres-mães, mas não precisamos criar só. Que tal fazer parte da rede de apoio de mães solo?

Mãe solteira? Não, mãe solo.

No grupo de estudos aprendemos também sobre o termo mãe solo que é utilizado em substituição à “mãe solteira”, uma vez que maternidade não é sobre estado civil. Utilizar mãe solteira é também colaborar para a manutenção do machismo e patriarcado na nossa sociedade. É preciso lembrar que até a Constituição Federal de 1988, as deliberações da relação conjugal eram exercidas apenas pelo homem; a mulher era só uma colaboradora do marido e estas ideias ainda estão presentes no nosso cotidiano, ainda ouvimos: mãe solteira, mulher é para pilotar fogão, filhos/as são da mãe, entre outras.

A maternidade solo ocorre quando a mãe cria, educa, ama e é a única responsável pela prole. Dessa forma, há pluralidade de mães, mães solo casadas, as viúvas, as mães indígenas, as que optaram pela maternidade independente. Existem mães que compartilham as demandas das crias com companheiros, companheiras e/ou família extensa. E as solas e divorciadas, como eu.

Precisamos também enfrentar a nossa sociedade que é tão violenta com as mulheres mães que educam sua prole e são solteiras, sendo indicativo de fracasso e incompletude. Lembra da expressão “mãe solteira”? Pois bem, o que torna a mulher em mãe é seu vínculo com o filho ou filha. Conforme OYĚWÙMÍ:

*A partir de uma perspectiva africana e como
uma questão de fato, mães por definição não podem ser
solteiras. Na maioria das culturas, a maternidade é
definida como uma relação de descendência, não como
uma relação sexual com um homem. Dentro da literatura
feminista, a maternidade, que em muitas outras
sociedades constitui a identidade dominante das
mulheres, está subsumida a ser esposa. (Oyérónké, 2004)*

Os julgamentos constantes e falta de espaços nas universidades, hospitais, eventos, entre tantos outros lugares para acolher as mulheres-mães também demonstram a exclusão. Precisamos pensar nas opressões sofridas pelas mulheres de maneira interseccional.

A interseccionalidade, segundo Kimberle Crenshaw (2002, p.10), sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos, em outras palavras, as mulheres sofrem opressões por gênero, classe e raça.

Para Lélia Gonzalez (2020, p.192), ser mulher negra (ou negra e mulher?) implica ser objeto de um duplo efeito de desigualdade muito bem articulado e manipulado pelo sistema que aí está.

Logo, criar uma criança preta no país racista é lutar diariamente contra o racismo. Certa vez, a professora informou que ao realizar uma pintura no braço da minha filha (5 anos). Outra criança disse: não vai aparecer porque ela é morena. Em seguida, minha filha respondeu: Não sou morena, sou preta! Escutei aquele relato atenta e com o coração apertado, pois não foi o primeiro episódio de racismo e não será o último sofrido por ela e as demais crianças brasileiras.

Precisamos de uma educação antirracista! Não podemos aceitar que nossas crianças se refiram ao lápis claro como “lápis cor de pele”, que seus cabelos sejam desqualificados como “bagunçados ou ruins”, que os espaços de poder sejam brancos num país que é constituído por 54% da população negra, de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo Grada Kilomba (2019, p.180), o ato de reparação do mal causado pelo racismo através da mudança de estruturas, agendas, espaços, posições, dinâmicas, relações subjetivas, vocabulário, ou seja, através do abandono de privilégios.

Considerações Finais

A maternidade não pode definir a mulher, as crias não são título exclusivo da mãe, a responsabilidade precisa ser coletiva.

Somos mulheres, somos mães e somos resistência! Nós, trabalhamos, estudamos, passeamos, namoramos, nós existimos!

Por fim, nosso grupo é constituído por cinco mulheres-mães, sendo uma moradora da Bahia, três em Goiás e outra em Santa Catarina. Compartilhamos nossa experiência e esperamos que seja um incentivo para que outras mulheres-mães criem suas estratégias para enfrentar as opressões sociais. A luz das palavras de Thaiz Leão: “eu não sou guerreira”, nós

acreditamos no amor que transforma conforme bell hooks nos ensina “Quando amamos é possível enxergar o passado com outros olhos; é possível transformar o presente e sonhar o futuro. Esse é o poder do amor. O amor cura”.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Sejamos todos feministas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2014.

BARROCO, Maria Lucia Silva, TERRA, Sylvia Helena. *Código de Ética do/a Assistente Social*: Comentado. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. Ed. Cortez

EVARISTO, Conceição. Escrevivências da afro-brasilidade: história e memória. *Releitura*, Belo Horizonte, Fundação Municipal de Cultura, n. 23, nov. 2008.

Gonzalez, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*: ensaios, intervenções e diálogos/organização Flavia Rios, Marcia Lima- Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOUVEIA Thaiz Leão, *O exército de uma mulher só*. Caxias do Sul: Belas Letras,2009.

HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. Revista Estudos feministas. nº 2. v 3. 1995. OYĚWÙMÍ, Oyérónké. *Conceituando o gênero*: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Org.). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social*: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: UFJF, 2012.

VILARINHO, Tais, *Mãe fora da caixa*. São Paulo: Buzz Editora,2017.

Capítulo IV

Relatos, Perspectivas, resistência da Docente mãe universitária e trabalhadoras da educação: Caminhos possíveis por um Feminismo Matriscétrico.

Invisibilização da maternidade solo na universidade: Quem somos onde estamos?

Taís Ferreira

Docente área Artes/Teatro - Faculdade de Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Neste texto, discorro do lugar de mãe solo e docente em uma instituição federal de ensino superior. Sou uma mulher branca de 43 anos, professora há mais de duas décadas (18 anos de ensino superior), pesquisadora das crianças em relação às artes da cena e da formação de professoras. Sempre estive próxima das crianças e do feminismo, há muitos anos estão presentes na práxis docente e de vida que engendro. Entretanto, vi minhas concepções de feminismo, de trabalho acadêmico e de infâncias se modificarem radicalmente com o advento da maternidade solo na minha existência. É deste lugar que falo e escolho não me calar, do lugar de privilégio que possibilita a mim construir uma voz que problematiza a invisibilização da maternidade (e mais especificamente da maternidade solo) nas universidades brasileiras e no ethos do sistema acadêmico como um todo. Este capítulo é a expansão e aprofundamento de um artigo de minha autoria publicado recentemente no Jornal da Universidade UFRGS, sob o título de “O desafio invisibilizado da maternidade solo na academia” (2022).

Instigada pelo artigo “Parentalidade e carreira científica: o impacto não é o mesmo para todos” (CARPES et al, 2022), recém lançado pelas colegas do movimento *Parent in Science*, que vêm fazendo um trabalho de grande relevância no levantamento de dados relativos à maternidade e à vida acadêmica de estudantes, professoras e pesquisadoras brasileiras, decidida parar por algumas horas a “roda viva” de atividades laborais na universidade e funções

maternas para dar voz a um lugar de extrema invisibilização no meio acadêmico: a maternidade solo.

Afinal, o que entendemos como maternidade solo?

É necessário conceituar e problematizar, ainda que brevemente, o que se convencionou chamar por “maternidade solo”, termo que substitui aquele carregado de sexismo, que vinculava a maternidade ao estado civil das mães: “mãe solteira”. Uma mãe solo é aquela que é responsável, se não de forma absoluta, quase que em sua totalidade, pelos cuidados diários, pela criação psicofísica e pelo provimento (afetivo e financeiro) de seus filhos, independente de seu status de relacionamento afetivo ou amoroso com outra pessoa.

A própria conceituação de maternidade solo, além de recente, está “sob rasura”, no sentido de que não há um consenso sobre o que compreenderia uma maternidade solo. Certamente há inúmeras formas de vivenciá-la e seria impossível as descrever aqui, mas cumpre esse adendo antes de adentrarmos às questões relativas à maternidade solo na universidade propriamente. Há pessoas que defendem que pode haver maternidade solo com a existência de um pai ou companheiro que não participa das funções parentais, ainda que em regime de convívio. Há outras, como Moreiras (2021), que defendem que mesmo em um caso de guarda compartilhada existe uma maternidade solo de um dos lados (o que implicaria uma paternidade solo de outro?), já que a família composta por mãe e prole é socialmente compreendida como exceção ou disfuncional, gerando constrangimentos para além e aquém da sobrecarga de trabalho com a maternagem e a vida doméstica, não reconhecidas como trabalho efetivo nem legal e nem simbolicamente.

Eu, especificamente aqui neste texto, me refiro àquelas mães que criam seus filhos sozinhas, com uma rede de apoio (paga, familiar, afetiva ou comunitária) em situações pontuais (ou nem isso), mas que são as responsáveis plenas pelas decisões e pela ingerência de toda a vida cotidiana dos filhos, na totalidade do tempo. Devemos convir que há uma imensa diferença em ter 24h sobre 24h sete dias por semana, 28 ou 30 dias por mês (digamos que haja um regime de visitas quinzenais de 24h ou 36h) uma (ou mais) criança(s) ou jovem(s) sob seus cuidados e um regime em que a criança fica 50% em cada casa, ou todos finais de semana ou mesmo duas vezes por semana na casa do outro pai ou mãe. Ou ainda uma construção de parentalidade em que as tomadas de decisões sejam dialogadas ou discutidas entre os responsáveis, em que haja algum nível (esperar por uma divisão justa na atual conjuntura é quase uma utopia, pelo menos é o que nos mostra a observação empírica) de partilha das responsabilidades.

Infelizmente, a quase totalidade das mães solo deste país navega completamente só pelos mares da maternagem, tendo apoio somente em outras mulheres de suas relações, se tanto.

Com isso, de maneira alguma estou sugerindo que uma mãe não seja onerada pela injustiça da divisão de tarefas e pela naturalização de que à mãe cabem os cuidados filiais (enfim, o “amor” justifica e serve como pagamento pelo trabalho da maternagem não ser remunerado!), porém, gostaria de salientar que há maternidades solo que são brutalmente solitárias, não somente afetivamente, mas efetivamente quando uma mãe passa todo o tempo de sua existência atrelada às questões parentais por ser o único adulto que responde pela prole e à prole. Portanto, aqui estou me referindo a casos de maternidade solo em que não há outro adulto responsável, em que não há divisão alguma tanto do trabalho físico (fazer compras, cozinhar, limpar, lavar, higienizar, organizar) quanto de atenção simbólica (brincar, conversar, estimular, ensinar, mediar), em que não há um dia (um turno!) de folga para esta mãe trabalhadora, que ainda é responsável pelo sustento da família, em que não há lazer, direitos e cuidado algum com a saúde física e mental desta mulher. E esses casos, por mais que a descrição pareça exagerada, não são raros, muito pelo contrário, são a maioria em nosso país.

E por que trago aqui esta discussão? Porque não há maternidades piores ou melhores, não há uma competição aqui pelo *ranking* de maior sofrimento ou níveis de stress ou abandono⁵⁰ (pessoal e de políticas públicas para mães e crianças), o que há é o fato de que esta mãe muitas vezes não conta com outro adulto em suas rotinas, e se tem a escola ou alguma cuidadora, é em períodos específicos, determinados e em horário comercial.

A jornada de trabalho remunerado, a de vida doméstica e a de maternagem das crianças preenchem todo o tempo de vida desta mulher. Isso quando há trabalho remunerado, pois dados recentes⁵¹ nos mostram que a maior parte dos lares em insegurança alimentar são compostos por mães e filhos/as. Mulheres mães geralmente atuam na informalidade. Somos, sempre, mulheres e crianças, o elo mais frágil, vulnerável e abalado pela perversidade de governos que não têm interesse em promover a vida e o desenvolvimento pleno dos sujeitos, com garantias

⁵⁰ Enquanto escrevo este texto, leio no Portal Catarinas uma dura reportagem sobre maternidade solo de pessoas com deficiência, outro fato estarrecedor deste país misógino e capacitista: a maternidade solo é quase um denominador comum entre mães de pessoas com deficiência, o abandono paterno uma constante naturalizada socialmente, ainda que não haja dados oficiais. Acesso em 24/10/2022: <https://catarinas.info/a-luta-diaria-das-maes-solo-de-criancas-com-deficiencia/>

⁵¹ Segundo dados recentes (2022) do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN), as mulheres são as mais impactadas pela fome — e cada vez mais, 6 de cada 10 lares comandados por mulheres convivem com a insegurança alimentar. Nas casas em que a mulher é a pessoa de referência, a fome passou de 11,2% para 19,3%. Fonte: <https://olheparaafome.com.br/>. Acesso em 24/10/2022.

mínimas de alimentação, moradia, trabalho, saúde, educação e segurança. E dentre essas mulheres, encontramos nas mães negras e indígenas ainda índices mais aterrorizantes de abandono e descaso das políticas públicas de combate à fome, à miséria e à degradação humana.

Onde estão e quem são as mães solo nas instituições de ensino superior?

Contextualizando também estes escritos, que têm como cenário as instituições de ensino superior (IES) do país, sabemos que o simples fato de chegar até uma delas (seja como estudante, seja como servidora pública ou celetista), já coloca nosso público em um espaço de privilégio absoluto em um país como o Brasil. Há milhões de mães que não têm sequer o que dar de comer às suas crianças, mulheres lutando diariamente pela sobrevivência, para as quais a universidade é um lugar (físico e simbólico) inalcançável. Porém, as ações afirmativas e políticas de cotas raciais e sociais dos últimos dez anos transformaram paulatinamente esse cenário elitista, branco e masculino que sempre foi a universidade brasileira. Há mulheres negras e indígenas, há mulheres com deficiência e há mulheres trans, há uma maioria de estudantes mulheres⁵² (50% praticamente oriundas da educação básica pública) nas universidades públicas brasileiras e, dentre elas, há mães. Muitas mães: não podemos precisar em números porque não há dados oficiais (não houve até então interesse das gestões acadêmicas e de assuntos estudantis em levantar o número de mães servidoras e estudantes), mas certamente há um número expressivo de mães solo.

Assim, a primeira pergunta que gostaria de colocar aqui é: a universidade leva em consideração que há estudantes, servidoras TAs e terceirizadas, pós-graduandas e professoras na situação que descrevi acima? E que muitas vezes estas mulheres são coagidas a esconder esta situação, a envergonhar-se por não poderem dar contas de demandas laborais, de pesquisa e de estudos porque o patriarcado permitiu que os genitores abandonassem suas funções parentais e porque não há políticas públicas suficientes que permitam mulheres mães ocuparem os lugares da universidade? E as mães que aqui estão, onde estão? Por que somos invisibilizadas na teia de relações acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão? A quem servem a invisibilização e o silenciamento maternos?

⁵² Estudo do Semesp mostra que, em 2020, o Brasil contabilizou mais de 5 milhões de mulheres matriculadas no ensino superior, em cursos de graduação, presenciais ou Educação a Distância (EAD), o que representa 57,9% do total de estudantes. Esses dados referem-se às redes privadas e públicas. Acesso em 24/10/2022: <https://www.semesp.org.br/>

Exemplifico o que trouxe no parágrafo anterior: tenho colegas docentes homens com filhos da idade de minha filha e a existência das crianças raras vezes é citada em conversas informais, quiçá em uma decisão sobre divisão de carga-horária ou de tarefas a serem cumpridas, na proposição sobre datas e horários a cumprir-las. Mulheres são cotidianamente coagidas a silenciar suas maternidades dentro da universidade, como se fosse um demérito a existência de crianças e as responsabilidades advindas desta tarefa, de criar sujeitos que constroem a coletividade e o mundo porvir e presente.

Repto aquilo que se lê à exaustão em qualquer escrito ou reportagem sobre maternidade no Brasil, mas que não pode ser esquecido ou silenciado: segundo dados (já defasados) do IBGE, estima-se que, no país, haja mais de 11 milhões de mães solo, de lares chefiados e conduzidos por mulheres inteiramente responsáveis, em sua maioria negras. Outro dado que não pode jamais deixar de ser citado é o de mais de 5 milhões de crianças que sequer têm o nome de seus genitores no registro de nascimento, cabendo às mães, inclusive legalmente, a totalidade de responsabilidades para com as crianças, privadas do reconhecimento paterno desde o nascimento.

No caldo em que temas como maternidade solo invisibilizada (e silenciada) e IES estão imersos, urge desnaturalizar esses índices e perguntar: onde estão estes homens que impunemente se furtam, todos os dias, de suas obrigações parentais? Por que naturalizamos que mulheres sejam oneradas desta forma em nossas estruturas sociais e renegamos as especificidades das relações afetivas, laborais, psíquicas de uma mãe submetida a este tipo de maternidade? E uso aqui propositalmente o termo “submetida”, porque são raríssimos os casos em que uma maternidade solo é uma escolha feminina: no geral, a maternidade solo é fruto do mais perverso abandono paterno, aquele que segue a um rompimento afetivo entre os adultos, a uma gravidez não planejada ou ao nascimento de uma criança com deficiência. Quantos homens conhecemos que não se relacionam ou cuidam de seus filhos por “opção” ou “porque precisam se dedicar às suas carreiras”? Incluídos aqui muitos de nossos próprios colegas pesquisadores e docentes universitários, não esqueçamos. Socialmente esta “opção” não é dada a uma mulher, seja ela uma empregada doméstica, uma profissional liberal, uma estudante ou uma professora: “quem pariu Mateus que o embale”, não é este o ditado nefasto que tira da coletividade qualquer obrigação com nossas crianças, ou seja, com a construção das sociedades e do próprio mundo?

As colegas autoras do artigo ao qual me refiro no início deste texto (CARPES et al, 2022) levantam dados sobre as dificuldades e os entraves enfrentados por nós, acadêmicas, no seguimento de nossas carreiras após a maternidade. Apresentam, de modo muito pertinente,

também fatores de interseccionalidade, quais sejam: raça/cor, mães com deficiência, mães de pessoas com deficiência, mães LGBTQIA+ e classe social. Obviamente que do lugar que ocupo, de uma mãe solo acadêmica, professora e pesquisadora há 18 anos em IFES, percebo que a especificidade de minha condição não é aqui nomeada na lista. Porém, como uma mãe 100% solo, que cria uma menina sozinha há 4 anos e viveu uma gravidez também sozinha trabalhando em ensino, pesquisa e extensão até 5 dias antes do parto, que orquestra sua vida laboral e doméstica de modo a dar conta das demandas todas e ainda ter alguma sanidade psicofísica e vida social, não pude deixar de notificar as colegas sobre a ausência da “categoria mãe solo” nos fatores mencionados. Evoquei também os meses fatídicos de isolamento social pandêmico em 2020, em que trabalhei acompanhada de um bebê de 1 ano e quatro meses 24 horas por dia/7 dias por semana, processo apresentado em artigo já publicado em periódico acadêmico (FERREIRA, 2021).

Este pode parecer um questionamento de ordem subjetiva, possivelmente o seja em certa medida, mas sei que não estou sozinha. No entanto, não sei quem são (nominal ou numericamente) as mães solo na minha sala de aula, nos grupos de pesquisa que frequento, nos projetos de extensão que coordeno, nas bancas de trabalhos acadêmicos, nas reuniões de conselhos e comissões. Quem são elas? Quem somos nós? Onde estão as mães solo (estudantes, servidoras, bolsistas de pós-graduação, professoras) na universidade?

Posso inferir que estejam invisibilizadas no lugar daquelas que cumprem com suas tarefas, que não reclamam e torcem para não serem acusadas de prejudicar o “bom andamento da máquina acadêmica” com suas “demandas menores”, pois, afinal de contas, os cuidados parentais não são um problema ou uma questão que deve vir à baila no debate público acadêmico: nosso ethos não comporta a existência de crianças, quiçá a existência de mulheres que ocupam postos dentro da universidade e criam filhos sozinhas (no mínimo uma “ousadia” para a conjuntura patriarcal).

Cumpre notar que falamos aqui de uma maioria branca (portanto portadora de privilégios oriundos da branquitude) de servidoras públicas ou de instituições privadas de ensino, por vezes de bolsistas dos diversos níveis de pós-graduação. Isso por si só já colocaria essas maternidades em um lugar não só de privilégio, como de possibilidade de construção de redes de apoio pagas (cuidadoras e escolas de educação infantil privadas). Não esqueçamos, mais uma vez, das mães indígenas, negras, pobres e em situação de extremo risco social que sequer conseguem acessar a universidade ou se manter nela, caso ingressem. Reitero aqui a necessidade da manutenção e ampliação das políticas de cotas e ações afirmativas e de

assistência estudantil, incluindo a criação daquelas voltadas para mães. Retomaremos mais adiante este recorte.

A priori, de maneira naturalizada, parte-se do pressuposto de que a parentalidade é exercida por uma dupla (composta por um homem e uma mulher, ou por duas mulheres ou por dois homens). Ainda que tudo aquilo que acompanho sendo publicado sobre o tema explice que a mulher da diáde é aquela que carrega um maior peso ao arcar com mais responsabilidades nos cuidados com a vida doméstica e os filhos, mesmo que tenha uma carreira bem sucedida e rede de apoio, não podemos mais silenciar a existência de mulheres que criam seus filhos sozinhas, muitas vezes amparadas por outras mulheres (tias, avós, vizinhas) que também criaram os seus, perpetuando o ciclo de abandono parental, descaso coletivo e alijamento dessas famílias do ensino superior, da formação acadêmica e da carreira científica.

Assim, de que modo específico a maternidade solo impactaria a carreira acadêmica de uma profissional e/ou a possibilidade de construção de uma trajetória na universidade por uma estudante? Respondo lançando perguntas, já que ainda não dispomos de dados, mas contamos com a observação empírica dos nossos contextos.

Os horários da universidade estão adaptados aos horários das escolas de educação infantil e do ensino regular? Há flexibilidade de gestores e coordenadores para adaptação destes horários em virtude das necessidades/realidades das mães? Crianças são bem-vindas nos ambientes da universidade no caso de não haver com quem deixar a criança? Há bolsas específicas, auxílios ou cotas para mães solo nos sistemas de ingresso e de concessão de bolsas e auxílio permanência? Mulheres mães solo são acolhidas (ou julgadas e em seguida excluídas) quando crianças adoecem e elas são as únicas responsáveis, tendo que remarcar compromissos, bancas, compensar aulas, ter algum prazo estendido, etc? E o que acontece quando esta mulher, mãe solo, adoece? Quem cuida da mãe que cuida sozinha? Como incentivar mães solo a participar de eventos acadêmicos, já que não há com quem deixar as crianças? Como validar a produção científica de mães solo, impossibilitadas de realizar funções fora dos horários restritos de trabalho diurno em que as crianças estão na escola ou com cuidadoras?

E por fim, e não menos importante: existem creches universitárias? O silenciado fechamento arbitrário da Creche da UFRGS neste ano de 2022, seu anterior gradual sucateamento na última década e o uso das demandas legítimas da comunidade indígena (que foi realocada no prédio que abrigava a creche, na nova Casa da Estudante Indígena) como fator de “abafamento” de qualquer reivindicação pela reativação do serviço/unidade é reveladora do lugar que mães (estudantes, servidoras e professoras), notadamente aquelas que exercem uma

maternidade solo e, portanto, necessitam de rede de apoio, ocupam nas hierarquias universitárias.

Mães indígenas e mães negras na universidade?

Sem a pretensão de falar em nome das mães indígenas e negras, já que estas têm suas próprias e necessárias vozes, trago esta seção a estes escritos por não entender que exista a possibilidade de me abster desse debate, principalmente quando trazemos à baila maternidades e universidades. Presenciei, ainda que indiretamente, na universidade em que trabalho (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), uma manobra perversa que envolveu a extinção da creche universitária e a criação da Casa da Estudante Indígena (mães em sua maioria), bem como tive contato com artefatos culturais que me mobilizaram a tecer essa relação de escuta com as mães negras e suas escrevivências de maternagem solo (BRIGGS, 2021).

Há um elo forte que me une a estas mulheres, que é a maternidade solo, mas há abismos de destituição histórica de direitos básicos e de violências sofridas que eu, como mulher branca, mesmo que seja “a filha da empregada e do proletário”, jamais viverei na carne. Esta seção tem tão somente o intuito de honrar estas irmãs e não silenciar jamais suas existências negras e indígenas, nunca de falar por elas ou em nome delas.

Dando sequência às reflexões sobre as minorias excluídas e violentadas historicamente neste país, gostaria de trazer um relato específico de situação corrente na universidade em que trabalho (uma das mais reconhecidas e maiores da rede federal brasileira). Há menos de um mês fui convidada por um grupo integrado por docentes e estudantes da Faculdade de Educação e lideranças indígenas para tomar parte em um projeto que está sendo gestado a fim de atender às demandas das crianças indígenas da Casa da Estudante Indígena da UFRGS. Os relatos iniciais são os de que as mães precisam de rede de apoio porque as crianças que não estão no ensino fundamental ainda, ou seja, as que deveriam estar sendo atendidas pela Educação Infantil, necessitam de supervisão e de que as mães indígenas estariam com muita dificuldade de cumprir seus compromissos presenciais na universidade por não terem com quem deixar suas crianças, já que perderam a rede de apoio das suas aldeias de origem.

Trago esta questão ao texto porque é, no mínimo, perversa essa lógica perpetrada na situação exemplo que trago: fecha-se uma instância de alta relevância como a creche universitária para a instalação de uma necessária casa da estudante indígena e quem são as prejudicadas? Mais uma vez mães e crianças, preferencialmente mães solo, que cuidam de suas crianças sem auxílio ou rede de apoio. É cruel a postura da universidade e dos homens brancos que a dirigem neste momento e a vulnerabilidade das populações indígenas, negras, de mães

solo e crianças fica exposta de modo brutal. Não podemos nos calar diante de decisões arbitrárias de gestões universitárias capitaneadas por homens, em que o jogo político se coloca acima do bem estar dos sujeitos (no caso aqui mães e crianças, em sua maioria). Deveriam coexistir, lado a lado, tanto a Creche da UFRGS como a Casa da Estudante Indígena, potencializando uma a outra, atuando na promoção do ingresso e da permanência das mães indígenas nos cursos de graduação e pós-graduação desta universidade. Mas não é isso que vemos, pois com a extinção total da creche como unidade, também as crianças indígenas ficaram desassistidas. É o ciclo de abandono e descaso com mães e crianças tomando corpo dentro da universidade.

Contudo, para além deste relato nada otimista sobre como as universidades vêm tratando mães e crianças, sobretudo mães indígenas e mães negras, também gostaria de sublinhar o número expressivo de produções positivas que problematizam estas questões, sejam elas artigos acadêmicos ou artefatos culturais.

Como exemplo, posso citar uma série de instigantes artigos que vêm sendo publicados por acadêmicas brasileiras que tratam de maternidades, universidade e interseccionalidade, trazendo à baila questões de raça e gênero articuladas a um nascente ativismo representado pela existência recente também de coletivos maternos em algumas (poucas, cumpre notar⁵³) IES do Brasil. O site do Núcleo Materna⁵⁴ (UFRJ) é um excelente repositório digital destes trabalhos frescos e extremamente bem vindos na composição deste debate e na emergência desta problematização e de suas diversas nuances.

Como professora de teatro e pessoa da área das artes que sou, me parece relevante dar a ver aqui também uma recente produção artística e literária que articula maternidade solo e raça. Há poucos dias tive a oportunidade de assistir ao documentário (premiado em diversos festivais) “Mãe Solo” (2021)⁵⁵, dirigido por Camila de Moraes, que narra através de depoimentos e de imagens poéticas a trajetória de duas mães solo baianas. Negras, trabalhadoras, donas de suas vidas e orgulhosas de suas proles: o documentário oscila entre as narrativas da dororidade e aquelas da alegria. O termo dororidade tem sido usado por mães negras em publicações e textos de escrevivências para narrar as relações de sororidade na dor

⁵³ Segundo a etnografia virtual de SILVA e SALVADOR (2021), foram levantados 25 coletivos maternos em IES brasileiras até o ano da publicação do artigo.

⁵⁴ Acesso em 24/10/2022: https://projetosmaterna.wixsite.com/nucleomaterna/bibliotecamaternidadea_genero

⁵⁵ Trailers do documentário “Mãe Solo” (2021), de Camila de Moraes: https://www.youtube.com/watch?v=y2_xZ89OkD0 e <https://www.youtube.com/watch?v=O1YjMvgahJo>

de mães negras, como no livro “Mães negras - Maternidade solo e dororidade” (BRIGGS, 2021).

No documentário “Mãe Solo”, são histórias com finais felizes e vitoriosos aquelas apresentadas, que nos dão a dimensão de que não é só de finais tristes e infelizes que se constituem as histórias maternas negras. Porém, as dores são apresentadas como marcas indeléveis da existência destas mulheres e de seus filhos. E é essa mãe a “mãe modelar brasileira”, tanto numericamente (em torno de 50% de lares são chefiados por mulheres no Brasil e os números do Censo 2022 devem ser ainda maiores), como historicamente: mulheres negras e sua força de trabalho criando seus filhos e os filhos das classes médias e altas brancas, mulheres negras na base da estruturação toda de uma sociedade, em cuidados, afetos, dores e luta. Onde estão essas mães negras na universidade? Elas conseguiram chegar à universidade? Sabemos que algumas sim, mas essa ainda é uma realidade longínqua para a grande maioria das mulheres negras e pobres. Para aquelas que são mães, milhões delas mães solo, esse não é um lugar que esteja em seus horizontes de expectativas. E o que faz a universidade para modificar esse quadro de silenciamento e inexistência destas mães negras em seus espaços? A princípio e até agora, nada ou quase nada. Infelizmente esta é a constatação: não há programas de acolhimento, não há cotas específicas de ingresso, não há linhas temáticas em programas de pós-graduação ou cursos de extensão voltados a estas mães (raro gratas exceções), no geral não há nenhum tipo de flexibilização de datas/prazos/horários, não há creches ou auxílios-creche em boa parte das IES. Não há. Nada. Quase nada. Estamos a léguas de distância de mitigar a ausência massiva nas universidades destas mulheres que construíram o Brasil com sua força de trabalho, seus saberes e seus afetos. Essa constatação é dura e espero que gere em nós (acadêmicas) indignação suficiente para começarmos a colocar essa como uma questão presente em nossas pautas dentro (e fora) da academia.

No entanto, o (quase) nada que vem das gestões institucionais e das políticas públicas está, paulatinamente, sendo preenchido pelo muito: muitos colos e muitos bebês, muitas tetas e muito acolhimento vindos dos grupos e das organizações de mães dentro da universidade, de alguns projetos (prioritariamente de extensão) e do trabalho árduo de pesquisadoras que vem se debruçando sobre esta temática em suas investigações nos últimos anos. Somos nós, as mulheres, por nós e pelas nossas crianças. Se os homens brancos que estão nos lugares de poder da academia não nos vêem ou escutam, nossas vozes se erguem, pouco a pouco, e fazemos, desta forma, nossas presenças (e de nossos filhos e filhas) serem sentidas e vividas.

Mãe solo acadêmica, mãe solo artista: o pessoal é político?

Nesta última seção, discorro sobre como a maternidade se tornou um atravessamento constitutivo não só de minha subjetividade ao tornar-me mãe no dia a dia da maternagem como de minha identidade, ao me colocar como mãe politicamente, ao entender que maternidade e política são uma articulação indelével e que me posicionar aberta e honestamente sobre minha existência docente e, desde 2018, também materna, seria um dos pilares tanto de uma postura feminista diante de minha profissão/ vida pública como em minha vida privada, alicerce do modo como ensino minha filha a ser mulher combatendo o patriarcado e problematizando a naturalização de lugares onde estamos sendo colocadas pelos homens, pela misoginia e pelo machismo dominantes.

Hoje, do cabeçalho do meu currículo lattes a cada biografia enviada a periódico científico ou livro, chegando a minha apresentação pessoal em eventos, palestras ou em inícios de semestre letivo na Faculdade de Educação, eu me identifico como “mãe solo de uma menina”. Esse marcador identitário me constituiu de tal forma nos últimos 4 anos e 8 meses, que seria impossível não me identificar a partir da maternidade adjetivada que vivencio, ou seja, a maternidade solo. Minha filha completa quatro anos nesta semana em que teço estes escritos, contudo, a maternidade solo foi um imperativo que já se deu na gravidez, não por escolha individual minha e sim pelo início de um cruel processo de abandono parental.

Há pouco tempo (por volta de um ano), o currículo lattes de pesquisadoras mães comporta espaço para que a licença maternidade esteja visível. O que há de pessoal e o que há de político nestes demarcadores? O político e o pessoal se imiscuem em tudo aquilo que concerne à maternidade. Um deslocamento se faz presente na constituição subjetiva e identitária de uma mulher que se torna mãe, seja através de uma gravidez ou da adoção, o fato é que a máxima de que não somos mais nós mesmas é real e irreal. Somos quem estamos nos construindo nos processos subjetivos e identitários que nos constituem, porém o advento da maternidade nos coloca em um lugar de vulnerabilidade e apagamento, de silenciamento social avassalador.

Desde as micro ações nas esferas doméstica e de afetos (a não divisão justa do trabalho doméstico e de criação dos filhos e o afastamento de amizades e da frequentaçāo de determinados espaços de sociabilizaçāo são os mais comuns) até as questões macropolíticas, como a não aceitação de mães e crianças em espaços públicos como instituições de ensino e até bares e restaurantes, bem como uma naturalizada “criançofobia” (pedofobia é o susbtantivo correto), uma aversão às crianças que permite que um adulto em alto e bom som emita a seguinte sentença em público: - Eu não gosto de crianças! Não é plausível que aceitemos de

modo naturalizado o ódio e a repulsa às crianças e a maternidade nos dá a exata dimensão deste preconceito e dos processos de exclusão e alijamento de mães e crianças das esferas públicas de convívio e de decisões.

Assim, é político afirmarmos a existência de nossas maternidades (e de nossas crianças!), sejam elas negras, indígenas, brancas privilegiadas, de pessoas com deficiência, de mães com deficiência, de mães em situação de extremo risco social ou de mães solo, todas elas devem ser demarcadas (bem como sua interseccionalidade), ditas e colocadas em cada espaço acadêmico que pudermos. Silenciarmos a função materna como um atravessamento complexo em nossas constituições como profissionais e sujeitos é uma ação violenta, promovida pelo patriarcado que se beneficia deste lugar de exploração e de negação de que a maternidade está em nós, nos constitui e também às relações que construímos na universidade. E que, para além disso, é trabalho não remunerado exercido em prol da humanidade!

Lembro aqui de uma publicação bastante significativa e de caráter de depoimento e denúncia, o livro “Revolução Laura” (2019), em que Manuela D’Ávila narra a construção de sua maternidade no mundo da política parlamentar e, particularmente, durante a campanha à presidência da República em 2018, quando foi candidata à vice-presidência e percorreu todo o Brasil acompanhada de sua filha Laura, então com três anos. É um relato terrificante das violências sofridas pelas duas desde a gravidez e também da necessidade de demarcação da maternidade como algo que excede a esfera doméstica e é político na construção das sociedades.

É político que mães estejam ocupando postos na política parlamentar e executiva, na universidade, no debate público e nas mídias. Dar voz às mães é dar voz às crianças, que têm sido os sujeitos de meus interesses de pesquisa acadêmicos nas últimas duas décadas e que têm suas próprias vozes, constituídas também pelas maternagens que vivenciam como filhas, netas, enteadas, sobrinhas, afilhadas. Ainda pensando em questões que articulam maternidade solo, constituição de identidades maternas, política e produção cultural, gostaria de comentar o trabalho de duas artistas, uma performer e escritora e outra ilustradora, autoras dos primeiros artefatos sobre maternidade solo que chegaram a mim assim que me tornei uma mãe solo e comecei a buscar pontes e espaços de diálogos com outras mães solo.

A primeira é Thaiz Leão, que se torna conhecida através da alcunha de “A mãe solo” nas redes sociais, onde começa a publicar seus quadrinhos, cartuns e desenhos sobre as vivências, agruras, dúvidas, dores, alegrias e a solidão de uma maternidade solo compulsória. Thaiz publica em 2019 o livro “O exército de uma mulher só”, no qual narra sua história e traz os seus cartuns, mas eu (e muitas outras mães e não mães) conheço seu trabalho a partir das

redes sociais. Cumpre notar que, associado a seu significativo trabalho artístico de cunho pessoal e de denúncia, ela atua fortemente no ativismo materno, criando uma rede de apoio e proteção às mães durante a pandemia de COVID 19 junto com a vereadora do Rio de Janeiro Thais Ferreira, chamada “Segura a curva das mães”.

Outra obra que gostaria de comentar e versa sobre maternidade solo, imbricando performance e literatura, é “Mãe ou Eu também não gozei” (2019), de Letícia Bassit. Letícia é atriz e performer e escreveu o conjunto de textos que compõem o livro e a performance homônima durante a gravidez e logo que deu à luz seu primeiro filho, na busca pela paternidade dele, negada pelos homens com quem se relacionou. Assim, de modo visceral e documental, sua escrita aborda questões sobre corpo, sexualidade, gênero, maternidade, política, patriarcado e tantas outras que atravessam as esferas do pessoal e do público, linha tênue sempre presente nas discussões sobre maternidade solo. A atriz apresentou por algum tempo a performance e o livro já está em sua segunda edição, ganhando nova editora. Ela tem se dedicado a dar cursos de escrita para mulheres, trabalhando com o conceito de parresia: escritas de si trazendo à tona corajosamente aquilo que até pouco tempo deveria estar restrito à esfera privada e íntima das mulheres.

Concluindo com otimismo

Ainda que as artistas e escritoras que citei ao longo deste texto não estejam necessariamente vinculadas à academia, suas contribuições ao pensar e dar voz às maternidades solo no Brasil têm composto um campo de saber-fazer emergente, aquele que dá visibilidade em espaços públicos (seja das artes, da política ou da universidade), construindo sentidos e significados que extrapolam as vivências individuais e tornam este um necessário debate coletivo. Assim, como professora de teatro que sou e pessoa das artes desde minha primeira infância, me parecia premente também trazer a este espaço a produção cultural e literária brasileira recente que debate a maternidade e, particularmente, que traz à luz mães solo do Brasil, em sua diversidade e em suas diferenças, mas no traço essencial que nos une: um maternar onerado pelo peso da permissividade patriarcal com os homens e suas obrigações parentais e domésticas⁵⁶.

Mesmo que esses escritos tenham um caráter de desvelamento dos processos de silenciamento e de invisibilização que as maternidades solo têm sofrido na academia, em seus

⁵⁶ Aqui, novamente, saliento que há mães solo por opção, que decidiram conscientemente por um maternar independente, sem companheiro ou companheira na jornada da parentalidade. No entanto, são uma exceção à regra.

diversos níveis, percebo no horizonte uma articulação profícua de jovens mães, estudantes e professoras, unindo suas vozes no sentido de dar a ver as demandas de mães e crianças e promover novos modos (saudáveis e justos) de existência materna na universidade. Desde a exclusão e inacessibilidade, até a impossibilidade de permanência, frutos da falta de políticas públicas, de ações afirmativas e de programas de incentivo, até o silenciamento simbólico da temática nas esferas docentes e de vida laboral acadêmica, maternidades solo na academia sofrem processos de minoração ou silenciamento. Escutemos, então, as vozes levantadas pelos coletivos maternos (de acolhimento e de promoção de assistência, acesso e permanência) que se constituem em IES pelo país afora, as pesquisadoras que estão investigando e escrevendo sobre a temática, as artistas que dão a ver suas (re)significações da maternidade como material de criação e fruição. Fato é que aqui estamos e ninguém conseguirá nos silenciar ou invisibilizar novamente. Seguimos: mães e crianças, juntas, na universidade e fora dela, queiram eles ou não.

Referências:

- BASSIT, Letícia. *Mãe ou Eu também não gozei*. São Paulo: Patuá, 2019.
- BRIGGS, Thainá (coord.). *Mães Pretas*: Maternidade solo e dororidade. São Paulo: Conejo, 2021.
- CARPES, Pâmela. B. M. et al. Parentalidade e carreira científica: o impacto não é mesmo para todos. *Epidemiol. Serv. Saúde*, v.31, n.2, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S2237-96222022000200013>. Acesso: em 20 out. 2022.
- D'AVILA, Manuela. *Revolução Laura*: Reflexões sobre maternidade e resistência. Caxias do Sul: Belas Letras, 2019.
- FERREIRA, Taís. *Criança performer sem educação infantil*: observações da mãe documentarista em um ano de pandemia. *Revista Pós (UFGM)*, v 11, n 23, set-dez 2021. DOI: <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2021.33103>. Acesso em: 24 out. 2022.
- FERREIRA, Taís. O desafio invisibilizado da maternidade solo na academia. *Jornal da Universidade (UFRGS)*, 18 ago. 2022. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/o-desafio-invisibilizado-da-maternidade-solo-na-academia/> Acesso em: 24 out. 2022.
- LEÃO, Thaiz. *O exército de uma mulher só*. Caxias do Sul: Belas Letras 2019.
- MORAES, Camila de. *Mãe Solo*. (Curta metragem). Salvador: Aworan Brasil, 2021.
- MOREIRAS, Lígia. Pisando firme neste solo. In.: TIBONI, Marcela. et al. *Maternidades no plural*: retrato de diferentes formas de maternar. São Paulo: Fontanar, 2021. p.83-150

POR ONDE ANDAMOS?

SILVA, Juliana Marcia Santos; SALVADOR, Andreia Clapp. Coletivos de mães universitárias rompendo com a história da exclusão feminina nas universidades. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 31., 2021, Rio de Janeiro. *Anais da 31o Simpósio Nacional de História da ANPUH*. Rio de Janeiro: ANPUH, 2021. Disponível em: <https://projetosmaterna.wixsite.com/nucleomaterna/maternidadeeuniversidade> . Acesso em: 24 out. 2022.

TIBONI, Marcela. et al. *Maternidades no plural*: retrato de diferentes formas de maternar. São Paulo: Fontanar, 2021.



O atravessamento da ideologia da Alienação Parental contra Mulheres/Mães docentes universitarias como ferramenta de tortura

Alessandra Pereira de Andrade

Graduada em Gestão Pública (UNINTER)

Especialização em Direitos Humanos com Ênfase em Gênero, Raça e Diversidades, Fundação Escola do Ministério Público.

Síbele Lima Lemos

Graduada em Educação Especial pela Universidade Federal Santa Maria (UFSM)

Especialista em Psicopedagogia e Interdisciplinaridade pela Universidade Luterana Brasileira/RS,

Especialista em Violência doméstica contra criança e adolescente pelo Laboratório da Criança/USP

Especialista em Educação em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Introdução

Diante da realidade brasileira, partimos da premissa de que as mulheres/mães após realizarem a denúncia da violência doméstica e familiar sofrida contra si e/ou contra sua filha(o), recebem como resposta do Estado, a punição por ter enfrentado o machismo estrutural, ousado romper os ciclos de violência e contestado a posse dos homens sobre nossos corpos e das nossas (os) filhas (os) e com isso a violência se potencializa em todos os espaços, nas relações de trabalho, sociais, e em especial no sistema de (in)justiça.

Como reforço legal a essa punição surge como inovação dessas práticas a utilização da ideologia da alienação parental, em forma de norma, para criminalizar as mulheres/mães conflituosas e mentirosas, já que no mundo paralelo destas ideias, todas as denúncias de violências são falsas e se resumem a meros conflitos familiares, passíveis de serem resolvidos com tratamento compulsório ou conciliações. Sendo urgente ampliar e aprofundar o conhecimento sobre o criador da síndrome de alienação parental e quais os pressupostos defendidos por ele que subsidiam os discursos distorcidos da realidade violenta que vivemos.

Como parte destes agentes sociais que promovem e perpetuam as violências contra mulheres, as instituições de ensino superior também se apropriam desta ideologia desqualificadora dos testemunhos das vítimas, a alienação parental, para garantir a proteção de homens agressores no quadro docente.

A distorção da violência promovida pela ideologia da Alienação Parental

Inicialmente é necessário destacar o vergonhoso lugar que o Brasil ocupa, como único país no mundo com uma Lei criada exclusivamente a partir do conceito da suposta “síndrome da alienação parental”- SAP, convertida na descrição dos presumidos “atos alienação

parental”- AP. Essa trajetória desastrosa e massacrante para mulheres/mães, crianças e adolescentes, inicia pelas mãos de pais acusados “injustamente” de abuso sexual contra os/as próprios/as filhos/as, que através de suas associações, dentre elas APASE, Pais por justiça, Associação pais para sempre, passam a divulgar para juíza/es, psicológas, desembargadoras/es e promover formações sobre os textos traduzidos da internet (fonte altamente questionável), sobre a pretensa síndrome da alienação parental que estaria acometendo as(os) filhas(os) usando o malicioso argumento de que as alegações de abuso eram falsas, por volta de 2006 inicia o lobby para a propositura do Projeto de Lei nº 4053 de 2008.

Desde então estes pseudoconceitos de SAP e AP, foram utilizados em decisões de segundo grau, por desembargadoras/es do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, conforme resultado de pesquisa disponível no site pelas palavras “alienação parental”.

Para entendermos melhor como um instrumento de tortura, como esse, se tornou Lei no Brasil, precisamos ir à origem. Nos anos 80, nos Estados Unidos da América ocorria um grande crescimento das denúncias de violência sexual, com muitas vítimas crianças, principalmente. Com o aumento de casos nos tribunais, já que a maioria dos casos ocorria em contexto familiar, aumentou a demanda para advogados/as e peritos/as, muitos desses/as inescrupulosos/as e mercenários/as. Notem que quando as vítimas denunciavam as violências, essas denúncias, muitas vezes, também libertam das correntes patriarcais, que, subjetivamente, permitiam total liberdade aos homens, sobre os corpos de mulheres e crianças.

Como resposta a esse movimento, foi encomendado a um perito judicial, o médico estadunidense Richard Gardner, uma estratégia pericial que pudesse ser usada como defesa desses agressores.

A SAP rapidamente se tornou uma defesa popular contra as acusações de abuso levantadas durante disputas de custódia. Essa defesa tornou-se tão bem-sucedida que alguns tribunais concederam aos homens que alegavam alienação a custódia exclusiva de seus filhos, mesmo quando as alegações de abuso eram consideradas críveis. (DALLAN, 1999, online)

Considerando um minucioso estudo realizado pela enfermeira estadunidense Stephanie J. Dallam em 1999, sobre os escritos de Gardner, foram encontrados inúmeros problemas que apontam a ausência científica da suposta síndrome de alienação parental, em seus pressupostos que abrangem desde problemas conceituais, confiança no raciocínio circular e lógica reversa, suposições erradas, falta de base científica para a teoria da SAP, a afirmação dogmática de Gardner de que a SAP existe é a única prova que Gardner oferece de que tal síndrome é válida, validade científica, confiabilidade, ausência de submissão à revisão por

POR ONDE ANDAMOS?

pares, suas teorias foram quase uniformemente criticadas e rejeitadas por outros profissionais de saúde mental.

A SAP não está listada no Manual Diagnóstico e Estatístico (DSM) da Associação Psiquiátrica Americana como um distúrbio psiquiátrico e não é reconhecida como uma síndrome médica válida pela Associação Médica Americana ou pela Associação Psicológica Americana. No entanto, em vez de admitir que o PAS não atende às diretrizes mínimas sugeridas para inclusão no DSM-IV. (DALLAN, 1999, online)

Desde 2006 a Organização Nacional de Mulheres contra a Violência (NOW), nos EUA, apontavam os problemas relacionados à aplicação da SAP, sua utilização para proteger agressores, a violência institucional promovida pela utilização deste pseudoconceito, a patologização das mães, os números alarmantes de casos reais de abusos sexuais de crianças, dentre outros, e resolvem que:

A Organização Nacional da Mulher (NOW) denuncia a Síndrome da Alienação Parental e recomenda que qualquer profissional cuja missão envolve a proteção dos direitos da mulher e da criança denuncie seu uso como antiético, inconstitucional e perigoso. (NOW, 2006, on line)

No Brasil, com base no aumento de casos de violência doméstica, o mais emblemático, o de Maria da Penha, que após denúncia internacional na CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos), é sancionada em 2006 a Lei nº 11340/ 2006, Lei Maria da Penha, que tipifica as violências contra as mulheres, com a sucessiva penalidade jurídica. Isso impulsionou as denúncias, mesmo com uma falsa sensação de proteção, dando mais autonomia e poder de escolha às mulheres.

Em 2008, a constitucionalidade da Lei Maria da Penha é questionada, sob a alegação de que ocorriam várias denúncias falsas.

No Supremo Tribunal Federal, a norma foi primeiramente analisada no âmbito de duas ações de controle concentrado de constitucionalidade: a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 19 e a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4424, julgadas em 9 de fevereiro de 2012. Na ADC 19, o Plenário declarou a constitucionalidade dos artigos 1º, 33 e 41 da Lei 11.340/2006. O julgamento foi unânime. (STF, 2012, on line)

Derrotados os autores, e no mesmo movimento que se viu em 1985, em 2010, é sancionada a Lei de Alienação Parental - LAP nº 12318/2010, principal instrumento de defesa de pais/homens agressores e abusadores, sob o argumento de impedir falsas acusações de abuso sexual contra os/as filhos/as, promovidas pelas mães por vingança, a fim de “proteger as crianças e adolescentes” e a garantir os direitos parentais equanimes.

A LAP foi escrita a partir dos fundamentos misóginos e punitivistas das ideias de Richard Gardner sobre a suposta síndrome de alienação parental, que descreve os atos de alienação parental como os comportamentos e atitudes de quem (a mãe) impede ou dificulta a convivência, realiza campanha de desqualificação, omite informações, muda de endereço, sem justificativa, pois as comunicações de violência contra mulher e/ou criança, não é motivo é em regra alienação parental, além de apresentar falsas denúncias.

Em termos práticos, a acusação de alienação parental nos processos, atua como atenuante ou encobridor das denúncias de violência, que são trazidas à luz, normalmente, em processos de divórcio, visitas ou guarda onde haja filhos/as em comum às partes. Como basta a suspeita da prática de atos de alienação parental, para que a acusada passe a sofrer as sanções previstas na Lei, o juiz pode, de ofício, direcionar o objeto do processo à investigação da ocorrência dos supostos atos de alienação parental, por ser considerada violência contra às crianças, sob o falso manto protetivo, nominado de “melhor interesse da criança”.

Culturalmente, as mulheres são socialmente vistas como mentirosas, exageradas e vingativas, e a cultura judicial corre para atender o alerta do patriarcado. Sendo falsa a acusação, como presumem de imediato, facilitando para o autor e para o judiciário. Já que, sob a ameaça das sanções da LAP, entre elas, a inversão da guarda e proibição de contato, muitas mulheres/mães desistem das denúncias, e os processos, tanto no juízo de família quanto no criminal, acabam arquivados. Assim que a alegação de alienação parental é aceita no processo de família, essa dúvida sobre os fatos é comunicada no juizado criminal, que em muitos casos arquiva os processos, sob a possibilidade da denúncia ser falsa, sem sequer chegar ao julgamento, e ter investigações ou provas qualificadas, juntadas aos autos.

Todas as mulheres/mães que têm enfrentado o sistema, estão com suas vidas destruídas, pelo longo tempo de tramitação dos processos de acusação de alienação parental, causando adoecimento físico e emocional, extorsão patrimonial e a expressa violação de seus direitos humanos. Elas investem parte importante de suas vidas e de seus/as filhos/as, para a defesa de si e da verdade dos fatos, e também são obrigadas a conviver com este aprisionamento processual semelhante à tornozeleira eletrônica legal, já que tem suas vidas controladas e são proibidas de mudar de cidade, de aceitar novas oportunidades de trabalho e de ascensão profissional, em muitos casos. Aquelas que tiveram que entregar seus/as filhos/as ao contato com o genitor agressor e/ou abusadores, para não perdê-los, acabam enfrentando novas situações de violência, sem ter sequer o direito de realizar nova denúncia, já que uma vez instaurada a hipótese de atos alienação parental, todos os fatos novos trazidos aos autos, são considerados falsos e um novo indício de alienação parental. Ainda outras mulheres/mães, não

POR ONDE ANDAMOS?

aguentaram tamanha violência, sobretudo a institucional, e acabam abrindo mão de suas carreiras, profissões, suas vidas, para proteger suas filhas(os) ou cometem o suicídio. Sendo que já existem países da europa, com estudos avançados no entendimento do suicídio como uma forma de violência doméstica como consta na matéria publicada no The Guardian:

Centenas de suicídios por ano podem estar ligados a abusos em casa. Especialistas querem coletar dados melhores para trazer mudanças reais. Nos últimos dois anos, Kent e Medway Suicide Prevention Network realizaram pesquisas indicando que, em sua área, alarmantes 20% a 25% das mortes por suicídio foram afetadas por violência doméstica. (ROBERTS, 2022, on line)

Além de ser um instrumento que favorece esse sistema patriarcal e violento contra mulheres/mães, crianças e adolescentes, a Lei de Alienação Parental abriu um mercado muito rentável. Na área da advocacia, são processos com atuação totalmente parcial dos(as) juízes(as), que defendem a Lei para defender o seu quinhão, explorando e extorquindo o sofrimento materno. Na área da saúde, psiquiatria, psicologia, serviço social e técnica forense, mesmo sendo uma ideologia sem qualquer respaldo científico, são usados os métodos e argumentos descritos na suposta síndrome de alienação parental, que relaciona as ações e reações das sobreviventes, com os supostos atos de alienação parental, respaldados pela imoralidade da Lei, e elaboram laudos, independente do código de ética profissional, visto que são considerados pelo judiciário como prova cabal para respaldar as decisões, em especial de guarda e convivência, assim como para a punição pelos pressupostos atos de alienação parental. Estas/es que se intitulam profissionais, atuam como verdadeiros/as mercenários/as, atribuem valores monetários ao controle das vidas das mulheres e crianças, com elaboração de laudos fraudulentos e enriquecidos pela prática do copia e cola e sem fundamentação teórica válida e sem fiscalização de seus Conselhos.

Toda essa violência não pode mais ser mascarada e a atuação dos Coletivos de mulheres/mães têm denunciado essas transgressões, dentro e fora do país, pois a violência que o judiciário brasileiro insiste em dizer que não existe, está explícita nos números.

É necessário correlacionar o ano da aprovação da LAP em 2010, com a divulgação dos rankings de feminicídios onde o Brasil lamentavelmente passa de 7º a 5º país, mas para o sistema de justiça brasileiro, essa violência não existe, são casos isolados, que matam mais de 7 mulheres por dia.

No rol de crueldades, a Lei de Alienação Parental, camuflada de Lei pedagógica, é usada com caráter criminal, sem direito a ampla defesa e ao contraditório, já que todas as ações que contradigam as alegações do agressor são lidas como supostos novos atos de alienação

parental, com penalidade aplicada liminarmente, em muitos casos, sem que o processos sequer tenham sido sentenciado. Tendo a inversão de guarda da criança e a supressão de contato entre mãe e filho(a), imposição de multas impagáveis e tratamento psiquiátrico/psicológico compulsório, como as penalidades mais severas, mas não menos comuns.

A naturalização das violências sofridas pelas mulheres, a invisibilidade do trabalho materno e exigência de mulheres altamente produtivas em seus espaços laborais, independente da sua trajetória de vida, da sua rede de apoio e das necessidade individuais de cada mulher/mães e de seus filhos(as), perpassa também os ambientes hostis das instituições de ensino superior, pois reproduzem as práticas culturais solidificadas no patriarcado.

De fato, mesmo as mulheres/mães terem conquistado qualificação profissional altamente especializada como mestrados, doutorados e pós doutorados, cargos docentes, destaques em projetos de pesquisas, não estão imunes ao senso comum, ao lugar de que todas são socialmente vistas como mentirosas, loucas e incapazes de superar seus relacionamentos, são frustradas e transferem para seu ambiente de trabalho seus problemas pessoais, inclusive de dar conta sozinhas de maternidades complexas, de crianças com necessidades educacionais especiais e em especial compartilhar guarda com pais agressores, vivendo torturas incessantes.

Estas práticas cotidianas estão imbricadas com a ideologia da alienação visto que os padrões de comportamento socialmente impostos às mulheres/mães e as que não os cumprem são atribuídos os estereótipos de loucas, mentirosas, ardilosas, além da romantização da mãe obediente, subserviente a exploração do trabalho invisível e não remunerado de cuidado materno e doméstico.

Reforçando todo este contexto moralista está a hipocrisia do espaço acadêmico de instituições de ensino superior, com um discurso de ensino universal, plural e inclusivo, restrito ao papel e as falas pomposas em eventos glamourosos, que na prática compactuam com agressores, sabotam projetos de mulheres docentes, naturalizando e reforçando as atitudes misóginas e violentas, socialmente naturalizadas.

A ideologia da Alienação Parental nas instituições de ensino superior permeando as trajetórias docentes

Teoricamente as instituições de ensino superior representam um papel importante para a sociedade brasileira, na promoção de saberes, de pesquisas científicas que favoreçam a qualidade de vida dos indivíduos e proporcione reflexões e debates para construção dessa sociedade mais humanizada e com igualdade de oportunidades.

Porém, é imprescindível aproximar o campo acadêmico da vida real, em especial quando tratamos do tema da violência contra as mulheres, visto que todas violações, discriminações, opressões, socialmente naturalizadas são reproduzidas e vivenciadas cotidianamente por diversas docentes de instituições de ensino superior, sendo o nosso foco as instituições de ensino superior do estado do Rio de Janeiro.

Ao pensarmos numa perspectiva de equidade nestas instituições, fizemos a busca pelos Códigos de Ética do Servidor Público a nível federal, com o intuito de identificar a existência de alguma prerrogativa de cuidado e proteção às mulheres vítimas de violência nas suas relações de trabalho e institucionais.

Conforme a Lei nº 8112 de 11 de dezembro de 1990, que institui o regime jurídico de trabalho dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a palavra mulher aparece apenas no capítulo que trata das regras de aposentadoria.

Quanto ao Decreto nº 1.171 de 22 de junho de 1994, que apresenta o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, constam diretrizes a respeito dos deveres e das obrigações dos/as servidores/as públicos/as, assim como exemplifica atitudes vedadas aos mesmos em seu ambiente de trabalho.

O Brasil apresenta um arcabouço legislativo, aparentemente progressista e ideologicamente abrangente às necessidades constitucionais, porém nossa sociedade está alicerçada em valores patriarcais, colonizadores e escravocratas, reproduzidos em todas as esferas, incluindo o sistema de justiça e as práticas acadêmicas.

No patriarcado, o homem desfruta de uma posição de privilégio e poder social, econômico e político, enquanto a mulher e outros sujeitos que fogem da norma são relegados à submissão e invisibilização. Em outras palavras, o homem possui melhores oportunidades e benefícios na sociedade, enquanto as mulheres e grupos marginalizados, além de não receberem os mesmos direitos, também precisam cumprir com uma série de obrigações. (FOLTER, 2021, online)

Ao longo da última década, mulheres/mães docentes vêm sofrendo dentro das instituições de ensino superior, a perpetuação das violências sofridas por seus agressores em ambiente familiar, mesmo após o rompimento da relação conjugal, visto que este espaço constitui uma nova forma de continuidade e empoderamento aos docentes agressores.

Nesta reedição das práticas violentas, usam como reforço a ideologia da alienação parental como estratégia de tortura, já que distorce a dinâmica da violência doméstica e familiar e banaliza o sofrimento das vítimas, temos como o exemplo uma mulher/mãe docente, que sofreu violência doméstica em ambiente familiar, com graves agressões físicas, registradas por exame de corpo de delito, com registro em Boletim de Ocorrência, prisão em flagrante do agressor e que culminou em processo criminal e a condenação do mesmo pelo crime cometido.

Como se refere a um crime cometido por um homem branco, de bom nível social e econômico, docente de instituição de ensino superior, com um trajetória acadêmica no campo das ciências sociais, com ênfase na “defesa” de direitos humanos e minorias, começam então os apoios e privilégios, já na delegacia, pois sua fiança foi paga por dois colegas docentes da mesma instituição, também profissionais que atuam na área da defesa dos direitos humanos. Observamos as correlações dos discursos acadêmicos distanciados da realidade das violações de direitos humanos, visto que nós mulheres/mães não somos providas desses direitos.

Este continuum de solidariedade ao autor das violências, potencializa a invisibilidade da violência sofrida pela docente, todo o sofrimento emocional, a sobrecarga de atender às suas demandas de saúde em decorrência das violências, a sequela da agressão física com a perda auditiva (leve), a exigência e necessidade de atender a criança que nasceu com necessidades especiais e uma demanda de cuidados e atendimentos especializados, frente a perda da residência, a violência patrimonial também se intensifica.

Iniciam então as campanhas de defesa (indefensável) ao docente agressor e de difamação da docente vítima, primeiramente uma docente da mesma área de ciências sociais e de reconhecida atuação em defesa dos direitos humanos, mas de outra instituição de ensino superior, publica em sua rede social uma carta escrita pelo agressor em sua autodefesa, ela se utiliza de apelos moralistas e conservadores, do bom cidadão acima de qualquer suspeita, na tentativa de atribuir o status de falsa, a situação concreta de violência doméstica.

Em seguida esta mesma carta de auto defesa, inclusive com apelo religioso e moralista, é publicada na rede social de uma colega docente da mesma área e da mesma instituição do docente agressor e da docente vítima. Cabe salientar que nesta carta então, inicia a propagação das acusações utilizando os argumentos da suposta prática de alienação parental, pela docente vítima, já que sua denúncia de violência doméstica, o exame de corpo de delito e claro, a condenação eram falsas e com o único propósito de prejudicar, o magnânimo docente.

Não bastasse esta exposição pública difamatória e banalizadora da violência sofrida, na busca por acolhimento e reparação também dentro da instituição pública de ensino superior a docente foi reiteradas vezes constrangida a ter que se expor os documentos sigilosos, mas comprobatórios da violência e do processo criminal, visto que sua palavra sempre foi questionada e desacreditada, inclusive por colegas que até então se diziam apoiadoras.

No sentido de manifestar desacordo a conivência da instituição pelo silêncio frente a gravidade da situação da violência doméstica, que permeia o espaço de trabalho, já que consta no Código de Ética do Servidor no item VI que as condutas na vida particular também interferem na vida funcional, foi elaborada uma carta em defesa da docente, onde obtiveram

mais de duas mil assinaturas entre docentes, discentes, movimentos sociais, porém nunca foi registrada nenhuma queixa em comissão de ética por violações do agressor, inclusive condenado por crime de violência doméstica e omitida ou encoberto pela instituição, mesmo com o item XV, que descreve condutas vedadas a servidores, dentre elas a de prejudicar a reputação de colegas, pois violência contra mulher, o assédio moral e sexual, inexiste em documentos oficiais que normatizam e orientam as instituições públicas de ensino superior em nosso país.

Nessa lógica da ideologia da alienação parental de que as mulheres mentem, apresentam denúncias falsas, para prejudicar seus ex-maridos, impedir a convivência com filhos/as como forma de vingança, mulheres docentes de movimentos feministas se abstiveram de assinar a carta em defesa da colega vítima, utilizando a justificativa de que a violência doméstica é grave, mas a alienação parental é inadmissível.

Confirmando então pela matéria publicada por LAGO (2022) no site G1 de São Paulo, a pesquisa demonstra a naturalização da apropriação dos corpos e controles das mulheres está explícita, pois não há reconhecimento por parte dos autores das violências cometidas, neste sentido aponta que “Metade dos brasileiros conhece uma mulher que já foi agredida pelo parceiro ou ex, mas 94% dos homens dizem nunca ter agredido.”

As faces da violência institucional se multiplicam, contaminadas pela ideologia da alienação parental de que existe a falsa acusação de violência doméstica, neste movimento de amparo ao docente, as apoiadoras, incluindo profissionais docentes e discentes da instituição, se dispõem ao absurdo de praticar ações semelhantes ao crime de stalking, contra a docente, visto que o violador tem acesso a informações privilegiadas em tempo real da vida profissional e do cotidiano, de assuntos tratados em reuniões e em sala de aula pela docente vítima.

E ainda, dos prejuízos em sua trajetória profissional a docente passa por perseguições, discriminações, constrangimentos e impedimentos promovidos pela instituição de ensino superior, visto a extrema e diferenciada exigência nas suas produções acadêmicas, nos critérios para a aprovação de propostas de projetos e atividades, prazos mais restritos e muitas vezes têm negados sem justificativa suas solicitações, inclusive quando avaliada para que suas alunas/os recebam bolsas de iniciação científica, lhes são negadas, mesmo a docente recebendo menção honrosa pela qualidade da pesquisa, não recebe verbas para pesquisas e nem tem contempladas suas solicitações de bolsas para monitorias, em contrapartida o docente agressor é agraciado, recebe constantemente estas bolsas, reforçando a posição da instituição em apoio às suas práticas violadoras.

Fica então a mensagem da instituição de ensino superior, não importa o crime que o homem branco, docente reconhecido pela hipocrisia da área de atuação dos direitos humanos cometeu, a violência doméstica não importa para a instituição, o agressor condenado é um bom profissional e não tem prejuízos em suas relações institucionais e na sua vida funcional, continue violentando que você será premiado.

Considerações finais

Contra as evidências e as pesquisas não há o que contestar, muitas mulheres/mães morrem adoecidas em seu sofrimento e sobrecarga, cometem suicídios e são assassinadas, assim como crianças agredidas e abusadas pelos próprios pais/homens diariamente no Brasil, lamentavelmente as violências contra as mulheres/as mães são historicamente reforçadas e valorizadas como atitudes de obediência e participação social importante para o desenvolvimento da humanidade.

É sabido que as instituições de ensino superior, reproduzem a lógica patriarcal da superioridade masculina e da sobreposição do statu quo da verdade incontestável de um homem, branco, hetero e docente de ensino superior, quase em um pedestal, contrapondo as provas e a realidade da vida violentada, violada e extorquida de mulheres docentes por seus colegas.

Estes mesmos homens recebem o reforço da mensagem social de que estão impunes e fortalecidos, já que perpetuam as violências contra as mulheres em todos os seus espaços de inserção e quando afastados fisicamente, prosseguem as torturam através das violências cometidas contra os/as próprios/as filhos/as, já que as mulheres estão amordaçadas e silenciadas pela ideologia, das mentirosas, as alienadoras, as violências contra si e contra os/as filhos/ são falsas.

Diante da anuência das instituições de ensino superior, em situações consolidadas de violência contra mulheres docentes, para que servem as campanhas de incentivo a denúncias de violências, de assédio moral e sexual dentro das instituições? Seriam armadilhas para potencializar o sofrimento das vítimas ou reforçar os comportamentos dos violadores, visto que não existem proposições e nem ações efetivas no sentido de coibir estas práticas danosas?

Hoje o papel das instituições de ensino superior coaduna com um espaço de segregação, elitizado e debates seletivos para a manutenção desta sociedade naturalizada como violenta.

Reafirmamos, nenhum agressor é bom pai e nenhum agressor é bom profissional!

Referências:

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. *Dossiê Feminicídio*. Por que as taxas brasileiras são tão alarmantes? Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/feminicidio/capitulos/qual-a-dimensao-do-problema-no-brasil/> Acesso em: 18 nov. 2022.

BRASIL REGISTRA UM CASO DE FEMINICÍDIO A CADA 7 HORAS. Catraca Livre, por redação, 23 de novembro de 2020. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/brasil-registra-um-caso-de-feminicidio-a-cada-7-horas/> Acesso em: 20 nov. 2022.

BRASIL. DECRETO Nº 1.171, DE 22 DE JUNHO DE 1994. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm. Acesso em: 18 nov. 2022.

BRASIL. LEI Nº 11.340, DE 07 DE AGOSTO DE 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 20 nov. 2022

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 4053 de 07 de outubro de 2008. Dispõe sobre a alienação parental. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=411011>; Acesso em: 24 ago. 2021.

BRASIL. LEI Nº 12.318 DE 26 DE AGOSTO DE 2010. Dispõe sobre alienação parental. Brasília: Congresso Nacional, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm. Acesso em 15 jul. 2021.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: TJRS. Disponível em: https://www.tjrs.jus.br/novo/buscas-solr/?aba=jurisprudenci&q=&conteudo_busca=ementa_completa. Acesso em: 18 nov. 2022.

DALLAM, Stephanie J. *Parental Alienation Syndrome: Is it scientific?* In E. St. Charles & L. Crook (Eds.), *Expose: The failure of family courts to protect children from abuse in custody disputes*. Los Gatos, CA : Our Children Our Children Charitable Foundation. The Leadership Council, 1999. Disponível em: <http://www.leadershipcouncil.org/1/res/dallam/3.html>. Acesso en: 21 ago. 2022.

FOLTER, Regiane. O que é patriarcado? *Politize*, 29 jun. 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/patriarcado/> Acesso em: 22 nov. 2022

LAGO, Paula, et al. Metade dos brasileiros conhece uma mulher que já foi agredida pelo parceiro ou ex, mas 94% dos homens dizem nunca ter agredido, diz Ipec. *G1 SP*, São Paulo, 17 nov. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/11/17/metade-dos-brasileiros-conhece-uma-mulher-que-ja-foi-agredida-pelo-parceiro-ou-ex-mas-94percent-dos-homens-dizem-nunca-ter-agredido-diz-ipc.ghtml>

POR ONDE ANDAMOS?

MENDES, Josimar. Genealogia, Pressupostos, Legislações e Aplicação da Teoria de Alienação Parental: uma (re)visão crítica. In: SILVA, Iolete Ribeiro da. (org.). *Debatendo sobre alienação parental: diferentes perspectivas*. Brasília, 2019. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Livro-Debatendo-sobre-Alienacao-Parental-Diferentes-Perspectivas.pdf> Acesso em: 27 nov. 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. *STF - Lei Maria da Penha, que teve a constitucionalidade declarada pelo STF, completa 15 anos*. 09 ago. 2021. Disponível em: <https://www.mpap.mp.br/caop-criminal?view=article&id=10603:stf-lei-maria-da-penha-que-teve-a-constitucionalidade-declarada-pelo-stf-completa-15-anos&catid=31> Acesso em: 22 nov. 2022

NATIONAL ORGANIZATION FOR WOMEN (NOW). *NOW TO DENOUNCE SO-CALLED PARENTAL ALIENATION (SYNDROME)*. 2006. Disponível em: <https://now.org/leaderdoc/addendum-now-issues-policy-manual-1997-july-2018/>. Acesso em: 20 nov. 2022.

ROBERTS, Yvonne. Suicide by domestic violence: call to count the hidden toll of women 's lives. The Guardians, 27 fev. 2022. Disponível em: <https://amp.theguardian.com/society/2022/feb/27/suicide-by-domestic-violence-call-to-count-the-hidden-toll-of-womens-lives>. Acesso em: 18 nov. 2022.

As mães das atividades meio nas universidades: Impactos da maternidade na carreira das técnicas-administrativas em educação

Elaine Muniz Pires

Historiadora, mestre em História Social (PUC-SP), doutora em Educação (FE-USP) e pesquisadora da área de maternidades e mídias. Técnica em assuntos educacionais da UNIFESP desde 2010, integra o coletivo MaternaCiência e o Grupo de Trabalho de Mães da UNIFESP. É mãe da Laura, de 8 anos.

Introdução

Os direitos de acesso, permanência e valorização das mães nas universidades brasileiras têm sido alvo de debate nos últimos anos, com a criação de coletivos maternos e a criação do movimento *Parent In Science*. Debate-se a queda da produtividade acadêmica de docentes e estudantes de pós-graduação gestantes e que possuem filhos e filhas pequenas, o acolhimento de crianças em eventos científicos, a oferta de creches nos campi universitários, a possibilidade das crianças acompanharem as mães nas aulas, a extensão das licenças maternidades das estudantes, entre outras medidas voltadas sobretudo à docentes e estudantes. Poucas destas políticas, fundamentais para garantia de direitos destes grupos, são voltadas às servidoras técnicas administrativas em educação (TAEs) e às funcionárias terceirizadas as quais possuem horários de trabalho, rotinas e necessidades específicas.

Recentemente, TAEs têm passado a integrar coletivos de mães e a trazer suas reivindicações para o debate político. Este é o caso do coletivo MaternaCiência da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) que possui, desde sua fundação, servidoras desta categoria entre os membros, assim como Grupo de Trabalho de Mães Unifespianas criado na universidade em fins de 2021 (QUAGLIO et al, 2021).

Mapear as necessidades, reivindicações e iniciativas das mães TAEs nas universidades e institutos federais brasileiros, é o objetivo deste capítulo. Primeiramente, traço um panorama laboral das mulheres que compõem esta categoria quanto aos cargos ocupados, nível de escolaridade, renda, raça e assimetrias em relação aos servidores do sexo masculino. Em seguida, apresento considerações quanto à necessidade de implantação de políticas voltadas às mães nas universidades, a criação de coletivos, grupos de trabalhos e comissões voltadas à temática e as pautas das TAEs nestes grupos. Por fim, debato como a jornada de trabalho de TAEs é o que mais traz impacto às mulheres quando se tornam mães.

Quem são as mulheres-mães TAES

Nas Instituições Federais de Ensino (IES) o quadro de trabalhadores é composto por servidores públicos estatutários, docentes e técnicos administrativos em educação (TAEs), além de trabalhadores terceirizados, bolsistas e contratados temporariamente. A carreira docente está diretamente ligada à atividade fim das universidades, ou seja, ao desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino, da pesquisa e extensão. Os demais grupos laborais realizam atividades que não estão relacionadas diretamente com a produção do conhecimento, mas que permitem que o funcionamento das IEs. São atribuições gerais dos cargos de TAE:

- I - planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio técnico-administrativo ao ensino;
- II - planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades técnico-administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino;
- III - executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.(BRASIL, 2005)

Enquanto os trabalhadores terceirizados se concentram, sobretudo, em atividades de baixa remuneração como pessoal de limpeza, segurança e manutenção, a categoria técnica administrativa é responsável pelos processos administrativos e de suporte institucional. Os TAEs são trabalhadores lotados nas pró-reitorias, em setores administrativos como serviços gerais, compras, tecnologia da informação e secretarias acadêmicas; trabalhadores de bibliotecas, laboratórios e de setores ligados à assistência estudantil, além de servidores de hospitais universitários nas instituições nas quais existem hospitais-escola. Há, portanto, uma gama variada de trabalhadores TAEs nas universidades com cargos e funções e em ambientes de trabalho diversificados.

A maioria dos servidores administrativos cumpre a jornada de 40 horas semanais, como estabelecido pela Lei 8112/90, que regulamenta o regime jurídico único dos servidores da união. No entanto, além das diferenças jornadas definidas em lei, como no caso de médicas que possuem jornada de 20 horas, assistentes sociais e auxiliares de enfermagem (30 horas), há ainda a possibilidade da flexibilização da jornada de trabalho para 30 horas de acordo com o Decreto 1590/95 para setores de atendimento ao público e a possibilidade de realização de teletrabalho parcial ou total através da adoção do Programa de Gestão do Governo Federal. Os horários de cumprimento da jornada também são distintos a depender da necessidade da unidade de lotação: em horário comercial, no vespertino/noturno em *campi* universitários com aulas no período noturno, em plantão de doze horas diárias nos hospitais, entre outros.

O Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, criado em 12 de janeiro de 2005 pela Lei 11.091, reestruturou a carreira dos técnicos administrativos das instituições de ensino ligadas ao Ministério da Educação (BRASIL, 2005). O PCCTAE é dividido em cinco níveis de classificação: A, B, C, D e E, os quais representam conjuntos de cargos classificados pela escolaridade exigida e complexidade das atividades. Atualmente, nas IES, a maior parte dos servidores ocupa cargos da categoria D, que exige ensino médio completo e/ou curso profissionalizante e E, cuja exigência é nível superior de ensino. Os cargos de nível A, B e C foram extintos ou estão vedados.

De acordo com o Painel Estatístico de Pessoal do Governo Federal, em setembro de 2022, os servidores integrantes do PCCTAE compunham a maior força de trabalho do serviço público federal (23,53%) com 133.910 do total de 569.107 servidores federais ativos. Destes 52,5 % são do sexo feminino (70.324) e 47,5% (63.583) do masculino. Em sua maioria, são servidores de nível D (61,55% contra 34,79% de nível E e 3,65% de nível C) e há maior incidência de pessoas ocupando o cargo de assistente administrativo (24,96%, seguido de técnico/a de laboratório 7,63%, médico/a 4,34% e auxiliar de enfermagem 4,14). A maior parte deste contingente está concentrada na região Sudeste, com 35% do total de servidores.

Diferentemente do que ocorre entre docentes, em que a maioria da categoria é masculina (BRASIL, 2022), as mulheres são maioria entre os/as servidores TAES, de acordo com o Painel Estatístico de Pessoal do Governo Federal⁵⁷. A maioria das mulheres ocupa o cargo de assistente administrativo (25,08%), seguido por auxiliar de enfermagem (6,59%), técnica de laboratório (6,45%) e técnico de enfermagem (5,48%). Entre os homens (63,58%) a maioria ocupa o cargo de assistente administrativo (24,83%), seguida por técnico de laboratório (8,93%), médico (4,73%) e técnico de TI (4,68%). Técnicos de enfermagem são apenas 1,42% dos servidores homens.

Enquanto entre os assistentes administrativos a divisão por gênero é praticamente a mesma, é possível verificar que as mulheres ocupam mais cargos tradicionalmente femininos como os ligados à enfermagem (auxiliar e técnica de enfermagem e de enfermeiras), à assistência social e à educação (pedagogas e técnicas em assuntos educacionais) enquanto os homens ocupam mais cargos de médicos e ligados à tecnologia da informação. É possível verificar que há uma prevalência de homens em cargos de nível superior de maior remuneração, como administradores (3,59%) e engenheiros (2,32%), e que costumam ocupar cargos de

⁵⁷ Segundo Andrea Barreto, a inversão no número de trabalhadores do sexo masculino e do sexo feminino na rede pública federal ocorreu entre 2006 e 2012 (BARRETO, 2014 - p.25).

comando. Entre os técnicos, 60,7% dos homens ocupam cargos e funções gratificadas. Às mulheres cabe apenas 39,3% destas funções.

No que diz respeito à qualificação educacional, as TAEs possuem alto nível de escolaridade. 40,83% das TAES possuem cursos de especialização, 24,85% são mestres e 6,21% doutoras. A maior parte das técnicas encontra-se na faixa etária de 31 a 40 anos (38,22%), seguida de mulheres entre 41 e 50 (27,86%) e daquelas acima de 51 a 60 anos (19,96%). Lamentavelmente, não foram encontrados dados precisos do percentual de técnicas que são mães em documentos e páginas oficiais das IEs. Na Unifesp, o GT de mães unifespianas estima que 60% das servidoras TAEs possuem filhos e filhas (PIRES, 2022).

Tampouco encontrou-se dados precisos quanto ao recorte racial das trabalhadoras TAEs. De acordo com a nota técnica “Cor ou raça do serviço civil ativo do executivo federal (1999-2020)”, cerca de 59% dos trabalhadores ligados ao Ministério da Educação (MEC) são branco/as e 33% negro/as em 2020 (SILVA E LOPES, 2021). Luciana Silva (2021), em sua dissertação de mestrado, indica que há um abismo no acesso entre negro/as e branco/as no serviço público. Segundo ela, a representação de negro/as é de apenas 14,6% entre os servidores no nível federal. Nas Ies, o/as negro/as alcançam, em maior proporção, os cargos que exigem nível intermediário para ingresso. A autora também identifica uma presença ínfima de pessoas negras, principalmente mulheres, nos cargos de confiança. Como conclui Luciana, que o negligenciamento que afeta esse público é parte do racismo institucional, situação que justifica a necessidade da adoção de ações afirmativas para inclusão efetiva da população negra em cargos nas instituições públicas. (SILVA, 2021)

A apresentação destes dados teve como objetivo demonstrar como a categoria de TAEs, composta em sua maioria por mulheres, provavelmente a maioria de mães, altamente qualificadas e que ocupam baixo percentual de postos de direção e chefia. É marcante neste segmento uma gama muito variada de cargos, com diferentes atribuições e em contexto muito diferentes. Mesmo entre os assistentes administrativos, maior contingente de TAEs nas IEs, o trabalho é realizado em contextos, horários de trabalho e com atribuições muito diversas. Isto sem contar todo o contingente de profissionais lotados nos hospitais universitários, o que muda completamente o perfil das técnicas em algumas universidades federais. Na Unifesp, que possui o maior hospital federal de ensino de país, o Hospital São Paulo (HSP), a maioria das TAEs é auxiliares de enfermagem (28,27%) seguidas das assistentes em administração

(18,83%) enquanto os homens são em sua maioria médicos (38%) e assistentes em administração (28%)⁵⁸, de acordo com o Painel Estatístico do Governo Federal.

A realidade do trabalho das servidoras em hospitais universitários, é completamente distinta daquelas lotadas nos *campi* universitários e em setores em que não há contato com o público externo ou com a comunidade universitária, como nas reitorias. Até mesmo as jornadas de trabalho podem ser distintas. As mães que são TAEs, nestes diferentes contextos, possuem perspectivas e necessidades muito distintas, sobretudo se considerarmos outros fatores como distância e tempo de deslocamento casa-trabalho, remuneração, número de dependentes, apoio familiar, entre outros. Faz-se necessária uma análise interseccional aprofundada da categoria para conseguir mapear necessidades e perspectivas e possíveis políticas voltadas ao segmento.

Presença feminina nas universidades nas pautas maternas

É relativamente recente (de meados do século XX) o ingresso das mulheres no mercado de trabalho especializado, em ocupações a elas interditadas anteriormente, e no mundo acadêmico. As universidades foram durante muito tempo reduto exclusivo masculino e branco. Nos dias atuais, as mulheres têm ocupado cada vez mais estes espaços, ainda que a maioria dos docentes e pesquisadores continue a ser homem. Entre os estudantes de ensino superior, em 2020, 56% dos estudantes no Brasil eram mulheres. A presença feminina concentra-se nos cursos da Educação como Pedagogia e de Saúde como Serviço Social e Enfermagem enquanto os homens são maioria em bacharelados como Sistemas de informação e nas Engenharias. (BRASIL, 2022)

A baixa presença de mulheres na área de computação e tecnologias e a concentração em áreas ligadas às licenciaturas e à saúde, reflete estereótipos de que raciocínio lógico e habilidades matemáticas são qualidades atribuídas ao masculino, enquanto às mulheres cabe profissões ligadas ao cuidado, como a de professoras e enfermeiras.

O cuidado, tanto de crianças, quanto de idosos e de doentes, realizado majoritariamente pelas mulheres, é generificado, racializado e não é valorizado na nossa sociedade (FEDERICI, 2019; TRONTO, 2007). Esta desvalorização da importância do cuidado como necessário para sobrevivência, necessário para reprodução social e também como trabalho, ocorre em uma sociedade que é desigual, que é racista e machista. Ocorre em um contexto de crescimento individualismo, em que as famílias são cada vez menores (o que limita a possibilidade do cuidado coletivo infantil), com a redução crescente da oferta de serviços públicos e com o ideal

⁵⁸ Estes números não contabilizam todos os trabalhadores do HSP já que uma parcela importante de sua força de trabalho é celetista contratada pela Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM).

de meritocracia e superação individual no ambiente de trabalho. Cenário de onde decorre a compreensão de que o cuidado infantil é uma questão individual e feminina, da mulher que é mãe e não social, de compromisso coletivo com o bem-estar e com a formação infantil.

Com o aumento do número de mulheres nas universidades, aumentam também as demandas por questões que lhes afligem. Tanto em relação à preocupação com o cuidado infantil, em como maternar, em dedicar mais tempo às crianças, quanto em relação aos impactos que a maternidade traz à carreira profissional e à permanência das estudantes de graduação e pós. Políticas voltadas às estudantes que são mães se tornam cada vez mais importantes já que, dada a expansão do ensino superior federal e aprovação da Lei de cotas em 2012, há um número crescentes de estudantes oriundas das classes trabalhadoras e pobres, as quais não possuem empregadas ou babás para cuidar dos seus filhos enquanto estudam (por vezes, elas são as empregadas e babás de outras crianças).

Neste contexto, os debates e as pautas das mães nas universidades no Brasil se avolumam na segunda década do século XXI, com a criação de coletivos de mães universitárias. De acordo com a pesquisadora Juliana Márcia Santos Silva, o primeiro coletivo data de 2010, o Grupo de MÃes e Pais Universitários/UFSCar - GPMU. Estes coletivos estudantis são fundamentais “para a promoção da permanência de mães na universidade pública” ao organizar, condensar e debater as pautas maternas buscando a adoção de políticas institucionais baseadas nestas pautas, “além de se constituir como uma rede de afeto, dando suporte emocional e trocando informações entre aquelas que vivem ou viveram as mesmas situações”. (SILVA e SALVADOR, 2021, s.p.)

Buscando pressionar por mudanças dentro de suas respectivas universidades no que tange à assistência e permanência estudantil, estes coletivos, que reproduzem práticas e pensamentos do movimento feminista, já galgaram alguns resultados de acordo com Juliana Silva, como a implantação de fraldários e o acesso ao restaurante universitário. Criados e compostos majoritariamente por estudantes de graduação, aos poucos alguns coletivos passaram a integrar também docentes e mais recentemente técnicas administrativas, assim como as pautas destas categorias.

Outro marco importante na luta contra a assimetria de gênero na academia com ênfase na maternidade, foi a criação do movimento *Parent in Science* em 2016, por docentes e pesquisadoras de diferentes universidades brasileiras. Buscando dar visibilidade à discussão sobre gênero e a maternidade no cenário científico nacional, estas mulheres passaram a expor as dificuldades na carreira acadêmica após o nascimento dos filhos e filhas, em que há forte cobrança de produtividade e de participação na vida acadêmica. A visibilidade do *Parent in*

Science associada às lutas de estudantes nos coletivos universitários, contribuiu para a criação no interior das universidades de coletivos que agregam mães de toda comunidade acadêmica, assim como a instituição de grupos de trabalho voltados à reflexão e implementação de políticas institucionais para este segmento. Hoje, são contabilizados 25 coletivos (SILVA e SALVADOR, 2021), dentre eles o MaternaCiência da Unifesp e o Coletivo Andorinhas: Rede de Mulheres da UFOP, que possuem docentes, técnicas e estudantes em sua composição. No coletivo Andorinhas, criado em 2021, a composição é paritária.

Algumas universidades federais também já instituíram grupos de trabalho, comissões ou comitês permanentes que contribuem, entre outras pautas, para a implementação de políticas voltadas à maternidade nas instituições e possuem TAEs em sua composição. Este é o caso do Comitê Executivo pela Equidade de Gênero e Diversidade (CEEGED) da Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA), criado em 2018; o Grupo de Trabalho Mulheres na Ciência da Universidade Federal Fluminense (UFF) datado de 2018 e institucionalizado como Comissão Permanente de Equidade de Gênero (CPEG) em março de 2022; o Grupo de Trabalho Parentalidade e Cuidado da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) de 2020; o Grupo de Trabalho Parentalidade e Equidade de Gênero da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), criado em 2020; e o Grupo de Trabalho de mães unifespianas da UNIFESP, datado de 2021.

Jornada de trabalho e o impacto da maternidade para as TAEs

Apesar dessas importantes iniciativas que envolvem a participação de técnicas administrativas, ainda que em número reduzido, há poucos dados relativos às problemáticas vivenciadas pelas mães que são TAEs. Na maioria das vezes, as propostas que beneficiam as TAEs são aquelas que beneficiam toda a comunidade acadêmica, como a instalação de fraldários, a criação de espaços de amamentação e de ordenha, criação de espaços de acolhimento para crianças, políticas de conscientização da comunidade acadêmica para o tema maternidade e universidade, criação de canais de denúncias e ouvidorias, criação de creches ou aumento de vagas nas creches e escolas de aplicação já existentes.

A maior parte das recomendações que encontramos relativas especificamente às TAEs datam da pandemia de COVID-19. As especificidades dos trabalhos realizados por estas trabalhadoras foram mais percebidas durante o isolamento social, tendo em vista que se fez necessário o acompanhamento dos filhos e filhas durante todo o horário de trabalho. Laize Vieira, servidora técnico-administrativa da Universidade Federal de Goiás (UFG), que oferece cursos e palestras sobre gestão do tempo na universidade, sugeriu, durante a pandemia, que as

TAEs deveriam estabelecer uma organização da rotina da família, comunicar suas dificuldades para a equipe de trabalho, assim como os horários em que estavam mais disponíveis para atender as demandas laborais (STECCA, 2020). Percebe-se a emergência da necessidade de uma organização familiar e laboral outra, que permitisse a conciliação entre trabalho e cuidado familiar neste período em que o trabalho e a escola dos filhos e filhas entrou nos lares e em que, muitas vezes, os servidores e servidoras passaram a trabalhar sem horário definido e com demandas intermitentes laborais e de cuidado.

Diante destes desafios, foram realizadas propostas, como as do GT Parentalidade e Cuidado da UFRRJ, de flexibilização de horário de trabalho das TAEs e o agendamento de reuniões em horários preferenciais considerando os trabalhos de cuidado (OLIVEIRA, 2021). O GT da UFF (2020), por sua vez, indicou aos dirigentes da instituição, em relação aos técnicos administrativos, especialmente às mulheres que vivem com os filhos que estão na educação infantil e no primeiro ciclo do ensino fundamental, a “pactuação de atividades com a chefia tendo em vista esta realidade”; “compreensão quanto cumprimento dos prazos relativos às atividades determinadas”; o “agendamento de atividades administrativas e reuniões considerando os horários de apoio didático aos filhos, sempre que possível; e a reorganização de funções “de maneira a não sobrecarregar os técnicos-administrativos com menos disponibilidade devido a atribuições familiares de cuidados, especialmente, com filhos que não tiveram retorno presencial às escolas”.

Já o GT de Parentalidade e Equidade da UFRJ (2021), ao elaborar um guia orientador para o período de pandemia, sugeriu a autorização de horários alternativos para as atividades, flexibilizando assim a carga horária das pessoas cuidadoras do quadro técnico e a colaboração entre TAEs que atuam no mesmo setor e em outros setores. No guia, o GT (2021) clama para sensibilidade da chefia imediata, “fundamental, em tempos de pandemia, para a Avaliação de Desempenho das pessoas cuidadoras que formam parte do quadro Técnico-Administrativo em Educação”, já que a situação precária de trabalho remoto poderia afetar o desempenho dos servidores cuidadores.

O coletivo MaternaCiência da UNIFESP (2021c), quando dos debates relativos ao retorno presencial, sugeriu postergar o máximo de tempo possível o retorno dos(as) servidores(as) que possuem filhos(as) até 12 anos de idade, ainda não vacinados(as), ou que são cuidadores(as) principais de pessoas com deficiência. E defendeu a continuidade do trabalho remoto às servidoras (docentes e técnicas administrativas) gestantes ou que possuem filhos(as) menores de 5 (cinco) anos. Da mesma forma, o coletivo indicou que no caso da escola dos filhos fecharem devido a covid ou se os filho(a)s fossem contaminados ou tivessem

sintomas que os impedissem de ir à escola, as TAEs pudessem realizar suas atividades de casa, apenas justificando a ausência à chefia direta.

Dentre as propostas permanentes mais voltadas à categoria TAE, encontramos nos documentos dos coletivos e grupos, a indicação de implantação de “30 horas para TAEs com filhos pequenos de até 3 anos, podendo o pai e mãe reduzir concomitantemente” e a adoção de “licença maternidade ou paternidade de 1 ano, podendo ser solicitada a qualquer momento até que a criança complete 3 anos”, no documento que embasa a criação do CEEGED elaborado pela Comissão Institucional para o acompanhamento da implantação da política de equidade de gênero no âmbito da UNILA (2017. p.34) . Na moção apresentada em 2021 pelo MaternaCiência da Unifesp (2021b), consta a indicação de flexibilizar critérios para aprovação de estágio probatório, promoção e progressão e a de considerar um estudo para viabilizar 45 dias de férias para as mães TAEs.

É possível aferir que as poucas propostas mais diretamente ligadas às TAEs que são mães, seja durante o isolamento social ou em períodos não pandêmicos, estão ligadas às condições de trabalho de quem cumpre longas jornadas de trabalho. Enquanto para as docentes, a preocupação volta-se às problemáticas ligadas à queda na produção acadêmica, na distribuição dos horários da carga didática e em espaços de acolhimento de mães e crianças em congressos e eventos acadêmicos, para as técnicas a jornada de tantas horas, todos os dias da semana é o que traz os principais impactos da maternidade na carreira. Isto porque, cumprir 9 horas de trabalho significa deixar as crianças às vezes 10 ou 12 horas na escola ou com parentes, se considerarmos o deslocamento entre a casa e o trabalho. Outra dificuldade recorrente no ambiente universitário é que muitas técnicas são lotadas em setores de trabalho noturno, horário em que não existem creches ou escolas.

O período de férias escolares é outra problemática importante para TAEs, de onde decorre a proposta de aumento do período de férias das servidoras da categoria, na medida em que, a realização do trabalho presencial durante as férias escolares, muitas vezes sem necessidade real de que assim ocorra, gera a problemática de com quem cuida das crianças quando as escolas e creches estão fechadas. A compreensão das chefias em relação aos horários de trabalhos, às convocações para reuniões e outras atividades laborais, é outro ponto importante, como vimos, que aparece nas reivindicações das TAEs dada a rigidez do formato de trabalho em 40 horas semanais executada pela maioria dos servidores. Dificilmente há compreensão pela chefia e demais membros da comunidade acadêmica desses malabarismos que as mulheres TAEs fazem para conciliar trabalho e cuidado, assim como dos afastamentos das mães para o cuidado das crianças.

No Brasil nós temos pouquíssimas ações das universidades voltadas às TAEs que são mães. Um exemplo interessante é a Universidade de Brasília (UNB) que em 2016 aprovou resolução que possibilita a redução da jornada para servidores com filhos e filhas até 2 anos (APUK, 2016). Como vimos, a flexibilização da jornada de trabalho é uma das reivindicações das mães TAEs em prol de mais tempo para com seus filhos e filhas. Não são raros os casos de TAEs que após o nascimento dos filhos solicitam redução da jornada com redução de salário⁵⁹. A possibilidade, prevista em lei, depende da autorização da chefia, o que nem sempre acontece. Políticas como esta da UNB de redução da jornada são muito bem vindas para as TAEs, assim como a possibilidade do cumprimento da jornada em teletrabalho.

A experiência de trabalho remoto durante o isolamento social, com todas as dificuldades e desafios colocados, demonstrou que a implantação do teletrabalho era não apenas uma medida possível, passou a ser desejada pela administração pública federal, na medida em que otimiza processos e gera economia em maquinários, instalações físicas, energia elétrica e auxílio transporte⁶⁰; além de reduzir o absenteísmo, os afastamentos por motivos de saúde e os acidentes de trabalho. Em prol de implementar esta políticas nas universidades, o governo federal publicou em 30 de julho de 2020, a Instrução Normativa nº 65, que estabelece orientações, critérios e procedimentos gerais a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC relativos à implementação de Programa de Gestão. Dentre as universidades que decidiram implantar o Programa de Gestão, encontra-se a Unifesp, que aprovou a regulamentação do teletrabalho em dezembro de 2021.

Apesar de várias críticas pertinentes quanto à precarização do trabalho neste formato, o ônus aos servidores de custos relativos à internet, equipamentos e móveis, e a desmobilização dos trabalhadores, os servidores e servidores TAEs desta universidade, lotados em setores administrativos, apoiaram majoritariamente a implantação. Afinal, para trabalhadores que cumprem 9 horas diárias de trabalho e em cidades com São Paulo, podem gastar até quatro horas por dia em deslocamento, a adoção integral ou parcial ao teletrabalho é uma alternativa interessante. Para as servidoras com crianças pequenas ainda mais, na medida em que reduz o tempo que a criança permanece na escola ou é cuidada por parentes, pode gerar economia de recursos financeiros para o pagamento do cuidado infantil e a possibilidade de passar mais

⁵⁹ Esse é o caso de Aline Rafaela de Almeida que relata pedido de redução de jornada em seu texto intitulado “Presença de Ana” (2020).

⁶⁰ Hable e Oliveira (2022) apontam uma economia dos gastos nos órgãos do Governo Federal com a utilização do trabalho remoto durante o período da pandemia (após a correção pelo IPCA) no montante de R\$4.870.228.715,07.

tempo de qualidade com a criança. Por estas razões o coletivo MaternaCiência (2021a) elaborou uma carta aberta ao Conselho Universitário (Consu) da instituição defendendo não só a aprovação do pleito como a inserção dentre os critérios de desempate servidoras(es) com filho(a)s de 0 a 4 anos ou em idade escolar, matriculado(a)s no Ensino Infantil e/ou Fundamental ou que possuam dependentes legais com deficiência ou cuja condição de saúde necessite de cuidados especiais, desde que sob seus cuidados. Defendeu-se também a inclusão de parágrafo único prevendo a possibilidade de, nos períodos de recesso acadêmico, estender a modalidade de teletrabalho a setores não contemplados durante o ano letivo, de forma a atender às necessidades dos servidores e, sobretudo servidoras, com filho(a)s em idade escolar. As sugestões foram aceitas e aprovadas.

Sistematizo a seguir políticas permanentes voltadas para o segmento técnico-administrativo a serem discutidas no âmbito das Ies, baseadas em propostas elaboradas pelos coletivos:

- Redução da jornada de trabalho para TAEs cuidadores e cuidadoras com filhos e filhas na primeira infância e/ou responsáveis por pessoas com deficiências;
- Adoção do Teletrabalho parcial ou integral nos setores em que isto for possível;
- Adoção do Teletrabalho parcial ou integral nos períodos de recesso acadêmico (geralmente mesmo período de férias escolares) para os setores que não aderiram ao teletrabalho de forma permanente;
- Preferência de adesão ao Teletrabalho de servidores e servidores com filhos e filhas em idade escolar e cuidadores de pessoas com deficiência;
- Preferência de escolha de horário de trabalho e unidade de lotação para servidores e servidores com filhos e filhas em idade escolar e cuidadores de pessoas com deficiência;
- Agendamento de atividades administrativas e reuniões considerando os trabalhos de cuidado e horários escolares, sempre que possível (no caso de trabalho remoto e/ou teletrabalho) e no horário de trabalho definido para o/a servidor/a no caso de trabalho presencial;
- Condições especiais para a Avaliação de Desempenho e estágio probatório das pessoas cuidadoras que são TAEs;
- Pontuação adicional para servidoras com filhos e filhas em idade escolar em editais de remoção e redistribuição.

Considerações finais

Neste capítulo, procurei demonstrar a importância da adoção de políticas institucionais voltadas às mães nas universidades com foco naquelas voltadas ao segmento técnico-administrativo. A pouca literatura existente, assim como a baixa participação das TAEs nos movimentos de mães nas universidades, decorre do conjunto complexo de cargos, salários e condições de trabalhos exercidas pela categoria. Dificilmente as dificuldades de uma auxiliar de enfermagem lotada em um hospital universitário que cumpre jornada de 36 horas semanais, trabalha no período noturno, muitas vezes possui outro emprego na iniciativa privada serão parecidas com uma administradora lotada em um setor administrativo, cumprindo jornada em horário comercial e recebendo um salário mais alto. Os impactos da maternidade na carreira dessas servidoras são muito distintos. É urgente a realização de mais apurado para conhecer quem são as mães da categoria com suas reivindicações de acordo com o local de trabalho e cargo, com dados que não encontramos nos registros funcionais como quantas mulheres são mães solo, por exemplo, e outras intersecções como de classe e de raça. Intersecções e dados necessários aliás para compreensão e luta não só das TAEs, mas de todas as mães nas universidades, sejam elas TAEs, estudantes e docentes.

Os exemplos da possibilidade de redução da jornada na UNB e da aprovação do teletrabalho na Unifesp com atenção especial às mães que são TAEs, demonstram que há limites na lei, mas que há também possibilidades, que há espaço para construção de alternativas. É comum nas IES, as pautas relacionadas a esta temática serem consideradas ilegais, favorecerem apenas algumas mulheres, afetarem a isonomia entre os trabalhadores ou como descumprimento das obrigações dos servidores públicos. Além do descaso com o cuidado infantil que deveria realizado de toda sociedade e não apenas pelas mães, este tipo de reação desconsidera se as mulheres possuem redes de apoio para ajudá-las no cuidado, se os pais também maternam, se possuem condições financeiras de pagar uma babá ou escolas de ensino infantil (dado o déficit de vagas em creches públicas na maioria das cidades brasileiras e os horários fixos que nem sempre atendem as necessidades de trabalho de quem cuida), se as crianças possuem necessidades específicas (se são pessoas com deficiência ou se tem algum problema de saúde, por exemplo, e por isso requerem cuidados específicos), tempo de deslocamento na cidade, etc. No caso das TAEs, há ainda a dificuldade da comunidade acadêmica de compreender a variada gama de trabalhos realizados pelo corpo técnico (algumas funções sequer implicam em contato com outros segmentos da comunidade acadêmica) e de

romper com uma visão de subalternidade de técnicos para com docentes⁶¹. Visão que se fundamenta na definição da carreira TAE como voltada à atividade meio, de suporte institucional, e por isso invisibilizada ou considerada menos importante por não estar diretamente ligada à produção de conhecimento⁶².

A resistência da comunidade acadêmica no atendimento das pautas maternas, demonstra a resistência à equidade, o rechaço às pautas femininas e feministas, o não reconhecimento das diferenças e das necessidades específicas e da dificuldade de rompimento com a lógica meritocrática. Parte da dificuldade de criar políticas voltadas à maternidade decorre ainda de uma visão romantizada da maternidade, segundo a qual as mulheres não podem sequer admitir as dificuldades que possuem por serem mães e de como a maternidade impacta suas carreiras. A romantização da maternidade, historicamente funcionou para manter as mulheres na condição de cuidadoras principais sem uma remuneração para isso e tendo que dar conta de todas de várias tarefas, como o trabalho doméstico, trabalho de cuidado e a carreira profissional. Não é à toa que todos os coletivos e GT ligados à maternidade na universidade, incluem entre as pautas urgentes a sensibilização da comunidade quanto à temática e em prol de políticas para trabalhadoras mães. Criar políticas de valorização da maternidade, contribui para esta desromantização, contribui para uma valorização do cuidado, contribui para um cuidado coletivo do que é comum.

Referências

ALMEIDA, Aline Rafaela de. Presença de Ana. In: SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho (org). *Maternidade Plurais*. Belford Roxo: Bindi, 2020.

APUK, Renan. CAD aprova redução de jornada a servidores com filhos de até dois anos. *Gabinete informa*. Universidade de Brasília. Publicado em 08.jul. 2016. Disponível em: <https://informa.unb.br/ultimas/564-cad-aprova-reducao-de-jornada-a-servidores-com-filhos-de-ate-dois-anos>. Acessado em 18.nov.2022.

BARRETO, Andreia. A mulher no ensino superior distribuição e representatividade. *Cadernos do GEA*. Rio de Janeiro, n.6, jul./dez. 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo da Educação Superior 2020: notas estatísticas*. Brasília, DF: Inep, 2022.

⁶¹ Em muitas universidades, nota-se uma relação hierárquica implícita entre docentes e TAEs que colocam a categoria muitas vezes em uma situação de subordinação e de resistência da comunidade às suas pautas. Luciana Silva (2021) aponta que esta situação gera muita insatisfação na categoria e favorece a ocorrência de assédio moral, na medida em que o corpo TAE é localizado como “recurso”, “aquele que faz e não pensa.”.

⁶² Algumas TAEs exercem funções relacionadas à produção do conhecimento, ministrando cursos, participando ativamente de pesquisas em laboratórios, por exemplo, coordenando projetos de extensão. Entendemos que o trabalho realizado nos hospitais universitários também não podem ser considerados apenas como suporte institucional à pesquisa, ao ensino e à extensão, se a função de um hospital é de salvar vidas.

BRASIL. *Lei nº11.091 de 12 de janeiro de 2005* - Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação (PCCTAE). Brasília, DF: Presidência da República, 2005.

COMISSÃO INSTITUCIONAL PARA O ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTÇÃO D APOLÍTICA DE EQUIDADE DE GÊNERO NO ÂMBITO DA UNILA. Texto base política institucional de equidade de gênero da Unila: Martina Piazza Conde. 2017. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/reitoria/ceeged/legislacao>. Acessado em 18.nov.2022.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Trad. de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

GRUPO DE TRABALHO MULHERES NA CIÊNCIA DA UFF. *Carta sobre Pandemia*. 2020. Disponível em: <http://pesquisa.uff.br/?q=content/carta-sobre-pandemia-de-gt-%E2%80%99-de> -de-gt-%E2%80%9Cmulheres-na-ci%C3%A3o%C3%A2da-uff. Acessado em 18.nov.2022.

GRUPO DE TRABALHO PARENTALIDADE E EQUIDADE DE GÊNERO. *Guia de boas práticas de apoio à parentalidade e às pessoas cuidadoras em atividade na UFRJ*. 2021. Disponível em: <https://app.pr2.ufrj.br/public/uploads/repositories/BOASPRATICAS.pdf>. Acessado em 18.nov.2022.

HABLE, Aline Franciele e OLIVEIRA, Antonio Gonçalves de. Análise da economia nos gastos públicos com o trabalho remoto no período da pandemia no governo federal à luz da nova administração pública. *Revista Foco*. Curitiba, v.15., n.1, 2022.

MATERNACIÊNCIA. Carta aberta do MaternaCiência ao Conselho Universitário da UNIFESP. 2021. Facebook: MaternaCiência. Disponível em: <https://www.facebook.com/maternaciencia>. Acessado em 18.nov.2022. 2021a

_____. *Moção de apoio às mães unifespianas em defesa de medidas emergenciais durante a pandemia de COVID-19 e permanentes pela valorização da carreira*. 2021. Disponível em: <https://www.ocupamae.com/maes-unifesp>. Acessado em 18.nov.2022. 2021b

_____. *Moção MaternaCiência apresentada ao Consu em 08/12/2021*. 2021. Facebook: MaternaCiência. Disponível em: <https://www.facebook.com/maternaciencia>. Acessado em 18.nov.2022. 2021c

OLIVEIRA, Anita Loureiro de et al. Parentalidade, trabalho e cuidados: a construção do grupo de trabalho na UFRJ. In: III Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência, 3ª edição, de 06/12/2021 a 10/12/2021. *Anais Eletrônicos*. Disponível em: <https://eventos.congresse.me/iiisbmc-pis/edicoes/iii-simposio-brasileiro-sobre-maternidade-e-ciencia-3-edicao/anais>. Acesso em: 14.nov.2022.

Painel Estatístico de Pessoal. Ministério da Economia. Brasil: Governo Federal. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/servidores/servidores-publicos/painel-estatistico-de-pessoal>. Acesso em: 14.nov.2022.

POR ONDE ANDAMOS?

PARENT IN SCIENCE. *Mulheres e maternidade no ensino superior no Brasil*. 2021. Disponível em: https://www.parentinscience.com/_files/ugd/0b341b_6ac0cc4d05734b56b460c9770cc071fc.pdf. Acesso em: 14.nov.2022.

PIRES, Elaine Muniz. *In: Congresso acadêmico da UNIFESP 2022. SESSÃO 1029: Maternidade trajetória acadêmica e profissional: intersecções entre parentalidade e gênero*. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NvXxcrMw-FI>. Acessado em 18.nov.2022.

QUAGLIO; Fernanda et al. A criação de grupos de valorização de mães cientistas para o combate à assimetria de gênero na academia: o exemplo do Maternaciência na UNIFESP. *In: III Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência, 3ª edição*, de 06/12/2021 a 10/12/2021. *Anais Eletrônicos*. Disponível em: <https://eventos.congresse.me/iiisbmc-pis/edicoes/iii-simposio-brasileiro-sobre-maternidade-e-ciencia-3-edicao/anais>. Acesso em: 14.nov.2022.

SILVA, Juliana Marcia Santos e SALVADOR, Andréia Clapp. Coletivos de mães universitárias rompendo com a história de exclusão feminina nas universidades. *31º Simpósio Nacional de História. Anais eletrônicos*. Rio de Janeiro: 2021. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628176107_ARQUIVO_6c5ff0b3c39fb6a13b440aa157afdc9d.pdf. Acesso em: 14.nov.2022.

SILVA, Luciana Gomes da Luz. *Trabalhadoras negras na Universidade Federal de Minas Gerais: o que muda a partir da implementação da Lei 12.990/2014*. 2021. Dissertação (Mestrado profissional em Educação e Docência) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

SILVA, Tatiana Dias; LOPEZ, Félix Garcia. *Cor ou raça do serviço civil ativo do executivo federal (1999-2020)*. Nota Técnica. Brasília: IPEA, 2021

STECCA, Kharen. Tempo e trabalho remoto: como gerenciar prioridades. *Notícias UFG*. Publicado em 16.set.2020. Disponível em: <https://www.ufg.br/n/133570-tempo-e-trabalho-remoto-como-gerenciar-prioridades?atr=pt-BR&locale=pt-BR>. Acesso em: 14.nov.2022.

TRONTO, Joan. Assistência Democrática e Democracias Assistenciais. *Sociedade e Estado*. Brasília, vol. 22, n. 2, p. 285-308, maio/ago. 2007.



Mãe-professora na pandemia: Os desafios sociais, familiares e no trabalho docente de professoras ICSEZ/UFAM

Denilce Santos de Souza

Acadêmica do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Parintins – Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia de Parintins (ICSEZ/UFAM)

Valmiene Florindo Farias Sousa

Professora Adjunta do Curso de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas e Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão.

Introdução

O ano de 2020 foi marcado mundialmente pela pandemia, decorrente do vírus SARS-CoV2. A doença traduzida por COVID-19, como toda a doença, é resultante de múltiplos fatores: sociais, ambientais, biológicos e ecológicos. No entanto, sua especificidade pandêmica ocorreu em um momento de acirramento de negacionismos, recrudescimento de movimentos anti-vacinas, proliferação de *fake news* sobre as causas da doença e seu enfrentamento.

Ou seja, os impactos da pandemia foram de toda ordem em uma sociedade já colapsada pela crise estrutural e planetária do capital (MÉSZAROS, 2009). A pandemia teve como não poderia deixar de ter, um impacto considerável ao escancarar ainda mais as profundas e históricas desigualdades sociais dos países, mas também afetou sobremaneira a realização de direitos fundamentais, como o direito à educação.

Imersas no universo do trabalho, com educação estão às mães e professoras que já conviviam com antigos dilemas no trabalho, desde a questão da paridade de gênero na pesquisa científica, assim como os inúmeros casos assédio no trabalho, baixo reconhecimento profissional, falta de estímulo de seus pares e às vezes da própria família, e – igualmente importante – persistentes diferenças salariais entre homens e mulheres, e o baixo acesso de mulheres a cargos de chefia no meio acadêmico.

No atual contexto pandêmico e de isolamento prolongado, as mães professoras convivem com os antigos problemas e veem surgir novos como: ansiedade e jornadas de trabalho exaustivos decorrentes do trabalho reprodutivo e produtivo. Atravessadas por esses desafios as mães-professoras com crianças em idade escolar são expostas a se tornarem também professoras de seus filhos e filhas e conviver com o home-office. Essa realidade também perpassa o cotidiano de mães-professoras do ICSEZ-UFAM visto que a instituição está situada em uma das cidades amazonenses mais afetadas pela pandemia no estado do Amazonas, a cidade de Parintins.

Ser mulher e mãe em uma sociedade patriarcal

O debate sobre mães professoras na universidade é bastante desafiador, tendo em vista que é um assunto pouco explorado na academia. Em tempos de pandemia evidenciou-se o quanto importante este tema é, e o quanto se faz necessária à discussão e reflexão sobre a realidade da maternidade das trabalhadoras de educação. O tema requer o esforço em se debruçar sobre o debate de gênero. Nesse sentido resgatamos o conceito de Saffiotti, que aborda gênero como uma construção sócio-histórica. A autora argumenta:

[...] Este conceito não se resume a uma categoria de análise, como muitas estudosas pensam, não obstante apresentar muita utilidade enquanto tal. Gênero também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual. Enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instâncias: como aparelho semiótico [...] O conceito de gênero não explicita, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres. Muitas vezes, a hierarquia é apenas presumida. (SAFFIOTTI, 2011, p. 45)

A partir dessa afirmação destacamos que gênero não deve ser limitado apenas na relação homem e mulher, pois, este entendimento está atrelado à dominação patriarcal do homem sobre dominação feminina, fazendo com que este conceito evidencie apenas as desigualdades entre homens e mulheres e não se atende ao seu verdadeiro entendimento. Pois, a construção de gênero está enraizada na sociedade através da sua visão patriarcal de desigualdade e de exploração dos corpos femininos.

Partindo dessa conjuntura, este trabalho está dividido em tópicos centrais que irão abordar acerca da temática proposta para se pensar e questionar a realidade atual, trazendo levantamentos históricos que moldam a sociedade contemporânea. Para pensar na temática, foi importante primeiro se debruçar sobre uma revisão bibliográfica conceitual e histórica, que pôde trazer a compreensão e contribuição para a reflexão sobre a dicotomia das desigualdades sociais, que estão imersas no universo do trabalho de mães e professoras que já conviviam com antigos dilemas no trabalho e agora no atual contexto pandêmico e de isolamento social, as mães professoras convivem com os antigos problemas e vêm surgir novos como: ansiedade e jornadas de trabalho exaustivas e intensificadas decorrentes do trabalho reprodutivo e produtivo.

Gênero, patriarcado e capitalismo: breves apontamentos

Segundo (SAFFIOTTI, 2011), entende-se que a questão de gênero está situada numa relação estreitamente construída, na sociedade do imaginário. Ou seja, do imaginário binário

da diferenciação entre homem e mulher que estão inseridos em uma sociedade patriarcal que é estrutural e estruturante do ponto de vista dos valores, regras, normas e etc., que permeiam a condição sócio-histórica do ser humano. Neste sentido, gênero como construção social conforme (SCOTT, 1995, p. 75) entende-se que:

[...] o termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, "gênero" tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens.

Neste sentido, gênero é um conceito elaborado a partir das relações que indivíduos estabelecem socialmente e que perpassa por modificações de acordo com o período histórico. Segundo (SAFIOTTI, 2011) esta construção social, surgiu desde os primórdios com a sociedade primitiva, quando houve as divisões de tarefas por sexo (divisão sexual do trabalho).

Neste sentido, difundiu-se a desigualdade de gêneros, visto que desde o início da sociedade o homem utilizou da sua primazia, como força física para dominar as relações sociais e as mulheres ficaram sobre o domínio dos homens, assim como as crianças. Segundo, (MOURA et al., 2004, p. 45) afirma que ao [...] "homem era, então, percebido como superior à mulher e à criança, diferença essa concebida como inerente à natureza humana, que o dotaria, pois, de uma autoridade natural sobre a esposa e os filhos". É por isso que, no campo de direito é importante destacar que foi necessário muitas lutas para o avanço de algumas relações e direitos que as mulheres alcançaram ao longo da história, é nesse aspecto que entram em cena os movimentos feministas.

Maternidade e o debate no feminismo

Com o avanço das sociedades, as mulheres começaram a unir forças e a lutar pelos seus direitos. Este processo ocorreu a partir do advento do movimento feminista do final no século XX, quando a maternidade passou a ser questionada pelas mulheres feministas e a ser vista e refletida pela sociedade de forma diferente e não somente como uma ordem de instinto materno.

A partir deste momento mulheres feministas encaram a maternidade como uma escolha e não somente como um destino da mulher. Por isso, é importante ressaltar o debate no feminismo para a compreensão das lutas e desigualdades que existiam e ainda existem na sociedade, para construção de novos direitos e novos avanços para as mulheres.

Segundo (PINTO, 2009), começou a surgir duas vertentes feministas, uma era caracterizada por uma forma mais comportada, ou seja, eram as mulheres conservadoras que ao mesmo tempo lutavam por alguns direitos, mas não questionavam o padrão materno de submissão que tinham. Já a outra vertente tratava das mulheres mais incisivas, essas lutavam não somente pelos seus direitos da cidadania, mas também pelo seu direito de escolha de procriação ou não.

O movimento feminista incisivo foi atuante no processo da luta pela igualdade de gênero, tirando a maternidade do cerne do destino biológico feminino. Pois, foi a partir desse papel militante dessas mulheres, que passaram a questionar o paradigma do patriarcado que elas puderam assumir novos projetos pessoais, como suas ambições pessoais que vai muito além do que foi projetado sobre elas como o destino de ser mãe. Nas palavras de (FÁVERO, 2010, p. 588) diz:

[...] a partir do paradigma do patriarcado, se deu a “naturalização” daquilo que era tido como “típico” feminino ou masculino e ressalta o importante papel do movimento feminista no questionamento desse paradigma e na transformação de práticas sociais. [...]

Neste sentido, assim como (FAVERO, 2010; SAFFIOTI, 2004) também salientam a importância do movimento feminista trazer questionamentos sobre o paradigma do patriarcado, que se acentua somente na compreensão do biótipo feminino e masculino, em que o mesmo sempre ganha primazia encarado como dominador na sociedade patriarcal. Por isso, os movimentos feministas passaram a ampliar o seu movimento social, pois entenderam que sua luta perde forças por não abarcar um significado real da luta contra o patriarcalismo.

Portanto, ainda falta muito para que a mulher realmente de fato possua e exerça uma autonomia e de equidade social sobre os homens, sem preocupações de que ocorra um novo retrocesso às lutas feministas. Tão somente, para isto o conceito de gênero precisa obrigatoriamente neste estudo, ser compreendido como uma construção social que pode compreender o porquê deste conceito está tão naturalizado em meio a sociedade.

Mães docentes do ICSEZ/UFAM na pandemia: os desafios sociais, familiares e no trabalho docente.

As mães docentes do ICSEZ/UFAM⁶³ vivenciaram o período de isolamento social, enfrentando os desafios sociais, familiares e no seu trabalho docente. As pressões cotidianas

⁶³ Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia de Parintins – Universidade Federal do Amazonas.

POR ONDE ANDAMOS?

aumentaram na medida em que a pandemia se agudizava, um período incerto em que tiveram o desafio de continuar suas atividades laborais e lidar com as demandas familiares, domésticas com sobreposição do trabalho da docência.

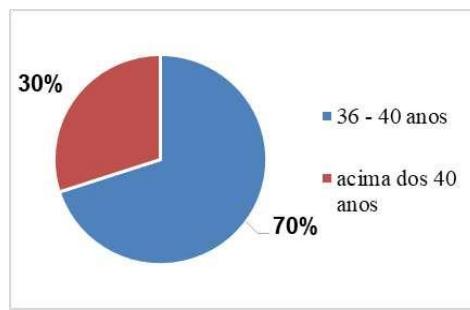
Importa destacar que o peso maior das obrigações com os filhos/as ficou sobre as mães, já que a tarefa do cuidado e da auto responsabilidade recai sobre as mulheres (FÁVERO, 2010). Desta forma, o contexto pandêmico demarcou ainda mais a desigual divisão sexual do trabalho, intensificando a sobrecarga de trabalho, familiar e doméstica das mães docentes do ICSEZ/UFAM.

Os próximos itens apresentarão as análises dos resultados da pesquisa de campo com as mães docentes do ICSEZ.

Perfil social e familiar das mães docentes do ICSEZ

A coleta de dados do referido estudo, foi feita através da plataforma digital do Google Forms, trata-se de um formulário eletrônico digital, construído de forma on-line com perguntas abertas e fechadas. A forma de envio do link foi feito pelo *whatsapp* diretamente as mães professoras do ICSEZ. As questões abrangeram perguntas sobre dilemas relativos aos desafios sociais (individuais e familiares) e os desafios no trabalho, particularizando sua situação enquanto mães no período de isolamento social da Covid-19. O retorno das respostas foi de um quantitativo de 10 mães professoras dos colegiados no ICSEZ, exceto do curso de Artes Visuais, as demais se propuseram-se em registrar suas respostas e contribuir para a análise da questão.

A seguir uma breve descrição sobre o perfil das mães professoras. No que diz respeito a faixa etária das mesmas, o gráfico 1 nos revela que 30% Gráfico 1: Faixa etárias das mães docentes entrevistadas no ICSEZ



Fonte: Pesquisa de Campo (2022).

possuem 40 anos ou mais e 70% delas entre 36-40 anos de idade. Conforme gráfico abaixo:

Sobre o curso a que estão vinculadas no ICSEZ⁶⁴, de um total de 10 mães docentes, 3 delas são mães do Curso de Serviço Social; 2 são professoras transversais⁶⁵, vinculadas em mais de um curso da Instituição; 1 é do curso de Pedagogia; 1 do curso de Administração; 1 de Zootecnia; 1 de Comunicação (Jornalismo) e 1 do curso de Educação Física. Conforme indicado abaixo no gráfico 2:

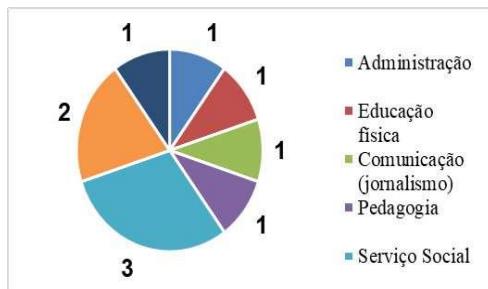


Gráfico 2: Quantitativo de mães docentes entrevistadas por curso

Fonte: Pesquisa de Campo (2022).

Observa-se então que, o curso de serviço social tem predominante à presença de mais mulheres, isso se dá historicamente em razão das mulheres serem consideradas “culturalmente” virtuosas para o desempenho do cuidado, e no período 1930 as primeiras escolas de serviço social foram formadas ainda com um viés conservador com o intuito de formar as “boas moças da sociedade” que tivessem devoção para a caridade e o cuidado como seu próximo para o controle moral e social das classes mais pobres.

A pandemia das mães docentes no ICSEZ: múltiplas realidades que se aproximam.

Com o início da pandemia da COVID-19, às demandas (produtivas e reprodutivas) ganharam novas dimensões e todas essas situações marcaram o cotidiano de trabalho da docência das professoras do ICSEZ, visto que se exigia adaptações didático-pedagógicas para o ERE, planejamento e execução de atividades que demandavam maior tempo no computador e celular.

Paralelamente as redes de apoio para os cuidados aos filhos tornaram-se restritas com

⁶⁴ O ICSEZ possui 7 cursos: Administração; Artes Visuais; Jornalismo; Educação Física; Pedagogia; Serviço Social e Zootecnia. Atualmente fazem parte do corpo docente 76 professores, sendo 7 deles professores transversais

⁶⁵ Os professores transversais são de disciplinas como: Ciência Política, Sociologia, Filosofia, Libras e etc.

POR ONDE ANDAMOS?

o fechamento das escolas, diminuição ou afastamento de profissionais de apoio (babás e secretárias do lar) e familiares por risco de contaminação, aumentando as demandas domésticas e de cuidado com os filhos, resultando na alteração da rotina familiar. A casa, o lar, o espaço doméstico passou a ser compartilhado entre as vivências familiares e o trabalho remoto.

Essas demandas, conforme (Marx, 1985) diz: culturalmente o trabalho reprodutivo sempre pertenceu às mulheres, assim a organização, o planejamento e a execução dos afazeres domésticos dificilmente recaem sobre a responsabilização do homem, isso é uma questão histórica conforme destacado por (SAFFIOTI, 2011; MARX, 1985).

Neste sentido, entende-se que por muitas vezes as mulheres servem de rede de apoio umas para as outras. Assim como nessa pesquisa, ao observarmos a tabela abaixo, vemos que 40% das mães foram rede de apoio para as suas filhas, aqui se destaca a parentalidade de gênero; onde somente 40% delas contaram com a contribuição dos maridos/companheiros, que passaram a contribuir com os afazeres domésticos em razão da pandemia, momento em que estiveram mais tempo em suas casas e consequentemente também ajudaram com os afazeres domésticos.

E 20% delas contaram com a ajuda de seus pais os quais conviveram com elas durante esse período; 10% contaram com a ajuda de outros familiares e 10% delas tiveram o apoio de uma doméstica, mas essa não foi uma realidade de todas, já que com a pandemia os serviços não essenciais foram suspensos e dentre esses serviços estava a de empregada doméstica, pois, a medida tratava do isolamento social para todos/as, mesmo assim ainda houve domésticas trabalhando na pandemia, ou seja, mulheres trabalhadoras expostas às condições de contágio e que provavelmente deixaram seus filhos aos cuidados de terceiros.

Organização e divisão dos afazeres domésticos durante a pandemia para as mães docentes do ICSEZ	
Rede de apoio	Porcentagem
Mãe	40%
Marido	40%
Pai	20%
Filhos (as)	10%
Outro familiar	10%
Doméstica	10%

Tabela 1: Organização e divisão dos afazeres domésticos
Fonte: Pesquisa de Campo (2022)

Sobre as situações vivenciadas durante o período de isolamento social, foram muitas

POR ONDE ANDAMOS?

nuances apresentadas que estiveram presentes na vida cotidiana das mães docentes. As limitações físicas e/ou emocionais foram as que tiveram maior evidência, entre essas limitações estão presentes: Não dispor de condições físicas (cansaço) para cumprir com suas atividades como professoras, essa afirmação foi marcada por 05 mulheres; Perda de algum familiar ou de alguma pessoa querida, presente na vida de 07 mães docentes; Sobrecargas físicas ou mentais no período de isolamento social, citado por 09 mães docentes.

As limitações técnicas ficaram em segundo lugar como: Não dispor de instrumentos técnicos para proporcionar uma aula de qualidade para seus alunos, destacado por 06 mulheres docentes; Dificuldade de diálogo e feedback de seus alunos, correspondeu também a realidade de 06 mães docentes.

A cobrança institucional também citada em terceiro lugar com as seguintes questões como: Sentiu-se muita cobrada pela instituição ou pelos alunos, sendo resposta de 03 mães docentes; não conseguiu ou teve dificuldade de cumprir com o planejamento de ensino (atividades laboratoriais) presente na vida de 06 mães docentes. O quadro a seguir ilustra as situações vivenciadas pelas mães docentes no que se refere a sua condição de docente no período da pandemia:

SITUAÇÕES VIVENCIADAS PELAS MÃES DOCENTES NO ICSEZ-UFAM		
Limitações físicas/emocionais	Limitações técnicas	Cobrança institucional
Não dispor de condições físicas (cansaço) para cumprir com suas atividades como professoras. (05)	Não dispor de instrumentos técnicos para proporcionar uma aula de qualidade para seus alunos. (06)	Sentiu-se muito cobrada pela instituição e / ou pelos alunos. (03)
Teve perda de algum familiar ou de alguma pessoa querida. (07)	Teve dificuldade de diálogo e feedback de seus alunos (as.) (06)	Não conseguiu e /ou teve dificuldade cumprir com o planejamento de ensino (atividades laboratoriais). (06)
Teve sobrecargas físicas e/ ou mentais no período de isolamento social. (09)		

Tabela 2: Situações vivenciadas pelas mães docentes do ICSEZ

Fonte: Pesquisa de Campo (2022)

Nesse sentido observa-se o quanto as mães docentes abdicaram do cuidado consigo, do lazer e por decorrência dos seus inúmeros afazeres tiveram o seu tempo ainda mais resumido. E como relatado pela maioria delas, consequentemente tiveram pouco tempo para o alto cuidado e/ou lazer, priorizando assim sempre os afazeres domésticos, familiar e do seu trabalho laboral. Assim:

[...] o cuidado de si, percebe-se que este foi severamente afetado por questões de ordem emocional, desgaste físico, carga laboral, obrigações domésticas, familiares e restrições sociais. A sua manutenção, quando aconteceu, esteve relacionada mais a uma consciência da necessidade do que mesmo a uma ampliação do tempo. As mudanças provocadas com a pandemia acabaram sobre carregando o tempo social e impossibilitaram ou reduziram o autocuidado para a maioria das professoras. É interessante notar como o universo das obrigações familiares, domésticas e o trabalho ocupam centralidade no tempo social das professoras mesmo diante de um quadro grave de saúde pública (PESSOA et al., 2021, p. 178).

Diante do exposto, e os dados apresentados, o cuidado de si foi severamente afetado na vida pública e particular das mulheres, e as professoras do ICSEZ/UFAM não estiveram isentas a essa realidade, sendo que somente 30% delas tiveram tempo para o cuidado de si ou lazer e 70% não tiveram, ou não conseguiram tempo para o autocuidado em virtude das suas jornadas exaustivas como já foi mencionado e evidenciado nesse trabalho.

Percepções das mães docentes do ICSEZ sobre políticas afirmativas (maternidade e trabalho)

Para as mães docentes no ICSEZ, o modelo remoto durante a pandemia, expôs as contradições da sociedade patriarcal, embora muitas tenham afirmado não ter priorizado as atividades domésticas em detrimento do seu trabalho como docente, no entanto, as atividades do cuidar e do atendimento às necessidades de seus filhos preponderaram, demonstrando com isso, o peso da sobrecarga materna e um certo desestímulo a produção científica durante o período.

Nesse sentido, o trabalho em *home office* ou remoto não foi um momento tranquilo para as mães docentes. Entretanto, não foi observado na UFAM nenhuma Resolução propôs diminuição de carga horária para docentes que se responsabilizavam pelo cuidado de crianças e tampouco flexibilização de carga horária. No quadro/tabela 3 abaixo de sugestões das mães docentes, percebe-se que essa é uma das necessidades apontadas, não somente para o período pandêmico mas para fora dele. Mesmo tendo algumas docentes uma rede de apoio familiar, outras vivenciam a maternidade solo o que as expõe a uma vulnerabilidade emocional e física para a organização do seu cotidiano. Observamos a seguir: Fonte Pesquisa de Campo (2022)

SUGESTÕES PARA O RECONHECIMENTO DA SINGULARIDADE DAS MÃES DOCENTES DO ICSEZ/UFAM	
Relatos das mães docentes	Síntese
<ul style="list-style-type: none"> ● Flexibilidade de horário de trabalho; ● Considerações sobre a Carga horária de trabalho das mães, especialmente sobre a distribuição das atividades; ● Maior flexibilidade no horário de trabalho; ● Flexibilidade com prazos; 	Que a Instituição adote um modelo mais flexível de carga horária de trabalho e com prazos;
<ul style="list-style-type: none"> ● Tornar a universidade um espaço com mais acessibilidade para o atendimento das mães docentes durante o seu trabalho; ● Construção de um espaço acadêmico plural e humanizado; ● Espaço para crianças no icsez; ● Criação de espaços para as crianças na própria universidade facilitando o trabalho das mães; 	Criação de um espaço físico do Instituto para acolhimento de mães e principalmente crianças.
<ul style="list-style-type: none"> ● Escuta as mães docentes através de reuniões e debates para conhecer suas singularidades e suas demandas e assim contribuir com alternativas para aquelas que estejam se sentindo sobrecarregadas e/ou com a saúde mental prejudicada; ● Abrir canais de discussão sobre as demandas das mães docentes e discentes; 	Espaço de debate sobre as demandas, necessidades e apoio para as mães docentes.
<ul style="list-style-type: none"> ● Rede de apoio institucional; ● Grupos de apoio emocional as mães servidoras do ICSEZ; 	Construção de rede de apoio institucional para suporte emocional de mães servidoras.
<ul style="list-style-type: none"> ● Projetos de extensão e pesquisa que busquem oferecer medidas interventivas que auxiliem as mães docentes; ● Programas e projetos para as mães, que se estendam aos filhos/as; 	Estímulo a projetos de extensão e pesquisa voltados para mães e crianças no ICSEZ.
Política para as mães-docentes que façam o reconhecimento e diagnóstico para que a maternidade possa ser vista como parte das nossas condições gerais o trabalho;	Construção de políticas específicas ao público de mães trabalhadoras na instituição.

Tabela 3: Sugestões para o reconhecimento da singularidade das mães docentes do ICSEZ/UFAM.

Esta síntese apontada pelas mães, talvez não seja um parâmetro de fácil discussão, visto que o ordenamento jurídico prevê para a proteção à maternidade e a infância a licença

após nascimento ou adoção, mas não existem ainda mecanismos legais⁶⁶ ou normativas que apresentam saídas para a flexibilização de carga horária para mães com crianças. No entanto, é importante que haja essa indicação, visto que a lei 8.112/1990 (artigo 98) só garante horário especial para garante horário especial aos servidores públicos da União que tenham cônjuge, filho ou dependente com deficiência, contudo exige compensação de horários, respeitando a carga horária semana.

Outro ponto importante é que mães e pais de crianças possam ter um espaço de diálogo e troca de experiência, acolhimento e debate para a construção de espaços de pesquisa e extensão no sentido de agregar e ressaltar essas demandas. (RUCKSTADTE et al., p. 124, 2021) destacam que:

As ações afirmativas são importantes não só para a divulgação do tema, mas também para apoiar mulheres que querem retomar a carreira acadêmica durante a maternidade. Essas ações não se reduzem a direitos ou atitudes individualizadas ou localizadas, mas sim, devem ser coletivas e institucionais. [...]

Portanto, o que os autores destacam é que as ações afirmativas são um importante registro legal. Porém, ainda assim são necessários muitos caminhos a percorrer para a sua concretude e efetividade, pois é necessário que parta primeiramente de ações coletivas e não somente individualizadas, para não serem restritivas, pois, sabe-se que as mulheres docentes necessitam antes de tudo de mecanismo contínuos com respostas efetivas que reconheçam a sua particularidade e singularidade enquanto mulher, em um universo que lhe exige inúmeras atribuições.

Conclusão

Debater sobre as condições das mães docentes do ICSEZ/UFAM, mostrou-se antes de tudo a necessidade do debate acerca da naturalização do típico feminino e masculino na sociedade (FÁVERO, 2010), de como o trabalho reprodutivo não pago se imbrica com as funções da docência que são desafiadoras para as mulheres. Nesse sentido, essa interlocução está associada ao paradigma do patriarcado e do capitalismo que é estrutural e estruturante na sociedade como vimos ao longo desse trabalho.

Conforme a pesquisa os dados ressaltaram o trabalho doméstico, que foi o dito mais cansativo pelas mães docentes, mas também foi observado a maternidade, que sempre o peso maior das obrigações com os filhos/as ficam sobre as mães, visto que a tarefa do cuidado e da auto responsabilidade sempre recai sobre as mulheres. E neste paralelo, vimos também

⁶⁶ Em notícia publicada no dia 31.08.2022 no site de notícias G1, há destaque para uma Medida Provisória aprovada na Câmara dos Deputados que flexibiliza regras trabalhistas para quem tem filho.

que mesmo as mulheres imersas em inúmeras tarefas, ainda assim tiveram que dar conta também da realização de atividades de pesquisas, embora desfavorecidas em meio ao contexto da pandemia.

Entretanto, é necessário dizer que a existência de políticas afirmativas em poucas universidades não significa que as mães docentes se sintam a vontade para usufruírem dessas políticas, haja vista que algumas dessas ações são por vezes incongruentes, como é situado na pesquisa dos autores (RUCKSTADTE; EKUNI, 2021) a exemplo da licença maternidade como sendo insuficiente, já que as mães pesquisadoras conforme eles até meados de 2019 caso elas concluíssem a licença maternidade durante o período de uma pesquisa, alunos beneficiados e vinculados a essa pesquisa, perderiam sua bolsa.

Este fator se correlaciona aos dados sintetizados nesse trabalho, onde expõem que algumas mulheres se abdicaram do uso da licença maternidade com o intuito de não se sentirem punidas e culpadas por optar pela maternidade, neste sentido mostra-se necessário o enfrentamento e a busca pela concretização de políticas que prestigiem o direito das mulheres como um todo e não somente suscite uma prévia visibilidade.

Conclui-se também que é importante à análise crítica das expressões contraditórias presentes na vida das mulheres mães-professoras, para não se fazer a dicotomia de suas inúmeras atribuições, mas promovendo o diálogo e apoio adequado para essas mulheres que tem a sua vida pessoal sobrepostas à vida profissional. Sendo, portanto, as políticas afirmativas uma alternativa para o reconhecimento da singularidade das mães docentes do ICSEZ/UFAM, ou seja, essas devem ser ações contínuas e permanentes a fim de contemplá-las mesmo após o uso da licença-maternidade e não comprometa a progressão na carreira destas mulheres.

Referências

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Editora: Edital Source 1980. Disponível em: http://groups-beta.google.com/group/Viciados_em_Livros/ Acesso em: 07 de janeiro de 2022.

FAVERO, Maria Helena. *A construção social do gênero*. UFPR. Curitiba:2010.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. p.149-163.

MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

MOURA, Solange Maria e ARAUJO, Maria de Fatima. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. Revista: *Psicologia ciência e profissão*, v 24. P, 44-55 2010.

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. *Histórico da Pandemia de COVID-19*. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19/> Acesso em: 25 dez. 2021.

PESSOA, Amanda R. R.; MOURA, Marla M. M. A composição do tempo social de mulheres professoras durante a pandemia. *Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer – UFMG*. Editora: Licere. Belo Horizonte, v.24, n.1, mar/2021. DOI: <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2021.29532> 161/ Acessado em: 07 abril. 2022.

RUCKSTADTE, Vanessa C. M; EKUNI, Roberta . Ações afirmativas para mães como mecanismo de isonomia e fortalecimento da universidade pública: um relato a partir da experiência na universidade estadual do norte do paraná (UENP). *Revista Vivências* | Erechim | v. 18: 2021. Disponível em: [https://doi.org/10.31512/vivencias.v18i35.487/](https://doi.org/10.31512/vivencias.v18i35.487) 05 agos. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. 2ºed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

PINTO, Céli Regina Jardim. FEMINISMO, HISTÓRIA E PODER. Dossiê, *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2009.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. Editora: Educação & Realidade. nº 15. 1995.

POR ONDE ANDAMOS?



A prática da maternidade entre cientistas: Reflexões a partir do feminismo matricêntrico.

Vivian Prado Pereira

Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Introdução

O artigo visa, empreender um esforço de defesa de um feminismo matricêntrico, plural e interseccional, pautado em autorreflexões de mães cientistas acerca de suas práticas maternas, possibilitando, ademais, a visibilização de desigualdades e injustiças, ensejadas no âmbito das Universidades, aqui compreendidas como um exemplar de instituição patriarcal.

Fazendo uso de uma metodologia que mescla auto narrativa com análises ampliadas, pautadas pela ciência e pela experiência pessoal e profissional, buscaremos refletir sobre o leque de possibilidades para o exercício da maternidade e sua interrelação com o trabalho acadêmico. Trata-se, portanto, de um ensaio que se desenvolve a partir do relato de experiência de uma jovem mãe cientista de 33 anos de idade, recém doutora, branca, casada e que divide as responsabilidades de cuidado do filho de seis anos com o pai, que é também seu companheiro. Enquanto doutoranda, vivenciou uma árdua trajetória na busca pela conciliação entre maternidade e trabalho acadêmico; com a pandemia de Covid-19, se viu, no ano de 2020, às voltas com a tarefa de finalizar a tese e dividir o espaço de trabalho, ou seja, a casa, em tempo integral com o restante da família.

Buscarei, desse modo, discorrer sobre a complexidade da relação entre a maternidade e o universo da academia, tendo em vista o alto nível de exigência para desenvolvimento de ambas as práticas no processo de organização da vida social. Pretendo, ainda, com essa contribuição avançar na defesa da maternidade enquanto escolha. Esse tema passa, sem dúvidas, pelo tratamento dos direitos reprodutivos, mas não somente. Parece necessário questionar a pretensão das classes dominantes de manter, de forma rígida e a-histórica, as fronteiras vigentes entre a esfera pública e a esfera privada, salientando a necessidade de reconhecimento do Estado enquanto principal agente de compartilhamento das funções de cuidado maternas. Acreditamos que, ao desvelar, ainda que em parte, a realidade das mães cientistas, conclamamos uma maior atenção à pauta materna no debate feminista e

contribuímos para a criação de propostas para a diminuição de desigualdades manifestas ou latentes.

Uma narrativa a partir da experiência ampliada entre maternidade, trabalho de cuidado e academia

A escolha deliberada de mulheres por ter filhos se constrói a partir de atravessamentos em diferentes esferas do imaginário social, podendo se configurar enquanto projeto de realização pessoal, pelo desejo de reprodução de um arquétipo de família, pela vontade de multiplicar um forte sentimento de afeto ou, também, por uma espécie de “chamado biológico”, a busca irrefletida por autopreservação e manutenção da espécie humana e pela experiência de um corpo que envelhece e passa a limitar funções.

Independentemente dos vieses acima mencionados, que influenciam a maternidade enquanto escolha, a perspectiva analítica que nos orienta traz indicações de que essa “escolha” não ocorre de forma autônoma e desvincilhada das relações de poder pautadas nas configurações de gênero estabelecidas. A função social “maternidade” atribuída às mulheres na nossa sociedade se baseia no capitalismo patriarcal, de modo que a opção deliberada pelo exercício da função materna, com segurança econômica e divisão da parentalidade não isenta as mulheres de esbarrarem, inevitavelmente, em entraves que impossibilitam o exercício pleno da maternidade e da vida.

A sensação de um futuro promissor diretamente comprometido pela maternidade – igualmente maravilhosa, fruto de imensa felicidade na vida de inúmeras mulheres, dentre as quais me incluo – precisa ser devidamente situada no âmbito de um modelo de maternidade hegemônica, normativa e patriarcal, constituído historicamente (CLÍMACO, 2020). Em um contexto de intensificação da maternidade (O'REILLY, 2016) inserida nessa estrutura, na qual mulheres ainda acumulam outras atividades profissionais, torna-se praticamente impossível concluir todas as tarefas de forma satisfatória, redundando em frustração e culpa. Tratando-se de atividade intelectual que, por sua vez, demanda intensa dedicação e tempo contínuo de trabalho, o resultado dessa impossibilidade é a sistemática e paulatina exclusão, impactando diretamente as possibilidades de ascensão profissional e estabilidade dessas mulheres.

Note-se que essa distância entre as mães cientistas e demais cientistas, que vai se ampliando pela falta de políticas específicas, apenas reproduz no microcosmo da academia uma desigualdade observada de forma ampla na sociedade. Conforme indica O'Reilly (2016, p.2):

POR ONDE ANDAMOS?

uma revisão superficial de pesquisas recentes sobre mães e empregos remunerados revela que, embora as mulheres tenham obtido ganhos significativos nas últimas três décadas, as mães não compartilharam desses ganhos (...) a diferença salarial entre mães e não-mães com menos de trinta e cinco anos de idade é maior do que a diferença salarial entre homens e mulheres jovens (...) a maioria dos estudiosos argumenta que é o “muro materno” que impede e bloqueia o progresso da maioria das mulheres no local de trabalho hoje.

Engravidei do meu filho no ano de 2015, um mês após minha defesa de mestrado. Uma gestação calculada, planejada para se enquadrar nos caminhos acadêmicos que eu buscava percorrer. No ano de 2016, prestei seleção para o doutorado, meu bebê tinha cinco meses e se alimentava exclusivamente por aleitamento materno. Na ocasião da prova escrita, não encontrei problemas ao solicitar da banca a possibilidade de sair da sala para amamentá-lo e de não ter descontado do meu tempo total de prova as saídas para a amamentação. Tudo correu bem e eu fui aprovada.

Iniciei o curso de doutorado no primeiro semestre de 2017, numa universidade situada a 160 quilômetros da cidade em que resido. Meu companheiro e pai do meu filho estava de licença para o pós-doutorado e, toda semana, viajávamos por um dia, em ida e volta, para que eu pudesse realizar as disciplinas. Encontrei no doutorado um orientador compreensivo, também pai de uma criança pequena, que em nenhum momento me causou constrangimentos e que teve sensibilidade para perceber a especificidade e possíveis limitações da conjuntura materna na qual me encontrava.

Assim, fui seguindo com o curso, contando com o auxílio de uma creche por meio-período e compartilhando com o pai, de maneira justa, o cuidado com a criança e as responsabilidades domésticas.

Planejei para 2020 um ano de muito trabalho - meu filho já com quatro anos exigia um menor esforço físico e, adaptado ao ambiente escolar, frequentava a escola alguns dias da semana em período integral. Seria meu último ano de doutorado, o momento de maior dedicação à escrita da tese. No entanto, assim como grande parte dos trabalhadores, tive meus planos suspensos por conta da ocorrência da pandemia da Covid-19 e a consequente quarentena implementada. Não apenas por conta da inviabilização da finalização do trabalho de campo, pelo fechamento de bibliotecas e pela suspensão de reuniões presenciais do núcleo de pesquisa no qual estava inserida, tudo absolutamente essencial para o desenvolvimento da pesquisa, mas também por me ver dentro de um quadro no qual o ambiente doméstico passou a ser o único a suportar a reprodução familiar. Meu filho, agora fora da escola, disputava tempo, atenção e energia com as atividades profissionais minhas e do pai, que passaram a ser realizadas exclusivamente no espaço da casa.

A despeito das consequências decorridas da quarentena imposta pela pandemia da Covid-19, há que se reconhecer algumas especificidades da minha realidade que tornaram essa experiência menos pesada. Eu conseguia dispor de um espaço reservado de trabalho dentro de casa, tinha ao meu alcance equipamentos que funcionam razoavelmente bem, como notebook e impressora, tinha acesso à internet, minha família estava em segurança alimentar e não passamos por nenhuma dificuldade financeira em decorrência de desemprego.

Penso ser relevante fazer esses apontamentos para indicar que, embora a pandemia da Covid-19 não tenha colocado a mim e a minha família numa situação de vulnerabilidade social, não há alternativas de escape para o acirramento das desigualdades decorrentes do gênero. O fechamento de creches, escolas, praças, clubes e demais locais de possível lazer e socialização infanto-juvenil, por tempo indeterminado na maioria das cidades brasileiras, ocorreu praticamente sem propostas e debates para a construção de alternativas, tanto por parte do poder público quanto da sociedade civil organizada, evidenciando a negligência com a qualidade de vida das crianças e adolescentes – e, consequentemente, das mães, ainda as principais responsáveis pelos filhos – e a ausência de uma política substancial de cuidado.

No âmbito da academia tem prevalecido também o silêncio. No que diz respeito à minha experiência, posso informar que não houve, institucionalmente, ou por parte do Programa de Pós-Graduação ao qual estou vinculada qualquer tipo de chamamento para identificar possíveis entraves e desafios ao desenvolvimento do trabalho dos pesquisadores decorrentes das circunstâncias impostas pela pandemia. Na ocasião em que os estudantes buscaram o colegiado do programa para expor as peculiaridades do momento pandêmico e as particularidades a serem reconhecidas a partir da diversidade de experiências, demandando medidas de compensação, como prorrogação de prazos e bolsas, a atitude do corpo docente foi de negação e fortalecimento da hierarquia institucional.

Naturalmente, essa postura não se constrói a partir de um movimento maniqueísta, mesmo porque também os/as docentes estão vivenciando uma sobrecarga por conta da necessidade de conciliação do ofício acadêmico com o trabalho de cuidado, que está sob monopólio da família. A dinâmica que orienta e consome é resultado de uma cultura patriarcalista que se reproduz na nossa sociedade, que supõem que o espaço do trabalho profissional não deve ser perturbado por questões do âmbito doméstico e não considera a atual diversidade das dinâmicas familiares. Essa construção social tem por base um modelo familiar de papéis pré-determinados, que facilita a determinados membros a isenção das

responsabilidades de cuidado, com dedicação exclusiva às atividades remuneradas, enquanto outros membros assumem as funções domésticas não remuneradas.

Nesse sentido, percebe-se que a universidade, ao encarar os dilemas familiares como pertencentes à esfera do privado e incompatíveis com as questões do campo do trabalho profissional, este situado na esfera do público, acaba, muitas vezes, por reproduzir irrefletidamente formas de construção e concepção de relações sociais de poder desiguais e com base no gênero.

É perceptível um aumento na movimentação de pesquisadoras para a promoção de debates acadêmicos sobre questões que envolvem parentalidade, cuidado, trabalho e pandemia⁶⁷. Tais discussões têm sido promovidas, principalmente, por mães que apontam a invisibilidade da sobrecarga física e mental materna e os dilemas e desafios que atravessam a experiência profissional de mães cientistas. Nota-se, aqui, mais uma sobreposição de trabalho às mães, já que recai também sobre elas a função de buscar alternativas, de sensibilizar os colegas e provocar transformações institucionais que não são unicamente de benefício próprio, mas de toda a sociedade.

O silêncio que identificamos dentro das universidades, que pode se manifestar como indiferença e passividade quanto aos questionamentos das pesquisadoras mães, ou boicote aos eventos sobre o tema (que tendem a ser frequentados apenas por mulheres), contribui para nutrir a invisibilização das relações desiguais de poder que se estabelecem nas sociedades patriarcais e colabora de maneira silenciosa e cumulativa para a manutenção do *status quo*. A tolerância dos demais pesquisadores, sejam eles homens ou mulheres não mães, com práticas institucionais que favorecem a manutenção e reprodução das desigualdades de gênero e o desinteresse dos pares em buscar perceber as origens, manifestações e consequências desse fenômeno fomentam, sobremaneira, a rigidez presente nos processos institucionais.

Por um feminismo materno na ciência, na academia, no ativismo e na política

O'Reilly, em seu livro *Matricentric Feminism* (2016), sustenta a concepção de que as mães precisam de um feminismo próprio. A autora argumenta que a maternidade se constitui

⁶⁷ Destaca-se o trabalho desenvolvido pelos seguintes coletivos: Núcleo Materna – Núcleo virtual de pesquisa em Gênero e Maternidade (<https://www.nucleomaterna.com>); Parents in Science - grupo formado por mães e pais cientistas (<https://www.parentinscience.com>); Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero - NIEM/UFRGS (<http://www.ufrgs.br/nucleomulher>) e o Núcleo Interseccional em Estudo da Maternidade – NIEM, colaborativo e supra institucional (<https://www.nucleoniem.com.br>).

como uma questão ainda em suspenso no debate feminista, uma pauta pendente mesmo nas abordagens mais abrangentes e libertárias e que, muitas vezes, coloca as mães e suas questões num certo ostracismo frente à construção feminista e progressista. O'Reilly defende a insurgência de um *feminismo matricêntrico*, pois, a despeito de todas as conquistas viabilizadas pelas lutas feministas, as mães continuam sendo duplamente oprimidas, primeiro por serem mulheres e depois por serem mães.

A autora informa que é preciso construir teorias, políticas e práticas feministas centradas no materno - ou seja, nas circunstâncias que envolvem a experiência da maternidade, promovendo, por exemplo, estudos que abarquem as transformações que a cultura da maternidade e as experiências de maternagem⁶⁸ provocam nas dimensões identitárias e subjetivas das mulheres; refletir acerca das repercussões geradas pelas experiências práticas relacionadas ao cuidado dos filhos e fomentar debates críticos sobre as políticas públicas, leis, ideologias e imagens maternas, que sustentam a opressão das mães e a permanência dos valores patriarcais (MENDONÇA, 2014).

A autora expressa, também, a necessidade de se incorporar o *feminismo matricêntrico* ao feminismo acadêmico. O desenvolvimento do feminismo enquanto ciência vem, naturalmente, acompanhando o desenrolar do tema em diálogo com as transformações sociais. A terceira onda do feminismo, que toma corpo a partir da década de 1990 em contraposição ao feminismo liberal promovido pela segunda onda, promoveu a abertura de uma nova frente de reivindicações feministas, incorporando diferentes tópicos e perspectivas. De acordo com O'Reilly, apesar do nítido avanço do debate feminista e de gênero no reconhecimento dos diferentes atravessamentos de interseccionalidade em relação à temática, as demandas do *feminismo matricêntrico* ainda não foram incorporadas, ou mesmo reconhecidas pela academia. Sendo, ainda, muitas vezes, banalizadas ou subestimadas (MENDONÇA, 2018).

Esta questão supõe que as mães não têm necessidades ou preocupações separadas de sua maior identidade enquanto mulheres. Eu me incomodo profundamente que as feministas entendam a interseccionalidade da opressão de gênero quando se trata de raça, classe, sexualidade e localização geográfica, mas não reajam da mesma forma quando se trata da maternidade e maternagem (O'REILLY, 2016, p. 198)

O tema da maternidade tem se conformado como um enfado sobre o qual a academia se esquia em encarar. Com resistência para promover movimentos de superação em relação a parâmetros capitalistas e patriarcais, como o distanciamento entre as esferas do público e do

⁶⁸ Conforme Mendonça (2104), o termo *maternidade* diz respeito ao poder biológico e aos significados institucionais, simbólicos e culturais que envolvem o fenômeno. Já o termo *maternagem* indica ação e processo contínuo, aponta para as práticas da experiência materna.

privado, a academia apresenta, ainda, dificuldades em diferenciar determinados conceitos, por exemplo os de maternidade e maternagem,

(...) como há feministas que se sentem desconfortáveis com qualquer coisa que evidencie as diferenças de gênero e possa sugerir essencialismo (...) a maternidade torna-se um assunto problemático. Mais do que qualquer outro, ela é justamente a questão que demarca diferença de gênero. Afinal, até hoje em dia, somente as fêmeas biológicas podem biologicamente se tornarem mães. Pelo fato de a diferença de gênero ser vista como um fator estruturante na manutenção da dominância masculina, muitas feministas minimizam ou desprezam qualquer marca dessa diferença: a maternidade – é obviamente – a principal delas (O'REILLY, 2016, p. 203).

Ao observar as pautas que concorrem no desenvolvimento de debates e construções teóricas no âmbito dos estudos feministas e de gênero, O'Reilly indica que o tema da maternidade praticamente não é contemplado (2016). Em pesquisa documental que levantou dados quantitativos sobre a representatividade dos temas maternidade e maternagem nos estudos feministas, no período de 2005 a 2015, pôde confirmar a hipótese da baixa presença dos temas em materiais didáticos e ementas de cursos destinados à introdução aos estudos de gênero e mulheres e em livros e artigos publicados em periódicos feministas. Concluiu que o conteúdo total relacionado à maternidade variava de 1% a 3% no vasto material pesquisado, comprovando a “alarmante discrepância entre a baixa representatividade da maternidade no feminismo acadêmico e seu alto impacto na vida cotidiana das mulheres” (MENDONÇA, p. 501, 2018).

Parece, portanto, evidente a necessidade de trazer o tema da maternidade para dentro dos estudos feministas e de gênero que se constroem na academia. Para superar as opressões de gênero advindas das relações desiguais de poder, se faz urgente realizar não apenas empreitadas científicas, mas também descrever e refletir acerca das práticas e experiências de maternidade e sobre os dilemas cotidianos vivenciados pelas mulheres mães na academia.

O'Reilly (2016) sintetizou dez pressupostos ideológicos⁶⁹ que estruturam e mantêm a maternidade enquanto instituição patriarcal, tornando, consequentemente, a maternagem opressiva para as mulheres. Esses pressupostos realçam, também, os desafios pessoais e profissionais que perpassam o dia a dia de mães cientistas. Ao situar a maternidade enquanto destino inadiável das mulheres, como prática individual, restrita ao ambiente doméstico e que se realiza de maneira instintiva, tais idealizações reforçam no imaginário social a crença de que o exercício da maternidade ocorre de maneira natural, não reconhecendo a exigência do uso da

⁶⁹ São eles: essencialização, privatização, individualização, naturalização, normalização, idealização, biologização, especialização intensificação e despolitização da maternidade (O'REILLY, 2016).

inteligência, nem o aprimoramento de diversas habilidades e qualificações para seu desempenho.

Associada a isso vemos a emergência da *Maternidade Intensiva*, um modelo que aponta para a centralidade da criança, se baseando na ideia de dedicação aos filhos como prioridade e propondo uma criação muito aprimorada e pautada por orientações de especialistas. Forjando novas e sofisticadas formas de opressão às mães, essa referência de maternidade reforça a subordinação da mulher, conforme sugere que a medida da felicidade e do sucesso feminino passa por uma maternidade bem-sucedida a partir dos termos indicados (CLÍMACO, 2020).

Essa combinação de fatores configura uma visão romantizada, exigente e privada da maternidade, com indicações de padrões de sucesso maternos praticamente impossíveis de serem atingidos. Não suficiente, as mulheres encontram a mesma demanda por perfeição nas outras esferas da vida: é preciso que mantenham uma aparência impecável, um casamento feliz e uma casa na mais absoluta ordem. No trabalho, é requerido que opere “como um homem”, ou seja, com a dedicação de quem conta com uma rede estável de apoio que permite a exata conciliação entre o exercício do trabalho remunerado e a manutenção da vida doméstica.

Na academia, os parâmetros de sucesso são também elevados e a estrutura organizacional é ainda bastante rígida. Alcançar a produtividade demandada e cumprir com todos os encargos de cuidado doméstico e familiar são duas tarefas praticamente inconciliáveis. Já a invisibilização da sobrecarga materna colabora para a manutenção de processos institucionais desiguais, quando não violentos. Responder à dupla carga de exigências se coloca como insustentável, fazendo com que as mulheres fiquem esgotadas ou paralisadas. Com uma vida marcada pela exaustão e frustração por não conseguir suprir todas as demandas, as mães cientistas não se verão na possibilidade de realização do exercício pleno de seus ofícios enquanto não puderem ter valorizado seu trabalho de cuidado materno, tanto quanto seu trabalho remunerado.

Entre o público o privado: A demanda por um ESTADO enquanto agente de compartilhamento de cuidado

A despeito da evidente dificuldade, e em alguns casos impraticabilidade, de as mães em atenderem os níveis esperados de produção e desempenho, a academia permanece, majoritariamente, mantendo mecanismos de avaliação e controle estritamente meritocráticos e excludentes. Essas medidas, não raro, impossibilitam a inserção institucional de jovens mães cientistas e traçam para muitas mães um quadro de experiência acadêmica não realizada, pois, na medida em que elas não atingem determinadas metas - como certa frequência mínima de

publicações de artigos ou capítulos de livros, de participação em grupos de pesquisa, de aprovações de projetos em agências de fomento etc. -, vão sendo paulatinamente afastadas das possibilidades de “premiação”, como bolsas e insumos para pesquisas, e perdendo reconhecimento profissional.

Como já mencionado anteriormente, também o feminismo acadêmico e mesmo vertentes de vanguarda do feminismo contemporâneo, que ocupam espaço na mídia, na política e nas instituições, têm reiteradamente negligenciado a pauta materna. Com o progressivo reconhecimento, tanto no âmbito do debate quanto no da ação, da interseccionalidade que perpassa as relações de poder instituídas por desigualdades de gênero, nos preocupa a omissão em relação às questões referentes à maternidade e o possível afastamento das mães de espaços já conquistados. Dada a permanência das hierarquias, não nos parece razoável encarar o rol de temas que concorrem no espaço público sem reforçar as particularidades que envolvem a opressão materna.

É fundamental avançarmos na defesa da maternidade como escolha. Essa pauta passa, sem dúvida, pelo tratamento dos direitos reprodutivos, mas não somente. É preciso fomentar, também, um debate por dentro do movimento feminista acerca da defesa dos direitos das mulheres que exercitam a maternidade, seja enquanto escolha, seja por uma contingência compulsória. Faz-se necessário aproximar o feminismo da maternidade e romper com os receios de biologização, incorporando a interseccionalidade inerente à prática. Nesse sentido, cabe considerar a prática da maternidade para além da normatividade hegemônica imposta pelo patriarcado, compreendendo que a genuína liberdade para mulheres transita menos por uma indicação liberal de autonomia e uma vida livre de relações de interdependência, e mais pela possibilidade de plena realização das diferentes facetas da vida.

Há de se considerar, ainda, que o exercício da maternidade na sociedade contemporânea demanda o reconhecimento e implicação do Estado enquanto principal colaborador para a divisão das tarefas de cuidado com os filhos. Apenas o compartilhamento seguro das funções maternas poderá possibilitar às mulheres, entre outras demandas, a conquista efetiva e justa de postos de trabalho remunerado e o abandono de relações de opressão estruturais.

Nesse sentido, a emergência da pandemia de Covid-19 no ano de 2020 explicitou as desigualdades de gênero, em especial no que tange às mães. Com o fechamento de creches e escolas - espaços não apenas de aprendizado, mas de apoio e zelo - sem a devida promoção concomitante de um plano emergencial, os agentes do Estado reafirmaram o entendimento das

práticas de reprodução e cuidado, predominantemente femininas, como restritas ao espaço do privado, sem lugar na esfera pública e de ordem apolítica.

Esse evento, sem dúvidas, reitera a importância de se levar para a esfera pública questões tidas como de âmbito privado. Para Rancière (2014), a esfera pública é a esfera do encontro e do conflito e a prática espontânea dos atores dominantes que atuam na esfera pública ocorre no sentido de estreitá-la. Desse modo, a democracia consistiria no processo de luta contra a privatização da esfera pública, pela ampliação dessa esfera, principalmente quando a manutenção e alargamento da esfera do privado contribui para a existência de sistemas desiguais.

O empreendimento do feminismo ocorre, justamente, pela insustentabilidade da pretensão das classes dominantes de manter, de forma rígida e a-histórica, as fronteiras vigentes entre a esfera pública e a esfera privada. A lógica patriarcal se esforça para situar as questões que envolvem as mulheres na esfera doméstica, no mundo da particularidade, como se tais temas fossem estranhos ao universo da esfera política e cidadã. O feminismo é legítimo e democrático, portanto, enquanto movimento, como ação que busca romper com esquemas de opressão a partir da transposição de assuntos tidos como da ordem do privado, de responsabilidade individual ou familiar, para a esfera pública.

Para Rancière:

É isso que implica o processo democrático: a ação de sujeitos que, trabalhando no intervalo das identidades, reconfiguram as distribuições do privado e do público, do universal e do particular. A democracia não pode jamais se identificar com a simples dominação do universal sobre o particular. Pois, segundo a lógica da polícia, o universal é continuamente privatizado, continuamente reduzido a uma divisão de poder entre nascimento, riqueza e “competência” que atua tanto no Estado quanto na sociedade. Essa privatização se efetua comumente em nome da pureza da vida pública, que é oposta às particularidades da vida privada ou do mundo social (2014, p. 80).

A reivindicação pelo reconhecimento do feminismo matricêntrico na academia, nas instituições e na sociedade parte, dessa forma, de uma demanda pelo exercício da democracia, pela construção de políticas públicas de defesa da vida das mulheres. Processo democrático esse que deve sempre fazer emergir o universal em forma de polêmica, resgatando o conflito, inventando formas de subjetivação que contrariam o perpétuo estreitamento e privatização da esfera pública. Compreende-se, pois, que “os ‘direitos do homem e do cidadão’ são os direitos daqueles que os tornam reais” (RANCIÈRE, 2014, p 95) e que a pauta da maternidade mais do que um assunto de mulheres, é antes um tema de direitos humanos.

Referência

CLÍMACO, Júlia Campos. Maternidades, matrifocalidade e a ética feminista do cuidado. *Debates feministas*, n 14, nov. 2020.

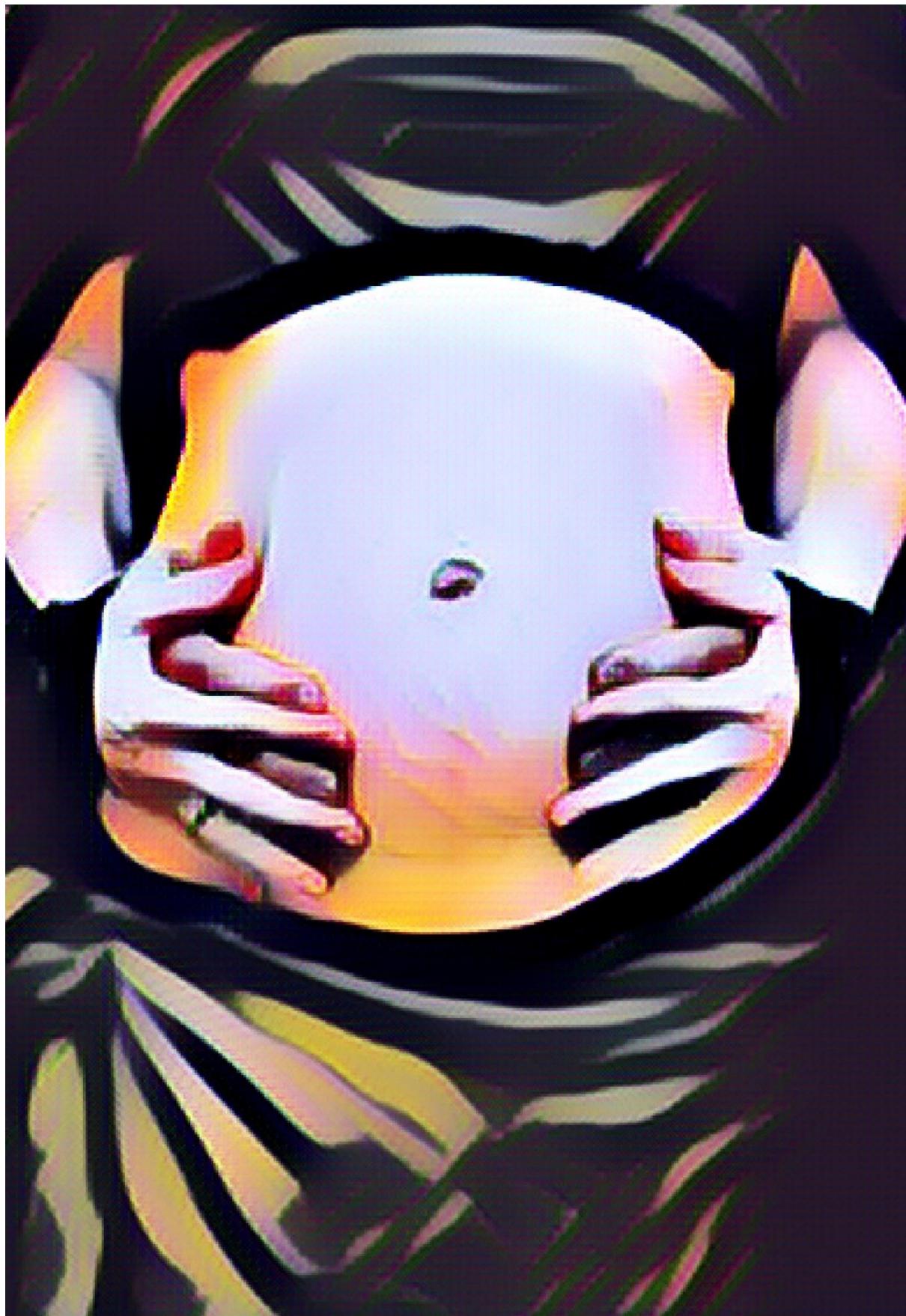
MENDONÇA, Maria C. O feminismo matricêntrico e o ativismo feminista no Motherhood Initiative for Research and Community Involvement (MIRCI) liderado por Andrea o'Reilly. In: PEDRO, Joana Maria; ZANDONÁ, Jair. (ORG.) *Anais da III Jornadas do LEGH: Feminismo e Democracia*. Florianópolis: UFSC, 2018.

MENDONÇA, Maria C. *A Maternidade na Publicidade*. Uma Análise Qualitativa e Semiótica em São Paulo e Toronto. 2014. São Paulo. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2014.

O'REILLY, Andrea. *Matricentric Feminism: Theory, Activism, Practice*. Toronto: Demeter, 2016.

RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo. 2014.

POR ONDE ANDAMOS?



Posfácio

Ana Carolina Eiras Coelho Soares⁷⁰

Encerrar um livro é sempre uma das árduas tarefas possíveis. Ainda mais um livro como o que acabamos de ler: *Por onde Andamos? Experiências e Perspectivas das Múltiplas Maternidades nas Universidades*. Foi uma honra ser convidada para escrever o Posfácio e um desafio ler cada página dessa obra que nos mostra que estamos em todos os lugares. Ocupando na sobrecarga, na resistência e na exaustão.

Nesse exato momento eu acabei de fazer “psiu, mamãe está escrevendo” e meus prazos já foram todos estourados; meu celular caiu na água e eu tive que fazer uma intervenção médica ontem e estou redigindo essas palavras com o computador no colo, deitada no repouso cirúrgico. Quando eu disse para as organizadoras que eu ia atrasar e pedi mais prazo me recordo de escrever “não desistam de mim” e em peso, elas e outras autoras do livro escreveram “NUNCA desistiremos de você”; “ESTAMOS JUNTAS!”. Então é com a força dessas palavras que eu me debruço agora para escrever as minhas e, sem muitas delongas, que esse é um livro que faz parte de um oceano transbordante de pesquisadoras unidas em uma grande onda de

⁷⁰ Professora Efetiva do PPGH/UFG e Professora Associada da Faculdade de História da UFG. Doutora em História (UERJ), realizou pós-doc em Antropologia no PPGAS/UNB (2015-2017) e em História na UFES (2020-2022). Atualmente é Diretora de “Mulheres e Diversidades” dentro da Secretaria de Inclusão da Reitoria da UFG e coordena os grupos: GEPEG-FH/UFG-CNPq; GT Mulheres Cientistas e Maternidades Plurais/UFG-CNPq. Premiada em 2021 com a Cátedra Estudos Brasileiros/Estudos de Gênero pelo programa internacional Fulbright em UMass/Amherst, é colunista das *Crônicas de Mãe-Revista Cláudia Online*. Feminista, Mãe, Poeta, Escritora, Dançarina de dança árabe, Miss e Plantadora de Árvores. Esteve de licença maternidade em 2011 e em 2017/2018. Possui graduação em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2001), especialização em Psicopedagogia pela Universidade Cândido Mendes (2008), mestrado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2003), doutorado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2009). Tem experiência na área de História, com ênfase em estudos sobre a imprensa, literatura, feminismos e sexualidades, atuando principalmente nos seguintes temas: história cultural, gênero, mulheres, violência, literatura, sexualidades, século XIX e XX, José de Alencar e Brasil. É escritora de livros de poesias, infanto-juvenil premiado, contos e livros acadêmicos. É autora de diversos artigos acadêmicos, capítulos de livros, livros de poemas, livro infanto-juvenil e participação em coletâneas de poemas e contos e os livros: “Moça Educada, Mulher Civilizada e Esposa Feliz: História e Relações de Gênero em José de Alencar” (EDUSC, 2012), “Amar é o verbo que rima com Paz” (Metanóia, 2015); História das Mulheres e das Relações de Gênero no Centro-Oeste (orgs.) (Life, 2020) e “Maternidades Plurais (orgs.) (Bindi, 2020)”, “História das Mulheres, Relações de Gênero e Sexualidades em Goiás (Paco, 2021)” e “Receitas de (in)felicidade e pedagogias dos sentimentos: lições de comportamento no Brasil do início do século XX” (CEGRAF/UFG, 2022).

energia para divulgar suas pesquisas. A Maternidade, outrora vista como natural e sacralizada, é o centro de todos os artigos aqui apresentados.

Estamos de Norte à Sul do País e em todas as áreas: usando metodologias qualitativas e quantitativas, teoria matricêntrica, relatos, etnografia, teoria decolonial e autores considerados “clássicos”. Paramos de fingir que a ciência é neutra e demos cor, raça, nome, etnia, gênero, identidade e orientação sexual para nossas fontes, objetos e problemas. Falamos em primeira pessoa e trazemos à tona o “silêncio” que estava gritando nos ouvidos das Universidades que tanto falam em Inclusão, Diversidade e Equidade, mas que dificilmente propõem reais medidas, resoluções e condições de permanência para as nossas carreiras científicas.

A conta nunca fecha porque o Patriarcado é um problema em que “Mãe”, “Maternidade” e “Mulheres” não se contabilizam com o espaço público. Até agora. Esse livro é uma exposição de pesquisas feitas na barra das fraldas, de choros e muita persistência. Mas também é um chamado. Estamos aqui e não vamos desistir de você também. É possível. Vamos conversar?